

**Caderno de Resumos do
III Congresso Internacional
e Interdisciplinar
em Patrimônio Cultural:
Experiências de Gestão
e Educação em Patrimônio**

Caderno de Resumos
III Congresso Internacional e
Interdisciplinar em Patrimônio Cultural:
Experiências de Gestão e
Educação em Patrimônio

Editora Cravo

Comité Científico

Jorge China
(Wayne State University - EUA)

Keila Grinberg
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Brasil)

Leonardo Rosa Ramos
(Università Pontificia Salesiana - Itália)

Marcia Calainho
(Instituto Jurídico Luso Brasileiro - Portugal)

Márcia Maria Menendes Motta
(Universidade Federal Fluminense - Brasil)

Monique Montenegro
(Instituto Ensinar Brasil - Brasil)

Thiago de Souza dos Reis
(Universidade Estácio de Sá/Universidade Veiga de Almeida - Brasil)

Yanina Benitez
(Instituto de Filosofía Ezequiel de Olaso/Centro de Investigaciones Filosóficas - Argentina)

Elis Regina Barbosa Angelo
(org.)

Caderno de Resumos
III Congresso Internacional e
Interdisciplinar em Patrimônio Cultural:
Experiências de Gestão e
Educação em Patrimônio

Copyright © 2021 Elis Regina Barbosa Angelo (org.)

Título: Caderno de Resumos do III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio

Direção Editorial: Lou Calainho

Edição e Diagramação: Equipa Editora Cravo

Projeto gráfico e capa: Cida Santos

Grafismo: Sofia Ferreira

Imagem da capa: acervo da Editora Cravo

ISBN: 978-989-9037-12-0

Conselho Editorial

Lou Calainho

Magno F. Borges

Maria Auxiliadora B. dos Santos

Dados para Catalogação da Obra

A584 Angelo, Elis Regina Barbosa.
Caderno de Resumos do III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio / Organização Elis Regina Barbosa Angelo.

Porto, Portugal : Editora Cravo, 2021.

E-book (pdf).

ISBN: 978-989-9037-12-0

1. Patrimônio. 2. Gestão. 3. Bens Culturais. I. Angelo, Elis Regina Barbosa.
II. Evento (título).

CDD: 720

CDU: 304.442

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desse livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito dos editores e autores.



Editora
Cravo
Somos livros, somos livres
Porto, Portugal

www.editoracravo.pt
contacto@editoracravo.pt
+351 960 221 473

Realização



Apoio



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....31

GT 01. PATRIMÔNIO, TURISMO, AMBIENTE E CIDADE

Maria Amália Silva Alves de Oliveira

Maria Helena Mattos Barbosa dos Santos

A ÁREA DE ENTORNO DOS BENS TOMBADOS: UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DA PROTEÇÃO PATRIMONIAL

Paula Maria Campos Reis.....33

A ESPETACULARIZAÇÃO DO MODERNISMO ESPACIAL: A IDEALIZAÇÃO DA PAMPULHA NA TRILHA DOS CÓDIGOS MODERNOS

Mariana Guedes Raggi.....34

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL DE FORMOSA – GOIÁS

Tiago de Oliveira Ferreira.....35

ATIVAÇÃO DO LEGADO ÉTNICO PARA O TURISMO NO BAIRRO DA LIBERDADE (SÃO PAULO/SP)

Senia Regina Bastos.....36

ATRATIVOS DE TURISMO MILITAR NA CIDADE DE NITERÓI: ANÁLISE DO ESTADO DA ARTE E PROPOSIÇÕES

Lucas Nunes Monteiro / Telma Lasmar Gonçalves.....37

CAIS DO VALONGO: REFLEXÕES ACERCA DA REMEMORAÇÃO DE PATRIMÔNIOS DIFÍCEIS E O TURISMO

Débora Anízio Rios.....38

COMPREENDENDO ALÉM DO QUE É VISTO: O PAPEL DA PAISAGEM NA DISCUSSÃO SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL EM UMA PEQUENA CIDADE

Vanessa Lopes de Miranda.....39

CRISE AMBIENTAL E SOCIEDADE DE RISCO: PERSPECTIVAS EPISTÊMICAS SOBRE O PATRIMÔNIO NO ANTROPOCENO

Tiago Juliano.....40

DESAFIOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO CENÁRIO DA PANDEMIA DE COVID-19 <i>Victor Hugo Georú Esposito / Valeria Lima Guimarães</i>	41
FAROL - UM PATRIMÔNIO EDIFICADO NO BRASIL COLONIAL, FUNDAMENTAL PARA A NAVEGAÇÃO CONTEMPORÂNEA E ÍCONE DO TURISMO CULTURAL <i>Roberto Anderson de Oliveira</i>	42
INOVAÇÃO E TURISMO: O PROGRAMA CITY TOUR DE ENCANTOS COMO ESTRATÉGIA PARA MINIMIZAR OS IMPACTOS ECONÔMICOS CAUSADOS PELA COVID-19 NO TRADE TURÍSTICO DO MARANHÃO <i>Emanuely Ferreira dos Reis Luz / Kláutenys Dellene Guedes Cutrim / Concilene Régia N. Campos de Carvalho / Charlestony Costa de Carvalho</i>	43
MOVIMENTO, AFETO E EXPERIÊNCIAS: OS ROTEIROS DE CICLOTURISMO COMO ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM ÁREAS RURAIS <i>Karoliny Diniz Carvalho / Rodrigo Olavo Costa Sousa</i>	44
NARRATIVAS TURÍSTICAS SOBRE ATRATIVOS HISTÓRICOS: O CAIS DO VALONGO <i>Carlos Eduardo Dias Souza</i>	45
O CONCEITO DE PAISAGEM CULTURAL E OLHAR DO SUJEITO NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: O CASO DA CIDADE DE GOIÁS <i>Fernando Silva Magalhaes Filho</i>	46
O PAPEL ATRIBUÍDO AO TURISMO NOS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO DE BENS CULTURAIS IMATERIAIS: O CASO DO FREVO NO RECIFE – PERNAMBUCO – BRASIL <i>Bruna Galindo Moury Fernandes / Mozart Fazito Rezende Filho</i>	47
O PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU: UM BEM PATRIMONIAL NA BAIXADA FLUMINENSE/RJ <i>Marcos Paulo Moraes Oliveira</i>	48
PATRIMÔNIO CULTURAL NO RIO DE JANEIRO: UMA CONCEPÇÃO TURÍSTICA E MULTICULTURAL <i>Alinne Ferreira da Silva</i>	49
PATRIMÔNIO IMATERIAL E OS CENTROS DE INTERPRETAÇÃO PORTUGUESES: REFLEXÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES DE ADEQUAÇÃO PARA A REALIDADE BRASILEIRA NUMA PERSPECTIVA DE GESTÃO <i>Carlos Alberto Lidizia Soares</i>	50
PENSANDO A GESTÃO DE CIDADES-PATRIMÔNIO NO CONTEXTO DES-RE-TERRITORIALIZADOR: O CASO DE PENDE-AL <i>Daniella Pereira de Souza Silva</i>	51
POSSIBILIDADES E ENTRAVES PARA A CONSOLIDAÇÃO DO TURISMO DE EXPERIÊNCIA NOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS NO CENTRO HISTÓRICO <i>Ylanna Mendes Silva</i>	52

RELAÇÕES TRANSVERSAIS CONCEITUAIS ENTRE TURISMO DE EXPERIÊNCIA E PRODUÇÃO ARTESANAL: VALORIZAÇÃO CULTURAL NO PROCESSO DE PRODUÇÃO ARTESANAL DO CEPRAMA EM SÃO LUÍS/MA <i>Jaqueline Santos Costa Leite</i>	53
REQUALIFICAÇÃO ESPACIAL DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS-MA: EXPERIÊNCIAS TURÍSTICAS E TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS <i>Vanderley Rabelo de Jesus</i>	54
SANTA CRUZ E PETRÓPOLIS: DUAS RESIDÊNCIAS DE VERANEIO IMPERIAL COM DESTINOS TÃO DISTINTOS <i>Andressa de Aguiar Lobo</i>	55
TURISMO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTOS PARA UMA FORMAÇÃO MAIS LÚDICA, SIGNIFICATIVA E CIDADÃ <i>Jessica da Silva Rosa</i>	56
TURISMO, PATRIMÔNIO E ARTESANATO: UMA PROPOSTA EDUCATIVA PARA O TERRITÓRIO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA ASPIRANTE UNESCO <i>Bibiana Schiavini Gonçalves Toniazzi / Marta Rosa Borin</i>	57

GT 02. PATRIMÔNIO E POLÍTICA

Eloísa Capovilla (*in memoriam*)

Hilda Jaqueline de Fraga

Vera Lúcia Maciel Barroso

A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS NAS COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS DA COSTA VERDE DO RIO DE JANEIRO-COMUNIDADE DE MARAMBAIA E COMUNIDADE DE SANTA IZABEL E SANTA JUSTINA <i>Elizete Modesto de Souza Marinho Lopes</i>	59
A CIDADE SEM PASSADO <i>Pedro Valle Souza</i>	60
A DESTRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA ESTRADA DE FERRO MADEIRA MAMORÉ: ENTRE UMA POLÍTICA PRECÁRIA DE PRESERVAÇÃO E O IMPACTO DA NATUREZA (2007-2017) <i>Alexandre Pacheco</i>	61
A MEMÓRIA COMO SUTURA: A ARPILLERIA COMO TESTEMUNHO TÊXTIL DA DITADURA MILITAR CHILENA (1973-1990) <i>Erica Barros de Almeida Araújo</i>	62
A PATRIMONIALIZAÇÃO DA CULTURA POPULAR: A QUEM SE DESTINA O (RE)CONHECIMENTO DA CULTURA? <i>Marlon Santos Dias / Lucas dos Santos Figueredo / Gabriel de Almeida Martins</i>	63
ACERVOS ARQUEOLÓGICOS AMAZÔNICOS SALVAGUARDADOS DISTANTES DOS SÍTIOS DE ORIGENS <i>Arnoud de Oliveira Batista Filho</i>	64

AFRO-REPARACIONES Y PATRIMONIO CULTURAL. REFLEXIONES SOBRE LAS TENSIONES ENTRE MEMORIAS INSURGENTES Y LAS POLÍTICAS DEL PATRIMONIO CULTURAL <i>Juan Carlos Piñango Contreras</i>	65
DANO AO PATRIMÔNIO OU RELEITURAS DO ESPAÇO PÚBLICO? O CASO DAS ESTÁTUAS EM LOGRADOURO PÚBLICO <i>Jordanna Fonseca Silva</i>	66
DEMOCRACIA E PATRIMÔNIO: PAÇO IMPERIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PATRIMONIAIS DA SPHAN (1980-1990) <i>Alessandra Schimite da Silva</i>	67
DESERTO DE NEGEV: HISTÓRIA AMBIENTAL E PAISAGEM CULTURAL EM ISRAEL (2015-2020) <i>Paulo Henrique Martinez</i>	68
DO LOCAL AO NACIONAL: UM ESTUDO SOBRE GESTÃO E PRESERVAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS NO INSTITUTO DE DOCUMENTAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS (IDCH) – UDESC/ SC <i>Maria Teresa Santos Cunha</i>	69
ESPETACULARIZAÇÃO, BUROCRACIA E AFETO: O MARACATU DE BAQUE SOLTO E O CARNAVAL DO RECIFE <i>Alexandra de Lima Cavalcanti</i>	70
ESTUDO DE CASO DE ACTOS ICONOCLASTAS EM MONUMENTOS PUBLICOS INTERVENIDOS DURANTE O “ESTALLIDO SOCIAL CHILENO” ENTRE OUTUBRO 2019 E FEVEREIRO 2020 <i>Nadia Raquel López Guerra</i>	71
GÊNERO NO PATRIMÔNIO: POR UMA DECOLONIALIDADE DAS POLÍTICAS DE SALVAGUARDA <i>Hilda Jaqueline de Fraga</i>	72
GESTÃO DE ARQUIVO PESSOAL NA EXPERIÊNCIA DE CURADORIA E SUA PROBLEMATIZAÇÃO NO TEMPO PRESENTE: ABORDAGENS E DESAFIOS <i>Nadia Maria Weber Santos</i>	73
MANOEL LUÍS OSÓRIO: UM GENERAL EMOLDURADO <i>Guilherme de Mattos Gründling</i>	74
O RARO EM PAPEL: DIMENSÕES DO GUARDAR E DO PESQUISAR ARQUIVOS PESSOAIS DE PROFESSORES (FACED/UFRGS) <i>Doris Bittencourt Almeida</i>	75
O PATRIMÔNIO CULTURAL ENTRE TÁTICAS E ESTRATÉGIAS <i>Maria Gabriela Teixeira de Freitas Pereira</i>	76
OS FUNDAMENTOS DO TOMBAMENTO A PARTIR DA ANÁLISE DO INTERESSE PÚBLICO: A QUEM INTERESSA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL? <i>Lais Lopes de Sousa / Cristiano Tolentino Pires</i>	77

PAC-CIDADES HISTÓRICAS E A REQUALIFICAÇÃO DO CINETEATRO SÃO JOAQUIM <i>Poliana Alves da Silva</i>	78
PICHAÇÃO E PATRIMÔNIOS EDIFICADOS <i>Roselene Sérgio Ribeiro</i>	79
PLANEJAMENTO TERRITORIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL: APONTAMENTOS SOBRE GESTÃO E POLÍTICA PÚBLICA DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO DE ITAPETININGA-SP <i>Igor Mathews Santana Chaves</i>	80
POLÍTICA CULTURAL E SAÚDE: EXPERIÊNCIA DE GESTÃO E EDUCAÇÃO NA SANTA CASA DE PORTO ALEGRE <i>Véra Lucia Maciel Barroso</i>	81
REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE - CE: AÇÕES E MEDIDAS APLICADAS <i>Taise Costa de Farias</i>	82
SILÊNCIOS DAS POLÍTICAS DO PATRIMÔNIO NACIONAL E EXPERIÊNCIAS DE POLÍTICAS LOCAIS <i>Tayara Barreto de Souza Celestino</i>	83
“SANTO DE CASA NÃO OBRA MILAGRES”: A BUROCRATIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO E DOS GRUPOS POPULARES <i>Cicera Tayane Soares da Silva</i>	84

GT 03. RECUPERAÇÃO E USOS DO PATRIMÔNIO

Claudio Lima Carlos

Ana Paula Ribeiro de Araujo

A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DAS TRILHAS INTERPRETATIVAS EM JARDINS HISTÓRICOS: UM ESTUDO SOBRE O JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO <i>Leandra Serrano de Marins Astulla</i>	86
ACESSIBILIDADE NO CENTRO HISTÓRICO: ANÁLISE DA RUA DUQUE DE CAXIAS EM JOÃO PESSOA, PB <i>José Ângelo do Nascimento Neto</i>	87
CAMINHOS PARA REESTRUTURAÇÃO: A GESTÃO EM INSTITUIÇÕES ATINGIDAS POR SINISTROS – O MUSEU NACIONAL/UFRJ <i>Beatriz Silva Cunha</i>	88
CENTROS HISTÓRICOS SUSTENTÁVEIS: AS NOVAS METODOLOGIAS DE CLASSIFICAÇÃO AMBIENTAL E AS REFLEXÕES SOBRE A PRESERVAÇÃO DO SIGNIFICADO EM MEIO TRANSFORMAÇÕES URBANAS CONTEMPORÂNEAS <i>Fagner Figueira da Silva</i>	89

CONSERVAÇÃO OU A DESTRUIÇÃO DA MEMÓRIA CONSTRUTIVA CARIOCA? CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO ADOTADOS EM OBRAS MODESTAS DO RIO DE JANEIRO	
<i>Claudio Antonio Santos Lima Carlos</i>	90
CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RELACIONADO AO PATRIMÔNIO CULTURAL CONSTRUÍDO	
<i>Natália de Figueirôa Faria Alencar Oliveira</i>	91
DE CARLOS SAMPAIO AO MATADOURO DE SANTA CRUZ: UM PERCURSO HISTÓRICO QUE SE PERDEU PELOS TRILHOS E RESISTE PELO ENSINO	
<i>Carlos Alberto da Silva Sousa</i>	92
DE OUTRAS NARRATIVAS EM EDUCAÇÃO: OS CADERNOS REFLEXIVOS DA LEC COMO PATRIMÔNIO FORMATIVO DA UFRRJ	
<i>Fabricia Vellasquez Paiva</i>	93
DOCUMENTOS HISTÓRICOS: UM OLHAR SOB A ÓTICA DAS CIÊNCIAS DA CONSERVAÇÃO	
<i>Maria Isabel Spitz Argolo</i>	94
ESPAÇO CULTURAL DA MARINHA: REFLEXÕES SOBRE O USO TURÍSTICO DO PATRIMÔNIO	
<i>Adriana da Silva Izaias</i>	95
IGREJA SANT'ANA DO PIRAÍ - RJ: DIRETRIZES PARA SUA PRESERVAÇÃO	
<i>Ana Cristina Barbosa de Souza P. Harbache / Rosina Trevisan Martins Ribeiro</i>	96
INTERVENÇÕES NO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO PARA ATUALIZAÇÃO DO DESEMPENHO ENERGÉTICO: O CASO DO RETROFIT ENERGÉTICO EM PRÉDIOS HISTÓRICOS	
<i>Mariana Estima Silva</i>	97
O FASCÍNIO PELOS INSETOS E O INTERESSE QUE AS COLEÇÕES ENTOMOLÓGICAS DESPERTAM	
<i>Ângela Alves de Almeida</i>	98
O INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO DAS FERROVIAS DE VALENÇA COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DA MEMÓRIA FERROVIÁRIA	
<i>João Batista de Freitas Neubaner</i>	99
O MERCADO IMOBILIÁRIO E PATRIMÔNIO NO BRASIL: REFLEXÕES, POSSIBILIDADES E DESAFIOS	
<i>Rafaela Simonato Citron / Josiane Patrícia Talamini</i>	100
O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO URBANO EM CONDIÇÃO DE VACÂNCIA NA REGIÃO CENTRAL DE BELO HORIZONTE	
<i>Raquel Elizabeth Byrro Oliveira</i>	101
PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO RURAL E SEUS USOS: REFLEXÕES SOBRE PERSPECTIVAS DE GESTÃO E UTILIZAÇÃO CONJUNTA DO ENGENHO VITÓRIA, CACHOEIRA, BAHIA	
<i>Gabriel Carvalho Santos</i>	102

PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL - 3 ABORDAGENS DE SUSTENTABILIDADE PARA A REABILITAÇÃO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO LOCALIZADO NA RUA FREI CANECA, NO BAIRRO DA AGRONÔMICA, EM FLORIANÓPOLIS/SC <i>Karina Baseggio</i>	103
REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS HISTÓRICOS: HOSTEL CAIXERAL, CRATO, CEARÁ <i>Ravena Reis Araújo</i>	104
RELATOS E MEMÓRIAS DA BAIXADA FLUMINENSE NA CONSTRUÇÃO DE ACERVOS DOCUMENTAIS: NILÓPOLIS NA ROTA DOS DESLOCAMENTOS JUDAICOS NO RIO DE JANEIRO <i>Luís Guilherme Lemos dos Santos / Elis Regina Barbosa Angelo</i>	105
RESIDÊNCIA DO REITOR: DOCUMENTAÇÃO DIGITAL DO PATRIMÔNIO PARA O PROJETO DE RESTAURAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE USO <i>Ana Paula Ribeiro de Araujo</i>	106
SOME CONSIDERATIONS ABOUT THE PHYTOPATHOLOGICAL HERBARIUM “VERLANDE DUARTE SILVEIRA” <i>Carlos Antonio Inácio / Ana Carolyne Costa de Carvalho / Claudia Maria Xavier Faria / Bianca Siqueira Selleri</i>	107

GT 04. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: MÉTODOS E TECNOLOGIAS

Andrea Borelli
Fabio Cerdera
Edgar da Silva Gomes

A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO MUSICAL ENTRE O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO: A CRIAÇÃO DE UM LABORATÓRIO DE DOCUMENTAÇÃO MUSICAL NA AMAZÔNIA PARAENSE <i>Fernando Lacerda Simões Duarte</i>	109
AS CASAS DO PATRIMÔNIO E A ATUAÇÃO DO IPHAN-GO NA PROMOÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL <i>Ana Cristina Alves da Silva</i>	110
COM BARRO E FOGO: CONSTRUINDO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL <i>Alef Fernandes Cruz / Clarice Bianchezzi / Adriano Marcio dos Santos</i>	111
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL AUXILIADA PELO USO DE REALIDADE AUMENTADA <i>Ana Paula Nishimoto Ito / Fábio Ferreira de Lima / Pedro Henrique Gonçalves</i>	112
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COM CRIANÇAS: UMA REVISÃO DE DOIS ESTUDOS DE CASO <i>André Frota Contreras Faraco / Simone Helena Tanoue Vizjoli</i>	113
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO AÇÃO POLÍTICA E PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA <i>Renata Nascimento y Mansour</i>	114

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA <i>Barbara Avelino da Silva</i>	115
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A EDUCAÇÃO TURÍSTICA NOS LUGARES DE MEMÓRIA: O CASO DO MUNICÍPIO DE RESENDE-RJ <i>Cíntia Sampaio Ribeiro Roesler</i>	116
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA O PÚBLICO INFANTIL EM ESPAÇO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: O CASO DE SANTA BÁRBARA DO OESTE – SP <i>Bianca de Paulo Barbosa</i>	117
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, GEOGRAFIA ESCOLAR E RESSIGNIFICAÇÃO DO LUGAR PARA ESTUDANTES PERIFÉRICOS NO NPH/ECOMUSEU COMUNITÁRIO DE SANTA CRUZ <i>José Renato Soares Pimenta</i>	118
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENSINO SUPERIOR – UMA EXPERIÊNCIA EM CARATINGA – MG <i>Sebastião Ricardo Machado Meireles</i>	119
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM CAMINHO PARA RESSIGNIFICAR A HISTÓRIA LOCAL <i>Ana Gabriela Saba de Alvarenga</i>	120
INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL EM ESPAÇOS CULTURAIS RELACIONADOS A TEMÁTICA MILITAR: BRASIL, ESCÓCIA E PORTUGAL <i>Claudia Corrêa de Almeida Moraes / Maria Beatriz Quitério Santiago / Aneth Satie Esaki</i>	121
MAPA CULTURAL DE MADUREIRA - RIO DE JANEIRO: GEORREFERENCIAMENTO COMO FERRAMENTA PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL <i>Alyne Fernanda Cardoso Reis</i>	122
MATERIALIDADE, EXPOSIÇÃO E MEDIAÇÃO CULTURAL <i>Fábio Pereira Cerdera</i>	123
MUSEUS, ESCOLAS E EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO: RECURSOS DIDÁTICOS PARA A REFLEXÃO PATRIMONIAL <i>Geovana Erló</i>	124
O BEM PATRIMÔNIO MUNDIAL E OS PATRIMÔNIOS DE SÃO CRISTÓVÃO/SE <i>Miriam Cazzezza</i>	125
O DESENHO E O PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO RECÔNCAVO DA BAHIA <i>Fabiana Comerlato</i>	126
O DISEGNO DA CIDADE: O PATRIMÔNIO EDIFICADO DE CAJAZEIRAS - PB (1920-1940) <i>Janaína Valéria Pinto Camilo / Katiana de Sousa</i>	127

O PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Cassia Maria de Queiroz.....128

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS UNIDADES ESCOLARES ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE CANTO DO BURITI-PI: UMA EXPERIÊNCIA DE SOCIALIZAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS COMO FORMA DE RESGATE DA HISTÓRIA E MEMÓRIA

Gabriel Frechiani de Oliveira.....129

TERREIRO DIGITAL: UMA ANÁLISE DA I MOSTRA VIRTUAL MESTRES DA TRADIÇÃO EM JUAZEIRO DO NORTE, CEARÁ, BRASIL

Bibiana Belisário Santana / Hévila Rayara Cruz Ribeiro.....130

TURISMO DE EXPERIÊNCIA NO CENTRO HISTÓRICO DO RIO DE JANEIRO: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ABORDADO PELO WALKING TOUR. NIAL ABORDADO PELO WALKING TOUR

Danilo Fontes.....131

TURISMO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: EXPERIÊNCIAS DE AULAS-PASSEIO EM ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO DE JANEIRO/RJ

Felipe Gonçalves Félix.....132

“DESEJO DE MEMÓRIA” - INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS – O ECOMUSEU MORRO GRANDE CONECTADO

Vilma Cristina Soutelo Assunção Nosedá / Damaris Ferreira.....133

GT 05. PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL

Juniele Rabelo de Almeida
Mônica de Souza Nunes Martins
Raquel Alvitos

A ESTAÇÃO DE VILA DE CAVA E SEU POTENCIAL IDENTITÁRIO COMO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO: A (RE)SIGNIFICAÇÃO DAS LEMBRANÇAS COMO REFERÊNCIA CULTURAL DA BAIXADA FLUMINENSE

Joana D`Arc Cesar Viana / Raquel Alvitos Pereira.....135

A FENOMENOLOGIA DO PATRIMÔNIO: UM ESTUDO DE CASO DA IGREJA SANTO ANTÔNIO, SITUADA EM POÇOS DE CALDAS - MINAS GERAIS

Gabriela Cristina de Freitas Silva / Mariana Queiroz Fornari.....136

A IGREJA DE SANT'ANNA EM SUA DIMENSÃO DE BEM CULTURAL: DIÁLOGOS ENTRE A HISTÓRIA, A MEMÓRIA E A VOCAÇÃO TURÍSTICA DA LOCALIDADE (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS/RJ)

Cláudia Rodrigues de Oliveira.....137

A MEMÓRIA DO PORTO DO RIO GRANDE, NAS NARRATIVAS DOS PORTUÁRIOS

Gladis Rejane Moran Ferreira.....138

A TRANSFERÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO DA FÁBRICA DE PÓLVORA DA ESTRELA <i>Rosane Lopes dos Santos Sá</i>	139
ANTIGOS MOINHOS, REPRESENTAÇÕES REGIONAIS DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL SERRANO GAÚCHO <i>Margit Arnold Fensterseifer</i>	140
CIRCUITO HISTÓRICO-CULTURAL "OUTRO" NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE BOM DESPACHO – MG: PERSPECTIVAS PARA UM ENSINO DE HISTÓRIA DECOLONIAL <i>Sandra Maisa dos Santos</i>	141
COSMOVISÃO, GÊNERO E PATRIMÔNIO CULTURAL: FONTES PARA A SALVAGUARDA <i>Luciane Barbosa de Souza</i>	142
DO LADO DE CÁ TAMBÉM TEM MEMÓRIAS! O PROCESSO DE MEDIATIZAÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL CRISTALIZADO PELO OLHAR DOS MORADORES E EX-MORADORES DE CABUÇU <i>Marcelle Veronezi Miquelina Lopes</i>	143
HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA DE CAMPINAS DESCOBRINDO O E PRESERVANDO A MEMÓRIA <i>Thatiane Carneiro Sotano Machado</i>	144
HISTÓRIAS DE ISOLAMENTO - OS PERSONAGENS/MORADORES APRESENTADOS AO MEMORIAL HCI <i>Helena Thomassim Medeiros</i>	145
IMAGENS DEVOCIONAIS COMO VESTÍGIOS: UMA DISCUSSÃO SOBRE MEMÓRIA A PARTIR DO ESQUECIMENTO <i>Gabriela Carvalho da Luz</i>	146
MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO EM JORGE AMADO <i>Pablo De Las Torres Spinelli Fonseca</i>	147
MEMORY BOOK <i>Hercília Jeane dos Santos Alves Oliveira</i>	148
NARRATIVAS DOS FESTEIROS DE SÃO JOÃO EM LADÁRIO-MS <i>Daiane Lima dos Santos</i>	149
NOS BECOS DA MEMÓRIA: REMINISCÊNCIAS ATUAIS DO REPERTÓRIO REPENTISTA DE ZÉ DA PRATA <i>Josi de Sousa Oliveira</i>	150
PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL DO MATADOURO PÚBLICO DE SANTA CRUZ: CIÊNCIA, LIMPEZA URBANA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS <i>Edite Moraes da Costa</i>	151

QUILOMBO E CONTEMPORANEIDADE: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA <i>José Luiz Xavier Filho</i>	152
TURISMO E MEMÓRIA: A IMPORTÂNCIA DOS LUGARES DE MEMÓRIA PARA A CIDADE DE SÃO LUÍS-MA <i>Andressa Lemos Chagas / Clara Letícia Moreira Gomes</i>	153
USO DE METODOLOGIAS QUALITATIVAS NA IDENTIFICAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL <i>Caroline Santos de Oliveira</i>	154
“QUE SANTO É AQUELE, QUE VEM NO ANDOR?” MEMÓRIA E ORALIDADE NO CONTEXTO DO PATRIMÔNIO AFROBRASILEIRO EM GUARARÁ, MG <i>Caroline de Paula Egidio</i>	155

GT 06. PATRIMÔNIO, HISTÓRIA E E/I/MIGRAÇÃO

Maria Izilda Santos de Matos
Yvone Dias Avelino
Arlete Assumpção Monteiro

A GLORIFICAÇÃO DAS BELLAS-ARTES NA AMAZÔNIA – A ARTE ITALIANA DE DOMENICO DE ANGELIS EM MANAUS, AMAZONAS <i>Bruno Miranda Braga</i>	157
A PAULICÉIA MEDICALIZADA: A PRESENÇA E A AUSÊNCIA LUSITANA ENTRE OS MÉDICOS NO HOSPITAL SÃO JOAQUIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA NA BELLE ÉPOQUE <i>Marcia Valdivia</i>	158
HOSPITAL MATARAZZO: RESSIGNIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO TOMBADO <i>Thaís Teixeira Dias Brambilla</i>	159
IMIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O LICEU ACADÊMICO SÃO PAULO <i>Zeila de Brito Fabri Demartini</i>	160
IMIGRAÇÃO EUROPEIA E A INTRODUÇÃO DE NOVAS DEVOÇÕES E ICONOGRAFIAS NO BRASIL DA BELLE ÉPOQUE <i>Cristiana Antunes Cavaterra</i>	161
LITERATURA DE CORDEL NA CIDADE DE SÃO PAULO: O INSTITUTO MEMÓRIA BRASIL <i>Yvone Dias Avelino</i>	162
MEMÓRIAS JUDAICAS NA BAIXADA FLUMINENSE: A SINAGOGA TIFERET ISRAEL DE NILÓPOLIS <i>Elis Regina Barbosa Angelo</i>	163
NOS CORPOS E NAS CIDADES, SENTIMENTOS E SENSações: OBSERVAÇÕES DE CAMPO <i>Maria Ines Rauter Mancuso</i>	164

OS DESAFIOS DA INSERÇÃO COMERCIAL ACORIANA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - DAS VACARIAS AOS AÇOUGUES <i>Daniel Evangelho Gonçalves</i>	165
PATRIMÔNIO CULTURAL: AS TRANÇADEIRAS DA PALHA DA CARNAÚBA, ILHA GRANDE DE SANTA ISABEL, PIAUÍ/BRASIL <i>Arlete Assumpcao Monteiro</i>	166
PATRIMÔNIO, DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA: ESCRITURAS DOS E/IMIGRANTES <i>Maria Izilda Santos de Matos</i>	167
PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E IMIGRAÇÃO A PARTIR DOS CEMITÉRIOS DE NOVA BASSANO/RS <i>Ana Carolina Lorenzet Galvan</i>	168
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E URBANIZAÇÃO. UM ESTUDO SOBRE A CIDADE DE MOCOCA/SP, FINAL DO SÉCULO XIX E PRINCÍPIO DO XX <i>Marina Rosetti Barretto Ribeiro</i>	169
“SURVETINHO, SURVETON, SURVETINHO DE LIMÓM, QUEM NÃO TEM DEZ TOSTÃO, NÃO TOM A SORVETE NÃO, IAIÁ” O IMIGRANTE ITALIANO NA MEMÓRIA PAULISTANA (1890-1930) <i>Andrea Borelli</i>	170

GT 07. PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E CIÊNCIAS

Alda Heizer
Carla Coelho
Luciana Heymann

A CIÊNCIA DEFESA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: FORTIFICAÇÕES BRASILEIRAS E A HISTÓRIA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS <i>Luíza Nascimento de Oliveira da Silva</i>	172
AS COLEÇÕES E OS ACERVOS MUSEOLÓGICOS DA UFOP: ENTRE O CAMPO CIENTÍFICO E A PERCEPÇÃO DAS POTENCIALIDADES <i>Edson Fialho de Rezende / Leandro Beneditini Brusadin</i>	173
IGREJA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS: SIGNIFICADOS E VALORES CULTURAIS <i>Rodolfo Lo Bianco</i>	174
MUSEU DE ANATOMIA PATOLÓGICA CARLOS TOKARNIA: UM PASSO EM DIREÇÃO À REVITALIZAÇÃO E À SUSTENTABILIDADE <i>Marilene de Farias Brito Queiroz / Vivian de Assunção Nogueira Carvalho / Lobanne Cristine Araujo Muniz / Jade Manhães de Souza Bastos / Bárbara Procópio da Silva Lobo / Bruna Alencar de Freitas / Raquel Rangel Teles Nunes</i>	175

O HORTUS ORGANENSIS: A CONSERVAÇÃO DA FLORA,
INTERDISCIPLINARIDADE, ENSINO E EXTENSÃO NA SERRA DOS ÓRGÃOS
(PARNASO)
Ana Beatriz de Menezes Ribeiro.....176

PATRIMÔNIO CULTURAL, CULTURA MATERIAL, DISTENSÕES
Jefferson Pereira Nepomuceno.....177

PATRIMÔNIO NAS CIÊNCIAS – AÇÕES INOVADORAS PARA O PÚBLICO
Gabriela da Rosa Corrêa / Márcia Regina Bertotto.....178

GT 08. Patrimônio, Cultura e Relações Étnico-Raciais

Otair Fernandes
Elaine Rocha
Teresa Mendonça

A IDENTIDADE DE JOVENS E ADULTOS SEGUIDORES DO GRUPO CULTURAL
BATIDAS E RIMAS LOCALIZADO EM QUEIMADOS/RJ: A RELAÇÃO ENTRE
CULTURA E SOCIEDADE NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO
Sarah Martins Cassiano.....180

APONTAMENTOS SOBRE AS POLÍTICAS CULTURAIS VOLTADAS PARA A PRÁTICA
E EXPRESSÃO DA CAPOEIRA NO RIO DE JANEIRO (2008-2021)
Caio Bruno dos Santos Carvalho.....181

BIBLIOTECAS VIVAS DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRO: DISCUSSÕES TEÓRICAS E
METODOLÓGICAS
Wagner dos Santos Chagas.....182

ENCRUZILHADA DE ESTÓRIAS | REGISTRO DAS FESTIVIDADES RELIGIOSAS
Thayná Cambará Beraldo.....183

ENREDOS E ANDANÇAS AFRO-PERSPECTIVAS: DAS VOZES AOS ESCRITOS NOS
FOLHETOS DE LITERATURA DE CORDEL
Luíza Helena Dias Braga.....184

LÍNGUA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: O CASO DO PAPIAMENTU, LÍNGUA
CRIOULA AFRO-CARIBENHA
Marco Aurelio Schaumloeffel.....185

MEMÓRIA E AS MULHERES DESCENDENTES DA DIÁSPORA AFRICANA: O USO
DOS TURBANTES, RITUALÍSTICA E RESISTÊNCIA
Viviane Lima da Conceição.....186

MEMÓRIA E FRATRIMÔNIO: A TERREIRIZAÇÃO DA VIDA POR MEIO DE UMA
EDUCAÇÃO DE AXÉ
Lidiane da Costa Monteiro.....187

MEMÓRIAS DA PAISAGEM: DO JARDIM SUSPENSO DO VALONGO PARA O NOVO
OLHAR DA PEQUENA ÁFRICA
Matheus Ribeiro Cunha.....188

MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO ALTERPATRIMÔNIO: ENTRE O PATRIMÔNIO IMATERIAL E A MEMÓRIA MATERIAL NA AMÉRICA LATINA <i>Marcos da Silva Rocha / Jesica Wendy Beltran Chasqui</i>	189
O MAPA DOS BAOBÁS DE BRASÍLIA: IDENTIDADE NEGRA NA CAPITAL DO BRASIL <i>André Lúcio Bento</i>	190
O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO E INVISIBILIDADE DO BAIRRO QUILOMBO URBANO LIBERDADE ENQUANTO PATRIMÔNIO CULTURAL AFROBRASILEIRO EM SÃO LUÍS – MA <i>Mariana Queen Cardoso da Silva</i>	191
O PROJETO NACIONAL DO BRASIL E OS POVOS AFRO-BRASILEIROS: MEMÓRIA COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA NA COMUNIDADE DOS ARTUROS (MG) <i>Beatriz dos Santos Chaves</i>	192
O TARDIO RECONHECIMENTO DO TERREIRO DO EGITO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO ESTADO E OUTRAS PROVIDÊNCIAS: DÍVIDA PÚBLICA OU COMPENSAÇÃO? <i>Ariana Romão dos Reis</i>	193
PATRIMONIALIZAÇÃO, HEGEMONIA E JUSTIÇA: SOBRE SENTIDOS E USOS DO MARACATU DO BAQUE SOLTO <i>Guedes Ferreira de Lima</i>	194
PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO EM LAGUNA – SC: DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E PODER PÚBLICO <i>Juliana Regazzoli</i>	195
PATRIMÔNIO E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: RECONHECIMENTO E LUTA CONTRA O RACISMO <i>Otair Fernandes de Oliveira</i>	196
PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE TRAFICANTES DE JESUS <i>Luís Cláudio de Oliveira / Paulo Henrique Menezes da Silva</i>	197
PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO SAMBA: DO LARGO DA PRAINHA À PEDRA DO SAL - RIO DE JANEIRO/RJ <i>Helena Vianna de Carvalho Rodrigues</i>	198
PRESERVAÇÃO, PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE: O CASO DO INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS <i>Tania Maria da Silva A. de Almeida</i>	199
PRETINHOS DO MANGUE, CURRAL DO PIÇA E AS CURUÇAENSES: DISCURSOS DE RESISTÊNCIA NO CARNAVAL AMAZÔNICO DE RUA DO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ / PA <i>Maria Roseli Sousa Santos / Felipe Augusto Lima de Lima</i>	200
PROCESSO DESIGUAL DAS POLÍTICAS DE PATRIMONIALIZAÇÃO NO BRASIL: BENS DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA <i>Ana Carolina Ramos</i>	201

SACI PERERE – REPRESENTAÇÕES E MANIPULAÇÕES DE SIGNIFICADOS DE UM MITO AFRO-BRASILEIRO

Elaine Pereira Rocha.....202

TERREIRO BATE FOLHA: A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO NEGRO DO CANDOMBLÉ NA BAHIA

Carla Maria Ferreira Nogueira.....203

VALORIZAÇÃO ÉTNICA, HISTÓRICA E TURÍSTICA NO TERRITÓRIO INTERIORANO

Fabricio Rodrigo de Almeida Souza.....204

GT 09. PATRIMÔNIO E GASTRONOMIA

Dolores Martin Rodrigues Corner

Miriam de Oliveira Santos

A COZINHA DE HERANÇA ITALIANA: CULTURA, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Silvana Azevedo de Almeida.....206

A COZINHA ÉTNICA EM SÃO PAULO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE

Dolores Martin Rodrigues Corner.....207

A RELAÇÃO DA GASTRONOMIA COM O TURISMO: UMA DÉCADA DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE BACHARELADOS E LICENCIADOS EM TURISMO DA UFRRJ

Cristiane Mesquita da Silva Gorgonio.....208

CASA DE FARINHA RIBEIRINHA: ANALISANDO O POTENCIAL CULTURAL DA MANDIOCA A PARTIR DO TURISMO E DA HOSPITALIDADE

Luana Budel / Valéria Ferraz Severini.....209

COMIDA, FRONTEIRAS E PERTENÇAS: O BOLO DE ARROZ

Regiane Caldeira / Maria Inês Rauter Mancuso.....210

DESARRAIGO DE SI: RECONSTRUINDO MEMÓRIAS ENTRE COLOMBIANOS REFUGIADOS NO SUL DO BRASIL POR MEIO DA COMENSALIDADE

Diana Patricia Bolaños Erazo / Maria Catarina Chitolina Zanini.....211

FOI ESSA LAMA QUE ENGOLIU A MINHA COMIDA: UM ESTUDO DE CASO DA CULTURA ALIMENTAR DA VILA DE REGÊNCIA AUGUSTA-LINHARES (ES)

Camila Claudete Toledo Zanetti.....212

O BOLO DE ROLO: A RESSIGNIFICAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO IMATERIAL NA ECONOMIA PERNAMBUCANA

Sandra Simone Moraes de Araújo.....213

O DOCE PÉ DE MOLEQUE DE PIRANGUINHO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS: ENTRE OS SABERES DA MEMÓRIA E AS PRÁTICAS SOCIAIS

Lucas Inácio Rodrigues.....214

OLHA O MATE! A TRADIÇÃO CARIOCA COMO PATRIMÔNIO <i>Jacqueline Lobo de Mesquita / Patrícia Serrão</i>	215
PASTEIS DE BELÉM: TRADIÇÃO E PATRIMÔNIO EM PORTUGAL. INOVAÇÃO E MODERNIDADE NO BRASIL <i>Miriam de Oliveira Santos</i>	216
POR UMA LEITURA TERRITORIAL DO PATRIMÔNIO: ESTUDO DE CASO DAS TRADIÇÕES DOCEIRAS DE PELOTAS (RS) <i>Luciana de Castro Neves Costa</i>	217
PROJETO “ACAÇÁ – SABORES E ENCANTOS”: GASTRONOMIA COMO TEMA GERADOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL <i>Eliana Ferreira Costa Paixão</i>	218
TRADIÇÕES ALIMENTARES E FESTIVAIS GASTRONÔMICOS MINEIROS <i>Monica Dias Batista</i>	219
“SE O BAIÃO É BOM SOZINHO, QUE DIRÁ BAIÃO DE DOIS”: ANÁLISE SOBRE A COMIDA NA FEIRA DE TRADIÇÕES NORDESTINA -RJ <i>Juliana Borges de Souza / Renata Claudino Fernandes da Silva</i>	220

GT 10. PATRIMÔNIO, TURISMO E MUSEOLOGIA

Uhelinton Fonseca Viana
Leandro Benedini Brusadin

A PERCEPÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS SOBRE O TURISMO DE EXPERIÊNCIA NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS <i>Jully Aparecida Campelo Fonseca</i>	222
AS CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO DO TURISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA-RJ <i>Waldete Gomes da Silva Alcantara</i>	223
ESTRIGAS: O NARRADOR DE UMA HISTÓRIA DA ARTE NO CEARÁ <i>Luíza Helena Amorim Coelho Cavalcante</i>	224
MESQUITA: UM LUGAR AUSENTE DE MUSEUS <i>Marina Monteiro Nascimento</i>	225
MHISCA – MUSEU HISTÓRICO E CULTURAL DO ALIMENTO: UM PROJETO DE MUSEALIZAÇÃO DO ALIMENTO <i>Liliane Faria Corrêa Pinto / Caroline Cesari de Oliveira</i>	226
MUSEOLOGIA E CONSIDERAÇÕES SOBRE “FRATRIMÔNIO” E CONCEPÇÕES AFRO-DIASPÓRICAS <i>Diogo Jorge de Melo</i>	227
MUSEUS E REDES SOCIAIS: A PANDEMIA DE COVID-19 E AS ESTRATÉGIAS ADOTADAS POR MUSEUS DE SÃO LUÍS – MA <i>Maria Paula Torres Ribeiro / Yandra Souza Santana da Rocha Santos</i>	228

NARRATIVAS TURÍSTICAS COMO PRÁTICAS DE MEMÓRIA NA INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: LEMBRAR E ESQUECER DOS ESCRAVOS NEGROS NAS CIDADES BRASILEIRAS CAFEEIRAS DO SÉCULO XIX <i>Clarissa M. R. Gagliardi</i>	229
O CONCEITO DE PATRIMÔNIO, PERSPECTIVAS E CONTRADIÇÕES <i>Uhelinton Fonseca Viana</i>	230
O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DE JUIZ DE FORA E SUA RELAÇÃO COM O ACERVO DO MUSEU MARIANO PROCÓPIO: OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL <i>William Cleber Domingues Silva</i>	231
O OLHAR DOS VINCULADOS AO PROJETO: ESPAÇO INTEGRADO DO TURISMO <i>Leonardo Santos Rodrigues</i>	232
O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU E SEUS IMPACTOS NA POPULAÇÃO PERIFÉRICA <i>Lilian Cristina Gomes Ribeiro</i>	233
O PROJETO DE GAMIFICAÇÃO NO ECOMUSEU DO OFF-ROAD <i>Solano de Souza Braga</i>	234
O TURISMO CINEMATOGRAFICO EM ESPAÇOS MILITARES: O AUDIOVISUAL COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DOS AMBIENTES NATURAIS E HISTÓRICO-CULTURAIS MILITARES <i>Vitoria Nascimento Cezar</i>	235
O TURISMO COMO RELAÇÃO DE FORTALECIMENTO PARA O EMPREENDEDORISMO REGIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO <i>Danielle Dias Alves</i>	236
O TURISMO CULTURAL E OS POSSÍVEIS IMPACTOS NOS LUGARES DE MEMÓRIA: CASO DOS BAIROS PORTUÁRIOS TRADICIONAIS DO RIO DE JANEIRO <i>Sirley da Conceição Ferreira</i>	237
PATRIMÔNIO CULTURAL: MÚLTIPLOS CAMINHOS ATÉ A IGREJA DE IRAJÁ <i>Maria Celeste Ferreira</i>	238
PATRIMÔNIO SEM FRONTEIRAS: BOIS BRÉSIL, PROJETO DE EXPOSIÇÕES DE XILOGRAVURA BRASILEIRA NA FRANÇA <i>Sylvia Regina Bastos Nemer</i>	239
SUBÚRBIO CARIOCA: REFLEXÕES SOBRE A CATEGORIA PECULIAR DE RELEVÂNCIA HISTÓRIA E CULTURAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - DE 1635 AOS TEMPOS ATUAIS <i>Karolynne do Nascimento Duarte</i>	240
TURISMO CULTURAL E MUSEOLOGIA SOCIAL: REFLEXÕES E PONTOS DE CONTATO <i>Rute de Jesus Ferreira Silva</i>	241

TURISMO CULTURAL EM ANGRA DOS REIS: UMA ANÁLISE DE IMPASSES E POSSIBILIDADES TURÍSTICAS DA VILA HISTÓRICA DE MAMBUCABA <i>Tatiana Rodrigues dos Santos</i>	242
TURISMO EM ESPAÇOS MILITARES: UMA ANÁLISE DO POTENCIAL TURÍSTICO DO MUSEU OCEANOGRÁFICO ALMIRANTE PAULO MOREIRA EM ARRAIAL DO CABO (RJ) <i>José Ângelo Carneiro / Josefa Dilma De Farias Gomes Soriano</i>	243
UMA NOITE NO MUSEU DO DOCE DA UFPEL <i>Rafael Teixeira Chaves</i>	244

GT 11. PATRIMÔNIO, CORPORALIDADE E EMOÇÕES

Euler David de Siqueira

Álvaro Banducci Júnior

A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS ATRAVÉS DO CORPO: O SABER-FAZER DAS CACHAÇAS DE PARATY E SUAS TÉCNICAS CORPORAIS DE PRODUÇÃO <i>Nathália Caroline Dias</i>	246
ACESSIBILIDADE E SENSORIALIDADE NAS AMBIÊNCIAS MUSEAIS DE PETRÓPOLIS/RJ <i>Nathalia Coelho Sozzi de Moraes</i>	247
CORPO E EMOÇÃO COMO UMA TEIA DE SOCIABILIDADE ENTRE OS PRATICANTES DE UMBANDA EM JUIZ DE FORA – MG <i>Joanna Darc de Mello Croce</i>	248
DE FEIRA LIVRE A FEIRA CENTRAL: MEMÓRIA E SIGNIFICADO DO TRADICIONAL MERCADO POPULAR DE CAMPO GRANDE-MS <i>Álvaro Banducci Júnior</i>	249
EDUCAR PELO OLHAR - UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL REALIZADA EM CAMPO GRANDE/MS <i>Douglas Alves da Silva</i>	250
MÁSCARAS DA PANDEMIA: QUANDO O HORROR FAZ AFLORAR O QUE TEMOS DE MELHOR NA LUTA <i>Maurício Cintrão França</i>	251
PARA ALÉM DA CIDADE MARAVILHOSA: NOVA IGUAÇU E O PATRIMÔNIO CULTURAL NOS POSTAIS DA BAIXADA <i>Euler David de Siqueira</i>	252
PATRIMÔNIO NA PELE: NARRATIVAS DO EU, TATUAGENS E AFETOS <i>Lucas Gamonal Barra de Almeida / Denise da Costa Oliveira Siqueira</i>	253
PATRIMÔNIO VIVO: TROCA DE SABERES - UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL <i>Wanessa Pereira Rodrigues / Edivânia Freitas de Jesús</i>	254

TURISMO CULTURAL EM PARATY E SUAS RELAÇÕES COM IDENTIDADE, PATRIMÔNIO E EVENTOS <i>Monica Raquel Ribeiro Barreto</i>	255
UMA "PRINCESINHA DO CAFÉ" NO VALE DO PARAÍBA DO SUL: IMPRESSÕES SOBRE O PATRIMÔNIO OITOCENTISTA DE VASSOURAS <i>Thiago de Souza dos Reis / Magno Fonseca Borges</i>	256
“ISSO AQUI NÃO É BAGUNÇA!” SOBRE DIFERENTES CONCEPÇÕES DE RITUAIS E CELEBRAÇÕES NO BANHO DE SÃO JOÃO EM CORUMBÁ E LADÁRIO (MS) <i>Luciana Scanoni Gomes</i>	257

GT 12. PATRIMÔNIO E LITERATURA

Silvia La Regina
Anne Greice La Regina

JORGE AMADO NO RIO DA PRATA: POETA E PROSADOR <i>Marina Siqueira Drey</i>	259
LOS RÍOS PROFUNDOS: UM OLHAR SOBRE A TRANSCULTURAÇÃO E O PATRIMÔNIO CULTURAL PERUANO <i>Shirlene dos Santos Silva</i>	260
NARRATIVAS ORAIS DO RIO DO ENGENHO (ILHÉUS-BAHIA): LITERATURA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO <i>Gisane Souza Santana</i>	261
O RELÓGIO, A CASA, A AVENIDA: MEMÓRIAS DE SÃO PAULO EM ÉRAMOS SEIS <i>Leonardo da Silva Cláudio</i>	262
PRESERVAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL LITERÁRIO FEMININO NO SÉCULO XIX E XX NO BRASIL <i>Taís de Victa Rocha</i>	263

GT 13. PATRIMÔNIO, LEGISLAÇÃO E DIREITO

Conceição Aparecida Barbosa
Lurdes Varela

A CHANCELA DA PAISAGEM CULTURAL SOB UMA PERSPECTIVA JURÍDICA: APLICABILIDADE E LIMITAÇÕES DA PORTARIA Nº127/2009 DO IPHAN <i>Luiz Felipe Lisboa Quirino</i>	265
A DESIGUALDADE SOCIAL A PARTIR DE UMA LEGISLAÇÃO QUE EMBORA CONSIDERE A VIDA COMO UM VALOR MAIOR QUE A PROPRIEDADE, APROFUNDE ESSA DESIGUALDADE <i>Artur Antonio da Rocha</i>	266

BREVES REFLEXÕES SOBRE A SITUAÇÃO DOS FLIPERAMAS, LAN HOUSES E LUDERIAS DURANTE A PANDEMIA DO COVID19 <i>Albano Francisco Schmidt</i>	267
CAPITAL FINANCEIRO ESPECULATIVO: UMA AMEAÇA AO PATRIMÔNIO CULTURAL DE COMUNIDADES DA REGIÃO DO MATOPIBA SOB MARCO LEGAL <i>Francisco das Chagas Sousa</i>	268
DESTOMBAMENTO: UM ESTUDO SOBRE AS (IM)POSSIBILIDADES E FUNDAMENTOS DA AÇÃO ESTATAL <i>Eduardo Barbosa Fernandes / Jéssica Queiroz Pereira</i>	269
GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PARANAPIACABA: A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ/SP À LUZ DOS DISPOSITIVOS LEGAIS <i>Karina Vieira dos Santos</i>	270
MOVIMENTOS DE LUTA PELOS DIREITOS AMEAÇAM PATRIMÔNIO CULTURAL <i>Conceição Aparecida Barbosa</i>	271
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E MÚLTIPLAS EXPERIÊNCIAS: ESTUDO COMPARADO PARA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS <i>Mariana Pinto Alves / Mateus Júnio da Cruz Costa</i>	272
TOMBAMENTO TÁCITO POR ACESSÃO DE BENS RECENTES: O CANTEIRO CENTRAL DA AVENIDA AFONSO PENA, EM CAMPO GRANDE-MS <i>Maria Teresa de Mendonça Casadei / Juliana de Mendonça Casadei</i>	273

GT 14. PATRIMONIO DOCUMENTAL Y BIBLIOGRÁFICO

Elvia Rosa Velasco Covarrubias
Marina del Sagrario Mantilla Trolle

BIBLIOTECA JOSÉ GUADALUPE ZUNO HERNÁNDEZ DE LA UNIVERSIDAD DE GUADALAJARA <i>Elvia Rosa Velasco Covarrubias / Marina del Sagrario Mantilla Trolle</i>	275
COLEÇÕES DE DOCUMENTO NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: ALGUNS APONTAMENTOS <i>Tiago Braga da Silva</i>	276
DA(R) VIDA PARA A HISTÓRIA: A TRAJETÓRIA SOCIAL DO DIÁRIO DE GETULIO VARGAS <i>Letícia Borges Nedel</i>	277
O ARQUIVO NA CASA DO LIVRO: O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA COLEÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL <i>Luciane Simões Medeiros</i>	278
O INVENTÁRIO DE MARCAS D'ÁGUA DA COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO <i>Marina Furtado Gonçalves</i>	279

GT 15. PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Luis Gómez Gastélum

Lluís Mundet i Cerdan

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO A PARTIR DAS CARTAS INTERNACIONAIS E DA LEGISLAÇÃO NACIONAL: ÊNFASE NO PROCESSO EDUCACIONAL

Luis Claudio Gonçalves Junior.....281

AS LÁGRIMAS DO ESQUECIMENTO: ARQUEOLOGIA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA DAS LÁPIDES FUNERÁRIAS DOS CEMITÉRIOS HISTÓRICOS DO SÉCULO XIX-XX EM MANAUS

Tatiana de Lima Pedrosa Santos.....282

DA IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA UMA COMUNIDADE: O CASO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA DE RETUMBA

Arthur Franklin Ferreira Lopes.....283

EL INSTITUTO JALISCIENSE DE ANTROPOLOGÍA E HISTORIA: UNA EXPERIENCIA LOCAL EN LA GESTIÓN DEL PATRIMONIO ARQUEOLÓGICO MEXICANO

Luis Gómez Gastélum / Cristina Ramírez Munguía.....284

O FORTE DE SANTA TECLA: ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO

Paloma Falcão Amaya.....285

PAISAGEM URBANA E O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PATRIMONIALIZADO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Jeanne Cristina Menezes Crespo.....286

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO SUL DE SANTA CATARINA: AÇÕES PARA VALORIZAÇÃO DO LEGADO CULTURAL PRÉ-COLONIAL

Geovan Martins Guimaraes.....287

GT 16. PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO

Jessica Marcelli

Julio Sampaio

"MIS VIAGES A CEMENTERIO" POR MARIANA ENRIQUEZ

Renata Bastos da Silva.....289

A BELEZA DO SAGRADO CATÓLICO FLUMINENSE: ARTE E DEVOÇÃO NA IMAGINÁRIA COLONIAL DUQUECAXIENSE

Elaine Tavares de Gusmão.....290

A PRAÇA XV ALÉM DAS BARCAS: EXPLORANDO NOVAS TERRITORIALIDADES

Isabella Shor Pereira.....291

AS CASAS DA ECOLOGIA: ANÁLISE DAS TIPOLOGIAS DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS NO BAIRRO ECOLOGIA DO CAMPUS DA UFRRJ

Andressa Pazianelli Leite / Roberta Soncini Sant'Anna Cruz / Matheus de Freitas Minervino / Ana Luisa Ramos de Castro.....292

CHALÉS EM OURO PRETO: AS INFLUÊNCIAS SOBRE A SUA PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUITETÔNICA (1880-1950) <i>Bruna Carneiro Leão Simões</i>	293
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PRESERVAÇÃO PATRIMÔNIO EDIFICADO: A DIMENSÃO DE CONFLITO ENTRE A NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AS DIFICULDADES NO RECONHECIMENTO DOS VALORES DA ARQUITETURA MODERNA <i>Aianne Bilitário Cerqueira</i>	294
ENTRE A PRAIA E O COSTÃO: REFLEXÕES SOBRE O MUSEU ARQUEOLÓGICO AO AR LIVRE DO COSTÃO DO SANTINHO <i>Maria Vitoria Vieira Capote Gonzaga</i>	295
ESTUDO DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES E CONSTRUÍDOS DO MUSEU INTERNACIONAL DE ARTE NAIF DO BRASIL E DA PRAÇA SÃO JUDAS TADEU - COSME VELHO/RJ <i>Clarissa de Paula Senna</i>	296
ETNOCONSERVAÇÃO URBANA: DIRETRIZES PARA A GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL CARIOCA <i>Alda de Azevedo Ferreira</i>	297
GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO: O PLANO DE GESTÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA – 2016 <i>Isabela Duarte Dutra</i>	298
HABITAÇÃO EM CENTROS HISTÓRICOS: A PERMANÊNCIA DO LOTE URBANO COLONIAL VERSUS USOS CONTEMPORÂNEOS NA RUA DO VIDÉO, BARBALHA <i>Giovanna Garcêz Freire</i>	299
KILOMÈTRE 47: UM PAINEL E SEUS MÚLTIPLOS DESÍGNIOS <i>Helio Luiz Herbst Junior / Renan da Silva Santana / Ada Luísa de Oliveira Pires</i>	300
O ENTORNO DA ACRÓPOLE DE ATENAS: UM OLHAR PARA O PROJETO PAISAGÍSTICO DE DIMITRIS PIKIONIS <i>Thais Piffano Oliveira</i>	301
PATRIMÔNIO RELIGIOSO DA SÃO PAULO DO SÉCULO XVIII <i>Edgar da Silva Gomes</i>	302
PLANOS DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA PARA EDIFÍCIOS HISTÓRICOS: UMA PROPOSTA PARA A IGREJA DA PENHA, RIO DE JANEIRO <i>Carla dos Santos Feltmann / Carla Maria Teixeira Coelho</i>	303
PRESERVAÇÃO DA CASA GRANDE - A PERMANÊNCIA DO SABER FAZER DO PAU-A-PIQUE EM RIBEIRÃO GRANDE – SP <i>Silvia Ferreira Santos Wolff / José Antonio Chinelato Zagato</i>	304
REINVENÇÃO DA PINTURA DE QUADRATURA: O CASO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA EM BELÉM DO PARÁ POR ANTÔNIO JOSÉ LANDI <i>Elna Maria Andersen Trindade / Mateus Carvalho Nunes</i>	305

TERESINA, CIDADE E MEMÓRIA: LEVANTAMENTO E ANÁLISE DA
DESCARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO DA
REGIÃO CENTRAL DA CIDADE NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS
Amanda Cavalcante Moreira.....306

VIA LIGHT E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU:
DESDOBRAMENTOS SOBRE O PASSADO E O FUTURO
Luiz Cláudio Brites Lobato.....307

GT 17. PATRIMÔNIO IMATERIAL: TRADIÇÕES, FOLCLORE

Luz María Pérez Castellanos (Universidad de Guadalajara)

María Esperanza Rock Núñez (OTEC Cultura y Territorio)

BAIXADA FLUMINENSE, ARTE URBANA E IDENTIDADE CULTURAL:
REVITALIZARTE EM MESQUITA/RJ VISIBILIDADE À RIQUEZA INVISÍVEL
Isabela de Fatima Fogaça / Luiz Kleber Rodrigues Farias.....309

CREACIÓN ARTÍSTICA, REPRESENTACIONES Y MEMORIA DEL TRABAJO
INDUSTRIAL EN ASTURIAS
Rubén Vega García.....310

CULTURA Y TERRITORIO: ACTIVISMO POR LA MEMORIA, ARTES, OFICIOS Y
SABERES
María Esperanza Rock Núñez / Andrés Torres González.....311

EL ARCHIVO DE FUENTES ORALES PARA LA HISTORIA SOCIAL DE ASTURIAS
(AFOHSA), UNIVERSIDAD DE OVIEDO/MUSÉU DEL PUEBLU D'ASTURIES
Irene Díaz Martínez.....312

EXPOGRAFIA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: ANÁLISE SEMIÓTICA DA EXPOSIÇÃO
"FESTA BRASILEIRA: FANTASIA FEITA À MÃO
Karoline Santana Guimarães.....313

LA MEMORIA SALVA VIDAS: ACTIVANDO EL DERECHO A LA MEMORIA Y
EDUCACIÓN ANTE DESASTRES. FUNDACION PROYECTA MEMORIA
Camila Constanza Wirsching Fuentes / Marianela del Pilar Camaño Saavedra.....314

O CARIMBÓ E A SUA REPRESENTAÇÃO IMAGÉTICA PARA A SALVAGUARDA DO
PATRIMÔNIO IMATERIAL
Pierre de Aguiar Azevedo.....315

OS CARREGADORES DO PAU DA BANDEIRA E O PATRIMÔNIO CULTURAL
IMATERIAL DE BARBALHA/CE
Thaís Pereira da Silva.....316

PLAN LOTA; HACIA UN SITIO DE PATRIMONIO MUNDIAL, CHILE
Hilda Irene Basoalto Mosquera.....317

“AMAZONAS CONTROLADAS DE NUEVA GALICIA”
Vanina María Teglia.....318

GT 18. PATRIMÔNIO, ARTES E MÚSICA

Claudia Alejandra Benítez Palacios

Valéria Guimarães (UFF)

ARTE SACRA AFROBRASILEIRA EM PROCESSOS CRIMINAIS DO ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO <i>Arthur Gomes Valle</i>	320
CANCIONEIRO FEMININO DO PARÁ: CONSERVAÇÃO E DIFUSÃO DE CANÇÕES DE AUTORIA FEMININA, DA “BELLE ÉPOQUE” ATÉ A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX <i>Dione Colares de Souza / Leonardo José Arango Coelho de Souza</i>	321
MEMÓRIA DO CONGADO MINEIRO EM JUIZ DE FORA: 12 ANOS DO GRUPO "INGOMA" PELA MÍDIA LOCAL <i>Carla Baldutti Rodrigues</i>	322
O ACERVO DO MULTIARTISTA VALDIR AGOSTINHO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO COMO HORIZONTE DE EXPECTATIVA <i>Luciano Py de Oliveira</i>	323
PATRIMÔNIO CULTURAL E SUAS MÚSICAS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES <i>Andréia Veber</i>	324
REDESENHANDO A MEMÓRIA LOCAL: VIAJANTES EXPEDICIONÁRIOS - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM PONTA GROSSA/PR <i>Fábio Martins</i>	325

07 A 11 DE JUNHO DE 2021
ciipc2020.rj.anpuh.org

III CONGRESSO INTERNACIONAL
E INTERDISCIPLINAR EM
PATRIMÔNIO CULTURAL:
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO,
EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR- NOVA IGUAÇU
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com o apoio da ANPUH-Rio, tem a satisfação de convidar a comunidade de pesquisadores para o **III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio**, evento que será realizado virtualmente entre os dias 07 e 11 de junho de 2021 a partir da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (campi Nova Iguaçu e Seropédica) e na Universidade Veiga de Almeida.

O **III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural** tem como objetivo reunir pesquisadores com interesse nos estudos sobre gestão do patrimônio, abrangendo as diferentes áreas e perspectivas conceituais e teóricas. Visa ainda, a partir deste recorte, reunir análises diversas sobre o que tange a reflexão no campo da educação em patrimônio. A partir do fomento ao debate interdisciplinar e internacional no campo de estudo em Patrimônio Cultural, espera-se gerar contribuições epistemológicas e metodológicas que respondam aos novos paradigmas da atualidade. Este evento reunirá professores, pesquisadores e estudantes das mais diversas instituições acadêmicas de todas as regiões do Brasil, e nossos convidados estrangeiros.

07 A 11 DE JUNHO DE 2021
ciipc2020.rj.anpuh.org

III CONGRESSO INTERNACIONAL
E INTERDISCIPLINAR EM
PATRIMÔNIO CULTURAL:
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO,
EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR- NOVA IGUAÇU
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

GT 01. Patrimônio, Turismo, Ambiente e Cidade

Maria Amália Silva Alves de Oliveira (UNIRIO)
Maria Helena Mattos Barbosa dos Santos (UFSCAR)

Caderno de Resumos

III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural:
Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio

Elis Regina Barbosa Angelo (org)
Editora Cravo, Porto, Portugal
ISBN 978-989-9037-12-0

32

A ÁREA DE ENTORNO DOS BENS TOMBADOS: UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DA PROTEÇÃO PATRIMONIAL

Paula Maria Campos Reis

O estudo, parte de uma análise geral do instituto do tombamento por meio dos métodos dedutivo e histórico, com a realização de pesquisas bibliográficas exploratórias de artigos científicos, e estudos de outras obras relativas à temática, com o objetivo central de aprofundar os conhecimentos em relação à área de entorno dos bens tombados, sobretudo quanto às restrições a ela impostas, considerando que a mesma integra todo um sentido de ambiência, identidade, historicidade e cultura, junto ao bem ao qual foi concedido uma tutela especial. Neste sentido, contata-se que a proteção a esta área de vizinhança serve como instrumento de influência para que se conserve o bem tombado em sua integridade. A saber, apesar de inserido em contexto comum com patrimônio tombado e pelo fato de também sofrer limitações no uso e gozo, a propriedade situada na zona de entorno ainda é tratada com negligência, fator que acarreta certas consequências, principalmente para os seus respectivos proprietários. Assim sendo, persiste até os dias atuais grande desafio no sentido de um claro delineamento do que seja considerado entorno, bem como, em conciliar a proteção deste e dos bens tombados com a necessidade de garantir a modernização das cidades, para inclusive possibilitar que essas cumpram sua função social. Diante do reconhecimento da relação entre o bem tombado com toda a área que o circunda, pode-se concluir que regulamentar a zona de entorno serve como instrumento essencial para manter preservado todo patrimônio, além disso, conscientizar os seus proprietários parece ser uma forma eficaz de respeito à ambiência e ao próprio interesse protegido. Os resultados aqui apresentados são parciais, haja vista a futura apuração dos impactos da presente discussão na sociedade civil.

A ESPETACULARIZAÇÃO DO MODERNISMO ESPACIAL: A IDEALIZAÇÃO DA PAMPULHA NA TRILHA DOS CÓDIGOS MODERNOS

Mariana Guedes Raggi (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)

O artigo "A espetacularização do modernismo espacial: a idealização da Pampulha na trilha dos códigos modernos" apresentado nesse Congresso tem como objetivo refletir sobre a produção do espaço do Complexo da Pampulha como projeto modernizador ao longo da gestão de JK na Prefeitura de Belo Horizonte. A idealização desse Complexo Arquitetônico, hoje Patrimônio Cultural da Humanidade, está vinculada a promoção de códigos que revelem uma cidade que enaltece e promovem novos hábitos, costumes a partir da criação de uma espacialidade que enalteça as atividades de lazer e de diversão. O Complexo Arquitetônico da Pampulha foi criado a partir da idealização de 4 (quatro) equipamentos: uma igreja; um cassino; um clube e uma casa de baile. Esse arranjo espacial, pautado numa arquitetura moderna genuinamente brasileira tinha a intenção de romper com o tradicional cenário barroco presente nas cidades históricas mineiras. Esse pioneirismo arquitetônico presente nos anos de 1940 garante o reconhecimento da UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. Entretanto, a perversidade e a desigualdade presentes na capital mineira desde sua inauguração no final do século XIX ainda permanece visível no cenário urbano. A atividade turística motivada por essa titulação acentua as desigualdades e os processos de segregação espacial a partir da mercantilização dessa nova cena urbana, cena patrimonializada e legitimada por sua importância histórica. Nesse sentido, a transformação do Complexo Arquitetônico da Pampulha em Patrimônio Cultural da Humanidade reproduz a invisibilidade daqueles que sempre estiveram a margem por direitos a uma cidade inclusiva e democrática.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL DE FORMOSA – GOIÁS

Tiago de Oliveira Ferreira (Universidade Estadual de Goiás)

Na Constituição de 1988, o meio ambiente, considerado como direito constituinte, é compreendido como bem de uso comum do povo, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de preservá-lo. Assim, considerando a importância que o patrimônio natural/ambiental tem no referencial cultural da formação histórica da cidade, bem como as imputações e competências cabíveis na manutenção destes espaços é importante o amparo preservacionista das ações que envolvem a associação do homem com o meio ambiente. Nesta pesquisa, a proposta é o estudo do patrimônio natural do município de Formosa, no estado de Goiás. A cidade é caracterizada pelos moradores e turistas como berço das águas e de paisagens naturais, exibindo a importância do patrimônio natural, como referência, visibilidade e atividade econômica local. No mapeamento do patrimônio natural do município foram identificados lugares como o Salto do Itiquira e, também, alguns localizados dentro da cidade, como a Mata da Bica e a Lagoa Feia. Assim, esse trabalho tem como objetivo o estudo dos principais patrimônios naturais existentes no município e a análise das condições a que estão acometidos, devido às atividades turísticas e econômicas. Do mesmo modo, propõe também discutir a atuação do poder executivo dos órgãos municipais da cidade de Formosa - GO, mediante as ações das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Educação e Turismo para a aplicabilidade legal e gestora de políticas públicas e mecanismos que visem à preservação desse patrimônio que integra espaço urbano, meio ambiente e ação humana, nas mais diversificadas formas.

ATIVACÃO DO LEGADO ÉTNICO PARA O TURISMO NO BAIRRO DA LIBERDADE (SÃO PAULO/SP)

Senia Regina Bastos (Universidade Anhembi Morumbi)

As cidades brasileiras receberam contingentes imigratórios significativos cujos legados étnicos são passíveis de serem mercantilizados pelo turismo. Parte do distrito da Liberdade da capital paulista foi objeto de um programa de revitalização financiado pelos comerciantes, com apoio da Prefeitura, cujo foco privilegiou o aspecto econômico, com ênfase no turismo. A perpetuação da referência japonesa em diálogo com o contexto oriental instituiu-se na paisagem por meio da inserção de expressões visuais e mobiliário urbano nos logradouros, reforçando os elementos pré-existent nas fachadas das edificações (tais como os ideogramas japoneses kanji), oferta de bens e serviços, além da realização de festivais e eventos culturais destinados a estimular a visitação e o consumo cultural. A presente proposta problematiza o campo patrimonial a partir da concepção de um destino turístico fundamentado na ativação e comercialização do legado étnico. Vitais para a identidade cultural dos imigrantes e seus descendentes, tradições culturais são continuamente ressignificadas e influenciam as interações sociais, todavia, o programa estruturado a partir da lógica do mercado visa a preservação do bairro nipônico, visto que essa comunidade constitui mercado consumidor promissor, para tanto incentiva a realização de manifestações culturais gratuitas com o propósito de atrair multidões de visitantes e turistas. Evidências de outras etnicidades são flagrantes nas áreas de menor incidência dos investimentos do programa de revitalização, bem como na reivindicação do movimento negro ao evidenciar as memórias traumáticas pré-existent associadas à escravidão e à pena de morte.

ATRATIVOS DE TURISMO MILITAR NA CIDADE DE NITERÓI: ANÁLISE DO ESTADO DA ARTE E PROPOSIÇÕES

Lucas Nunes Monteiro (Universidade Federal Fluminense)
Telma Lasmar Gonçalves (Universidade Federal Fluminense)

Nas últimas décadas, o fenômeno do turismo foi marcado pela crescente demanda por novos atrativos turísticos provocada pelo aumento do tempo livre e pelo deslocamento de pessoas é percebido em muitas cidades. Por outro lado, o rigor dos turistas na escolha de suas viagens estimula a diversidade da oferta e fomenta a segmentação de mercado com o surgimento de produtos mais variados. Entretanto, para a criação de novos produtos turísticos faz-se necessária, dentre outras medidas, a estruturação do local, a capacitação da mão de obra e a prestação de serviços de qualidade. Tendo em vista o atual contexto da pandemia da COVID-19, surgem novas preocupações em relação à oferta de atrativos. A cidade de Niterói possui relevantes equipamentos militares históricos que já são atrativos turísticos como a Fortaleza de Santa Cruz da Barra, ainda em operação militar, e os Fortes do Pico e de São Luiz, ruínas arqueológicas. O objetivo deste estudo é analisar que tipo de serviço e de estrutura esses atrativos oferecem e propor soluções que otimizem a experiência do turista, como a implantação de novas tecnologias, gestão de pessoas, melhoria do acesso, práticas de hospitalidade e estratégias de marketing, considerando-se que a competitividade existente na atividade turística exige constante atualização frente às tendências, evoluções e adaptações, sejam sociais, sejam de mercado. A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo consiste no levantamento bibliográfico acerca do Turismo Militar e do histórico dos atrativos, bem como observações sistemáticas provenientes da pesquisa de campo e a aplicação de pesquisa do perfil e das necessidades dos turistas nas redes sociais. Concluiu-se que se faz necessária a requalificação desses atrativos para que, de fato, possam efetivamente se tornarem incontornáveis para o turismo.

CAIS DO VALONGO: REFLEXÕES ACERCA DA REMEMORAÇÃO DE PATRIMÔNIOS DIFÍCEIS E O TURISMO

Débora Anízio Rios (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Nos últimos doze anos, o porto do Rio de Janeiro, estabelecido desde o início do século XX, nos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, foi cenário de intervenções urbanas do Projeto Porto Maravilha, motivadas pela realização de megaeventos os quais a cidade estava inserida. Assim, após um período de mais de trinta anos, o porto foi reconfigurado a partir de políticas públicas, que consolidaram uma nova identidade de Boulevard Olímpico. Contudo, ao passo que eram realizadas as intervenções, emergiu a possibilidade de uma contra narrativa, que, em princípio, fora ignorada nos planejamentos oficiais. Os achados arqueológicos do Cais do Valongo, tomado como um dos principais portos de entrada de africanos para serem escravizados nas Américas, mobilizou a inserção de atores sociais naquele espaço, o iluminando a partir da identidade de Pequena África. Após o início das escavações em 2011, o Cais do Valongo foi tombado em 2012, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e, em 2016, foi declarado Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Assim, no decorrer dos anos que sucederam sua rememoração, não somente o cais, mas outros lugares de memória (NORA, 1993) na região, ligados ao tráfico transatlântico de africanos, passaram a ser patrimonializados e comunicados pela da atividade turística. Nesse sentido, identificou-se a partir de um, ainda embrionário, trabalho de campo, a evocação da ancestralidade, e, ainda, a segmentação da atividade em terminologias como turismo de raízes e turismo de diáspora, como meio de distinção face às atividades realizadas em outros espaços da região, sendo o cais, o principal símbolo para essa articulação. Assim, pretende-se contextualizar teoricamente a relação entre memória, patrimônio e turismo, utilizando para tal o Cais do Valongo, na perspectiva de sua evocação como sítio de memória sensível, e sua categorização como um “patrimônio difícil” (MACDONALD, 2009).

COMPREENDENDO ALÉM DO QUE É VISTO: O PAPEL DA PAISAGEM NA DISCUSSÃO SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL EM UMA PEQUENA CIDADE

Vanessa Lopes de Miranda

Este trabalho é resultado de uma pesquisa que visa compreender as influências do turismo após implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) na paisagem de Araponga – MG, tendo em vista as relações sociais do espaço estudado. Utilizou-se como recorte temporal 1996 a 2020, período entre a inauguração do parque e o início da pesquisa. Assim, neste trabalho, discorre-se acerca do papel da paisagem na discussão sobre patrimônio cultural em uma pequena cidade de Minas Gerais, considerando que a mesma recebe influência do turismo advindo do Parque. Ao abordar “paisagem” considera-se aspectos morfológicos e simbólicos desse termo polissêmico, retoma-se que ele está atrelado à forma como as pessoas experienciam e se manifestam no espaço, assim, chega-se ao interesse de entender a percepção da comunidade que utiliza a paisagem, seja como moradia, trabalho ou fonte de alimento. Sabe-se que o Parque Estadual Serra do Brigadeiro foi inaugurado em meio a conflitos com os moradores próximos, com as prefeituras dos nove municípios que o integram e devido à inserção de normatizações para preservação das áreas verdes. Esses conflitos possibilitaram o reconhecimento de uma comunidade unida e disposta a lutar pelo uso do seu espaço, sendo Araponga uma das protagonistas nesse contexto. Houve, posteriormente, uma busca pelo equilíbrio entre o olhar externo, do especialista em patrimônio cultura ou ambiental, e o olhar da comunidade local que percebia e utilizava aquele espaço. O estudo da paisagem demanda compreender contribuições que extrapolam o que é visto, é, desse modo, preciso se aprofundar nas relações sociais presentes na memória e na história de determinado grupo para compreender as modificações ocorridas e seus significados, bem como conciliar olhares externos e internos ao município. Por fim, entender as dinâmicas presentes em uma pequena cidade de Minas Gerais pode contribuir para prognósticos futuros, além de dar voz à população que participa dessas dinâmicas.

CRISE AMBIENTAL E SOCIEDADE DE RISCO: PERSPECTIVAS EPISTÊMICAS SOBRE O PATRIMÔNIO NO ANTROPOCENO

Tiago Juliano (Unicamp)

Em que pese o registro de práticas de colecionamento humano ao longo da história, foi a emergência de valores associados à era moderna que forneceu as condições para a gênese do que hoje entendemos por patrimônio. Considerando-o uma categoria chave para compreender os nexos entre memórias, identidades e potências afetivas contemporâneas, o patrimônio opera como um refúgio de valor em uma sociedade que tem a mudança como ordem. No contexto em que a ideia de crise ambiental atinge diferentes dimensões da vida social, o patrimônio se configura como um campo de negociação de sentidos que representa fricções entre diferentes projetos sociais. O choque antropológico provocado pela superação dos limites planetários e a entrada da sociedade no Antropoceno lançam novas luzes aos patrimônios humanos. Discutem-se medidas de precaução, mitigação e conservação da natureza e cultura, cuja resiliência e capacidade adaptativa tornam-se elementos não apenas de arenas científicas, mas políticas e públicas. As mudanças ambientais globais escancaram dilemas de escassez, integridade e autenticidade do patrimônio, cuja conservação legitima certos arranjos prático discursivos. Não é novidade que o turismo se tornou um dos usos mais relevantes dos sítios do patrimônio. Contudo, a radicalização dos traços da modernidade tardia colocou em evidência um repertório de incertezas que parece atingir toda sorte de relações sociais e abalar os pressupostos ontológicos do patrimônio. A tese de uma sociedade de riscos produz novos tipos de perigos, provoca desencaixes espaço temporais, reflexividade e funde artefatos científicos e conteúdos políticos. No Antropoceno, riscos associados às mudanças ambientais afetam a forma de compreender, escolher, apropriar e conservar o patrimônio. Nossa intenção é refletir como a configuração de relações sociais orientadas pelas incertezas pode afetar eixos epistemológicos do patrimônio e sua relação com o fenômeno turístico.

DESAFIOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO CENÁRIO DA PANDEMIA DE COVID-19

Victor Hugo Geovú Esposito
Valeria Lima Guimarães (Universidade Federal Fluminense)

A Covid-19, doença que se supõe ter iniciado na China no final do ano de 2019 e que rapidamente transformou-se em pandemia, tem causado severos impactos em escala mundial, vitimando milhões de pessoas por ser de fácil contágio e provocando alta taxa de letalidade, causando também grandes prejuízos sociais e econômicos. No Brasil e mais particularmente na cidade do Rio de Janeiro, junto com o esvaziamento das ruas, agravou-se o histórico problema da falta de conservação do patrimônio cultural. Vandalismo, roubo de esculturas, corte no orçamento dos órgãos públicos responsáveis pela conservação do patrimônio e no repasse de verbas aos mantenedores das tradições populares têm contribuído para o aumento do problema. O presente artigo busca analisar as questões que cercam a preservação do patrimônio cultural e as possíveis relações com a pandemia de Covid-19. Para isso, foram reunidas notícias e artigos para compreender melhor o tema, sendo criado, em seguida, um questionário para ser aplicado de forma virtual com ativistas, cultores das tradições populares e pesquisadores ligados à preservação do patrimônio cultural. Os resultados possibilitam uma leitura crítica do momento atual, atravessado pela pandemia e pelo agravamento do problema da preservação do patrimônio cultural no Rio de Janeiro, apontando para a importância de políticas públicas e do papel da sociedade civil no incremento das ações voltadas à educação patrimonial durante e após o período da pandemia.

FAROL - UM PATRIMÔNIO EDIFICADO NO BRASIL COLONIAL, FUNDAMENTAL PARA A NAVEGAÇÃO CONTEMPORÂNEA E ÍCONE DO TURISMO CULTURAL

Roberto Anderson de Oliveira (Marinha do Brasil)

A pesquisa pretende apresentar alguns dos 200 faróis que auxiliam e dão segurança à navegação, localizados ao longo da costa, nos rios, nas lagoas e ilhas brasileiras, com potenciais atrativos turísticos. Demonstrando sua relevância histórica, destacamos o Farol de Alexandria, considerado o mais antigo de que se tem notícia, eleito como uma das sete maravilhas do mundo até sua destruição por um terremoto, no ano de 1300. No Brasil, o Centro de Auxílios à Navegação Almirante Moraes Rego, pertencente à Marinha do Brasil, é o núcleo atual de uma atividade iniciada há quase três séculos com o acendimento, no ano de 1698, do Farol de Santo Antônio, primeiro das Américas, localizado na cidade de Salvador - BA. Para nossos estudos, usaremos esse monumento como referência de experiências de gestão e por possuir peculiaridades históricas, arquitetônicas e culturais. Erguida em 1536, a primeira fortificação do país é conhecida nacional e internacionalmente como Farol da Barra e no seu interior está instalado o Museu Náutico da Bahia, condecorado no ano de 2020, pela Prefeitura da capital baiana, como primeiro colocado na categoria Equipamentos e Atrativos Turísticos, seguido pelo Elevador Lacerda e o Mercado Modelo, respectivamente. Em junho do mesmo ano, o Farol da Barra foi eleito o Farol do Ano, pelo Conselho da International Association of Lighthouse Authorities. Para este trabalho, elencamos cinco faróis - Farol de Cabo Frio, Farol de Castelhanos, Farol de Macaé, Farol Ilha Rasa, Farol São Tomé - que compõem o acervo do Patrimônio Cultural e Ambiental Militares no estado do Rio de Janeiro. A pesquisa diagnosticará essas edificações do acervo, com o propósito de avaliá-las como potenciais atrativos turísticos, a fim de desenvolver estudos que possam subsidiar a análise e organização de um projeto-piloto, oferecendo proposições e possibilidades de divulgação e ampliação para os demais estados da federação.

INOVAÇÃO E TURISMO: O PROGRAMA CITY TOUR DE ENCANTOS COMO ESTRATÉGIA PARA MINIMIZAR OS IMPACTOS ECONÔMICOS CAUSADOS PELA COVID-19 NO TRADE TURÍSTICO DO MARANHÃO

Emanuely Ferreira dos Reis Luz (Universidade Federal do Maranhão)
Kláutenys Dellene Guedes Cutrim (Universidade Federal do Maranhão)
Concilene Régia N. Campos de Carvalho (Universidade Federal do Maranhão)
Charlestony Costa de Carvalho (Universidade Federal do Maranhão)

Este artigo tem como objetivo identificar de que maneira o “Programa City Tour de Encantos” contribuiu como ação estratégica de inovação para minimizar os impactos econômicos causados pela Covid-19, do trade turístico do Maranhão. Metodologicamente, se trata de uma investigação de caráter descritivo que recorre à pesquisa bibliográfica e documental com vistas a reunir distintas concepções de autores que debatem sobre o setor turístico, impactos econômicos durante a COVID-19, estratégias inovadoras e sobre o “Programa City Tour de Encantos”, a partir de estudos em documentos, livros, revistas especializadas, artigos e periódicos, que proporcionaram uma análise e um estudo conceitual. Destaca-se que todo material recolhido foi submetido a uma seleção, a partir da qual se estabeleceu um plano de leitura. Conclui-se que o trabalho foi significativo, pois enfatiza que o “Programa City Tour de Encantos” é uma ação estratégica inovadora que além de oferecer serviços de guiamento turístico, via internet, é uma alternativa de continuidade à difusão do turismo durante a crise sanitária mundial.

MOVIMENTO, AFETO E EXPERIÊNCIAS: OS ROTEIROS DE CICLOTURISMO COMO ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM ÁREAS RURAIS

Karoliny Diniz Carvalho (Universidade Federal do Maranhão)

Rodrigo Olavo Costa Sousa (Universidade Federal do Maranhão)

O trabalho possui o objetivo de analisar o cicloturismo como estratégia de valorização dos lugares, dos saberes e fazeres comunitários, com ênfase nas áreas rurais. Como objetivos específicos, procura-se apresentar as principais características e dimensões deste segmento turístico; discutir aspectos referentes ao planejamento e organização de roteiros cicloturísticos e apontar alguns benefícios do cicloturismo na promoção e valorização dos bens materiais e simbólicos das comunidades. Eleveu-se a pesquisa exploratória de caráter descritivo, por meio do método bibliográfico (GIL, 2002). Por meio das contribuições de autores como Urry (2007), Lamont (2009), Jensen (2013), Souza (2019), o cicloturismo foi analisado não apenas um modo de transporte sustentável mas como segmento do mercado turístico que possibilita interações significativas e vivências lúdicas entre os ciclistas e os lugares visitados; no tocante aos aspectos de roteirização turística, a pesquisa apoiou-se nas discussões de Bahl (2006), Kaminski (2013), Soares (2010), os quais compreendem os roteiros como eixos de organização dos atrativos e de promoção dos destinos turísticos no mercado, ao realçar as suas particularidades ambientais e culturais. A reflexão sobre roteiros cicloturísticos e desenvolvimento dos destinos por meio de iniciativa de bases locais esteve alicerçada em Rodrigues (2001), Barquero (2002), e Burgos e Mertens (2015). Os resultados da pesquisa sinalizam para as oportunidades que podem emergir da organização de roteiros cicloturísticos, destacando-se a interação entre ciclistas e os espaços urbanos e naturais, a produção e circulação de ideias e representações sobre os lugares, bem como o estímulo a projetos de turismo de base local, por meio de práticas solidárias de valorização das comunidades e o seu patrimônio.

NARRATIVAS TURÍSTICAS SOBRE ATRATIVOS HISTÓRICOS: O CAIS DO VALONGO

Carlos Eduardo Dias Souza (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Interessa, nesta comunicação, discutir a construção de narrativas sobre atrativos históricos por Guias de Turismo. Como o fazer historiográfico tem sido mobilizado por esses profissionais? A partir de um estudo de caso na região do Porto do Rio, colocamo-nos algumas perguntas: de que maneira os profissionais de turismo têm proposto guiamentos à região? Como apresentar essa região, especialmente uma parte dela (no caso, o Valongo), como memória da escravidão atlântica e elemento central da formação nacional? A partir da fala de transeuntes na região do Valongo, espera-se destacar a relevância da narrativa proposta por Guias de Turismo não apenas como instrumento de consolidação daquele espaço da cidade como atrativo no mercado turístico, mas como mote para reflexões por aqueles que são ali conduzidos por Guias de Turismo atentos às dinâmicas históricas e sociopolíticas da região. Esta comunicação amplia uma discussão já iniciada no curta-documentário “Do Cais da Imperatriz ao Valongo”, produzido em 2019, e que permite colocar também uma questão para o profissional de História que atua na formação de guias: como perspectivas de cunho historiográfico têm sido apresentadas por nós em cursos de formação técnica de nível médio na área de turismo?

O CONCEITO DE PAISAGEM CULTURAL E OLHAR DO SUJEITO NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: O CASO DA CIDADE DE GOIÁS

Fernando Silva Magalhaes Filho (Goiás Turismo)

O presente artigo tem o objetivo de discutir o conceito de paisagem e o estudo da percepção através de metodologias participativas na construção de políticas públicas patrimoniais. Apesar de já existirem, há algum tempo, leis referentes ao patrimônio que se ocupam de firmar um elo identitário da sociedade, constatamos que, na atualidade, estas não ressoam na voz da própria população e nem alguns dos desafios da pós-modernidade, como o turismo. Dentro desse contexto o artigo traz a discussão do conceito de paisagem cultural e sua institucionalização na gestão do patrimônio cultural, evidenciamos a própria flexibilidade inerente ao seu conceito, que permite transformações a partir do olhar do sujeito observador. Como estudo de caso apresentamos uma pesquisa que buscou analisar a percepção de moradores e turistas, da cidade de Goiás, reconhecida mundialmente com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Para a realização da pesquisa foi utilizada a metodologia de mapas mentais de Kozel (2001), com o objetivo de capturar o olhar do sujeito sobre o patrimônio, para análise dos mapas, também foram utilizados conceitos elencados por Lynch (1999). Assim percebemos que uma política patrimonial que se aporte nos estudos de paisagem permite uma maior flexibilização para as mudanças naturais que ocorrem no território. O turismo existente em Goiás e em outras cidades históricas, pode transformar o espaço, assim como qualquer outra atividade econômica também irá deixar suas impressões na paisagem. A questão é estabelecer critérios para promover uma gestão participativa nas construções dessas paisagens.

O PAPEL ATRIBUÍDO AO TURISMO NOS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO DE BENS CULTURAIS IMATERIAIS: O CASO DO FREVO NO RECIFE – PERNAMBUCO – BRASIL

Bruna Galindo Moury Fernandes (Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tecn. de Pernambuco)
Mozart Fazito Rezende Filho (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Considerado Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro (2007) e da Humanidade (2012), o frevo é uma manifestação cultural e expressão artística apresentada e representada principalmente durante o carnaval e, sobretudo, em Recife, Pernambuco. A apropriação das manifestações culturais para fins turísticos enquadra-se entre as possibilidades de resultados esperados dos processos de patrimonialização. Porém, apesar da relevância do turismo para a cidade e de sua relação intrínseca com a oferta cultural, é intrigante observar que nos documentos de salvaguarda e nos estudos e pesquisas relativos ao frevo, a abordagem e discussão sobre o turismo é quase inexistente. A partir destas questões realizamos uma análise de conteúdo nos documentos requeridos e relacionados à patrimonialização do frevo para observar e refletir acerca do papel do turismo neste processo. A presente comunicação é parte dos resultados preliminares e etapa metodológica de nossa pesquisa de doutorado em turismo que se posiciona na perspectiva crítica dos estudos turísticos alicerçada pela abordagem teórico-metodológica do decolonialismo. Nosso objetivo é (re)pensar a relação turismo e patrimônio imaterial tendo o frevo como objeto de estudo levando-se em consideração a subutilização turística deste no Recife. Esta análise permitiu identificar que o turismo aparece nos documentos enquanto resultante quase que espontâneo da patrimonialização, sem apresentar elementos consistentes capazes de contribuir para a sua efetividade. Enquanto instrumento da gestão pública e sendo a patrimonialização imaterial um processo que não se encerra quando o bem é inventariado, registrado e reconhecido, pensar a incidência/atuação do turismo para além dos seus aspectos exclusivamente mercadológicos pode trazer contribuições para as discussões teóricas e à ativação da valorização patrimonial via turismo.

O PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU: UM BEM PATRIMONIAL NA BAIXADA FLUMINENSE/RJ

Marcos Paulo Moraes Oliveira (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Ainda que em muitas pesquisas a Baixada Fluminense seja representada como um cenário de insalubridade, violência e pobreza, muito se pode mensurar, positivamente, como os bens patrimoniais que nela exaltam, não só pela beleza cênica de seus atrativos turísticos, mas também pelo valor histórico-cultural, os quais integram o patrimônio cultural material e também o imaterial. Contudo, tais bens, como os recursos naturais, por mais importantes que sejam em suas funções culturais ou biológicas, somente são considerados patrimônios culturais se as comunidades locais e de seu entorno se apropriam destes como tal. O Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, por exemplo, é um destes bens que compõe o patrimônio natural não só para a cidade local, mas para toda a região da Baixada, se analisarmos o público que o visita e também o apreço cultural e ambiental que o mesmo resguarda. Por isso, é imprescindível avaliar a participação social para com a conservação deste espaço, visto que além de validar a paisagem que o mesmo proporciona, preservar um bem natural também consiste em enaltecer as relações sociais que existem entre o homem e a natureza. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é: contextualizar o parque sob uma perspectiva socioambiental e cultural junto aos princípios da educação patrimonial. E, quanto à abordagem metodológica, a elaboração do mesmo será descrita através de uma pesquisa qualitativo-descritiva, por revisão bibliográfica seguida por uma análise de entrevistas com o secretário municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo Fernando Cid, um dos representantes do Conselho Municipal de Turismo e o chefe do parque Edgar Martins.

PATRIMÔNIO CULTURAL NO RIO DE JANEIRO: UMA CONCEPÇÃO TURÍSTICA E MULTICULTURAL

Alinne Ferreira da Silva (Centro Fed. de Educ. Tecnológica Celso Suckow da Fonseca)

O Rio de Janeiro é conhecido mundialmente por seus atrativos e patrimônios, sendo uma das cidades mais requisitadas turisticamente do país (ficando em 2º lugar no ranking de melhores destinos da América do Sul de 2020, segundo o TripAdvisor) e apreciadas por turistas e habitantes. Este grande centro urbano concentra uma pluralidade de espaços e paisagens que são interpretadas a partir de diversas perspectivas com base nas associações e na organização de ideias que cada indivíduo apresenta ao longo de sua socialização. A cidade, portanto, detentora de paisagens e que se constitui a partir de uma organização do espaço, se transforma ao longo do tempo e vai se caracterizando entre o novo e o antigo, servindo como referência para a construção de uma identidade espacial. Tendo como base o desenvolvimento e o perfil multicultural da cidade grande – que resulta em um constante fluxo de entrada e de saída de sujeitos –, a análise de seus bens patrimoniais e turísticos, como o caso da estátua do Cristo Redentor, possibilita evidenciar uma possível distinção que o patrimônio pode representar para certos grupos – como de turistas e moradores – e, assim, suas aproximações e distanciamentos. Para além disso, o fato de como os patrimônios estão associados às práticas de lazer e cultura, principalmente se levarmos em conta como são valorizados turisticamente, caracterizam um espaço simbólico onde o acesso pode, muitas vezes, se tornar restrito para determinados públicos. Considerando o patrimônio cultural como uma escolha de representatividade de uma região, o perfil das grandes cidades e a heterogeneidade de sua população contribuem para uma compreensão do papel que o patrimônio ocupa na própria cidade e das consequências de seu viés turístico.

PATRIMÔNIO IMATERIAL E OS CENTROS DE INTERPRETAÇÃO PORTUGUESES: REFLEXÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES DE ADEQUAÇÃO PARA A REALIDADE BRASILEIRA NUMA PERSPECTIVA DE GESTÃO

Carlos Alberto Lidizia Soares (Universidade Federal Fluminense)

O Conceito de Patrimônio Cultural é objeto de estudo de várias áreas de conhecimento, tais como história, geografia, sociologia, antropologia, turismo e dentre outras, devido os seus significados, sua importância, a necessidade de preservação e conservação dos bens materiais e imateriais que pertencem ao um grupo social ou uma sociedade. O conceito de patrimônio cultural como demais tipos de patrimônios possui várias definições, que estão relacionadas às transformações ao decorrer do tempo do conceito de cultura de um povo ou uma população. É uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Por sua vez, o Turismo Militar possui uma gama de atrativos tanto os patrimônios culturais materiais e imateriais que devem ser estudados à luz das suas especificidades. No caso, os patrimônios imateriais são as tradições militares, os hinos, as canções de guerras, a história militar (oficial ou não), os códigos, as regras, desfiles, marchas, datas comemorativas, eventos militares, acontecimentos históricos de cunho militar dentre outros. Os centros de interpretações de turismo militar em Portugal têm como principal objetivo a preservação e a divulgação das tradições militares e os seus valores, da mesma forma que os Centros Culturais do Exército no Brasil. Os centros de interpretação, em Portugal, têm características que ampliam as possibilidades de interação com os visitantes: explica e oferta uma interpretação, mas também regula e disciplina os fluxos de visita, suportadas por uma pesquisa científica uma vez que estes centros se encontram dotados de locais de trabalho administrativos, de centro de documentação e de investigação. O objetivo desta pesquisa é de promover reflexões sobre as possibilidades de uma adequação, numa perspectiva de gestão, dos centros culturais militares no Brasil.

PENSANDO A GESTÃO DE CIDADES-PATRIMÔNIO NO CONTEXTO DES-RE-TERRITORIALIZADOR: O CASO DE PENDO-AL

Daniella Pereira de Souza Silva (Universidade Federal de Sergipe)

Os projetos de reabilitação urbana têm partido do pressuposto de que o território é definido exclusivamente em associação à ideia de domínio ou de gestão de uma área específica. Ele assume uma conotação passiva e associada a um receptáculo de ações, como se fosse um espaço liso, desprovido de relações sociais conflitantes. Tais projetos se circunscrevem na lógica da patrimonialização que têm como principal objetivo a criação das condições ideais para posicionar uma cidade-patrimônio no mercado turístico de forte concorrência entre elas. A presente comunicação objetiva refletir sobre as condições que favorecem mecanismos de gestão baseados no processo des-territorializador e re-territorializador fundado na i-mobilidade espacial de moradores e empresários situados nas cidades-patrimônio. O município de Penedo em Alagoas, reconhecido como Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico em 1996 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi analisado como referência. A pesquisa de caráter exploratória, desenvolveu-se por meio de levantamento bibliográfico e documental e também através da realização de entrevistas semi-estruturadas com 15 moradores e 13 empresários do perímetro tombado. Para a seleção dos moradores adotou-se a técnica bola de neve. Constatou-se que o processo de des-re-territorialização na gestão de cidades-patrimônio como Penedo vai se concretizando num “continuum” provocado pelas normatizações resultantes do processo de patrimonialização e não como consequência das ações individuais e coletivas dos sujeitos usuários e residentes. Foi a patrimonialização que possibilitou descortinar a percepção sobre patrimônio na condição de patrimônio-recurso funcionalmente delimitado para o controle e para o consumo turístico.

POSSIBILIDADES E ENTRAVES PARA A CONSOLIDAÇÃO DO TURISMO DE EXPERIÊNCIA NOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS NO CENTRO HISTÓRICO

Ylanna Mendes Silva (Universidade Federal do Maranhão)

O turismo é um fenômeno global que abrange um setor tanto financeiro quanto cultural. Sabendo a importância de sua prática para a cultura e economia da cidade, esta pesquisa propõe uma análise sobre a aplicação do Turismo de Experiência, sobretudo nos empreendimentos no Centro Histórico, analisando os entraves que impedem a sua prática e consolidação, gerando discussões e levantando possibilidades sobre o que pode ser feito para relacionar os negócios com o turismo de experiência. A pesquisa tem caráter teórico com base em leitura de artigos e livros, buscando o aprofundamento do termo e seus conceitos seguindo autores influentes do tema, e posteriormente a análise de questionários aplicados com donos de empresas e guias turísticos. O estudo está ligado ao projeto de pesquisa “As dimensões do conceito de experiência aplicadas aos produtos turísticos comercializados no Centro Histórico de São Luis, MA”, e visa, além de levantar novas reflexões sobre o desempenho do turismo de experiência na cidade, a adaptação dos serviços turísticos com novas ideias e negócios criativos que possam contribuir para o turismo local, aumentando a difusão da cultura, e o patrimônio material, bem como a possibilidade da implantação de atividades que impulsionem a economia.

RELAÇÕES TRANSVERSAIS CONCEITUAIS ENTRE TURISMO DE EXPERIÊNCIA E PRODUÇÃO ARTESANAL: VALORIZAÇÃO CULTURAL NO PROCESSO DE PRODUÇÃO ARTESANAL DO CEPRAMA EM SÃO LUÍS/MA

Jaqueline Santos Costa Leite (Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão)

O presente trabalho tem como objetivo principal estudar as relações conceituais que se entrelaçam entre o fenômeno turístico e a valorização da Cultura local da cidade de São Luís/MA. Tendo como objeto de estudo o processo de desenvolvimento da produção, exposição e venda de artesanatos no Centro de Produção Artesanal do Maranhão (CEPRAMA). Para isso, buscou-se discorrer sobre o fenômeno da experiência atrelado à atividade turística na cidade de São Luís, analisando o processo de interação entre turistas e população local dentro da dinâmica do Centro de Produção de Artesanato instalado na antiga Fábrica Têxtil Cânhamo. Atendo-se a conceitos mais abrangentes como turismo de experiência e valorização cultural e se desdobrando em conceitos mais específicos como patrimônio e identidade. A pesquisa se mostra relevante por estudar uma atividade de grande importância para a economia da cidade, o turismo cultural, que busca valorizar a cultura local através da apreensão de conhecimento do turista e da comunidade. Para que a discussão se desenvolvesse, recorreu-se a autores como: Eagleton (2011), Barreto (2003), Fernandes (2015), Hall (2006), Panosso Netto (2010), Tuan (1983), entre outros. Esta é uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental (posto que se caracteriza como um dos capítulos da Dissertação de Mestrado futuramente irá analisar aspectos instrumentais da pesquisa in loco), onde a discussão busca manter um diálogo interdisciplinar e transversal entre os conceitos, focando na importância da valorização cultural e nos ganhos que o fenômeno turístico pode proporcionar à cidade de São Luís/MA.

REQUALIFICAÇÃO ESPACIAL DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS-MA: EXPERIÊNCIAS TURÍSTICAS E TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS

Vanderley Rabelo de Jesus (Universidade Federal do Maranhão)

Os Centros Históricos brasileiros compõem um conjunto de regiões importantes para o turismo nacional, comumente planejado para usos sociais e turísticos de forma paralela. A requalificação desses espaços torna-se vetor de potencialização das transformações espaciais fundamentadas em intenções marcadamente capitalistas, resultado de uma cultura global de funcionalização mercadológica dos espaços da cidade, sobretudo aqueles com potencial para atividades econômicas. O objetivo da pesquisa foi analisar como as experiências turísticas em projetos realizados no Centro Histórico de São Luís-MA influencia na requalificação e transformação espacial da região, partindo da análise, com auxílio de pesquisa bibliográfica e trabalho empírico, de percepções de turistas e moradores locais sobre as experiências vivenciadas nesses projetos. O turismo adentra neste contexto como catalisador de interesses, pois promove o desenvolvimento socioeconômico ao mesmo tempo que contribui para a preservação da identidade do lugar por meio de suas experiências, que envolvem um outro tipo de transformação dos espaços, aquela articulada não apenas com a dimensão física, mas também com os processos subjetivos e simbólicos presentes na relação turismo e espaço da cidade.

SANTA CRUZ E PETRÓPOLIS: DUAS RESIDÊNCIAS DE VERANEIO IMPERIAL COM DESTINOS TÃO DISTINTOS

Andressa de Aguiar Lobo (NOPH-Ecomuseu de Santa Cruz)

Após a publicação da Carta de Pelotas, cidades históricas de todo o país passaram a repensar seu projeto de urbanização de forma a não extinguir sua história, nem construções antigas. Com o tempo, a conservação e preservação destes patrimônios se tornou um atrativo a parte para o turismo de tais localidades, sendo muitas vezes o que define suas escolhas pelos turistas. O presente estudo apresenta o destino de duas residências de veraneio da Família Imperial e a forma como se desdobraram para o seu desenvolvimento local (abordando ou ignorando sua história). Em uma delas o turismo é reconhecido pelo poder público e seus patrimônios são resguardados pela população; na outra o desconhecimento da história local faz com que a população considere seus “prédios velhos” um atraso no desenvolvimento da região. Para a mudança deste cenário, sugere-se ações pertinentes à carreira de Relações Públicas, primeiramente junto à população local - visto que, se depender unicamente do poder público, a região perde investimentos para produtos turísticos já consagrados na cidade do Rio de Janeiro -, e posteriormente o envolvimento da sociedade em geral.

TURISMO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTOS PARA UMA FORMAÇÃO MAIS LÚDICA, SIGNIFICATIVA E CIDADÃ

Jessica da Silva Rosa

O estudo em questão, tem o intuito de analisar, a importância do turismo pedagógico para a formação completa de cidadãos, em âmbitos sociais, culturais e políticos, ao observar a importância do acesso a espaços turísticos e históricos, contribuem para a ampliação das perspectivas do aluno em relação ao mundo. Tal estudo, tem como foco a maneira como o turismo pedagógico é trabalhado e recebido pelo estudante da escola pública, onde boa parte da clientela é constituída por crianças oriundas de famílias de baixa renda e com pouco acesso a lazer ou cultura. Dessa forma, as atividades de aula passeio realizadas pela escola, para além de um objetivo de aprendizagem, se constitui como única fonte de acesso a pontos turísticos para muitos alunos. Assim sendo, o trabalho pretende analisar como a atividade turística impacta de forma positiva a formação do indivíduo, considerando não apenas a visitação em si, mas todo o projeto de pesquisa e planejamento do passeio realizado ainda em sala de aula, e também o deslocamento para o local, que envolve a descoberta de espaços e histórias da cidade até então desconhecidas pela clientela da atividade. Além da questão social e de percepções que a atividade envolve, pretende-se também, dissertar sobre a importância de uma educação que ultrapasse os muros da escola como uma ferramenta que complementa a conhecimento abordado em sala de aula, visto que permite ao aluno vivenciar de forma prática os conteúdos trabalhados em sala de aula. Ao se abordar questões relevantes como preservação ambiental e outros temas inclusos no planejamento. Dessa forma, espera-se verificar que o turismo pedagógico, é indispensável para que o aluno receba uma educação completa, visto que contribui para que o mesmo, amplie suas análises sobre mundo e sua história, e torna o conteúdo estudado em sala de aula mais palpável e proveitoso.

TURISMO, PATRIMÔNIO E ARTESANATO: UMA PROPOSTA EDUCATIVA PARA O TERRITÓRIO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA ASPIRANTE UNESCO

Bibiana Schiavini Gonçalves Toniazzo (Universidade Federal do Rio Grande)
Marta Rosa Borin (Universidade Federal de Santa Maria)

O presente estudo aborda os resultados parciais da pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria – PPGPC UFSM. A proposta visa reconhecer o saber-fazer artesanal da palha do trigo e de milho como patrimônio cultural do Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO. Para tanto, estamos criando um material pedagógico de orientação e sensibilização da comunidade escolar sobre esse saber-fazer artesanal, pois ele, não somente faz parte da prática artesanal como potencializa a geração de emprego e fomenta o Turismo de Base Comunitária através de aspectos culturais e sustentáveis associados ao projeto Geoparque Quarta Colônia. A região da Quarta Colônia, localizada na região central do Rio Grande do Sul, tem sido tema de estudos científicos que contribuem para a compreensão da chegada dos primeiros imigrantes na região, predominantemente, italianos e alemães que legaram a seus descendentes costumes e tradições que se perpetuam até os dias atuais. O Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO é uma área de abrangência de nove municípios conectados a constituição do território, onde evidências paleontológicas de fósseis e marcante patrimônio cultural e natural no território. A proposta de educar para o patrimônio, a partir do Geoparque Quarta Colônia visa contribuir para ressignificar sua própria história, fortalecida por uma identidade voltada para suas referências culturais, neste caso, advindas do artesanato da palha de trigo e milho das localidades. Com o resultado pretende-se sensibilizar os atores sociais no âmbito escolar, comunitário e turístico contribuindo para consolidação do Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO.

07 A 11 DE JUNHO DE 2021
ciipc2020.rj.anpuh.org

III CONGRESSO INTERNACIONAL
E INTERDISCIPLINAR EM
PATRIMÔNIO CULTURAL:
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO,
EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR- NOVA IGUAÇU
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

GT 02. Patrimônio e Política

Eloísa Capovilla (UNISINOS) *in memoriam*

Hilda Jaqueline de Fraga (UNIPAMPA)

Vera Lúcia Maciel Barroso (Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre)

Caderno de Resumos

III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural:
Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio

Elis Regina Barbosa Angelo (org)
Editora Cravo, Porto, Portugal
ISBN 978-989-9037-12-0

58

A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS NAS COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS DA COSTA VERDE DO RIO DE JANEIRO-COMUNIDADE DE MARAMBAIA E COMUNIDADE DE SANTA IZABEL E SANTA JUSTINA

Elizete Modesto de Souza Marinho Lopes

O presente trabalho tem como objetivo um estudo sobre a aplicação de políticas públicas, ou melhor, a ausência de políticas públicas na comunidade quilombola de Marambaia, situada na ilha do mesmo nome, no município de Mangaratiba, e Comunidades de Santa Izabel e Santa Justina também situadas no município de Mangaratiba, ao sul do Estado do Rio de Janeiro na chamada Costa Verde. Para efetivação do trabalho tivemos como opção fazer um pequeno estudo etimológico da palavra quilombo bem como sua origem. Esse estudo foi acrescentado de definições de quilombo tanto ontem como as definições aplicadas hoje, origem dos povos escravizados que vieram para o Brasil, caracterização das principais comunidades remanescentes quilombolas no extremo sul do estado Rio de Janeiro, localização do Quilombo de Marambaia, origem do nome, localização do quilombo de Santa Izabel e Santa Justina e a especulação imobiliária que ocorre na comunidade. Optamos também por focar algumas dificuldades encontradas pelas comunidades em estudo, incluindo as dificuldades causadas pela atual pandemia.

A CIDADE SEM PASSADO

Pedro Valle Souza

O presente trabalho procura através da análise historiográfica da documentação, estabelecer paralelos sobre a destruição e submersão da cidade de São João Marcos, através dos lugares de memória em relação a cidade. Com o decorrer da pesquisa, visitar o parque arqueológico e ambiental de São João Marcos se tornou um programa quase quinzenal em nosso cotidiano de pesquisa. Andar pelas ruínas, conversar com os funcionários, a cada dia uma impressão nova, mas sempre o mesmo sentimento de procura de significados e “por quês?”. Foram muitas tardes andando pelas ruínas do centro da cidade e arredores. Muitos eventos são realizados no local, mas poucos que se relacionem realmente com o patrimônio ali preservado ou com a questão da educação patrimonial. De toda forma, para nós, ir a São João Marcos é sempre visitar o passado olhando para o presente, mesmo que isso traga à tona sentimentos que construímos ao analisar o que foi feito da cidade e como sua história é tratada de forma aparentemente mais suavizada pela proposta do parque, como uma forma de redenção depois de décadas de total silêncio. Retratar lugares, espaços, ligados ao sentimento de dor e angústia sempre é problemático, um bom exemplo disso é pensado e sentido por Didi-Huberman em sua obra *Cascas*. Através do livro *Cascas*, de autoria de Didi-Huberman, pretendemos estabelecer uma reflexão sobre a utilização e mercantilização de espaços traumáticos, compreendendo as diferentes intensidades de cada evento traumático e seus diferentes impactos e relevâncias. Nesse sentido, nossa experiência de adentrar o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos e os sentimentos e percepções através do vivido, as experiências e percepções de Didi-Huberman. Mas propondo uma visão, criada em ambos os lugares o que Benjamin se refere quando diz em suas teses que “todo documento de cultura é também documento de barbárie”, em seus escritos sobre o conceito de História.

A DESTRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA ESTRADA DE FERRO MADEIRA MAMORÉ: ENTRE UMA POLÍTICA PRECÁRIA DE PRESERVAÇÃO E O IMPACTO DA NATUREZA (2007-2017)

Alexandre Pacheco (UNIR)

Este trabalho se propõe a realizar uma análise estética e histórica do complexo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré - EFMM, na cidade de Porto Velho (RO), a partir de dois eventos: de um lado, os resultados de sua restauração/revitalização a partir do ano de 2007; de outro, o impacto que sofreu da grande enchente do rio Madeira no ano de 2014. A fundamentação teórico-metodológica levará em conta os estudos de Manuel Rodrigues Ferreira, Yêdda Pinheiro Borzacov, Francisco Foot Hardman e João Cezar de Castro Rocha sobre essa problemática amazônica. Autores que contribuem para a percepção de como uma política inadequada de preservação e o impacto destrutivo da natureza silenciaram a memória material da Estrada de Ferro Madeira Mamoré nos últimos anos. A partir desse contexto contemporâneo da EFMM em Porto Velho, cada vez mais suas ruínas remanescentes assumem a função de expressar esteticamente certos “re carregamentos” históricos da ambiência social e cultural do contundente passado da ferrovia.

A MEMÓRIA COMO SUTURA: A ARPILLERIA COMO TESTEMUNHO TÊXTIL DA DITADURA MILITAR CHILENA (1973-1990)

Erica Barros de Almeida Araújo (SEEDUC)

O objetivo deste artigo é averiguar de que maneira a técnica popular chilena da arpilleria foi apropriada pelas mulheres sob a forma de testemunhos têxteis no intuito de denunciar às violações de direitos humanos na ditadura militar no país. Lançando luz sobre o objeto da arpilleria podemos identificar alguns desdobramentos a serem investigados no que se refere aos limites entre a arte e a artesanaria na contemporaneidade, assim como os conjuntos de memória que o envolve: a técnica da arpilleria, peculiar da cultura popular chilena, os materiais utilizados na sua confecção, seu deslocamento a partir da função política que evidencia a luta pelos direitos humanos empreendida pelas mulheres chilenas nos anos de ditadura e seu caráter narrativo como testemunho têxtil que conta através de histórias individuais bordadas com retalhos de pano as lembranças que compõe o quadro de um passado recente e doloroso na memória coletiva do país. E por fim, sua exibição no espaço tradicionalmente sacralizado dos museus, evidenciando tanto uma nova perspectiva de arte que abraça a cultura popular, dissolvendo limites entre arte e artesanato, popular e erudito, como uma nova concepção de museu que abre lugar de centralidade para divulgar a arte dos de baixo.

A PATRIMONIALIZAÇÃO DA CULTURA POPULAR: A QUEM SE DESTINA O (RE)CONHECIMENTO DA CULTURA?

Marlon Santos Dias (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Lucas dos Santos Figueredo (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Gabriel de Almeida Martins (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

O campo da cultura é um campo que detém enormes complexidades, sejam elas de operacionalização/sistematização, sejam através da compreensão do terreno de disputa a qual a cultura se insere. Nesse sentido, o atual ensaio busca suscitar reflexões essenciais para que seja possível compreender a quem se destina o financiamento da cultura, ao menos na esfera brasileira. Para tanto, foi utilizada a discussão levantada por Stuart Hall acerca da complexidade da cultura popular, em consonância com as reflexões de Funari e Angelo acerca do patrimônio cultural. A partir dessas reflexões teóricas, é possível compreender como se operacionaliza o campo de disputa da cultura popular, sobretudo no campo do patrimônio, a partir do financiamento da cultura no Brasil. Um exemplo se dá a partir da análise do (re)conhecimento dado a preservação do Museu Vivo de São Bento, que guarda a memória do único povo ameríndio (jacutingas) que viveu na região da Baixada Fluminense, e do Museu Histórico Nacional, que sua preservação remete à memória da Coroa Portuguesa.

ACERVOS ARQUEOLÓGICOS AMAZÔNICOS SALVAGUARDADOS DISTANTES DOS SÍTIOS DE ORIGENS

Arnoud de Oliveira Batista Filho (Universidade do Estado do Amazonas)

Essa pesquisa buscou compreender os meandros legais e documentais, traçando os caminhos percorridos, do material arqueológico exumado nas escavações arqueológicas promovidas, no município de Parintins-AM, interior do estado do Amazonas, nos últimos 15 anos, a luz da discussão sobre democratização de acesso aos bens patrimoniais, na Amazônia. Trata-se de coleções arqueológicas musealizadas, em duas instituições de guarda, distante do local de origem. Assim refletimos sobre gestão e acesso da população dessa localidade as coleções, reforçando a necessidade da política democrática de gestão de acervos arqueológico, garantindo o acesso dos distintos públicos e regiões mais afastados dos grandes centros urbanos, na região Amazônica. Locais de onde esses materiais são retirados por ação de salvamento via projetos de licenciamento ambiental e de projetos de pesquisas acadêmicas. São, sem dúvida, acervos da cultura material que compõem parte da história e memória da ocupação humana seja de Parintins, neste estudo, seja de outras cidades do interior do estado. Carregam em comum ser pouco conhecidos ou acessíveis pela sociedade local devido estar salvaguardado, quase sempre, em lugares distantes da origem da escavação arqueológica.

AFRO-REPARACIONES Y PATRIMONIO CULTURAL. REFLEXIONES SOBRE LAS TENSIONES ENTRE MEMORIAS INSURGENTES Y LAS POLÍTICAS DEL PATRIMONIO CULTURAL

Juan Carlos Piñango Contreras

Han transcurrido varios siglos desde el inicio de una de las mayores tragedias de la humanidad, la Trata trasatlántica, para principios del siglo XVIII el personal de las plantaciones en América Latina estaba compuesto por cientos de miles de cautivos africanos. Estos procesos sociales estuvieron enmarcados en contextos muy dinámicos y violentos, generando resistencias y enfrentamientos, de allí surgieron los cumbes, quilombos y palenques, registrados en pocos pasajes de las historias oficiales, a través de las cuales se restó su importancia histórica. Los cumbes, quilombos y palenques han sido reseñados en textos contemporáneos como espacios de liberación, creados a partir del siglo XVI, por los africanos y sus descendientes para refugiarse una vez que lograban escapar del sistema de explotación esclavista, es importante destacar que muchos de estos espacios aún existen y, en la actualidad, son fuente de debates académicos y políticos por su relevancia como espacios de resistencia contra la discriminación aun presente en nuestras sociedades desiguales. En las últimas décadas, por un lado, los Estados latinoamericanos han implementado las declaratorias de patrimonio cultural como políticas de inclusión y, por otro lado, ha logrado notoriedad el impulso de otras narrativas, con perspectiva crítica, que dan cuenta de la necesidad de reconocimiento hacia los sectores invisibilizados, y sus memorias insurgentes, como los afrodescendientes. Considerando que dichas políticas culturales enfrentan un contexto de racismo estructural, en el que la desigualdad y el silenciamiento han jugado un papel importante en la exclusión históricas de estas comunidades, nos proponemos reflexionar sobre las tensiones que se generan entre las demandas sociales de reparaciones históricas por la esclavitud, incluyendo y la implementación de políticas de patrimonio cultural afrodescendiente. ¿Las declaratorias de patrimonio cultural pueden contribuir con políticas de silenciamiento?

DANO AO PATRIMÔNIO OU RELEITURAS DO ESPAÇO PÚBLICO? O CASO DAS ESTÁTUAS EM LOGRADOURO PÚBLICO

Jordanna Fonseca Silva (Universidade de Brasília)

Pretende-se com esta comunicação refletir sobre o lugar político, simbólico, das estátuas que povoam e enfeitam as ruas e praças das cidades quando são promovidas a algo além de um objeto estético. Intervenções materiais e simbólicas como pixo, grafites, destruição etc., consideradas em geral danos ao patrimônio, surgem como novos usos e apropriações feitas pelos diferentes grupos. Nesse sentido, com base em reportagens e uma análise documental, percorreremos períodos e contextos diferentes do século XXI, onde estátuas sofreram modificações, sendo revistas, retiradas ou derrubadas. Daremos ênfase ao movimento Black Lives Matters, 2020, que provocou uma série de protestos sociais com implicações diretas sobre o que entendemos por monumentos históricos, em especial as estátuas. Assim, nos espaços públicos das grandes cidades, nas ruas, avenidas, praças, parques etc., podemos vislumbrar o dinamismo do patrimônio onde os objetos supostamente ornamentais, que parecem se ater somente à estética e indumentária urbanas, são colocados como marcos políticos, narrando a história da cidade, permeada de conflitos no que diz respeito à memória da coletividade, à identidade e pertencimento dos grupos e seus valores. Foram selecionados casos em Bagdá, Espanha, Geórgia, Ucrânia, Estados Unidos, Chile, África do Sul, Nova Zelândia, Bélgica, República Checa, Inglaterra, Suíça e Brasil.

DEMOCRACIA E PATRIMÔNIO: PAÇO IMPERIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PATRIMONIAIS DA SPHAN (1980-1990)

Alessandra Schimite da Silva (TV Globo)

Este estudo propõe a análise dos processos de “repatrimonialização” e “revocacionamento” do edifício do Paço Imperial, no Rio de Janeiro, a partir da conjuntura dos anos 1980, com ênfase em suas aproximações e relações com as políticas públicas culturais federais elaboradas no período de abertura política e redemocratização. O objetivo é compreender a constituição deste espaço cultural identificando o ideário expresso em torno de seu projeto de “restauração” e institucionalização, bem como discutir as memórias, os sujeitos e as identidades mobilizadas para a construção de sua narrativa como patrimônio cultural e suas proposições de uso, além de apresentar as ambiguidades nas ações adotadas pela SPHAN neste período marcado pela transição na política nacional e de patrimônio. O Paço Imperial dos anos oitenta torna-se um exemplo para o entendimento da complexidade dos bens edificados e da possibilidade de atribuição de valores a esses bens de forma contínua, isto é, da construção ativa do patrimônio, do papel dos especialistas e da comunidade e, em sobretudo, dos conflitos que atravessam esses processos.

DESERTO DE NEGEV: HISTÓRIA AMBIENTAL E PAISAGEM CULTURAL EM ISRAEL (2015-2020)

Paulo Henrique Martinez (Universidade Estadual Paulista)

A região desértica e semiárida do Negev, em Israel, ocupa extensa área do seu território nacional e apresenta desafios contemporâneos bastante complexos na gestão sustentável do meio ambiente, da sociedade, das instituições e dos patrimônios culturais. As possibilidades operacionais do conceito de Paisagem Cultural, concebido como instrumento de gestão, de preservação, de estudo e de promoção do patrimônio natural e cultural, material e imaterial, na perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituem o objeto de interesse desta comunicação. Territórios, usos sociais do patrimônio natural e cultural, políticas públicas, potencial de emprego e renda da preservação e dos serviços patrimoniais são examinados na perspectiva dos bens públicos globais e da cooperação internacional no século XXI sob a égide da Organização das Nações Unidas. A proposta aborda também a construção do imaginário nacional israelense, a partir de referências históricas, geográficas, étnico-culturais, militares e diplomáticas.

**DO LOCAL AO NACIONAL: UM ESTUDO SOBRE GESTÃO E
PRESERVAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS NO INSTITUTO DE
DOCUMENTAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS
(IDCH) – UDESC/ SC**

Maria Teresa Santos Cunha (UDESC- PPG História)

Preservar, divulgar e criar condições para consulta pública de variados documentos, considerados como patrimônios documentais, no tempo presente, é uma das finalidades do Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH) órgão vinculado ao Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC e aprovado pela Resolução Nº 030/2012 – CONSUNI/UDESC. Este Instituto está situado em Florianópolis (SC) e tem por objetivo ser um centro de documentação destinado a desenvolver pesquisas, receber, tratar e salvaguardar arquivos pessoais e institucionais. Os documentos preservados encontram-se em diversos suportes, estimulando a produção, socialização e estruturação de conhecimento gerado na área de Ciências Humanas pela comunidade científica e pela comunidade externa. Trata-se de um local de pesquisa que intenta propiciar pesquisas e estudos que possam analisar passados com olhos do tempo presente. Este trabalho pretende propiciar uma discussão sobre a gestão e preservação de três arquivos pessoais de educadores catarinenses ali depositados, a saber: Arquivos Pessoais de Elpídio Barbosa (1909-1966); Márcio Victor Konder (1920-2005) e Walter Fernando Piazza (1926-2016). A partir de discussões sobre memória, patrimônio e preservação, busca-se evidenciar aspectos da gestão destes arquivos pessoais no tempo presente bem como traçar um caminho metodológico no sentido de problematizar e ampliar o horizonte de possibilidades para, a partir do presente, pensar políticas públicas que agreguem preservação e salvaguarda destes patrimônios documentais.

ESPETACULARIZAÇÃO, BUROCRACIA E AFETO: O MARACATU DE BAQUE SOLTO E O CARNAVAL DO RECIFE

Alexandra de Lima Cavalcanti (Fundação de Cultura da Cidade do Recife)

Esta comunicação debate o caráter normativo da política cultural que promove o maracatu de baque solto em meio ao carnaval do Recife. Mais especificamente, vamos discutir aqui a inscrição de sentidos sobre este bem cultural em um contexto onde imperam discursos em favor de sua valorização. Nosso argumento central é que há nesse contexto uma política que se articula sob usos instrumentais da cultura, e que esta é constitutiva do próprio sentido deste bem cultural. Tais usos se dão por meio de múltiplos agentes, o que envolve o poder público, o mercado e os seus próprios detentores. Nosso objetivo aqui é esclarecer os termos e os efeitos da política que articula esta instrumentalidade. Nossa intenção é pensar o maracatu de baque solto sob um ângulo que evidencie os traços produzidas pela espetacularização e pelo paradoxal discurso do reconhecimento e sustentabilidade. Para tanto, esta comunicação se estrutura em três dimensões: a festa, a burocracia e os afetos. Na primeira delas, é a questão estética o elemento central que nos interessa. Na segunda, são os processos burocráticos que organizam e recompensam a participação dos maracatuzeiros. Na terceira, são os afetos em meio aos detentores o que mais nos importa. Por fim, pretendemos apresentar uma síntese na qual ressalte o quão constitutivo do que é o próprio maracatu são estas experiências que alegam preservá-lo.

ESTUDO DE CASO DE ACTOS ICONOCLASTAS EM MONUMENTOS PUBLICOS INTERVENIDOS DURANTE O “ESTALLIDO SOCIAL CHILENO” ENTRE OUTUBRO 2019 E FEVEREIRO 2020

Nadia Raquel López Guerra (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Entre outubro e fevereiro do ano de 2019 no Chile, iniciou-se uma das revoltas sociais maiores após a ditadura; durante esos meses 1.343 Monumentos Nacionais e Públicos sofreram algum tipo de alteração, sejam pichações, incêndios, derrubamento, deformação, roubo, decapitações simbólicas entre outros. Os vestígios deixados pela revolta sobre o património urbano, fazem-nos pensar que não se trata de vandalismo irracional, mas sim de actos iconoclastas com uma evidente intenção comunicativa. Nesse sentido, o objetivo deste estudo de caso é analisar o uso do património cultural como um espaço para a visibilidade das lutas sociopolíticas, aplicado à intervenção e / ou destruição intencional de monumentos públicos durante a revolta social chilena de outubro a fevereiro de 2019, por meio da análise do discurso da opinião pública expresso na mídia e nos depoimentos de chilenos. Esta pesquisa tenta responder às inquietações sobre quais discursos políticos e sociais surgiram em torno dos atos iconoclastas ocorridos durante a revolta social chilena, sendo essa pergunta muito mais que uma inclinação acerca das respostas dadas pelos sujeitos ao longo do processo, busca inquirir a sociedade sobre os princípios democráticos acerca dos seus ídolos e símbolos identitários ao longo da história.

GÊNERO NO PATRIMÔNIO: POR UMA DECOLONIALIDADE DAS POLÍTICAS DE SALVAGUARDA

Hilda Jaqueline de Fraga (UNIPAMPA)

O trabalho resulta de uma pesquisa sobre o gênero no campo do patrimônio ancorada nos estudos decoloniais diante das recentes reivindicações formuladas por grupos sociais que historicamente estiveram invisibilizados nos processos de patrimonialização. Com destaque para os protagonismos envolvendo bens e valores culturais sob a visão matrifocal, aportando o papel das mulheres enquanto sujeitos de direitos e produtoras culturais. Estes ativismos têm buscado combater a perspectiva etnocêntrica e eurocentrada das políticas preservacionistas e seus efeitos discriminatórios e assimetrias de gênero como forma de promover a justiça social e a equidade em todas as domínios da cidadania. Principalmente, em se tratando de contextos situados da Latino América, entre os quais se encontra o Brasil, onde as experiências históricas de grande parte dos coletivos de detentoras, são marcadas pela desigualdade de condições de existência e pela forte herança do patriarcado, aspectos que incidem no âmbito da cultura. As atuações femininas em prol dos direitos culturais derivados do emergente reconhecimento de expressões e saberes a elas associados, como patrimônios da nação, apontam para a urgência de políticas sensíveis às necessidades, tanto econômicas quanto socioculturais, dos grupos de detentoras e as suas comunidades, condições agravadas pela pandemia. A partir de uma perspectiva investigativa de caráter qualitativo a pesquisa analisa diretrizes, levantamentos e diagnósticos formulados pela UNESCO com base em dados de países do sul do continente americano, bem como algumas inferências com base em estudos de caso e iniciativas preservacionistas brasileiras. Tem por objetivos gerar aportes teóricos metodológicos que contribuam para a inserção da equidade de gênero nas pautas patrimoniais dos fóruns decisórios, além de fornecer indicadores e possíveis recomendações para as políticas neste âmbito, para o pós- Covid-19.

GESTÃO DE ARQUIVO PESSOAL NA EXPERIÊNCIA DE CURADORIA E SUA PROBLEMATIZAÇÃO NO TEMPO PRESENTE: ABORDAGENS E DESAFIOS

Nadia Maria Weber Santos (IHGRGS)

A experiência de curadoria para organizar e gerir um arquivo pessoal, nomeadamente o Acervo Sandra Jatahy Pesavento sob guarda do IHGRGS, requer um olhar atento aos desafios do momento político brasileiro e suas políticas de patrimônio tanto quanto àqueles que a instituição de custódia propõe, direta ou indiretamente. Porém, anterior a isso, é importante refletir sobre o papel do curador na gestão de um acervo, que é importante por si só, por congregar um conjunto documental ímpar, como documentos de 40 anos de pesquisa e ensino de uma historiadora gaúcha e professora de História da UFRGS, bem como objetos pessoais, álbuns e diários de viagens e uma vasta biblioteca pessoal em torno de 4 mil obras. Desta forma, a comunicação aborda e tenta refletir sobre alguns aspectos de extroversão do acervo, como ele é apresentado, e qual a função do curador nesta tarefa, seus desafios e suas realizações. Um breve histórico desta gestão será relatado. Em ações/apresentações do acervo, como produção de conteúdo, montagem de exposições, realização de jornadas, escrita e publicação de artigos acadêmicos e de divulgação, submissão a editais para captar recursos financeiros, observa-se que o curador se envolve em todos esses processos, preservando o foco do acervo e sua finalidade. Como gestor, o curador transforma-se em uma figura interdisciplinar de reinvenção constante de planejamento, a fim de que os conteúdos do acervo sejam bem manejados em todas as suas etapas de organização e de extroversão ao público. Mesmo em uma instituição de caráter privado, como é o IHGRGS, com limitados recursos próprios, as políticas culturais municipais, estaduais e federais dialogam, positiva ou negativamente, com o gerenciamento do acervo pessoal e nos indicam caminhos a serem perseguidos.

MANOEL LUÍS OSÓRIO: UM GENERAL EMOLDURADO

Guilherme de Mattos Gründling

A presente comunicação tem origem no Projeto de Doutorado: "Guerra, Política e Relações de Poder: a trajetória de Manoel Luís Osório (1808-1879)", em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR-UFRRJ). O projeto possui como principal objeto de pesquisa Manoel Luís Osório, militar e político nascido na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O objetivo central é acompanhar a trajetória desse indivíduo e compreender como construiu uma trajetória de sucesso no Exército Imperial, no século XIX? Nesse sentido, destaca-se que o término da vida de Manoel Luís Osório inaugurou uma série de projetos que tinham como base narrativa a vida desse militar e político. Sua trajetória, em grande parte, tornou-se conhecida através de narrativas memorialistas e biográficas que desejavam instituir uma visão heroica a esse oficial militar, na época o mais popular do Império (1824-1889). O uso político da imagem de Osório foi gestado mesmo antes de sua morte. Além da escrita biográfica, a memória de Manoel Luís Osório ainda teve a contribuição de uma série de outras iniciativas, como por exemplo, a construção de estátuas em sua homenagem e também através do tombamento de suas moradias pelo IPHAN. Dessa forma, o intuito desta comunicação é destacar alguns caminhos que possam elucidar a construção de uma rede de sentidos que foram decisivos na formação de uma memória histórica que identifica Osório como um "herói nacional". O número escasso de estudos sobre o Exército imperial do século XIX, em grande parte restrito à visão da própria instituição sobre suas realizações, possibilitou o surgimento e o compartilhamento de um conhecimento histórico muito parcial sobre a vida de Osório, assim como de outros parceiros de farda do século XIX. Neste senso comum, Manoel Luís Osório ainda continua sendo visto e retratado como um "herói emoldurado", consequência de uma catarse de caracteres inerentemente humanos.

O RARO EM PAPEL: DIMENSÕES DO GUARDAR E DO PESQUISAR ARQUIVOS PESSOAIS DE PROFESSORES (FACED/UFRGS)

Doris Bittencourt Almeida (UFRGS)

O “Memória Faced”, expressão de referência ao Arquivo da Faculdade de Educação, como setor institucionalizado, preserva papéis produzidos pela Faculdade e pelo Colégio de Aplicação/UFRGS. Em um espaço adaptado, habitam incontáveis documentos, representativos de diferentes temporalidades, muitos estavam nas casas de professores ou, ainda, esquecidos em seus armários na Faculdade. Para além, o Arquivo também conserva outras memórias da UFRGS e da educação no Rio Grande do Sul, como um modo de socializar e valorizar o patrimônio educativo. Portanto, sem descuidar da organização documental oficial, valoriza-se, por um lado, o recebimento de arquivos pessoais de professores, muitos deles constituídos por escrituras ordinárias, que trazem memórias da Universidade, por outro, aposta-se na produção de memórias orais dos sujeitos que compõem as comunidades acadêmica e escolar. É nesta perspectiva das sensibilidades que muitos artefatos e narrativas encontram espaço de acolhida e passam a habitar o “Memória Faced”, que pode ser compreendido como uma espécie de refúgio, em meio às pressões do cotidiano de estudo e de trabalho. Para a pesquisa em História da Educação, interessa conservar documentos que, se examinados, possam contar histórias. Todavia, para o ensino de História da Educação também interessa o alcance formativo deste lugar, no sentido de fomentar entre os estudantes das licenciaturas o desejo de melhor conhecerem o passado da UFRGS, pelos documentos lá salvaguardados. Essa prática contribui para instigar a percepção do potencial da História da Educação como campo de investigações, para além de componente disciplinar.

O PATRIMÔNIO CULTURAL ENTRE TÁTICAS E ESTRATÉGIAS

Maria Gabriela Teixeira de Freitas Pereira (Corpus In Scena Produções)

O presente trabalho apresenta e analisa a disputa de quatro décadas do Teatro Oficina pela preservação de seu teatro e entorno contra os empreendimentos do Grupo Silvio Santos no bairro do Bixiga, na cidade de São Paulo. Há 60 anos sediado no bairro do Bixiga em São Paulo, o grupo Teatro Oficina Uzyna Uzona, tem inegável importância histórica para o teatro e arte brasileira das últimas seis décadas, tendo participado ativamente da revolução artística promovida pelo Movimento Tropicalista nos anos 1960, o Oficina revolucionou a cena teatral brasileira, ao transportar para o palco o Manifesto Antropófago de Oswald de Andrade. Ao se voltarem para a perspectiva antropófaga o Teatro Oficina não alterou apenas sua linguagem teatral como também seu posicionamento político diante do espaço urbano por eles habitado, se transformando numa via de reapropriação do bairro paulista: através da arquitetura de seu teatro, de ações destinadas à população do bairro e dos projetos urbanísticos para seu entorno, a partir dos quais se origina o Projeto do Parque do Bixiga desenvolvido em parceria com moradores do bairro, que projeta para o terreno privado do Grupo Silvio Santos que circunda o Teatro, a criação de um parque público reflorestado. A luta pela (re)significação e (re)apropriação da área é incrementada pela oposição ao projeto imobiliário atualmente destinado ao terreno que pretende construir um condomínio de alto padrão com três torres de 100m de altura e mais cinco andares de estacionamento subterrâneo que ameaça abrir espaço para especulação imobiliária, e polemiza ao se tratar de um projeto de tamanha magnitude no entorno de uma série de bens tombados. Desta maneira, a partir dos conceitos de táticas e estratégias, e antropofagia, o presente trabalho realiza um panorama acerca do atual cenário de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no país.

OS FUNDAMENTOS DO TOMBAMENTO A PARTIR DA ANÁLISE DO INTERESSE PÚBLICO: A QUEM INTERESSA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL?

Laís Lopes de Sousa (Universidade do Estado de Minas Gerais)
Cristiano Tolentino Pires (Universidade do Estado de Minas Gerais)

A pesquisa tem como fundamento principal a análise do instituto do tombamento a partir das duas concepções de interesse público vislumbradas pelo Direito Administrativo — primário e secundário. Destarte, constituem-se como objetivos do estudo examinar o interesse público defendido pela doutrina administrativista e verificar até que ponto o interesse público primário prevalece sobre o secundário, constatando, por conseguinte, o interesse público que lastreia o tombamento. Para tanto, a pesquisa envereda-se pela vertente jurídico-dogmática, em face do estudo dos manuais de Direito Administrativo e orienta-se pela técnica jurídico-descritiva, a partir da análise interpretativa pormenorizada dos estudos já existentes a respeito da temática em evidência. A caracterização doutrinária acerca do assunto circunda uma díade de sentidos atribuídos à expressão “interesse público”: interesse público primário, relacionado aos anseios da coletividade e interesse público secundário, atinente aos anseios únicos do Estado enquanto personalidade jurídica. Nesse contexto, insere-se o tombamento como um dos institutos de intervenção do Estado na propriedade — e consequente limitação ao exercício do direito constitucionalmente garantido — em benefício do interesse coletivo. Assim sendo, parece carecer de legitimidade o emprego do princípio da supremacia do interesse público com a finalidade de atender aos anseios somente do aparato administrativo, de tal forma que incide em desvio de poder toda e qualquer ação do Poder Público que não for consoante ao interesse geral. Por isso, é necessário verificar a utilidade do bem a ser tombado para a preservação do interesse público coletivo, repita-se, o fato de o tombamento ser instituto de limitação ao exercício do direito de propriedade, constitucionalmente assegurado, sendo legítimo o interesse secundário perseguido pelo Estado, neste e noutros contextos, apenas quando coincidente com o interesse público primário.

PAC-CIDADES HISTÓRICAS E A REQUALIFICAÇÃO DO CINETEATRO SÃO JOAQUIM

Poliana Alves da Silva (Universidade Estadual de Goiás)

Este trabalho tem como proposta a análise da requalificação do Cineteatro São Joaquim, realizada entre os anos 2015 e 2017 na Cidade de Goiás, por meio do PAC Cidades Históricas (PAC-CH). O programa é uma vertente inédita do PAC, inaugurado no ano de 2007, a vertente Cidades Históricas foi divulgada em 2009 e 2011, contudo somente no ano de 2013 adquiriu sua efetivação, a partir da portaria nº 383 de 20 de agosto de 2013. O programa abrangeu na Cidade de Goiás 6 obras sendo estas a Restauração do Casarão da Escola de Artes Veiga Valle, Requalificação da Sede da Diocese de Goiás – instalação do Arquivo Diocesano, Restauração do Casarão da Prefeitura Municipal, Restauração do Mercado Municipal, Requalificação do Cine Teatro São Joaquim e Requalificação da Ponte da Cambaúba. Logo, o objetivo dessa pesquisa é realizar uma análise concisa da política pública em âmbito federal do PAC-CH, com foco na requalificação do Cineteatro, ou seja, a agenda, formulação, tomada da decisão, implantação e avaliação. O teatro foi fundado em 1857 no Beco da Lapa, protagonizou inúmeras reforma, tentativas de modificação do local da edificação. Assim no ano de 1928 foi demolido e somente em 1950 reerguido na rua Morietti Foggia, abrigando o Cine Anhanguera, em 1990 passa por uma nova reforma. Dessa forma, em 2015 é contemplada pela obra do PAC-CH. Assim, está apresentação visa abordar a requalificação do Teatro.

PICHAÇÃO E PATRIMÔNIOS EDIFICADOS

Roselene Sérgio Ribeiro

A pichação não destroi patrimônios públicos, realiza uma intervenção pública no espaço urbano e efêmera como tantas intervenções realizadas sob o status oficial por vezes mais destrutivas do ponto de vista social. A pichação como uma forma de interpretação do meio ambiente social e cultural tem característica é não atenta a necessária salvaguarda de patrimônios culturais, no que se refere a memória que representa! Ela é uma forma de expressão conforme previsto na Constituição Federal no rol do Art.216 bem como um fago social insistente no tempo, sem atentar contra as próprias políticas de preservação dos patrimônios. Seu caráter criminal está associado a disputas de visibilidade nas cidades em razão do controle e dominação dos Poderes políticos inseridos no contexto urbanístico e, ainda, aos discursos de dominação propagados de forma direcionados a população que acolhe os conceitos relacionados a palavras soltas, desproporcionais a esta prática como sujeira prejudicial a paisagem urbana e vandalismo.

PLANEJAMENTO TERRITORIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL: APONTAMENTOS SOBRE GESTÃO E POLÍTICA PÚBLICA DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO DE ITAPETININGA-SP

Igor Matheus Santana Chaves (Fundação Universidade Federal do Abc)

Esta pesquisa é parte da dissertação intitulada "O Legado Patrimonial da Estrada de Ferro Sorocabana na cidade de Itapetininga-SP", que teve tem como objetivo compreender o legado da ferrovia em Itapetininga, cidade localizada na Região Metropolitana de Sorocaba, sudoeste do Estado de São Paulo. Para tanto, com base na pesquisa qualitativa, a metodologia utilizada no trabalho percorreu a análise bibliográfica para compreender a história da ferrovia no Brasil, destacando o papel da Estrada de Ferro Sorocabana na formação da região de Sorocaba e Itapetininga e do ramal de Itararé e a sua relação na formação e expansão territorial de Itapetininga. Posteriormente, foi realizada a pesquisa de campo para o mapeamento de vestígios existentes na cidade – patrimônios ferroviários – a fim de melhor compreender suas características, estado de conservação e funções atuais, bem como compreender o lugar destes elementos no planejamento e política pública da cidade. Para o fragmento aqui exposto, um caráter empírico foi adotado, analisando a política local e sua relação com a presença da ferrovia na cidade. Assim, com base na reflexão sobre as ferrovias e seu legado no campo do planejamento, foram analisadas as principais políticas públicas relacionadas ao tema efetivadas na cidade, como os: Planos Diretores (1973, 1992, 2007 e 2015), o Plano de Políticas Culturais (2016), o Plano de Turismo (2018) e o Plano de Mobilidade Urbana de Itapetininga (2019). E os contratos de Concessão (2010) e de Convênios (2012), entendendo esses documentos como os principais instrumentos da política local e seu papel integralizador de políticas públicas no território. Como uma das conclusões do trabalho, podemos identificar o lugar da ferrovia na cidade, demonstrando a importância de reconhecê-los e o planejamento para a manutenção desse legado como parte integrante e indissociável da história e memória urbana itapetiningana.

POLÍTICA CULTURAL E SAÚDE: EXPERIÊNCIA DE GESTÃO E EDUCAÇÃO NA SANTA CASA DE PORTO ALEGRE

Véra Lucia Maciel Barroso (Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre)

A comunicação trata da política cultural que embasou a criação do Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre (CHC), concebido a partir de 1995 e inaugurado em 05 de junho de 2014. Trata-se de um multiequipamento cultural, singular no Brasil junto a hospital, que reúne Arquivo, Museu, Biblioteca, Teatro, Salas de exposições de curta duração, Laboratórios de Conservação e Restauro de Documentos de Arquivo e de Museu, Laboratório de História Oral, Laboratório de Mídias e Sala de Ação Educativa. Tomando como baliza a prevenção em saúde, o projeto enfrentou muitos desafios para sua aceitação e implantação no complexo hospitalar, da mais antiga Misericórdia do Rio Grande do Sul. Apresentam-se a experiência de gestão do CHC e o trabalho de Educação Patrimonial voltado para a comunidade interna e externa, nos tempos pré e durante a pandemia da Covid 19. Faz-se um contraponto entre os dois tempos de gestão, demarcados por sua política cultural e de preservação do seu patrimônio documental em diferentes suportes.

REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE - CE: AÇÕES E MEDIDAS APLICADAS

Taise Costa de Farias (Centro Universitário Paraíso)

O presente artigo visa contribuir com as reflexões sobre a política pública de preservação patrimonial desenvolvida na cidade de Juazeiro do Norte, no estado do Ceará. A fim de alcançar o objetivo foi realizado um levantamento bibliográfico e documental para proporcionar maior clareza teórica quanto à temática, além da análise do conteúdo dessa política pública municipal e suas ações efetivas, dialogando com as políticas federal e estadual. A partir da análise e reflexões percebe-se que a preservação do patrimônio cultural de uma cidade e sua população abrange ações que vão além da implementação de um conjunto de leis. Declarar determinados bens como patrimônio da cidade, sejam eles materiais ou imateriais, não são suficientes para sustentar a sua preservação. Ações imediatistas que buscam proteção dos bens através do seu tombamento, sem estudos prévios e a participação popular vão de encontro as boas práticas da política pública de preservação. Dessa forma, conclui-se que o Estado de Juazeiro do Norte precisa rever suas ações frente ao patrimônio, bem como buscar elaborar uma política pública efetiva, com ações coerentes e democráticas.

SILÊNCIOS DAS POLÍTICAS DO PATRIMÔNIO NACIONAL E EXPERIÊNCIAS DE POLÍTICAS LOCAIS

Tayara Barreto de Souza Celestino (Universidade Federal de Sergipe)

No Brasil, estudos patrimoniais dos últimos anos concluíram que todo bem cultural é patrimônio material e imaterial a um só tempo, não fazendo qualquer sentido a oposição dos conceitos. No entanto, tal conclusão é apenas aparente, tendo em vista, inclusive, o esforço mais recente de sistematização para Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, via decreto n. 3.551/2000, demonstrando que as definições processuais para os bens de natureza imaterial tardaram no país, somente sendo definidas na entrada do século XXI. Ao se optar pela valorização do “saber-fazer”, pode-se estar incorrendo na opção de silenciar sujeitos, de silenciar aqueles homens e mulheres que produziram e produzem, movimentam e mantêm as culturas vivas. Ao invisibilizar o sujeito, chega-se a um patamar onde todos falam sobre frevo, capoeira, samba, para citar alguns exemplos, enquanto que se negam mestres, artistas, artesãos. Não estaríamos diante de mais um momento, na história do patrimônio nacional, de novos silêncios, quando, por exemplo, valorizamos a cultura negra, indígena, popular, ribeirinha, etc., enquanto desprezamos o sujeito negro, quilombola, mestre popular, pescador, que movem estas culturas? Diante deste cenário, esta comunicação identificou, em Sergipe e no Brasil, tentativas precárias e/ou desordenadas de caracterização para suposto reconhecimento de “tesouros humanos vivos”. Para tanto, revisitamos a literatura da Unesco para refletir sobre a alternativa adotada pelo órgão de gestão do patrimônio nacional em não incluir a possibilidade do registro de pessoas, cuja vida é transitória, optando pelo registro perene do saber-fazer. Assim, a presente comunicação aborda as políticas locais no município de Laranjeiras/SE, amparada por legislação municipal e destaca que, apesar do silêncio na política do patrimônio para este tema no âmbito nacional, há um contraponto na experiência da governança em Pernambuco, que pretendeu se anunciar como marco legal para outros lugares do Brasil.

“SANTO DE CASA NÃO OBRA MILAGRES”: A BUROCRATIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO E DOS GRUPOS POPULARES

Cicera Tayane Soares da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

O propósito deste trabalho é refletir sobre as políticas de patrimonialização e quais os impactos destas para os grupos populares que participam da Festa de Santo Antônio, evento ocorrido na cidade de Barbalha, interior do Ceará. As manifestações populares, que se apresentam durante o período festivo, constroem e fortalecem a imagem da festa como um evento ligado a cultura popular do Cariri, sendo reconhecida enquanto uma festa tradicional para essa região. No ano de 2015, a festa foi registrada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A partir da patrimonialização da festa houve severas modificações na estrutura do evento e na maneira como os grupos da cultura popular vivenciam e encenam suas tradições para os turistas e visitantes. Dessa forma, busca-se refletir sobre os conflitos que envolvem as políticas do patrimônio imaterial, as instâncias locais (Secretária de Cultura) e os grupos populares, e como isso desencadeia em processos de burocratização que distância os grupos populares da política institucionalizada da salvaguarda.

07 A 11 DE JUNHO DE 2021
ciipc2020.rj.anpuh.org

III CONGRESSO INTERNACIONAL
E INTERDISCIPLINAR EM
PATRIMÔNIO CULTURAL:
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO,
EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR- NOVA IGUAÇU
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

GT 03. Recuperação e Usos do Patrimônio

Claudio Lima Carlos (PPGPACS/UFRRJ)

Ana Paula Ribeiro de Araujo (PPGPACS/UFRRJ)

Caderno de Resumos

III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural:
Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio

Elis Regina Barbosa Angelo (org)
Editora Cravo. Porto, Portugal
ISBN 978-989-9037-12-0

85

A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DAS TRILHAS INTERPRETATIVAS EM JARDINS HISTÓRICOS: UM ESTUDO SOBRE O JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO

Leandra Serrano de Marins Astulla (Fundação CECIERJ)

O presente trabalho tem como objetivo investigar o uso dos jardins históricos como recursos para desenvolvimento da educação ambiental por meio de trilhas interpretativas. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro é o objeto de estudo, em decorrência de sua importância histórica, cultural e científica, por ser tombado pelo IPHAN (1938), por ser considerado um museu vivo na área da botânica, uma das reservas da Biosfera (1992) e da Mata Atlântica (1999) e por fim, ser um dos principais atrativos turísticos da cidade do Rio de Janeiro. Observou-se que o crescimento urbano acelerado, os fatores climáticos, as depredações, as invasões e a escassez de recursos geram impactos na manutenção dos jardins históricos. A metodologia da pesquisa selecionada para este trabalho foi a qualitativa, com estudo bibliográfico e base etnográfica (pesquisa de campo). Em função do cenário político, econômico e financeiro do país e da pandemia covid-19, identificou-se que realizar a manutenção de projetos ligados à educação ambiental em jardins históricos tornou-se cada vez mais desafiador, pela busca de patrocínio, celebração de parcerias estratégicas e da participação de profissionais habilitados para mediar, conscientizar e integrar os estudantes em áreas naturais protegidas.

ACESSIBILIDADE NO CENTRO HISTÓRICO: ANÁLISE DA RUA DUQUE DE CAXIAS EM JOÃO PESSOA, PB

José Ângelo do Nascimento Neto (Faculdade Internacional da Paraíba)

Espaços públicos de qualidade e acessíveis podem ser entendidos como aqueles que atendem à todos sem restrições e barreiras, sejam urbanísticas, físicas, comunicacional e atitudinais. Também são aqueles espaços que proporcionam ao usuário condições para a caminhabilidade, ao exercício e atividades essenciais ao longo do dia. Todavia, no caso de centros históricos, podem apresentar algumas problemáticas quanto à questão da acessibilidade, por exemplo, sendo necessário algumas intervenções ao longo do tempo para que assim possa atender à demanda de fluxo sem restrições. Partindo desse pressuposto, este artigo tem como objetivo analisar os parâmetros ergonômicos e acessíveis, bem como analisar como isso afeta a caminhabilidade e o turismo na Rua Duque de Caxias, uma importante via de circulação de pedestres, situada no centro da cidade de João Pessoa, PB. Para isso, em um primeiro momento foi utilizado métodos de análise e observação *in loco* com auxílio de máquina fotográfica e trena manual e posteriormente um estudo bibliográfico do tema em artigos, livros, periódicos e dissertações. Por fim, foi realizado uma síntese dos dados coletados e avaliados em representações gráficas a partir de mapas e gráficos.

CAMINHOS PARA REESTRUTURAÇÃO: A GESTÃO EM INSTITUIÇÕES ATINGIDAS POR SINISTROS – O MUSEU NACIONAL/UFRJ

Beatriz Silva Cunha

Este trabalho pretende discutir, em caráter preliminar, de que forma é possível pensar as noções de gestão museológica e gerenciamento de riscos a partir do processo de reestruturação do Museu Nacional/UFRJ. Com os desafios impostos pelo incêndio de setembro de 2018 e pela pandemia de COVID-19 a partir de 2020, o caso do Museu Nacional se caracteriza como um pertinente meio de estudar os processos e as metodologias desenvolvidas, por instituições museológicas, em situações de sinistro. Objetivamente, tais reflexões, ancoradas em definições do campo da Museologia e suas práticas de gestão, podem produzir reflexões e produtos que auxiliem em reestruturações presentes e futuras. É necessário, para tanto, identificar as ações de planejamento, estudando as metas, objetivos e estratégias de salvaguarda do patrimônio no Museu Nacional. Paralelamente, o emprego da história oral como metodologia complementar é visto como essencial para agregar a visão dos protagonistas da instituição nas análises pretendidas. Por fim, acredita-se que, na área de gestão museológica, é possível observar contribuições efetivas de práticas como o caso do Museu Nacional, visando o aprimoramento de diretrizes mais gerais, como aplicabilidades de noções consolidadas por autores da área nos cotidiano dos museus. Aproximar essas duas dimensões constitui-se o principal direcionamento para essa pesquisa, bem como a forma de produzir formas mais eficientes de trato com o patrimônio.

CENTROS HISTÓRICOS SUSTENTÁVEIS: AS NOVAS METODOLOGIAS DE CLASSIFICAÇÃO AMBIENTAL E AS REFLEXÕES SOBRE A PRESERVAÇÃO DO SIGNIFICADO EM MEIO TRANSFORMAÇÕES URBANAS CONTEMPORÂNEAS

Fagner Figueira da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Os ambientes históricos são espaços fundamentais nas estratégias urbanas de Desenvolvimento Sustentável por carregar em sua essência valores que transcendem os valores tangíveis e criam uma relação emocional com os indivíduos que ali habitam. Foi o tempo que o pensamento sobre Sustentabilidade habitava somente o campo da materialidade das edificações e seus debates se restringiam a adaptações técnicas de redução do consumo energético. Com a ampliação do conceito visando o desenvolvimento econômico, questões de equidade social e a preocupação com o meio ambiente, o campo de Preservação do Patrimônio surge com uma necessidade de debate, mas também como um espaço de tensão e problematização. O presente artigo, foi desenvolvido sob o tema do Desenvolvimento Sustentável aplicado a salvaguarda do patrimônio na escala urbana, considerando as necessidades atuais de transformações dos centros históricos. Dois campos de análises foram escolhidos para argumentação dos conceitos, uma interpretação das intenções patrimoniais contidas na declaração de Xian, documento de grande relevância no que tange a preservação do significado dos entornos preservados, e as novas práticas sustentáveis condensadas na certificação LEED Cidades e Comunidades. A metodologia baseia-se na análise prática destes duas visões buscando por interseções entre a busca pela preservação do significado dos sítios históricos e a capacidade em se tornar sustentável. Destaca-se a evolução do novo selo LEED criado para escala urbana e que em sua metodologia aborda assuntos sobre a Preservação, Conservação e Restauração destes sítios, como também busca correlacionar suas estratégias de acordo com o perfil de cada região. A contribuição maior deste artigo busca apresentar como a certificação ambiental deve se adaptar quando o assunto é a conservação do significado de um espaço importante para uma comunidade, uma cidade, e como as decisões políticas irão direcionar o processo de preservação da história de um local.

CONSERVAÇÃO OU A DESTRUIÇÃO DA MEMÓRIA CONSTRUTIVA CARIOCA? CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO ADOTADOS EM OBRAS MODESTAS DO RIO DE JANEIRO

Claudio Antonio Santos Lima Carlos (UFRRJ)

O presente artigo analisa, com base nos conceitos de autenticidade e integridade, os efeitos da aplicação dos critérios de conservação estabelecidos pela legislação vigente, em obras modestas protegidas, localizadas na Área Central do Rio de Janeiro. Considera-se que essas edificações são exemplares arquitetônicos fundamentais para a preservação da memória urbana e social da cidade. Elas incorporam a imaterialidade dos modos de viver tradicionais e das técnicas construtivas de mestres de obras, muitos portugueses, que seguiram às inovações estabelecidas pelas sucessivas legislações estabelecidas, a partir do século XIX, especialmente no seu último quartel, com vistas a torná-las mais salubres e habitáveis. Avaliam-se as perdas ocorridas, a partir da aplicação dos citados critérios de conservação, estabelecidos nos anos 1980, tendo em vista que, grosso modo, eles estimulam a otimização do uso dos espaços internos por intermédio da subdivisão dos generosos pés-direitos, além da substituição dos sistemas construtivos originais, baseados no uso da madeira, por estruturas em concreto e aço. Entende-se que essa postura pode produzir o progressivo e irreversível apagamento de parte importante da memória construtiva da cidade, diminuir a qualidade ambiental dessas tipologias, bem como comprometer suas autenticidade e integridade. Em face do objetivo principal proposto, o artigo foi estruturado em cinco partes, sendo a primeira destinada ao entendimento dos conceitos de modelo, tipo e tipologia arquitetônica, a partir das reflexões realizadas por Gustavo Giovannoni (1931), Aldo Rossi (1966), Giulio Carlo Argan (2000), Michel Panerai (2006), Gianfranco Caniggia e Gian Luigi Maffei (1979). Em seguida, realiza-se o rebatimento das citadas referências teóricas para a realidade das tipologias arquitetônicas protegidas e situadas na Área Central do Rio de Janeiro, com o objetivo de identificar sua origem e principais elementos arquitetônicos que as caracterizam.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RELACIONADO AO PATRIMÔNIO CULTURAL CONSTRUÍDO

Natália de Figueirôa Faria Alencar Oliveira (UFRJ)

O desenvolvimento sustentável busca garantir o usufruto de bens – naturais, construídos, e até imateriais – pelas gerações do presente e do futuro, dentro de um pensamento holístico e sistêmico que visa questões não só quantitativas desse usufruto, mas também qualitativas. Assim, os debates e estudos sobre o tema também se voltam para questões culturais e sociais. Já o conceito de patrimônio cultural consiste no conjunto de bens materiais e imateriais que merecem ser preservados por valorizar a memória e a representação da identidade de diversos grupos sociais. Desse modo, as edificações históricas, como bens a serem usufruídos pelas gerações presente e futuras, necessitam ser analisadas pela ótica da sustentabilidade. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre sustentabilidade e patrimônio cultural construído, assim como apontar questões que possam ser exploradas em edifícios históricos, de modo que contribuam para um desenvolvimento sustentável. Para atingir esse objetivo, foi realizado um processo metodológico de contextualização dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, e como eles podem ser compreendidos e aplicados em relação ao patrimônio construído, com destaque para as questões de uso e acessibilidade. Depois, utilizou-se o edifício onde hoje funcionam o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e o Instituto de História (IH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para aproximação da discussão a um exemplo real de construção institucional de grande valor patrimonial cultural. O texto contribui para o entendimento da conservação do patrimônio construído como parte integral da sustentabilidade, e o exame realizado na edificação do IFCS/IH poderá auxiliar outras análises sobre o tema, em prédios com características semelhantes.

DE CARLOS SAMPAIO AO MATADOURO DE SANTA CRUZ: UM PERCURSO HISTÓRICO QUE SE PERDEU PELOS TRILHOS E RESISTE PELO ENSINO

Carlos Alberto da Silva Sousa (FAETEC)

O presente artigo objetiva abordar a relação da linha auxiliar criada pelo setor ferroviário, em Carlos Sampaio localizado em Austin, bairro do município de Nova Iguaçu e o Matadouro de Santa Cruz (importante unidade industrial para abastecimento de carne do município do Rio de Janeiro). Discutir sobre questões que cooperaram para que muito se perdesse e se deteriorasse no plano que viabilizava o transporte cargas através dos trilhos para o matadouro de Santa Cruz e como o espaço localizado na Zona Oeste do Rio vem resistindo até os dias atuais por intermédio de sua utilização para o ensino. Em um contexto em que a expansão do setor ferroviário, por meio da criação de novos trechos de trilhos, seguia uma tendência na modernização do escoamento de produção, característico do setor industrial e consequentemente o setor ferroviário, fez se necessário estabelecer uma relação que viabilizasse o transporte de cargas vindas de diversos pontos do estado do Rio de Janeiro e de outras cidades de estados vizinhos diretamente para a capital Fluminense. Como método para a realização de tal pesquisa será realizado um levantamento bibliográfico de fatos que rememoram a histórica da linha auxiliar e sua função em relação com matadouro de Santa Cruz, bem como, cronologicamente, abordando as situações dos espaços envolvidos na discussão, tanto no passado quanto seus usos no presente. Busca-se obter como resultado um aprofundamento sobre os fatos abordados nesta pesquisa relacionados aos setores de transformação local e nacional (industrial e ferroviário), bem como trazer a conclusão de que todos os fatos são importantes e cooperam para as transformações locais. Ainda que tais espaços sofram com a ausência de planos de conservação e de gestão adequados, torna-se necessário manter vivas as memórias de tais lugares enquanto ativos em momentos marcantes da história. Momentos que envolvem não apenas setores distintos, mas sobretudo a própria sociedade.

DE OUTRAS NARRATIVAS EM EDUCAÇÃO: OS CADERNOS REFLEXIVOS DA LEC COMO PATRIMÔNIO FORMATIVO DA UFRRJ

Fabrcia Vellasquez Paiva (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

O presente trabalho é fruto da tese “Narrativas de resistncia e a formao de memrias docentes: da Inteira de letramentos e de movimentos em linguagem decolonial da Licenciatura em Educao do Campo da UFRRJ” e apresenta como recorte metodolgico a anlise de escritas, a partir da categoria memria, via linguagem, em sua relao com outra proposta de letramento acadmico, que se constitui como patrimnio formativo da universidade. A pesquisa apresenta, assim, o objetivo principal de buscar compreender os movimentos presentes nas memrias formativas docentes, a partir de Cadernos Reflexivos de um grupo de licenciandos da Educao do Campo (LEC). A investigao foi realizada junto aos textos discursivos dos Cadernos, instrumentos produzidos pela primeira turma de estudantes do Curso de LEC, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), ao longo de sua formao na Universidade, entre 2010-2013. O levantamento bibliogrfico contou com a pesquisa sobre duas categorias fundamentais: memria e linguagem, em dilogo com a Teoria Semiolingstica (CHARAUDEAU, 2014) para a anlise da perspectiva lingueira com que as narratividades se apresentavam e expunham os sujeitos-histricos-de-linguagem produtores de sentido das autobiografias acadmicas. Utilizando-se de uma pesquisa qualitativa, o estudo de caso dessa turma demonstrou marcas de resistncia na relao entre prticas instituintes e institudas e apontou a representao de textos estticos e prximos de outra (ou nova) possibilidade de letramento acadmico, sobretudo quanto aos letramentos de identificao – que tambm so de memria – desses sujeitos em formao. Para tanto, propoe, como contribuio principal, uma composio de patrimnio dessa formao, em que os estudantes universitrios possam constituir efetivo protagonismo de pensamento, por suas experincias e vivncias pregressas inclusive.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS: UM OLHAR SOB A ÓTICA DAS CIÊNCIAS DA CONSERVAÇÃO

Maria Isabel Spitz Argolo (ChimicArte)

O papel, devido à sua natureza hidrofílica, sofre diversos processos de degradação e deterioração que afetam diretamente suas propriedades mecânicas e estéticas. Além disso, um papel sem manutenção adequada pode até levar à perda de informações, fato muito comum em documentos históricos. Assim, a umidade controlada é necessária para a melhor conservação do papel e, caso não seja alcançada, pode favorecer o aparecimento de foxing, entendidas como dois tipos principais: as de oxidação “bull's eye” (REBRIKOVA e MANTUROVSKAYA, 2000) e aqueles de atividade fúngica “snowflakes” (CAIN, 1992; Soyeon Choi (2007). No entanto, Soyeon Choi, 2007, argumenta que outras hipóteses podem estar associadas ao aparecimento de foxing, como a oxidação da celulose ou a condensação da umidade no papel. Nos últimos anos, as pesquisas têm ligado diretamente a atividade fúngica às manchas de foxing (FIGUEIRA et al., 2020). Os métodos mais comuns de remoção desses pontos são: remoção mecânica; branqueamento, como aplicação de solução de hipoclorito de sódio, que pode diminuir as propriedades mecânicas do papel, uso de substâncias quelantes ou tratamentos enzimáticos e até produtos naturais, com benefícios como resistência ao rasgo e à tração (SHABAN et al., 2016). Outros materiais também utilizados na remoção de manchas de papéis são os hidrogéis, que podem ser feitos à base de carbopol, carboximetilcelulose (CMC), goma gelana, goma arábica e agarose. A goma gelana e a agarose (agar-agar) se apresentam como géis rígidos ou hidrogéis incolores, e podem ser cortados na forma desejada, característica bastante vantajosa para o tratamento de manchas em papel. Nesse contexto, é necessária a busca por novos materiais para formulações de géis sustentáveis e nacionais para o tratamento de documentos históricos.

ESPAÇO CULTURAL DA MARINHA: REFLEXÕES SOBRE O USO TURÍSTICO DO PATRIMÔNIO

Adriana da Silva Izaias

O Espaço Cultural da Marinha é um dos patrimônios culturais militares mais visitados do estado do Rio de Janeiro. Este atrativo cultural recebe todos os anos uma grande quantidade de visitantes, que está localizado no Centro do Rio de Janeiro. Foi inaugurado no dia 20 de janeiro de 1996, é administrado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Este equipamento cultural guarda no seu interior um conjunto patrimonial formado por um acervo diversificado que retrata parte da história da Marinha do Brasil. Estes atualmente estão expostos como atrações culturais e turísticas. O objetivo principal deste trabalho é discorrer sobre as possibilidades de uso do patrimônio cultural analisado e quais são as contribuições do subsegmento Turismo Militar. Os objetivos específicos são apresentar o Espaço Cultural Marinha e as possibilidades de melhoria do uso turístico. Na elaboração deste estudo serão empregados alguns procedimentos metodológicos que são constituídos por diferentes tipos de pesquisa, como: descritiva, explicativa, bibliográfica, documental e de campo. Como resultados são esperadas as melhorias para a valorização dos atrativos, passando pela reavaliação do processo interpretativo objetivando o aumento do número de visitantes.

IGREJA SANT'ANA DO PIRAÍ - RJ: DIRETRIZES PARA SUA PRESERVAÇÃO

Ana Cristina Barbosa de Souza P. Harbache (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Rosina Trevisan Martins Ribeiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

A Igreja Sant'Ana do Piraí tem sua origem na antiga Capela de Sant'Anna em meados de 1770, e sua fundação se confunde com o povoamento e crescimento do município de Piraí, no Estado do Rio de Janeiro. Sua história está ligada ao crescimento da cultura do café no séc. XIX. A necessidade da construção da Capela, se fez devido à distância entre a população do distrito e a Matriz de sua freguesia. Numa visita do Bispo D. José Caetano da S. Coutinho ao distrito, a população de Piraí entrega um requerimento solicitando a criação de uma nova freguesia, elevando a Capela ao privilégio de Paróquia. Por volta de 1832 iniciou-se a construção da Igreja, sendo inaugurada em 1841. Esse monumento religioso foi tombado pelo município em 2005 e pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC), juntamente com seu acervo e a antiga Casa Paroquial, em 2018 em função de sua importância histórica para a cidade. Ao longo dos 180 anos de existência a igreja foi muito alterada, com obras no seu interior, trocas de imagens, doações, vendas e roubo de ornamentos. Em seu entorno foi construída uma nova casa paroquial colada aos fundos da igreja e uma residência colada à antiga casa paroquial tombada. Estes anexos alteraram a volumetria do bem interferindo na composição e desvalorizando o patrimônio protegido. O objetivo principal deste artigo é de definir diretrizes para a preservação do patrimônio religioso, importante bem para a história da cidade e de seu entorno imediato visando potencializar o valor histórico e artístico da Igreja Sant'Ana. Segundo Beatriz Kuhl o restauro é um “ato de respeito pelo passado, feito no presente, que mantém, sempre, o futuro no horizonte de suas reflexões”. O presente artigo utiliza o método de abordagem qualitativa, de natureza aplicada e procedimentos de visita de campo, fotografia e pesquisa bibliográfica como modalidade de abordagem metodológica, que irá analisar a aplicabilidade do restauro no patrimônio religioso da Igreja de Sant'Ana do Piraí.

INTERVENÇÕES NO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO PARA ATUALIZAÇÃO DO DESEMPENHO ENERGÉTICO: O CASO DO RETROFIT ENERGÉTICO EM PRÉDIOS HISTÓRICOS

Mariana Estima Silva (Universidade Federal de Pelotas)

O presente trabalho aborda o tema das intervenções feitas no Patrimônio Cultural Edificado e é problematizado com a análise da possibilidade de utilização técnica do “retrofit” como forma de preservação do próprio patrimônio e do meio ambiente. O objetivo principal dessa pesquisa, um recorte da tese de doutorado da autora, tem como objetivo compreender como o “retrofit” energético pode contribuir com a proteção do patrimônio histórico edificado e a eficiência energética de prédios com algum modelo de proteção. Dessa forma, a metodologia, de critérios qualitativos, envolveu coleta documental para análise do cenário atual dos temas de proteção do Patrimônio Cultural Edificado e atualização de desempenho energético em edificações. Para isso, elaborou-se uma revisão teórica acerca dos temas da preservação de edificações com valor histórico, artístico e cultural, bem como suas alternativas e conceitos, além de abordar questões referentes ao processo de “retrofit” energético e exemplos de aplicação internacionais. A partir dessa revisão pode se afirmar que é possível, e esperado, que os prédios históricos não atinjam o nível de eficiência equivalente a prédios novos, bem como algumas atualizações alterem parte de elementos originais, mas que é preciso encontrar pontos chave que permitam trabalhar essas duas questões tão importantes, de maneira conjunta e confirmando a importância do estudo continuado dessa tese. Dessa forma, o “retrofit” parece ser uma alternativa que atende às duas partes, servindo como ferramenta para a preservação do Patrimônio Cultural Edificado e do meio ambiente.

O FASCÍNIO PELOS INSETOS E O INTERESSE QUE AS COLEÇÕES ENTOMOLÓGICAS DESPERTAM

Ângela Alves de Almeida (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Historicamente os insetos causaram curiosidades, temores, fascínio e muito interesse. O objetivo desse trabalho foi pontuar alguns aspectos da presença dos insetos no nosso cotidiano, chamar a atenção para a atualidade em os museus de entomologia com coleções entomológicas aguçam a curiosidade de crianças, adolescentes e adultos e como se tornaram uma importante ferramenta para divulgação de pesquisas científicas e até mesmo ajudar no rompimento com determinados tabus relacionado aos insetos. A coleção entomológica do Campus de Três Rios começou a ser construída por volta de 2010, pensando em usar as espécies em aulas práticas do Curso de Graduação em Gestão Ambiental. Tal coleção foi sendo ampliada ao longo dos anos, inclusive por meio de pesquisas científicas. Em 2017 foi apresentada pela primeira vez na Feira de Ciências do Departamento de Ciências do Meio Ambiente (DCMA). Nesta semana ela foi apresentada e expostos insetos representantes da ordem Hymenoptera, Lepidoptera, Coleoptera, Orthoptera, Diptera, Odonata, Heteroptera, Plecoptera e Trichoptera. Foi possível perceber a curiosidade e fascínio em que a coleção despertou. Em 2018 e 2019 já na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia a Coleção foi apresentada novamente com maior número de representantes das ordens acima citadas. Estes resultados foram motivadores e fortaleceu a ideia da importância da entomologia para a vida das pessoas, tanto na área acadêmica como também na influência em que exercem no imaginário das pessoas. Ficando consolidada a importância do laboratório de entomologia e sua coleção tanto para o curso de Gestão Ambiental quanto para a comunidade trirriense.

O INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO DAS FERROVIAS DE VALENÇA COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DA MEMÓRIA FERROVIÁRIA

João Batista de Freitas Neubaner

Esta comunicação analisará o Inventário Arquitetônico das Ferrovias de Valença, estado do Rio de Janeiro, realizado sob a coordenação do arquiteto Annibal Affonso Magalhães da Silva como parte do projeto contemplado pelo Edital de Chamada Pública nº 07/2016 Memória e Cidadania – Programa Territórios Culturais RJ/Favela Criativa. O inventário contou com o apoio do Inepac, órgão responsável pelo tombamento do centro histórico de Valença. O trabalho utilizou a metodologia desenvolvida pelo Iphan para o Inventário nacional de bens imóveis (INBI-SU). A análise do inventário corrobora para a hipótese de que nas últimas duas décadas ocorre um processo de (re)construção da memória ferroviária no município. Desde a desativação da linha férrea de transporte de passageiros em Valença, nos anos 1970, a comunidade passou a conviver e ressignificar os vestígios materiais desse passado ferroviário que muito contribuiu para o desenvolvimento econômico local. Procedeu-se a análise das fichas que compõe o escopo do inventário realizado, analisando seu conteúdo e fontes. O inventário vai de uma contextualização dos primeiros caminhos abertos na região e a chegada da ferrovia em meados do século XIX, passando por linhas e ramais que compunham a malha ferroviária do município, os benefícios advindos das estradas de ferro e finalmente o processo de desativação. O inventário traz mapas e imagens apresentando os bens existentes bem como os que já foram demolidos. Apresenta ainda uma contextualização dos bens com a comunidade onde está inserido. Ao tratar o patrimônio ferroviário local reforça-se o lugar central que esses vestígios ocupam na promoção e (re)construção de uma memória coletiva sobre as ferrovias de Valença e o seu papel, tanto no passado quanto no presente.

O MERCADO IMOBILIÁRIO E PATRIMÔNIO NO BRASIL: REFLEXÕES, POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Rafaela Simonato Citron (Universidade de São Paulo)
Josiane Patrícia Talamini (Faculdade Meridional)

O conflito entre os interesses do mercado imobiliário e o interesse público pela preservação do patrimônio cultural acontece no mundo todo. Porém, enquanto na Europa e no Reino Unido as discussões giram em torno de temas como gentrificação e elitização do patrimônio, já que edifícios históricos foram e continuam sendo reutilizados para diversos usos, no Brasil ainda lutamos contra a falta de reconhecimento e manutenção, além das recorrentes demolições que dão lugar à novos empreendimentos. Localizados em terrenos com grande potencial econômico, vários edifícios de valor patrimonial têm sido demolidos para dar lugar à torres residenciais, visando apenas o lucro e desperdiçando oportunidades como a recuperação das próprias edificações históricas para o uso residencial, entre outros usos contemporâneos. O presente artigo busca discutir a questão da contribuição do mercado imobiliário para o cenário da preservação e reuso no Brasil através de três estudos de caso: O empreendimento Rossi Fiategi, em Porto Alegre (2010); o Luzes da Mooca, em São Paulo (2011) e o Moinho Fluminense, no Rio de Janeiro, ainda em fase de projeto. Através de uma breve análise de cada projeto, este estudo busca debater a forma com que o mercado imobiliário brasileiro incorpora o patrimônio em seus projetos. Além disso, procura-se levantar questionamentos sobre as oportunidades perdidas com relação ao reuso, as soluções arquitetônicas normalmente utilizadas, as quais inviabilizam a permanência do patrimônio, e as consequências destes projetos para a memória das comunidades envolvidas e para a cidade.

O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO URBANO EM CONDIÇÃO DE VACÂNCIA NA REGIÃO CENTRAL DE BELO HORIZONTE

Raquel Elizabeth Byrro Oliveira

As pesquisas desenvolvidas ao longo do meu mestrado, junto ao programa de pós-graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, apontaram para a predominância de quase 60% de imóveis históricos ou tombados no conjunto geral de edifícios em desuso ou abandonados na região central de Belo Horizonte. São imóveis associados, por exemplo, a longos processos de inventário ou à falta de documentação de propriedade, sendo que muitos deles permanecem desocupados há mais de 20 anos. Diante disso e a partir do entendimento da obsolescência como algo historicamente construído no campo da arquitetura, o ponto principal a ser discutido é o porquê tal patrimônio compõe a maioria dos imóveis vacantes no centro da capital, permanecendo obsoletos, sem que sua função social seja cumprida e um novo uso definido. Pensar a respeito do patrimônio abandonado nos grandes centros é lidar com a controvérsia de uma preservação muitas vezes alheia à cidade contemporânea e às necessidades de seus moradores. Esta pesquisa, ao apoiar-se no entendimento de que o patrimônio arquitetônico e as escolhas associadas a sua produção - como permanência, uso, demolição, preservação ou abandono - são reflexos de dinâmicas sociais e valores historicamente construídos, pretende discutir como orientações políticas, econômicas e ideológicas influenciaram e ainda influenciam a gestão patrimonial no Brasil. À vista disso, esta pesquisa pretende, ainda, pensar possibilidades de transformação desse cenário a partir da politização da própria sociedade e da ação local.

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO RURAL E SEUS USOS: REFLEXÕES SOBRE PERSPECTIVAS DE GESTÃO E UTILIZAÇÃO CONJUNTA DO ENGENHO VITÓRIA, CACHOEIRA, BAHIA

Gabriel Carvalho Santos (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)

Este trabalho tem o objetivo de refletir e analisar as possibilidades e desafios de se estabelecer uma gestão das ruínas do Engenho Vitória, localizado na cidade de Cachoeira, Bahia, pensando em sua utilização a partir da premissa de uma articulação entre a Administração Pública e a sociedade civil. Este espaço arquitetônico foi um equipamento industrial que se notabilizou como um dos principais produtores de açúcar na região, sendo chancelado como patrimônio cultural em 1941, numa das primeiras medidas relativas a este campo em território nacional, e que atualmente encontra-se em grave processo de arruinamento, pela ineficiências das políticas públicas patrimoniais promovidas pelo Estado. Nesse sentido, a ideia é verificar a viabilidade e as diferentes nuances para se pensar na recuperação e uso deste conjunto edificado, sobretudo por possuir um elo de significados e memórias com a comunidade quilombola do Engenho da Vitória, formada por indivíduos que atuaram ou descendem de sujeitos que trabalharam neste local durante o seu funcionamento. Este trabalho busca, portanto, articular os procedimentos que permitam a atuação conjunta entre o Estado e a comunidade do Engenho da Vitória, entendendo que as noções acerca do patrimônio necessitam desta junção para o delineamento de uma preservação integrada e de futuros estudos de viabilidades de uso do Engenho Vitória, bem como de sua sustentabilidade.

PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL - 3 ABORDAGENS DE SUSTENTABILIDADE PARA A REABILITAÇÃO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO LOCALIZADO NA RUA FREI CANECA, NO BAIRRO DA AGRONÔMICA, EM FLORIANÓPOLIS/SC

Karina Baseggio (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis)

O artigo aborda o conceito de patrimônio sustentável na reflexão acerca da reabilitação urbana do conjunto arquitetônico e paisagístico localizado na Rua Frei Caneca, no bairro da Agrônômica, em Florianópolis, Santa Catarina, onde remanescem duas casas ecléticas construídas no início do século XX, inseridas em um terreno de grandes dimensões recoberto por vegetação de Mata Atlântica em avançado estágio de regeneração, na zona central e densamente urbanizada da cidade. Ao longo da história, a evolução e ampliação dos conceitos teóricos têm estreitado a relação do binômio patrimônio-sustentabilidade no debate da preservação cultural, identificando a significação do bem patrimonial a partir de diferentes escalas ao tratar não só dos valores históricos e/ou artísticos, mas também dos valores econômicos e ambientais, vinculados ao desenvolvimento sustentável. Nesta perspectiva, passa a ser fundamental que os processos de reabilitação do patrimônio considerem aspectos de sustentabilidade como a) a reutilização dos edifícios históricos, b) o gerenciamento sustentável do sítio e c) a acessibilidade, de modo a relacioná-los ao caráter singular de cada lugar e aos laços sociais existentes. O objetivo da pesquisa é contribuir com a discussão da reabilitação do patrimônio e indicar diretrizes de intervenção para o sítio analisado, a partir de uma investigação qualitativa, que busca estabelecer uma aproximação entre teoria e prática da preservação cultural. Para o seu desenvolvimento, foram investigados os principais referenciais teóricos que abordam a temática e realizadas visitas ao local e análises visuais incluindo registro fotográfico, pesquisa iconográfica e levantamento arquitetônico.

REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS HISTÓRICOS: HOSTEL CAIXERAL, CRATO, CEARÁ

Ravena Reis Araújo (Amarelo Arquitetura)

O debate sobre a preservação do patrimônio histórico têm sido cada vez mais urgente. Dentro dessas discussões, evidencia-se a importância da preservação do patrimônio histórico edificado, pois se entende que o mesmo repercute na conservação do caráter identitário e salvaguarda da memória de uma sociedade. Com o intuito de impedir o abandono dessas edificações e visando conciliar os novos hábitos da sociedade com a presença desses monumentos, o presente trabalho apresenta um estudo para proposta de um anteprojeto de um hostel em edifício histórico na cidade de Crato, Ceará. Realizou-se por meio de pesquisas bibliográficas, análises referentes a normas e legislações patrimoniais, visitas de campo e análise do edifício de intervenção e seu entorno. Constatou-se que a cidade de Crato possui um grande potencial turístico, porém não apresenta tipologias hoteleiras que se apresentem contra o engessado cenário de hospedagens de luxo. Visando mudar essa perspectiva, este trabalho tem como finalidade a promoção de um meio de hospedagem alternativa, aliando-o a adequação de edificações históricas aos usos atuais, sem a necessidade de descaracterizá-las ou destruí-las.

RELATOS E MEMÓRIAS DA BAIXADA FLUMINENSE NA CONSTRUÇÃO DE ACERVOS DOCUMENTAIS: NILÓPOLIS NA ROTA DOS DESLOCAMENTOS JUDAICOS NO RIO DE JANEIRO

Luís Guilherme Lemos dos Santos (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)
Elis Regina Barbosa Angelo (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

O presente trabalho visa apresentar uma síntese das pesquisas e atividades que foram desenvolvidas e os resultados e desdobramento dentro do Projeto: “Recuperação do patrimônio cultural de Nilópolis – Sinagoga Tiferet Israel”, que teve como objetivo a organização e o levantamento de fontes históricas acerca do patrimônio cultural formado a partir da sinagoga e suas marcas religiosas. Dessa forma, busca na visualização destes elementos sua memória e história para que possam servir de instrumentos de pesquisa, de informação e de representação de sua cultura, seja nos espaços públicos ou privados. A partir do levantamento documental da sinagoga foi possível trazer aspectos relevantes sobre as relações dos judeus com a sinagoga e suas influências no município de Nilópolis, além de levantar indícios para a recuperação da edificação e dar visibilidade a esse patrimônio cultural municipal, que teve seu tombamento no final do século XX.

RESIDÊNCIA DO REITOR: DOCUMENTAÇÃO DIGITAL DO PATRIMÔNIO PARA O PROJETO DE RESTAURAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE USO

Ana Paula Ribeiro de Araujo (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

O presente trabalho tem como objetivo principal a apresentação dos aspectos teóricos metodológicos para a elaboração de um levantamento arquitetônico que embasará um projeto de conservação e restauração para a antiga Casa do Reitor da UFRRJ (tombada definitivamente pelo governo estadual, desde 2001, (INEPAC -Processo E-18 / 001.540 / 98) objetivando adaptá-la para abrigar o novo Centro de Memória da UFRRJ, dotado de vasto e diversificado acervo de bens móveis identificados com a memória da Universidade. A iniciativa abrange também a edícula da Casa do Reitor que abrigava originalmente a garagem e a residência de hóspedes. Nela será instalado o Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos da Universidade (LabDOC), responsável pela conservação, restauração e catalogação dos projetos arquitetônicos originais da construção do Campus Seropédica. Para alcançar o objetivo principal propõe-se o levantamento arquitetônico das edificações citadas, com o auxílio de técnicas de aquisição diretas e indiretas (GPS, EDM, Estação Total e Fotografia digital e Fotogrametria de curta distância) e de elaboração de modelo da informação da construção (Building Information Modeling), o que gerará documentos precisos que viabilizarão a análise e avaliação do atual estado de conservação da Casa do Reitor e da edícula.

SOME CONSIDERATIONS ABOUT THE PHYTOPATHOLOGICAL HERBARIUM “VERLANDE DUARTE SILVEIRA”

Carlos Antonio Inácio (UFRRJ)
Ana Carolyne Costa de Carvalho
Claudia Maria Xavier Faria (UFRRJ)
Bianca Siqueira Selleri

A herbarium is, by definition, a collection of dried material organized systematically, being a reference for scientific studies where a plethora of specimens are organized following a taxonomic sequence assisting in complementary studies. In this way, specimens deposited there can provide us with data on: geographic distribution of species, history, morphological and molecular studies, among others. Therefore, the adoption of a well structured database is of great importance in order to organize and store all this information. All of this work is being carried out at the Phytopathological Herbarium “Verlande Duarte Silveira” which is located in the DEnF (Department of Entomology and Phytopathology) inserted in the Institute of Health and Biological Sciences – ICBS, campus of the Federal Rural University of Rio de Janeiro - UFRRJ (former National School of Agronomy - ENA); in this herbarium, approximately 15,000 specimens are deposited (recent survey). This herbarium also has several important collections of immense scientific and historical value, such as the collection of the Ministry of Agriculture and the Private Collection of Arsène Puttemans, in addition to other materials collected by outstanding mycologists or plant pathologists, such as Heitor Vinícius da Silveira Grillo, Josué Deslandes, André Maublanc and Eugenio Rangel as well as Verlande Duarte Silveira, who contributed a lot to the teaching and study of plant diseases in the country. This work aims to present some data obtained in the years 1932-1950 from exsiccates belonging to the former Ministry of Agriculture on the main diseases caused by fungi that occurred in Brazil at that time, as well as to list these pathogens, hosts and place of occurrence. These data will be presented and discussed.

07 A 11 DE JUNHO DE 2021
ciipc2020.rj.anpuh.org

III CONGRESSO INTERNACIONAL
E INTERDISCIPLINAR EM
PATRIMÔNIO CULTURAL:
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO,
EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR- NOVA IGUAÇU
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

GT 04. Educação Patrimonial: métodos e tecnologias

Andrea Borelli (Universidade Cruzeiro do Sul)
Fabio Cerdera (PPGPACS/UFRRJ)
Edgar da Silva Gomes (Universidade Cruzeiro do Sul)

Caderno de Resumos

III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural:
Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio

Elis Regina Barbosa Angelo (org)
Editora Cravo. Porto. Portugal
ISBN 978-989-9037-12-0

108

A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO MUSICAL ENTRE O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO: A CRIAÇÃO DE UM LABORATÓRIO DE DOCUMENTAÇÃO MUSICAL NA AMAZÔNIA PARAENSE

Fernando Lacerda Simões Duarte (UFPA)

As atividades musicais permeiam o cotidiano individual e coletivamente. Os cânticos das ladainhas, as bandas de música e as manifestações musicais diversas geram vestígios em suportes diversos. A salvaguarda do patrimônio musical perpassa, portanto, a preservação das memórias e identidades coletivas. Antonio Ezquerro Esteban identificou quatro categorias possíveis desse patrimônio. A primeira é a documental e engloba um amplo espectro de fontes e suportes materiais. A segunda é a do patrimônio organológico, relacionado às fontes emissoras de sons, tais como os instrumentos musicais, os sinos e os aparelhos de reprodução mecânica da música. Na terceira categoria se encontram os espaços relativos a determinadas práticas musicais e, por fim, o patrimônio propriamente musical, que acontece nas performances, no próprio ato de praticar a música. Com vistas à salvaguarda de tais categorias, surgiu como desafio criar um laboratório que não deslocasse as fontes de seu lugar de origem e, ao mesmo tempo, capacitasse e integrasse as comunidades no processo de preservação. Para além da migração de informações entre suportes (digitalização), busca-se promover o tratamento dos acervos de documentos musicográficos, com a separação entre os arquivos correntes e históricos, a capacitação em edição musical e em técnicas de conservação preventiva. Neste trabalho, são problematizadas a inserção social da atividade musicológica e a aproximação desta com o tripé ensino, pesquisa e extensão. São abordadas iniciativas anteriores, o processo de constituição do laboratório móvel, os tipos de fontes e suportes com os quais é possível trabalhar, os equipamentos e alguns resultados de atividades já realizadas. Os resultados apontam para um vasto campo de atuação, para a difusão da atividade musicológica na Amazônia para além dos grandes centros urbanos e a possibilidade de uma efetiva integração das comunidades na preservação de suas memórias.

AS CASAS DO PATRIMÔNIO E A ATUAÇÃO DO IPHAN-GO NA PROMOÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Ana Cristina Alves da Silva (Universidade Estadual de Goiás)

Este trabalho tem como objetivo apresentar o levantamento e a análise de ações de educação patrimonial desenvolvidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Goiás, entre 2009 e 2021. Esse recorte compreende ao estabelecimento de um dos marcos institucionais da Educação Patrimonial no Iphan: a implementação das Casas do Patrimônio, atualmente, designadas como Redes do Patrimônio. A origem desse projeto remonta-se a 2007 a partir de discussões internas no Iphan com o propósito de dilatar a capilaridade institucional do órgão, bem como conectar ambientes que realizam práticas e atividades de caráter educativo que tenham como princípio a valorização do patrimônio cultural. O projeto, portanto, se repousa na demanda do instituto de consolidar a partir de uma percepção transversal e dialógica novos modos de se relacionar com a sociedade civil e os poderes locais. O Estado de Goiás, conta com três Casas do Patrimônio: uma em Goiânia, uma Pirenópolis e uma terceira na Cidade de Goiás. A primeira abriga a sede do instituto em Goiás e as duas últimas são os escritórios Técnicos do Iphan no Estado. As Casas do Patrimônio, neste sentido, além de estreitar os laços entre a sociedade e a instituição, permite que as propostas de ações educativas com foco no patrimônio tenham desde o início da sua elaboração a participação da comunidade. Assim, além de apresentar um histórico das ações de educação patrimonial, propomos a análise de alguns dos projetos desenvolvidos no âmbito da superintendência regional de Goiás, direcionadas à preservação do patrimônio cultural do Estado.

COM BARRO E FOGO: CONSTRUINDO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Alef Fernandes Cruz (Universidade do Estado do Amazonas)

Clarice Bianchezzi (Universidade do Estado do Amazonas)

Adriano Marcio dos Santos (Universidade do Estado do Amazonas)

Os vasilhames de cerâmica foram e são utilizados por distintos grupos humanos ao longo da História. O saber moldar barro (argila) em objetos que passam pela etapa da queima compõem um saber fazer peculiar que foi transmitido de gerações em geração permanecendo atualmente. Nesta pesquisa, estudamos os fornos cuja fonte de calor é a madeira para entendermos como ocorrem os processos de cocção do vasilhame de argila nessa edificação e, compreender as principais etapas a serem seguidas no manuseio e alimentação do fogo, para melhorar a qualidade do produto final durante a transição argila/cerâmica. A meta também consistiu em construir um forno, fazer a queima e com isso ver, sentir, testemunhar o processo da chama inicial ao auge do fogo que transforma a pasta de argila moldada no produto: objeto cerâmico. Em função da situação da pandemia de COVID-19 que o mundo enfrenta, seguindo a recomendação de não aglomeração, ainda não foi possível construir o forno, mas foi criado um modelo 3D virtual de um forno a lenha, a partir da literatura sobre o tema, com auxílio do software OpenScad. Esse modelo tridimensional, se apresentou como um recurso auxiliar e atraente no estudo do patrimônio cerâmico, oportunizando a visualização interna e externa da estrutura física do forno e, que contribuirá na compreensão de cada detalhe do processo da queima dos objetos de barro para se obter uma cerâmica de qualidade e sem fissuras.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL AUXILIADA PELO USO DE REALIDADE AUMENTADA

Ana Paula Nishimoto Ito (Universidade Federal de Goiás)

Fábio Ferreira de Lima (Universidade Federal de Goiás)

Pedro Henrique Gonçalves (Universidade Federal de Goiás)

O presente artigo tem como objetivo compreender, por meio da literatura acerca do tema, como vem sendo discutida a educação patrimonial brasileira auxiliada pelo uso da Realidade Aumentada (RA) ou Augmented Reality (AR). Consequentemente, busca-se entender de que maneira a mesma tem influenciado no desenvolvimento dos conceitos de educação, patrimônio e tecnologia para atender as demandas atuais. Assim, por meio de uma pesquisa bibliográfica, buscou-se organizar uma crítica ao panorama geral do tema. Esse objetivo vai de encontro com a necessidade de juntar a importância dada ao patrimônio cultural brasileiro, característico do século XXI, com as necessidades de entender seu potencial participativo nos processos de ensino e aprendizagem e fazer um paralelo com a realidade, essa que atualmente atravessa mais um paradigma, em que a tecnologia tem a cada dia penetrado mais nas relações em sociedade. A Educação Patrimonial, tem papel crucial nos contextos do patrimônio cultural brasileiro e no desenvolvimento tecnológico aplicado no mesmo. Assim deve ser desenvolvida e aplicada de modo a garantir o que é descrito como direitos e garantias fundamentais na Constituição Brasileira.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COM CRIANÇAS: UMA REVISÃO DE DOIS ESTUDOS DE CASO

André Frota Contreras Faraco (Universidade de São Paulo)
Simone Helena Tanoue Vizioli (Universidade de São Paulo)

Entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos dialógicos, que oportunizam a construção de conhecimento de forma coletiva e têm como foco o patrimônio cultural como mediador para que os sujeitos participantes reconheçam as suas referências culturais. Podendo ocorrer tanto em processos educativos formais quanto processos educativos não formais, as ações de Educação Patrimonial recorrem às mais diversas maneiras de abordagem. Mas independentemente do tipo de abordagem, é necessário que a ação de Educação Patrimonial construa uma possibilidade de entendimento a partir da realidade vivida, para que os sujeitos participantes possam se reconhecer como produtores e detentores da sua própria cultura. Principalmente quando os sujeitos envolvidos nos processos são crianças. Com isso, este artigo, que discorre sobre os processos de Educação Patrimonial com crianças, tem por objetivo destacar a importância de duas significativas experiências, apresentadas como estudos de caso, a partir de uma revisão bibliográfica, evidenciando-as como abordagens de Educação Patrimonial dialógicas e que oportunizam a compreensão sociohistórica das referências culturais. A primeira experiência é o “Projeto Infâncias”, iniciado em 2012, num contexto de educação não formal, e a segunda é o projeto de “Formação de professores e oficinas da memória em São Gonçalo, RJ”, cujas pesquisas são desenvolvidas desde 1998, num contexto de educação formal. Com isso, foi possível afirmar que os casos aqui revisados se constituíram em ações dialógicas e que oportunizaram permitem a compreensão sociohistórica das referências culturais das crianças participantes, uma vez que ambos permitiram o entendimento a partir da realidade vivida, com a mobilização de lembranças individuais que foram transpostas para as lembranças como grupo. Por isso, foi possível confirmar que ambos os projetos são experiências importantes de Educação Patrimonial com crianças e podem servir como referências para novas ações.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO AÇÃO POLÍTICA E PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA

Renata Nascimento y Mansour (Secretaria Municipal de Educação de Rio Bonito)

Esta pesquisa busca refletir sobre a criação de estratégias didático-pedagógicas em Educação Patrimonial e seu aspecto político, numa perspectiva sensibilizadora e participativa que aponte dilemas e complexidades que precisam ser negociadas no processo de elaboração do discurso pedagógico da Educação Patrimonial. Compreendemos o Patrimônio Cultural como meio essencial para constituição de identidades e a Educação Patrimonial como espaço de expressão e representação política do Outro e de Si e de reconhecimento da diferença como uma possibilidade de construção de sentido. Temos a escola como lugar de investigação, por ser espaço diferenciado de produção de saberes interdisciplinares, evidenciando que o campo da Educação Patrimonial é uma área do conhecimento interdisciplinar e que a ideia de transformação do conhecimento científico com intenção de ensino e divulgação não se organiza na forma de simples “ajuste” ou “simplificação” de conhecimento. Temos como objetivos compreender o discurso pedagógico da Educação Patrimonial e sua relação com aspectos de cidadania e direitos culturais, a partir de conceitos da semiótica discursiva e da arte-educação; investigar práticas de educação patrimonial e arte-educação interessadas em construir processos de interação entre as diferenças que constituem a diversidade social brasileira; observar estudos da semiótica discursiva no ensino-aprendizagem escolar direcionados à construção de discursos de aceitação da diferença e inclusão social e articular de forma sistêmica aspectos da educação patrimonial como prática de intervenção pedagógica para inclusão social e as ações estatais na área da cultura. Como referencial teórico reunimos em pesquisa bibliográfica autores do campo da Educação Patrimonial, das Políticas Culturais, da Semiótica Discursiva e da Arte-Educação, articulados pelo conceito de Recontextualização como suporte para possíveis intervenções e ajuste das políticas de democratização dos direitos culturais para todos.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Barbara Avelino da Silva (Fundação Getúlio Vargas)

Este artigo visa a iniciação de uma pesquisa científica a ser elaborada durante o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Patrimonial, pelo Instituto Pretos Novos, no Rio de Janeiro em parceria com a Faculdade de Tecnologia de Curitiba, na qual articularemos sobre a importância da Educação Patrimonial como ferramenta de inclusão para pessoas com deficiência, direcionando esforços para diagnosticar e reconhecer os desafios enfrentados pelos deficientes dentro de instituições ou contextos educacionais ligados ao patrimônio e desenvolver metodologias que facilitem a superação dessas dificuldades. O trabalho apresentará a preocupação e a relevância do tema a partir do historicismo crítico e com recurso ao diálogo transdisciplinar, quando pertinente, entre Educação, Arquitetura, Sociologia, Tecnologia e Direito. Conceituando e explicando Patrimônio, Acessibilidade, Educação Patrimonial e Acessibilidade Cultural. Serão adotados métodos como: estudos de casos, estudo das leis aplicáveis atualmente ao fenômeno, revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas, visitas exploratórias e passeios acompanhados quando permitido for, devido ao atual cenário da pandemia de COVID19, aspirando distinguir os principais obstáculos à acessibilidade, existentes nos espaços culturais. Pretende-se fazer uso também de entrevistas focalizadas para a discussão de soluções viáveis aos impasses identificados nos estudos de casos, com os principais interessados nessa tônica: as pessoas com deficiências, que buscam o direito a igualdade; e os profissionais ligados a disseminação da cultura.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A EDUCAÇÃO TURÍSTICA NOS LUGARES DE MEMÓRIA: O CASO DO MUNICÍPIO DE RESENDE-RJ

Cíntia Sampaio Ribeiro Roesler (URFFJ UAB CEDERJ)

O rico patrimônio cultural resendense, construído como herança da cultura cafeeira, nos períodos colonial e Imperial do Brasil, resistiu ao tempo, mas sofre hodiernamente com risco de se perder, tanto no espaço quanto na memória da população do município. A desvalorização econômica e o abandono dessas estruturas arquitetônicas e monumentos históricos são maximizados com o crescimento não planejado, pelo qual passou a cidade no último quartil do século XX, quando se tornou importante polo industrial do Estado do Rio de Janeiro, com aumento populacional, crescimento imobiliário local, à desinformação sobre o espaço cultural da cidade e a valorização acentuada da cultura global contemporânea, principalmente, pelos mais jovens. Assim, a presente pesquisa pretende apresentar uma discussão acerca da Educação Turística em cidades que têm o turismo como uma de suas atividades econômicas e sociais, bem como sua correlação com a Educação Patrimonial, no caso de cidades históricas ou com remanescentes históricos, como é o caso de Resende/RJ, representado por seu Centro Histórico. A pesquisa se caracteriza como Bibliográfica, exploratória, descritiva e qualitativa, servindo-se de entrevistas semiestruturadas, com agentes envolvidos com a temática, entrevistas estruturadas, com perguntas abertas e fechadas, com moradores do entorno do Centro Histórico de Resende e análises dos diplomas legais de planejamento que conjugam a área de Educação, Patrimônio e Turismo, bem como projetos relacionados à temática.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA O PÚBLICO INFANTIL EM ESPAÇO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: O CASO DE SANTA BÁRBARA DO OESTE – SP

Bianca de Paulo Barbosa (Escola Imperial)

A presente pesquisa tem como objetivo geral descrever e analisar o conjunto de práticas de Educação Patrimonial realizadas no Centro de Documentação da Fundação Romi (CEDOC) para crianças, no município de Santa Bárbara do Oeste - São Paulo. Os objetivos específicos são conhecer em detalhe a realidade do espaço selecionado e ainda, compreender como se dá o fenômeno educacional em espaços não formais, como os centros de documentação histórica, contribuindo para a valorização do patrimônio cultural de Santa Bárbara do Oeste - SP, entendido de modo mais aprofundado, incorporando inclusive os bens materiais móveis e os bens imateriais. Metodologicamente, a pesquisa é de abordagem qualitativa, do tipo participante e descritiva e analítica quanto aos seus objetivos. Tem-se realizado o levantamento e análise de documentos e entrevistas com a coordenadora e monitores do CEDOC, com uso de roteiro semiestruturado, acompanhado pelo diário de campo. O referencial teórico assumido baseia-se em Horta, Marins, Trilla, Fernandes, Garcia, Triviños e outros. A pesquisa consiste em uma oportunidade de aprofundamento que permita explorar as múltiplas dimensões da educação patrimonial em espaço de educação não formal, como recurso metodológico para a construção do conhecimento voltado ao público infantil, estimulando o olhar da criança, provocando a curiosidade e levando-a a descobrir muito mais sobre o lugar, seus habitantes e sua história local.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, GEOGRAFIA ESCOLAR E RESSIGNIFICAÇÃO DO LUGAR PARA ESTUDANTES PERIFÉRICOS NO NOPH/ECOMUSEU COMUNITÁRIO DE SANTA CRUZ

José Renato Soares Pimenta (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro)

A relação entre a Geografia Escolar e a Educação Patrimonial, através do trabalho de campo com foco nos patrimônios culturais inscritos na paisagem, podem oportunizar aos estudantes a prática espacial insurgente de ressignificação do lugar, com o intuito de empoderar populações periféricas com a noção de que suas ações socioespaciais podem melhorar a qualidade de vida deles próprios e de suas comunidades. O recorte espacial deste trabalho é o bairro de Santa Cruz, no extremo oeste do município do Rio de Janeiro/RJ, e o objetivo deste artigo é correlacionar epistemologicamente a Educação Patrimonial e a Geografia Escolar para oportunizar momentos de prática espacial insurgente de ressignificação lugar a estudantes periféricos através de trabalhos de campo com foco em patrimônios culturais inscritos na paisagem do espaço vivido. Para tal, serão apresentados dois exemplos destes trabalhos de campo oriundos da experiência deste autor como Professor de Geografia do Ensino Fundamental na rede pública municipal do Rio de Janeiro e como Coordenador de Estudos, Pesquisas e Projetos do NOPH/Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENSINO SUPERIOR – UMA EXPERIÊNCIA EM CARATINGA – MG

Sebastião Ricardo Machado Meireles (Centro Universitário de Caratinga)

Preservar o patrimônio cultural no Brasil torna-se um desafio, sobretudo, pelo descaso das autoridades públicas e pela especulação imobiliária em torno dos bens materiais tombados. Nesse contexto, faz-se, cada vez mais necessário, discutir formas de valorizar e, conseqüentemente, preservar os patrimônios históricos e culturais das cidades. Diante disso, nasce a proposta dessa pesquisa que tem como objetivo trabalhar a importância do patrimônio histórico e cultural para a memória coletiva, desde a educação infantil até o ensino superior. Para isso, foi realizado como procedimentos metodológicos: uma análise na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, na busca de propor atividades que envolvam a temática sobre patrimônio, nas mais variadas etapas do ensino, e trabalhos de campos nos bens tombados da cidade de Caratinga - MG. Ao final, foi proposta uma rota de visita aos patrimônios tombados da cidade a ser desenvolvida por alunos de todas as etapas de ensino, principalmente dos alunos da educação infantil das escolas públicas e privadas da cidade. Essa rota, inclusive, vem sendo realizada desde então. Apresentam-se, também, com base na BNCC, sugestões de como trabalhar os conteúdos que envolvem a temática: patrimônio, cultura e memória.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM CAMINHO PARA RESSIGNIFICAR A HISTÓRIA LOCAL

Ana Gabriela Saba de Alvarenga

Neste trabalho abordarei o projeto de Educação Patrimonial acompanhado durante a pesquisa doutoral, o Rolé na Penha. Um projeto elaborado pelo professor de História juntamente com seus alunos, em uma escola municipal na Vila Cruzeiro, favela do bairro da Penha na cidade do Rio Janeiro, de construção de memórias sobre o bairro e guiamento pelas referências culturais da localidade. Referências elencadas coletivamente, que inicia pela escola, que passou por uma revitalização com arte grafite e culminando na Igreja da Penha, patrimônio que fomentou a criação do projeto. Mais importante do que a história oficial do bairro, são as vivências e memórias familiares locais de cada lugar, que se entrelaçam com outras histórias e vão dando significado pela experiência, tornando o patrimônio próximo. A partir da observação deste projeto me proponho a pensar nas possibilidades de olhar os processos de Educação Patrimonial enquanto leituras plurais do patrimônio, que ensejam ressignificação da histórica local e construção de memória a partir das referências da comunidade local. Uma proposta de enfrentamento a realidade de violência na região, por meio da prática pedagógica, que leva a comunidade escolar a repensar o próprio território, a valorizar suas origens e herança social. Visto por uma perspectiva freiriana do esperar e na construção de conhecimentos escolares que levem a consciência de liberdade cidadã e decolonial, que permite pensar em uma ecologia dos saberes e possibilidades de mudança social para as futuras gerações.

INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL EM ESPAÇOS CULTURAIS RELACIONADOS A TEMÁTICA MILITAR: BRASIL, ESCÓCIA E PORTUGAL

Claudia Corrêa de Almeida Moraes (Universidade Federal Fluminense)

Maria Beatriz Quitério Santiago (Universidade Federal Fluminense)

Aneth Satie Esaki (Universidade Federal Fluminense)

Nos últimos anos, a necessidade de se encontrar outras formas de mediação cultural tem suscitado o aparecimento de propostas de conjunto de estruturas culturais que visam a apropriação dos valores da cultura e do patrimônio pelos moradores e turistas. A finalidade da interpretação do patrimônio é produzir mudanças nos âmbitos cognitivos, afetivos e comportamentais do visitante. O plano de ação interpretativa é usado como forma de democratizar o legado cultural. Estes planos definem o sucesso ou não da mediação. No Brasil, os espaços culturais com patrimônio militar, nem sempre tem apresentado o resultado proposto pela finalidade da interpretação do patrimônio. Diante desta realidade, indaga-se se exemplos positivos de espaços culturais com patrimônios militares poderiam servir para auxiliar na alteração de seus planos de ação interpretativa. Para responder ao questionamento, foram estudados três espaços culturais com visita significativa, o Espaço Cultural da Marinha no Rio de Janeiro, Brasil; o Castelo de Stirling, na Escócia e o Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, em Portugal, com o objetivo de analisar seus planos de ações interpretativas e verificar se podem ser usados como inspiração para os planos brasileiros. Como procedimento metodológico, foram realizados estudos documentais e de referências, que possibilitaram estabelecer as premissas para as visitas in loco, realizadas entre 2018-2019. A coleta de dados desenvolveu-se por meio de registros visuais e escritos seguindo um roteiro previamente definido criado a luz das teorias. Os dados foram tratados, sistematizados, classificados, analisados e o resultado apontou que os objetos de estudo possuem planos interpretativos que aproximam o visitante do patrimônio e apresentam interação mediada pela ação humana e pela tecnologia que podem ocasionar mudanças em seus visitantes. Portanto, se mostraram ser possível usá-los nos estudos de alteração de planos de ação interpretativos no Brasil.

MAPA CULTURAL DE MADUREIRA - RIO DE JANEIRO: GEORREFERENCIAMENTO COMO FERRAMENTA PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Alyne Fernanda Cardoso Reis

A partir das relações socioespaciais o presente artigo busca discutir a construção do Mapa Cultural de Madureira como ferramenta para educação patrimonial, com base na realização do georreferenciamento de bens culturais realizado no território. O mapeamento tem como objetivo identificar e tecer a concepção de valores que estão atribuídos a estes bens, a partir dos seus detentores e diferentes sujeitos que corroboram para sua existência, sejam eles tangíveis ou intangíveis. O território está localizado no subúrbio do Rio de Janeiro, e apesar da pluralidade e diversidade de bens culturais presentes na região, ainda carece da ausência de políticas culturais que corroboram para o conhecimento dos bens pela sociedade, bem como a preservação e a salvaguarda. Portanto, o mapa é um instrumento que pode ser utilizado em metodologias da educação patrimonial, sejam em oficinas abertas ao público em geral, bem como a inserção no ensino em ambiente escolar. A realização do mapeamento conforme diretrizes do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é um instrumento para tornar conhecidos certos bens invisibilizados e por meio dele promover sua proteção, tendo em vista que é preciso conhecer para preservar.

MATERIALIDADE, EXPOSIÇÃO E MEDIAÇÃO CULTURAL

Fábio Pereira Cerdera (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

No desenho de conjuntos expositivos, conjugam-se paradigmas nos quais, os objetos se adaptam ou se moldam ao espaço, interferem ou o recriam, ou se materializam no próprio ambiente. Se uma expografia, ou um outro tipo de organização e exibição não institucional, não se configuram exatamente como uma ação de educação patrimonial, museal ou mediação cultural, por outro lado, são dispositivos sensíveis que podem estar mais ou menos implicados nesses processos como materialidade fundadora e plano da expressão para a interação e apropriação ativa de valores, realizados quase sempre num conjunto significativo que mobiliza diversas linguagens. Nesse sentido, uma exposição, ou exibição de outra natureza, também transpõem didaticamente ou recontextualizam conteúdos, conhecimentos e práticas, exercendo um papel fundamental de facilitadoras com relação à construção de valores. Por meio de aspectos teórico-metodológicos presentes em pesquisas sobre educação patrimonial, museal, arte educação e mediação cultural, propomos neste trabalho examinar em que medida os dispositivos de conjuntos expositivos permitem e estimulam a construção dos valores que se vinculam à memória, à identidade e ao patrimônio. Se o aspecto sensível e a leitura como ato de interpretação são dimensões propositivas, o arranjo para exibição, como dispositivo que propõe a interação e a construção de sentidos por meio do fazer sensível, não pode ser encarado apenas como ilustração ou representação passiva de ideias e conteúdos. Pretendemos abordar essa questão a partir de exemplos concretos.

MUSEUS, ESCOLAS E EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO: RECURSOS DIDÁTICOS PARA A REFLEXÃO PATRIMONIAL

Geovana Erlo (IHG - Instituto Hércules Galló)

O trabalho analisa as possibilidades de reflexão acerca das práticas de patrimonialização e musealização territorial proporcionadas a partir da criação de recursos didáticos e sua utilização em escolas da rede básica de educação, partindo do estudo de caso do painel “Museu de Território de Galópolis: um museu a céu aberto”. O produto em questão foi elaborado dentro do contexto do estágio curricular em espaços de memória proporcionado pelo curso de Licenciatura em História da Universidade de Caxias do Sul (UCS) – orientado pela profa. Dra. Luiza Iotti e realizado no Instituto Hércules Galló (IHG), núcleo do Museu de Território de Galópolis, localizado no bairro Galópolis, interior da cidade de Caxias do Sul (RS) – no ano de 2018 e aplicado como recurso didático para as oficinas de educação para o patrimônio desenvolvidas pela instituição com escolas locais. Pensado de forma a suprir as necessidades do setor comunicativo do IHG, que iam desde a ausência de ferramentas educativas que pudessem ser disponibilizadas para o uso com e em escolas, até a ausência de redes sociais que expusessem seus objetivos institucionais, o projeto também buscou adaptar-se ao caráter tecnológico presente na expografia do museu, criando um painel móvel representativo ao território de Galópolis através de uma fotografia que ilustrava os diferentes bens culturais ali presentes, identificados por meio de pontos de localização – cada qual com um QR code distinto, que, ao ser escaneado, levava ao álbum de fotos criado na recente página do Museu de Território de Galópolis no Facebook, contendo imagens alusivas aos diferentes períodos do local indicados. A utilização do recurso didático nas escolas da região suscitou uma série de reflexões em torno da modificação do território e o impacto que isso trouxe para a vida contemporânea, além de sinalizar a importância de se preservar o patrimônio cultural e de gerir coletivamente seu processo de musealização, revalidando o caráter comunitário do museu.

O BEM PATRIMÔNIO MUNDIAL E OS PATRIMÔNIOS DE SÃO CRISTÓVÃO/SE

Miriam Cazzetta (Universidade Federal de Sergipe)

O presente artigo é um relato das experiências vivenciadas no âmbito de um processo de socialização de conhecimentos sobre os patrimônios que podem ser conectados ao bem reconhecido como patrimônio mundial na cidade de São Cristóvão; e, a promoção do capital social que venha a atuar em prol da gestão desses patrimônios de forma concertada. Entendemos que os Territórios Sensíveis se apresentam como ambientes de articulação e mediação entre os territórios concretos das coisas e os territórios simbólicos das ideias. Essa perspectiva demanda uma prática de investigação para gestão conduzida pelo sensível, ou seja, baseada na vida das sensações ligadas aos sentidos e emoções, e para tanto é necessário estabelecer uma escuta afetiva com aqueles que vivenciam essas experiências. Por isto cogitamos trabalhar com o propósito de identificar, documentar, pesquisar, socializar conhecimento e valorizar o acervo arqueológico e demais repertórios culturais oriundos dos Territórios Sensíveis de São Cristóvão, em especial aqueles que são cortados pela linha férrea (dentre eles, os territórios onde a maré e os modos de fazer dos ribeirinhos se sobressaem). Desta forma, estamos trabalhando para estimular a cultura da preservação dos repertórios culturais tradicionais, por meio de hábitos e práticas que podem ser referência para a gestão sustentável de bens de valor arqueológico dos Territórios Sensíveis assim como, da Cidade Histórica e Patrimônio Mundial. A reflexão que se coloca é: Queremos trabalhar numa perspectiva colaborativa para construção e valorização de narrativas sobre a Cidade Histórica e o Bem Patrimônio Mundial que façam sentido à contemporaneidade? Estamos dispostos a interagir e valorizar outros patrimônios?

O DESENHO E O PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO RECÔNCAVO DA BAHIA

Fabiana Comerlato (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)

O projeto de extensão “Traço & cor: desenhando o patrimônio cultural de São Félix”, desenvolvido no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia”, teve como objetivo principal desenvolver sensibilidades e percepções dos jovens para com o patrimônio cultural de São Félix através de práticas artísticas. Foram selecionados 15 jovens da comunidade com o apoio do Centro Cultural Santa Bárbara, com o intuito de envolvê-los em atividades que lhes proporcionassem novas relações e olhares para cidade e seu patrimônio paisagístico, tombado pelo IPHAN, através do poder transformador das artes visuais (em especial, o desenho artístico). A metodologia dos encontros entre os jovens foi baseada na Proposta Triangular do Ensino de Arte (experimentação, decodificação e informação): contextualização artística, apreciação e apropriação cultural, e, produção artística. O projeto articulou conteúdos oriundos de pesquisas do Grupo de Pesquisas Recôncavo Arqueológico, além de aproximar os jovens da comunidade do ensino superior e sugestionando, a partir do exemplo e contato com egressos colaboradores, a universidade como um projeto de vida para o futuro.

O DISEGNO DA CIDADE: O PATRIMÔNIO EDIFICADO DE CAJAZEIRAS - PB (1920-1940)

Janaína Valéria Pinto Camilo (Universidade Federal de Campina Grande)

Katiana de Sousa Vale (Universidade Federal de Campina Grande)

Apresentamos o projeto de pesquisa “O disegno da cidade: o patrimônio edificado de Cajazeiras – PB (1920 a 1940)”. Cajazeiras está localizada no extremo Oeste do Estado da Paraíba, acerca de 475 Km da Capital. Entre os anos de 1920 e 1940, a cidade viveu um boom urbano e comercial embalado pelo movimento de modernização dos centros urbanos já observado nas grandes cidades brasileiras. Seguindo essa tendência, já sentida na capital João Pessoa, Cajazeiras providenciou os arranjos condizentes com as exigências da vida comercial crescente. E neste embalo, chegou à cidade a linha férrea, a luz elétrica, o jornal impresso, o telégrafo e os prédios que seguiam os traços da arquitetura modernista. Em 2004, o Governador da Paraíba homologou o Decreto nº 25.140 pelo qual – em conformidade com as reivindicações do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) - tombou o centro histórico da cidade de Cajazeiras. Nossa pesquisa vai ao encontro das determinações das áreas prioritárias do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações; especificamente em “Desenvolvimento sustentável”, na área de cidades inteligentes, porque propomos um estudo voltado às questões relativas aos direitos humanos, à dignidade cultural e à sustentabilidade cultural - intimamente ligada à ideia de planejamento e futuro onde possa ser possível a preservação do patrimônio histórico e cultural nas cidades brasileiras. Além disso, a etapa final deste projeto será a produção de um site educativo sobre os patrimônios materiais de Cajazeiras, viabilizando, assim, uma rede de preservação do patrimônio cultural da cidade. Além disso, este trabalho está balizado por conceitos da História Cultural: memória, identidade e representação porque entendemos o patrimônio de Cajazeiras para além da fria materialidade das paredes e pedras. Nos interessa a vida das personagens envolvidas no processo de modernização urbana e as consequências por elas sentidas no século XXI.

O PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Cassia Maria de Queiroz (SEDUC/GOIÁS)

O Programa Viva e Reviva, desenvolvido pela equipe da Superintendência de Ensino a Distância e Continuada da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás, foi lançado em 2000, em face do contexto da proposta da cidade de Goiás receber o título de Patrimônio da Humanidade concedido pela UNESCO. O Programa foi criado a partir da experiência do pré-projeto Viva e Reviva na cidade de Goiás. A proposta deste trabalho é analisar o “Viva e Reviva Goiás” a partir da documentação referente às ações educativas desenvolvidas pelas escolas públicas e privadas, entre 1999 a 2007. Assim, o corpus documental em estudo é composto pelo relatório final com todos os subprojetos propostos pelas escolas, alguns ofícios, folders, documentos manuscritos, questionários, entre outros. A escolha desse Projeto de Educação Patrimonial como objeto de estudo desta pesquisa se deve tanto pelo seu pioneirismo em Goiás quanto em ter como fundamento norteador o diálogo com os diversos personagens locais. Na execução, a comunidade foi envolvida pelas atividades propostas pelas escolas, possibilitando uma série de desdobramentos nas práticas educativas com vistas à identificação e à proteção dos saberes, ofícios, festas, lugares, rituais, expressões artísticas e lúdicas dos diferentes grupos da comunidade local. Assim, o estudo visa identificar também a concepção de Educação Patrimonial presente no Projeto Viva e Reviva Goiás para discutir as bases que nortearam as ações desenvolvidas no levantamento do patrimônio material e imaterial da Cidade de Goiás.

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS UNIDADES ESCOLARES ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE CANTO DO BURITI-PI: UMA EXPERIÊNCIA DE SOCIALIZAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS COMO FORMA DE RESGATE DA HISTÓRIA E MEMÓRIA

Gabriel Frechiani de Oliveira

O presente trabalho tem por objetivo explanar uma experiência de socialização com os alunos da rede estadual no município de Canto do Buriti, no sentido de construir práticas de educação patrimonial para conscientizar acerca da preservação e conservação dos bens patrimoniais que fazem parte da história e memória de Canto do Buriti. O principal foco do trabalho foi chamar atenção para a importância de socializar a história e memória no período de 1930 até 1970, quando município passou um grande desenvolvimento por conta da “cultura do algodão”. As justificativas que emergem dessa pesquisa é quase ausência de informações acerca da história do município e o fato que as pessoas mais idosas que conhecem essa história estão morrendo, logo, percebe-se uma ruptura entre o passado e o presente externalizada no estado de conservação desses bens patrimoniais e; a necessidade de conscientizarmos as gerações mais jovens acerca da importância desse patrimônio que representou um período áureo de desenvolvimento econômico na produção de algodão em decorrência do declínio do extrativismo da borracha de manicoba. A metodologia utilizada na elaboração desse trabalho será desenvolvida em cinco etapas: 1ª etapa, pesquisa exploratória, onde foi feito um levantamento do campo de pesquisa; 2ª etapa, a pesquisa bibliográfica e documental, onde foram consultadas obras de referências; 3ª etapa, pesquisa de imagens e fotografias da cidade dentro do recorte historiográfico; 4ª etapa, seleção dos possíveis entrevistados para pesquisa e; 5ª etapa, produção de um material para ser utilizado nas escolas de rede municipal e o desenvolvimento do programa de educação patrimonial. O projeto de extensão foi bem sucedido e proveitoso, tendo em vista que gerou frutos, como, o resgate desse histórico da indústria do algodão no município de Canto do Buriti –PI.

TERREIRO DIGITAL: UMA ANÁLISE DA I MOSTRA VIRTUAL MESTRES DA TRADIÇÃO EM JUAZEIRO DO NORTE, CEARÁ, BRASIL

Bibiana Belisário Santana
Hévilá Rayara Cruz Ribeiro

Este trabalho analisa a I Mostra Virtual Mestres da Tradição como ação de educação patrimonial em Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil. Com o objetivo de difundir conteúdos acerca dos mestres e mestras de reisado, guerreiro e bacamarteiros, a programação aconteceu como um desdobramento do projeto Mapeamento do Patrimônio Cultural Imaterial de Juazeiro do Norte, uma realização da Secretaria de Cultura do município, em parceria com o Observatório Cariri de Políticas e Práticas Culturais, vinculado à Universidade Federal do Cariri (UFCA). A Mostra ocorreu em julho de 2020, inserida ao cenário pandêmico, onde as atividades culturais se voltavam para as mídias digitais. A construção de um ambiente virtual para os grupos de tradição popular se tornou algo desafiador, principalmente pela ausência de articulações e políticas públicas locais de inclusão e de educação midiática destes, que em sua maioria são idosos e vivem em meio à vulnerabilidades sociais e econômicas. Contrariando este cenário, a proposição aqui analisada, possibilitou a criação de diálogos entre gerações a partir do contato com memórias, narrativas e formas de expressões, promovendo a integração de públicos diversos e a valorização do patrimônio cultural imaterial. Dialogando diretamente com a arte e a comunicação para a transmissão de conhecimentos, confluíram a tradição e o contemporâneo, através de exposições virtuais de colagens e ilustrações de artistas visuais cearenses, apresentação de cantos e peças populares em vídeos curtos, e lives a partir de temáticas das brincadeiras populares na plataforma digital Instagram. A repercussão se deu em nível nacional, contudo, os maiores impactos foram nas comunidades onde residem os brincantes e dentro dos grupos de tradição, estes passaram a ter maior interesse de se apropriar das redes sociais para transmissão de seus conhecimentos.

TURISMO DE EXPERIÊNCIA NO CENTRO HISTÓRICO DO RIO DE JANEIRO: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ABORDADO PELO WALKING TOUR. NIAL ABORDADO PELO WALKING TOUR

Danilo Fontes

O turismo de experiência é apresentado como uma classificação recente de origem internacional abordada pela academia, todavia a segmentação turística é necessária no interesse de aprofundar as pesquisas nacionais. O turismo de experiência depende de uma estratégia de marketing na segmentação de mercado turístico para atender uma demanda turística de forma individual. O turismo de experiência acolhe as comunidades locais nessas práticas turísticas, a experiência turística busca fortalecer os arranjos produtivos locais dos pequenos negócios de maneira sustentável nas comunidades. O “walking tour” desenvolve essa perspectiva em relação as novas experiências turísticas incluindo o patrimônio cultural, os passeios de caminhadas no centro histórico do Rio de Janeiro são colaborativos mediante o pagamento de gorjeta ao final do passeio. O “walking tour” é um passeio de baixo custo e não poluente, as mídias sociais promovem o agendamento dos passeios no local de uma das paradas do roteiro com dia e horário. A problemática do trabalho é demonstrar o turismo de experiência através do “walking tour” como uma oportunidade na educação patrimonial, no direito à cidade, e o “walking tour” atende uma demanda turística carente de informações no centro histórico da cidade maravilhosa. O objetivo da pesquisa é identificar o paradoxo turístico entre passado e presente no centro histórico do Rio de Janeiro, os passeios são analisados como um método de educação patrimonial inovador no turismo do Rio. O walking tour é válido como turismo de experiência no centro histórico do Rio de Janeiro. As caminhadas ajudam na preservação e conservação dos bens patrimoniais no centro histórico da cidade.

TURISMO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: EXPERIÊNCIAS DE AULAS-PASSEIO EM ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO DE JANEIRO/RJ

Felipe Gonçalves Felix (Centro Fed. de Educ. Tecnológica Celso Suckow da Fonseca)

Este trabalho tem por objetivo refletir o papel das chamadas ‘aulas-passeio’ enquanto estratégia pedagógica para promoção da Educação Patrimonial em instituições de ensino. A ‘aula-passeio’, na perspectiva de alguns autores e estudiosos, contribuiria para despertar nos alunos maior interesse no aprendizado de diversos conteúdos por combinar a observação de campo com a ludicidade do passeio, superando, dessa forma, as limitações dos métodos tradicionais de ensino. Partiu-se dos resultados obtidos com duas experiências de aulas-passeio com foco na Educação Patrimonial, realizadas em 2015 e 2018, respectivamente, em escolas públicas da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, situadas nos municípios de Nova Friburgo e Rio de Janeiro, ambas desenvolvidas com fomento de editais de apoio a projetos de extensão de uma instituição federal de ensino. Com auxílio de alunos bolsistas e de docentes da instituição proponente e das escolas parceiras, buscou-se construir roteiros educativos, com visita a lugares e atrativos que integravam o patrimônio natural e cultural dos municípios envolvidos. Após a etapa de planejamento dos roteiros, iniciava-se a fase de operacionalização, com intuito de viabilizar meios de transporte, alimentação e gratuidade no acesso aos atrativos aos participantes. Durante as visitas, a equipe da instituição proponente se articulava com os docentes das escolas parceiras para compartilhar conteúdos sobre os atrativos e localidades visitadas, priorizando uma abordagem inter, multi e transdisciplinar. Os resultados alcançados evidenciaram que, além da promoção da Educação Patrimonial, foi possível também integrar, de forma lúdica, temáticas abordadas em diferentes disciplinas dos currículos dos alunos participantes. Portanto, ambas as experiências confirmaram a relevância pedagógica das aulas-passeio tanto do ponto de vista da Educação Patrimonial como em relação ao aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem, no sentido mais amplo.

“DESEJO DE MEMÓRIA” - INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS – O ECOMUSEU MORRO GRANDE CONECTADO

Vilma Cristina Soutelo Assunção Nosedá (EMF PAULO FREIRE)
Damaris Ferreira

A pesquisa visa refletir sobre a história e a memória do patrimônio cultural existente no bairro do Morro Grande município de Cotia (São Paulo), local que se encontra a Reserva Florestal do Morro Grande, tombada pelo CONDEPHAAT, na década de 80. Com o objetivo de atender a demanda da comunidade preocupada com a especulação urbana, o desmatamento e com a perda de sua memória coletiva local, pretendemos realizar o inventário participativo e a elaboração de diretrizes metodológicas para a criação de um Museu de Território. É com base na nova museologia e por meio de suas próprias narrativas de memórias que pretendemos envolver a comunidade, ao realizar um inventário participativo, processo no qual as comunidades assumem, em primeira pessoa, a identificação, a seleção e o registro das referências culturais mais significativas para suas memórias e histórias sociais. No campo da Museologia, o recurso permite estabelecer diálogos entre as pessoas, a fim de identificar os aspectos a serem patrimonializados pela comunidade, assim como propor conjuntamente produtos difusores das ações de memória. Dentro do âmbito do inventário participativo realizaremos encontros com a comunidade que chamaremos aqui de Rodas de Memória, o que possibilitará abordar questões que perpassam os temas: memória, cultura, patrimônio, políticas culturais, museu e cidadania. Com a intenção de valorizar e instrumentalizar a comunidade e propiciar condições para reverter o quadro de subutilização do patrimônio cultural da região. A pandemia Covid 19 trouxe muitos desafios, entre eles o de envolver a comunidade em um momento que o isolamento social se faz necessário como medida de contenção da pandemia. Por fim, o artigo apresenta como as plataformas digitais e as redes sociais se tornaram ferramentas aliadas da Educação Patrimonial que nos permitiram contornar tais obstáculos.

07 A 11 DE JUNHO DE 2021
ciipc2020.rj.anpuh.org

III CONGRESSO INTERNACIONAL
E INTERDISCIPLINAR EM
PATRIMÔNIO CULTURAL:
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO,
EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR- NOVA IGUAÇU
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

GT 05. Patrimônio, Memória e História Oral

Juniele Rabelo de Almeida (UFF)
Mônica de Souza Nunes Martins (PPGPACS/UFRRJ)
Raquel Alvitos (PPGPACS/UFRRJ)

A ESTAÇÃO DE VILA DE CAVA E SEU POTENCIAL IDENTITÁRIO COMO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO: A (RE)SIGNIFICAÇÃO DAS LEMBRANÇAS COMO REFERÊNCIA CULTURAL DA BAIXADA FLUMINENSE

Joana D`Arc Cesar Viana (PMBR)

Raquel Alvitos Pereira (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Este artigo volta-se para o estudo das lembranças que se formam e se projetam ainda hoje em torno da Estação de Vila de Cava bem como busca apreender seus significados e suas (re)significações no âmbito individual e coletivo. Para tanto, dialoga-se, não só com o amplo campo de estudos da memória como também com o campo da História. Toma-se como pressuposto para essa reflexão a perspectiva de que a memória estaria a serviço da História. Pretende-se rememorar, assim, referenciais patrimoniais da Baixada Fluminense, com base em discursos da memória vinculados à Estação de Vila de Cava e a seu cotidiano. Tais discursos são portadores de expressivos referenciais de resistência e se constituem, na contemporaneidade como um lugar de memória significativo ainda para alguns grupos que vivem na Baixada Fluminense. A (re)inscrição dessas lembranças vinculadas ao campo mais amplo da memória ferroviária tem potencial para produzir e construir novos sentidos em torno do referencial identitário da Baixada Fluminense. A Estação de Vila de Cava e seus vínculos com a memória afetiva se apropriadas de forma pertinente por campos como o da Educação Patrimonial ajudarão no reconhecimento da localidade da Vila Iguassu, de seus acervos, monumentos e sítios históricos e ainda propiciarão a inserção de referenciais que hoje estão em vias de apagamento.

A FENOMENOLOGIA DO PATRIMÔNIO: UM ESTUDO DE CASO DA IGREJA SANTO ANTÔNIO, SITUADA EM POÇOS DE CALDAS - MINAS GERAIS

Gabriela Cristina de Freitas Silva (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Mariana Queiroz Fornari (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

O estado de Minas Gerais possui uma vasta quantidade de Patrimônios Culturais que moldam sua identidade, abrigando 62% dos bens tombados do país. Ao tornar um bem Patrimônio Histórico, lhe é atribuído valor de herança social e relevância histórica, estes, intimamente ligados às mais variadas memórias de seus usuários. A preservação e conservação de um bem vai além da materialidade que é vista, atrela-se a relação do sujeito com o espaço, ao respeito de sua história e o reconhecimento daquele local como seu, o reconhecimento do sentimento de pertencer. Junto à preservação do Patrimônio, tem-se o conceito de Zona de Amortecimento, o qual compreende uma área de proteção, delimitada junto ao entorno de um bem tombado ou inventariado. A utilização de seu conceito é recorrente na área ambiental, contudo, pode ser relacionado ao patrimônio histórico por auxiliar em sua preservação, uma vez que lhe confere maior visibilidade e conseqüentemente, reconhecimento. Dito isso, a finalidade deste trabalho consiste em evidenciar a Igreja Santo Antônio, bem tombado situado no município de Poços de Caldas. O imóvel possui relevância na história municipal por se tratar da primeira Igreja Matriz, construída próximo às Casas de Banhos Termais e Cassinos, espaços relevantes para a economia da cidade na época de sua consolidação. Devido ao crescimento urbano, a Igreja localiza-se hoje em meio a duas edificações hoteleiras sem qualquer recuo lateral e com isso, apresenta uma série de problemas. A metodologia utilizada se baseia no estudo das bibliografias referenciadas e dos arquivos históricos do município, além da possível realização de entrevistas online com profissionais ligados à área da história e/ou arquitetura. O resultado do trabalho busca evidenciar como a falta de zona de amortecimento junto ao perímetro do bem tombado impacta diretamente em sua visibilidade e conseqüentemente, na memória dos cidadãos.

A IGREJA DE SANT'ANNA EM SUA DIMENSÃO DE BEM CULTURAL: DIÁLOGOS ENTRE A HISTÓRIA, A MEMÓRIA E A VOCAÇÃO TURÍSTICA DA LOCALIDADE (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS/RJ)

Cláudia Rodrigues de Oliveira (Secretaria de Turismo e Cultura)

O presente trabalho toma como objeto de estudo a Igreja de Sant'Anna, localizada no município de Armação dos Búzios do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de construção que remonta ao século XVIII e se vincula, de forma estreita, ao processo de colonização portuguesa, quer através da dimensão da devoção, da prática religiosa e da catequização da comunidade dessa localidade, quer através da oficialização dos registros de batismo de negros escravizados. Sua importância histórica não se associa apenas a construção arquitetônica colonial que a caracteriza, mas também aos processos de vivência, que ao longo de séculos desenvolveram-se em torno dessa instituição religiosa, e que se desdobram na contemporaneidade em uma relevante memória afetiva. Memória que pertence a seus moradores e a comunidade católica praticante, e que resguarda ainda que cada dia menos, a manutenção identitária de seus atores sociais através de tradições culturais intangíveis como Reis de boi, Cortejo do Divino, Folia de Reis, Procissão do Mastro e Procissão de Sant'Anna. O principal objetivo da reflexão proposta é, portanto, mostrar que a Igreja de Sant'Anna é um bem cultural e que precisa ser melhor salvaguardado. Enaltecer e dar ênfase a esta discussão de bem cultural a partir do resgate da historicidade e do diálogo com o campo da memória é fundamental especialmente se considerarmos a vocação turística da cidade. Acredita-se que esse diálogo pode potencializar novas políticas públicas em torno dessa referência da localidade que é portadora de vínculos com a história, a memória e a identidade do município.

A MEMÓRIA DO PORTO DO RIO GRANDE, NAS NARRATIVAS DOS PORTUÁRIOS

Gladis Rejane Moran Ferreira (SUPRG)

Este trabalho tem por objetivo apresentar parte do processo de construção da memória do Porto do Rio Grande, durante suas comemorações de cem anos, no ano de 2015, nas narrativas dos trabalhadores portuários. A cidade do Rio Grande, mais antiga cidade do estado do Rio Grande do Sul, começou a ser povoada no ano de 1737. A partir de então, pelo ancoradouro chegou o necessário para a formação da Vila de São Pedro, depois cidade do Rio Grande. O porto cresceu com a cidade, servindo de porta para estrangeiros e seus ideais e para o recebimento das mercadorias e utensílios. Em meados do século XIX o calado do porto e o aprofundamento do canal de acesso eram insuficientes para a chegada de navios a vapor, pois os ventos e o assoreamento das areias no canal, impostos pela Barra Diabólica criavam transtornos à navegação. Obras foram realizadas para dar suficiência à navegação. No ano de 1915, outro porto foi construído e passou a operar com o antigo. Também foram construídos os Molhes da Barra. Duas obras importantes, no entanto, as políticas de memória do Porto do Rio Grande não valorizam seu passado, anterior ao ano, 1915. As comemorações de atividade do porto, que são lugares onde a memória se cristaliza, ativam, seu passado na história da cidade do Rio Grande e criam um discurso do que se quer lembrar e do que se esquece. No ano de 2015, quando o porto comemorava cem anos de atividade, tomando como marco o ano de 1915, se elidiam aproximadamente 180 anos de sua história. Os rastros de memória estão nos documentos e jornais que compõe acervos de bibliotecas, mas também estão guardados nas lembranças das pessoas, por isso, se utilizou o método da história oral, com quatro antigos trabalhadores do porto, em atividade e com ocupações e escolaridade variada, onde se buscou saber quais impressões tinham durante as comemorações. Nas narrativas, se procurou saber se conheciam a história antiga da instituição e se concordavam com o marco temporal oficialmente adotado.

A TRANSFERÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO DA FÁBRICA DE PÓLVORA DA ESTRELA

Rosane Lopes dos Santos Sá (Centro Universitário Augusto Motta)

O artigo trata da transferência da Real Fábrica de Pólvora, para as antigas fazendas da Cordoaria e Mandioca, localizadas na Raiz da Serra da Estrela. Bem como da consolidação da fábrica de pólvora da Estrela, com as diversas regulamentações e ampliações ocorridas ao longo do século XIX, incluindo a incorporação da fazenda Velasco. Inicialmente instalada num terreno às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, se tornou vulnerável, por conta da expansão da malha urbana, proximidade com o mar que facilitava as invasões inimigas, grande número de acidentes e diminuição gradativa de água nos rios que moviam as máquinas na fábrica. A comissão, nomeada pelo governo e composta pelos engenheiros Coronel Francisco Cordeiro da Silva Torres e Daniel Pedro Muller e pelo inspetor da fábrica Major Manuel Joaquim Pardal, escolheu o local considerado ideal para a implantação do empreendimento, por estar afastado da cidade, possuir abundância de água e de madeira, ser facilmente acessado pelos rios Mandioca e Caioaba, estar próxima ao início da variante do Caminho Novo de Minas aberto por Proença em 1722, importante para o abastecimento das matérias-primas utilizadas.

ANTIGOS MOINHOS, REPRESENTAÇÕES REGIONAIS DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL SERRANO GAÚCHO

Margit Arnold Fensterseifer (Universidade de Caxias do Sul- RS)

Este artigo irá descrever e analisar a experiência de elaboração de fichamento técnico com o primeiro moinho de milho, ainda existente (em estado de ruína) na cidade de Carlos Barbosa. O moinho de São José foi o primeiro implantado em toda a região serrana do Rio Grande do Sul. A discussão se insere no campo do patrimônio industrial. Em primeiro lugar se torna evidente entender a importância do patrimônio industrial e de sua atual preservação. Esta pesquisa futuramente se prolonga abrangendo as cidades serranas de Carlos Barbosa, Garibaldi, Bento Gonçalves, Veranópolis, Fagundes Varela e Nova Prata. Estas cidades eram ligadas pela antiga estrada Buarque de Macedo, principal canal de escoamento e transporte de alimentos e mercadorias no final do século XIX e início do século XX. Nestas são encontrados em torno de dez moinhos. No corpo deste texto será descrita a experiência de pesquisa com o moinho de São José. As informações (resultados de entrevistas, levantamentos de documentos e fotos) coletadas serão descritas e tabuladas em ficha técnica e poderão ser acessadas por toda a comunidade, através de um livro e de sistema QR code em site apropriado. O estudo de caso deste moinho servirá de base para a pesquisa de outros que ainda persistem nesta região. O tema se mostra diferenciado já que a cultura de plantio predominante na região, devido à topografia ser acidentada, é a videira em seus parreirais. A produção de farinhas, no entanto, tanto de milho como de trigo era essencial para a produção de alimento às comunidades. Importante é salientar, também, que, através do Rio Taquari (localizado próximo aos moinhos) a produção também abastecia a capital Porto Alegre, lembrando que após as vias fluviais esta mercadoria começou a ser transportada pelas vias férreas e muito recente pelas rodovias.

CIRCUITO HISTÓRICO-CULTURAL "OUTRO" NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE BOM DESPACHO – MG: PERSPECTIVAS PARA UM ENSINO DE HISTÓRIA DECOLONIAL

Sandra Maisa dos Santos (Escola Municipal Frei Ambrósio)

Este projeto de pesquisa, desenvolvido no Mestrado Profissional em Ensino de História / UFU-MG, tem o objetivo de visibilizar as questões identitárias e da ancestralidade afro-brasileira através da proposição de um circuito histórico-cultural “outro”, instituído nos lugares de memória das comunidades remanescentes dos quilombos de Bom Despacho/MG como estratégia para a construção de um ensino de história decolonial e antirracista. A pesquisa está situada no campo da História cultural. A discussão teórica deste projeto apoia-se no pensamento decolonial e nos conceitos-chave presentes na obra *O Atlântico Negro*, de Paul Gilroy. Como opção teórica, o paradigma da decolonialidade e os estudos do Atlântico Negro articulam-se com uma problematização sobre o ensino de história local relacionada à temática dos quilombos e dos afro-brasileiros, de uma forma não eurocêntrica e reafirmando, através dos lugares de memória, a identidade e ancestralidade dos afro-brasileiros, sua trajetória e seu lugar de sujeito político e protagonista da história. A proposta deste projeto será realizada através de uma pesquisa com abordagem qualitativa dividida em três etapas. Partindo do método de Pesquisa Histórica, será realizada uma pesquisa bibliográfica e documental da representação dos quilombos nas narrativas historiográficas em circulação na região, sobretudo na obra, *Raízes de Bom Despacho* (2005). A segunda e terceira etapa da pesquisa serão fundamentadas no método de História Oral e Experimento de Ensino, metodologias que contribuirão para o desenvolvimento de novas práticas de ensino, relacionadas à História local e à História e Cultura afro-brasileira, presentes nas comunidades quilombolas; reafirmando, através dos lugares de memória, a identidade e ancestralidade dos afro-brasileiros, sua trajetória e seu lugar de sujeito político e protagonista de sua história.

COSMOVISÃO, GÊNERO E PATRIMÔNIO CULTURAL: FONTES PARA A SALVAGUARDA

Luciane Barbosa de Souza (Imó)

O presente artigo tem a proposta de debater as políticas de patrimônio cultural imaterial trazendo, como ponto central para análise, a abordagem realizada nas políticas de patrimonialização acerca dos bens culturais associados ao universo sagrado, sobretudo, a respeito das questões relacionadas ao gênero e à cosmovisão dos detentores. O argumento em defesa da perspectiva de gênero e cosmovisão, nas políticas do patrimônio cultural, surge no sentido de propor estratégias para as ações de salvaguarda, a partir dos estudos de identificação das referências culturais. O conceito proposto tem o objetivo de evitar alguns dos conflitos gerados pela adoção, por parte das políticas institucionais, de abordagens universais sobre os bens culturais e seus detentores. A proposta é debater e pensar estratégias para o campo do patrimônio cultural, buscando abordagens que incluam a presença de marcadores sociais, tais como, as questões de gênero e as cosmovisões – incluindo o território e os valores civilizatórios dos grupos sociais atendidos. Ao discutirmos a necessidade de debater estratégias para trazer o protagonismo de gênero para as ações de salvaguarda do patrimônio imaterial, aspiramos que os processos de patrimonialização cada vez mais busquem respeitar as noções coletivas de poder, de estrutura social e família, evitando assim, o etnocentrismo ocidental, ao mesmo tempo que, busquem contestar a reprodução de processos em que a violência e a exclusão são estruturantes. A implementação de ações integradas de identificação; reconhecimento e preservação - considerando as especificidades de gênero e de cosmovisão dos segmentos e grupos sociais; a gestão participativa do patrimônio cultural em todas as etapas - integrando pontos de vista dos gestores, pesquisadores e detentores; são algumas trilhas que percorremos para desenvolver nossa hipótese.

DO LADO DE CÁ TAMBÉM TEM MEMÓRIAS! O PROCESSO DE MIDIATIZAÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL CRISTALIZADO PELO OLHAR DOS MORADORES E EX- MORADORES DE CABUÇU

Marcelle Veronezi Miqueline Lopes (Instituto Educacional Jomaver)

O trabalho tem como objetivo apresentar reflexões sobre a página da rede social Facebook: “Cabucu tem histórias” e de como a integração e as relações de troca ocorridas nesse ambiente virtual estão colaborando para a divulgação dos bens culturais que possuem significados e representações sociais para os moradores e ex-moradores do bairro. Para a construção da análise deste trabalho, foi realizado um estudo de caso sobre a página e do processo de elaboração do grupo, além das transformações socioeconômicas que propiciaram essa organização de luta pelo eminente risco expresso pelos moradores da perda da memória coletiva do grupo, viabilizada através da página na rede social. Para desenvolvimento do argumento, foram analisadas as contribuições teóricas de Pierre Bourdieu e Pierre Nora, além da leitura de outros autores sobre as considerações pertinentes ao campo semântico da memória. Pretende-se, a partir deste estudo, propor que a página “Cabucu tem histórias” se constitui como um espaço virtual de expressão do pertencimento, identidade, memórias coletivas e histórias dos moradores do bairro através do reconhecimento do espaço pelo olhar da comunidade e da memória coletiva dos moradores e ex-moradores de Cabucu.

HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA DE CAMPINAS DESCOBRINDO O E PRESERVANDO A MEMÓRIA

Thatiane Carneiro Sotano Machado

O patrimônio é a forma de inscrição de identidades e memória no campo da cultura. O presente projeto tem como propósito estudar o período Colonial de Campinas, no século XVIII, quando se deu origem com distribuição de terras para serem cultivadas, as sesmarias. Significava uma doação de terras com o dever dos beneficiários do povoamento e cultivo. Entretanto teve um valor maior, produziu a fazenda, a capela, o início do patrimônio. O objetivo central desse trabalho é buscar uma visão histórica cultural do patrimônio, das fazendas do século XVIII, analisando material textual e documentação coletada em arquivos públicos. Na revisão bibliográfica, foi apontada significativa ausência de estudos acumulados sobre os registros histográficos campineiros e de seus patrimônios históricos e a falta de conhecimento dos campineiros despertou conhecer a causa de tal lacuna. O problema principal desse trabalho é a tentativa da exposição do patrimônio cultural de Campinas, o descobrimento e a preservação da memória. Com isso, construindo-se conceitos e explicações teóricos, elucidando temas pouco ou nunca abordados e construindo um campo de ideias que possam contribuir, futuramente, com o debate, com os estudos e com os projetos em torno da correlação espetacular entre patrimonialização/patrimônio e desenvolvimento turístico patrimonial. O propósito desse estudo é em conhecer mais a História de Campinas. Esse projeto começou com a simples dúvida do surgimento de Campinas no início da sua formação; o patrimônio rural campineiro é extenso e diversificado, composto por edificações centenárias e ruínas, quando deparado com estes fatos importantes foi identificado pouco conhecimento e pouco estudo. Ademais os acessos as biografias portadoras de tais estudos da história de Campinas são difíceis ou estão indisponíveis. Com isso, certo da prestação de um serviço à cultura campineira, divulgando fatos, informações que já esquecida e desconhecidas

HISTÓRIAS DE ISOLAMENTO - OS PERSONAGENS/MORADORES APRESENTADOS AO MEMORIAL HCI

Helena Thomassim Medeiros (Universidade Federal de Pelotas)

Entre os anos de 2015 e 2019 realizou-se uma pesquisa sobre as escolhas expográficas do Memorial do Hospital Colônia Itapuã. Este trabalho visa apresentar um recorte temático voltado para a perspectiva das memórias e vivências dos antigos pacientes, e a forma como algumas histórias individuais estão apresentadas neste espaço expositivo. O Hospital Colônia Itapuã (HCI) foi o único Leprosário construído no Rio Grande do Sul, em 1940, recebeu 2.474 (dois mil quatrocentos e setenta e quatro) pacientes com hanseníase que eram isolados nesta pequena cidade. O Memorial HCI – inaugurado em 2014 – ao patrimonializar esse passado, também constrói um discurso sobre ele. Um dos aspectos levantados pela pesquisa foram as narrativas de trajetórias individuais expostas nessa instituição. Sendo assim, este trabalho visa apresentar de qual forma, memórias e histórias individuais são perpetuadas dentro dessa construção narrativa. Quem são os pacientes escolhidos para representar a vida de milhares de pessoas que passaram por essa e por outras instituições com aspectos similares, como a doença hanseníase modificou suas vidas e o que está registrado no Memorial. Objetivamos aproximar nosso olhar, enquanto visitantes e pesquisadores, destas histórias de isolamento.

IMAGENS DEVOCIONAIS COMO VESTÍGIOS: UMA DISCUSSÃO SOBRE MEMÓRIA A PARTIR DO ESQUECIMENTO

Gabriela Carvalho da Luz (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

O trabalho aqui proposto visa trazer à tona algumas reflexões acerca dos esquecimentos que circundam a história das artes sacras em Porto Alegre, tomando como principal referência os escritos de Andreas Huyssen no livro *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória* (2014), e como exemplo o caso da Catedral de Porto Alegre Nossa Senhora Madre de Deus, e a imagem de vestir pertencente a Irmandade de Santa Cecília, já extinta. Essa discussão é parte de uma pesquisa maior, desenvolvida a nível de mestrado, intitulada *Um corpo para a ausência: inventário das imagens de vestir no Rio Grande do Sul*, em que é retomada essa categoria escultórica muito pouco valorizada como patrimônio durante vários anos no referido estado. A antiga Igreja Matriz Madre de Deus de Porto Alegre foi construída durante o período colonial brasileiro, e remetia totalmente a este. Após 41 anos de sua elevação como Catedral, o Brasil entra no período intitulado como Primeira República, localizado entre os anos 1889 e 1930. Um período marcado pela secularização das elites e do governo. Diante desse contexto, é evidente que uma instituição como a Igreja Católica, imbricada com a monarquia e o colonialismo, precisaria atualizar-se para que continuasse a exercer influência dentro do novo sistema político. Observa-se um processo de "romanização" da cultura visual católica, em que novos templos são construídos com o intuito de remeterem a uma "gênese" católica localizada em Roma. A nova Catedral de Porto Alegre teve sua construção iniciada em 1921, após a demolição da antiga Matriz. O projeto em estilo renascentista foi realizado pelo arquiteto italiano Giovanni Battista Giovenale. As obras foram coordenadas pelo Monsenhor João Maria Balém, que, além de clérigo, atuou como professor e historiador. Nesse processo, foram realizadas escolhas do que seria registrado, de quais memórias materiais seriam preservadas. Sobre essas escolhas versará esse trabalho.

MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO EM JORGE AMADO

Pablo De Las Torres Spinelli Fonseca (Colégio Inovar Veiga de Almeida)

A nossa proposta de discussão tem como ponto de partida o livro *Bahia de Todos-os-Santos: Guia de ruas e mistérios*, de autoria de Jorge Amado, publicado originalmente em 1944 e com mais de 40 reedições sempre atualizadas. Nesse contexto, as memórias do autor que se coloca como um griô tem como objetivo ressaltar a importância do patrimônio material e imaterial não só de Salvador, mas da cultura popular em geral. Imerso na tradição da oralidade das religiões de matriz africana e da cultura popular das ruas de Salvador, Amado, disputa uma arena política que percorre desde a ditadura do Estado Novo até a revitalização do Pelourinho com um livro que não é ficcional e nem autobiográfico, mas repleto de representações simbólicas de uma memória coletiva que tem como intencionalidade a disputa de uma hegemonia em prol da preservação cultural das classes subalternas. Ao mesmo tempo, é mister importar o quão de desejo e perspectiva tem esse guia que seria prospectivo, logo, uma memória do autor que tem no seu texto pesquisa documental, memórias afetivas, equívocos emotivos e intencionalidade política. Em tempos de intolerância religiosa e de depredação da memória subalterna torna-se necessário revisitar essa obra pelo binômio memória-narrativa, assim como pela sua práxis no mundo concreto desejado pelo autor.

MEMORY BOOK

Hercília Jeane dos Santos Alves Oliveira (Universidade Federal do Maranhão)

O Memory book é um projeto que foi lançado no último dia 12 de março (2021) pela Diretoria Integrada de Bibliotecas -DIB da UFMA e tem por finalidade o registro de memórias, pois afinal todos nós temos, mesmo as pessoas que não lembram, por aspectos de doença, como o Alzheimer, por exemplo, elas fazem parte da memória de alguém, seja por viverem as mesmas circunstâncias ou por você ser protagonista de momentos que devem ser eternizados e também porque fazemos parte da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Instituição que há mais de cinquenta anos contribui de forma significativa para a formação de profissionais pautados no tripé do ensino, da pesquisa e da extensão, não esquecendo da inovação, fundamental para o tempo que vivemos face ao distanciamento imposto pela pandemia de Covid-19. O Memory Book vem trazer à luz, dar cor, som e até mesmo forma às nossas memórias, pois são elas que nos dão a sensação de pertencimento e de existência, importante para os indivíduos e a sociedade como um todo. Essas memórias foram notadamente construídas ao longo das últimas cinco décadas e não podemos esquecê-las. E para tanto convidamos servidores, colaboradores, antigas diretoras, estagiários, usuários para mexer e remexer nos baús da memória e nos contar uma boa história. Todos munidos de seus produtos de memória, sejam cartas, fotografias ou qualquer outro objeto que suscite lembranças e memórias revisitadas, pois um dos objetivos é captar a vida, a arte, a cultura, a política, a partir dos múltiplos olhares. Os primeiros registros para o memory book já foram coletados a fim de compôr um novo quadro de olhares dos últimos cinquenta anos de Universidade e Biblioteca.

NARRATIVAS DOS FESTEIROS DE SÃO JOÃO EM LADÁRIO-MS

Daiane Lima dos Santos (Fundação Universidade Federal da Grande Dourados)

O presente trabalho tem por objetivo abordar a festividade de São João por meio das narrativas dos festeiros tradicionais do município de Ladário-MS (no pantanal de Mato Grosso do Sul, fronteira oeste do Brasil com a Bolívia). Entender o que os festeiros narram faz perceber o processo histórico pelo qual a festividade foi construída e, além disso, demonstra de que forma a tradição da festividade vem sendo praticada ao longo dos últimos anos. Desse modo, são trabalhadas as fontes orais com base em entrevistas feitas com moradores do município que promovem as festividades anualmente. Cumpre destacar que, um dos principais símbolos da festividade é o andor de São João e, para confeccioná-lo, existe um cuidado que vai desde a escolha da imagem do santo até das cores e fitas decorativas. Dessa maneira, esses e outros símbolos considerados tradicionais passaram por modificações significativas como, por exemplo, a mudança do trajeto da descida do andor de São João em procissão luminosa até o porto de Ladário para dar banho no santo. Partindo dessa linha de interpretação, o processo de mudança de alguns elementos considerados importantes para a festividade fez com que os festeiros tradicionais se adequassem a esse processo.

NOS BECOS DA MEMÓRIA: REMINISCÊNCIAS ATUAIS DO REPERTÓRIO REPENTISTA DE ZÉ DA PRATA

Josi de Sousa Oliveira

O presente estudo discute a prática de improvisar de um nordestino piauiense, comumente conhecido como Zé da Prata que, desde muito jovem, fazia versos rimados sobre diversos eventos cotidianos da cidade de Altos, lugar em que viveu durante toda a vida. Além dessas questões, importante explicitar que os improvisos de Zé da Prata se popularizaram justamente porque continham representações caricaturescas e satíricas, além de fácil memorização fato que facilitava a divulgação do público através da oralidade. Atualmente, tais improvisos também possuem uma constante divulgação, como elemento que contém representações da memória e história da cidade de Altos-PI e estão presentes não somente através da oralidade, mas também em livros, como os de Zózimo Tavares (1995) e na literatura de cordel. Nesse sentido, o objetivo principal do trabalho é discutir, a partir das entrevistas realizadas com conterrâneos de Zé da Prata, a importância da fonte oral como veículo pertinente para compreendermos os elementos constitutivos da memória que, interlaçados com outras fontes documentais, podem nos fornecer elementos para análise de questões sociais e culturais presentes em uma região. Entre os autores estudados, destacam-se: Verena Alberti (2004), Michael Pollack (1989) e Paul Thompson (1992). Metodologicamente, utilizamos uma bibliografia literária e histórica, pois nos ajudou a entendermos mais os conceitos relativos à arte de improvisar e ao uso das fontes orais como objeto de pesquisa. Dessa forma, através do trabalho, enfatizamos que a improvisação não é apenas uma forma de o repentista demonstrar rimas, mas também, um ato de interação social, tendo em vista que, a partir da situação, Zé da Prata criou versos espelhados na realidade social que, ainda hoje, fazem parte da memória coletiva da cidade de Altos-PI.

PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL DO MATADOURO PÚBLICO DE SANTA CRUZ: CIÊNCIA, LIMPEZA URBANA E RELAÇÕES ETNICO-RACIAIS

Edite Moraes da Costa (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Este trabalho busca pontuar os fatores que levaram ao total abandono do patrimônio material e imaterial do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz. Compreender a transferência do Matadouro Público, como resultado da política de limpeza urbana, do final do século XIX, balizada por médicos e sanitaristas, para a Imperial Fazenda de Santa Cruz. Estabelecer que a revitalização da Fazenda foi resultado de um intenso e contínuo deslocamento populacional, do estabelecimento de casas de comércio, indústrias, fábricas e laboratórios de pesquisas, que tinham no boi a sua matéria prima. Descrever como a extensão da rede ferroviária até a Fazenda para as funções do Matadouro, determinou a distribuição populacional, não apenas por questões econômicas, como também por Relações Etnico-Raciais. Perceber que tal distribuição ainda pode ser observada nos dias atuais, através da Área de Proteção Artística e Cultural de Santa Cruz, criada pela Secretaria Municipal de Urbanismo da Cidade do Rio de Janeiro, no final do século XX, que não privilegiou o patrimônio material do Matadouro e de seus operários. Esclarecer que o Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz, criado em 1995, nunca cumpriu suas efetivas funções, servindo apenas para cargos comissionados na Secretaria Municipal de Cultura. Mostrar que a preservação do patrimônio material e imaterial, limpeza do Quarteirão, educação patrimonial, eventos na e para a comunidade, são itens abandonados pelo poder público. Mostrar a grande importância econômica, política e social do Matadouro. Denunciar a tentativa de apagar a sua memória, tanto pelo governo municipal, quanto pela elite local, e estabelecer que Santa Cruz, continua sendo o local escolhido para acolher os removidos das políticas de limpeza urbana.

QUILOMBO E CONTEMPORANEIDADE: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

José Luiz Xavier Filho (Prefeitura Municipal de Lagoa dos Gatos)

Um historiador que trabalha com tradições orais deve convencer-se da atitude de uma civilização oral em relação ao discurso, atitude essa, totalmente diferente da de uma civilização onde a escrita registrou todas as mensagens importantes. Uma sociedade oral não apenas reconhece a fala como meio de comunicação cotidiana, mas também como meio de manutenção da sabedoria dos ancestrais, que é reverenciada no que podemos chamar de tradição oral. O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de campo realizada no quilombo Sambaquim, no município de Cupira – PE. Tem como objetivo apresentar a construção da identidade negra e a história da comunidade relatada sob as teias da memória coletiva, da tradição oral e as manifestações culturais herdadas pelos seus ancestrais. Logo, priorizamos a oralidade do grupo por acreditarmos e defendermos que o melhor método de se conhecer a origem de uma comunidade remanescente quilombola é dando voz a um grupo que há muito tempo foi silenciado pela sociedade, enfatizando assim, uma história sob a ótica negra.

TURISMO E MEMÓRIA: A IMPORTÂNCIA DOS LUGARES DE MEMÓRIA PARA A CIDADE DE SÃO LUÍS-MA

Andressa Lemos Chagas
Clara Letícia Moreira Gomes

No sentido de proporcionar a valorização do patrimônio cultural a partir das memórias dos moradores mais antigos da cidade, foi desenvolvido esse projeto tendo como objetivo principal evidenciar os lugares de memória a partir do olhar da comunidade idosa e autóctone do Centro Histórico da cidade de São Luís- Ma e a partir daí fortalecer a atividade turística disseminando informações sobre as características sociais, culturais e históricas dos lugares de memória, ampliando o sentido e o significado da preservação desses espaços e conseqüentemente possibilitando o fortalecimento das memórias dos idosos e a construção de um turismo cultural sustentável. A metodologia utilizada no projeto Tour Pedagógico nos Lugares de Memória inicialmente é de cunho bibliográfico, através de autores que enveredam pelos campos da memória, lugar memória e turismo cultural. Posteriormente pelo meio de entrevistas semiestruturadas foram recolhidas informações a respeito do patrimônio cultural da cidade sob a perspectiva dos moradores mais antigos dos bairros que compõem o Centro Histórico de São Luís, onde foi possível identificar quais os seus lugares memórias e seus significados particulares. Na etapa final o material foi analisado e organizado em forma de tours pedagógicos e palestras de educação patrimonial sendo então repassado para estudantes de escolas públicas e a comunidade em geral. Foi possível perceber que os idosos residentes no Centro histórico tem um vínculo afetivo bastante consistente tanto para com o patrimônio material como imaterial da cidade de São Luís e que muitos lugares memórias elencados pelos entrevistados não se encontram contemplados nas políticas de preservação patrimonial e mesmo da atividade turística o que certamente fortaleceria tanto a preservação de memórias e identidades como do turismo cultural da cidade.

USO DE METODOLOGIAS QUALITATIVAS NA IDENTIFICAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL

Caroline Santos de Oliveira (Universidade Estadual de Londrina)

O presente trabalho visa construir uma narrativa de identificação de usos de metodologias qualitativas – centrando-se na abordagem da “História Oral” – como forma de identificar os elementos constituintes do cenário urbano que caracterizam a Paisagem Cultural. Para tanto, tem-se, enquanto recorte geográfico de estudo, dois bairros implantados na cidade de Londrina (PR): a Vila Casoni e o Shangri-lá. Tal recorte baseia-se no reconhecimento de ambos bairros serem reflexos de épocas e ideais distintos no município, os quais construíram identidades locais próprias, refletindo culturas urbano-arquitetônicas, bem como técnicas, saberes e apropriações singulares àqueles que ocuparam e usufruíram dos bairros. Esta apropriação do espaço, em cada recorte geográfico, viabilizou a transformação do substrato natural em que tais povos se instalaram, em cultura, isto é, transformou-se a natureza em Paisagem Cultural; portanto, a Paisagem é representativa dos diversos movimento de reflexões que ocorre entre o corpo (indivíduo) e o espaço. Posto isso, localiza-se as metodologias qualitativas de pesquisa, em especial a “História Oral”, enquanto pontos-chave de transposição do “objeto” de pesquisa para “sujeito” de pesquisa, ao compreender o usuário do espaço também enquanto fonte direta de práxis urbana, saberes populares do espaço habitado e, por conseguinte, da Paisagem Cultural. Resultados de pesquisa, apoiando-se na metodologia da “História Oral”, com entrevista semiestruturadas com indivíduos-chave de cada bairro, viabilizou o reconhecimento de características arquitetônicas-urbanísticas tradicionais, bem como cenários cotidianos e singulares de cada bairro, de forma a remontar o caráter construído e simbólico da Paisagem Cultural da Vila Casoni e do Shangri-lá, na cidade e Londrina (PR).

“QUE SANTO É AQUELE, QUE VEM NO ANDOR?” MEMÓRIA E ORALIDADE NO CONTEXTO DO PATRIMÔNIO AFROBRASILEIRO EM GUARARÁ, MG

Caroline de Paula Egidio (MAEA/UFJF)

Este estudo de caso tem como objeto de reflexão as ações realizadas pela equipe de pesquisa sobre a memória e oralidade como desdobramento do projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira, desenvolvido pelo Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA/UFJF) durante o ano de 2019, na cidade de Guarará, Minas Gerais. Atuando no âmbito da pesquisa e extensão universitária há 20 anos, a equipe do MAEA efetua ações com o objetivo de identificação, registro e preservação do patrimônio de natureza material e imaterial partindo do preceito de interdisciplinaridade e das relações étnico raciais na composição da história regional a partir das narrativas de diferentes grupos sociais. Após a etapa de Educação Patrimonial, a memória e oralidade coadunam-se no processo de aproximação com o público, e trazem à tona contribuições para o registro de uma nova interpretação historiográfica baseada na importância dos saberes coletivos referentes aos povos tradicionais. A partir da atuação nas comunidades rurais do município, observamos mudanças expressivas relacionadas à construção do saber histórico, onde a influência do elemento negro constitui o aspecto remanescente de um passado intrínseco ao período escravocrata, evidenciado pelas histórias que destacam as práticas culturais herdadas diretamente de pessoas em situação de escravidão na região, como o movimento de Congada, manifestação religiosa de matriz africana. Pretende-se, portanto, através do refinamento das pesquisas de memória e oralidade registradas nos cadernos de campo, registro audiovisual e das documentações obtidas no arquivo histórico da cidade, analisar a experiência da escravidão local com ênfase em sua influência no ethos cultural local, promovendo uma reflexão sobre a valorização conferida ao pertencimento étnico verificada pelo interesse em proteger e preservar o legado e pela disputa e seletividade desencadeadas nesse processo.

07 A 11 DE JUNHO DE 2021
ciipc2020.rj.anpuh.org

III CONGRESSO INTERNACIONAL
E INTERDISCIPLINAR EM
PATRIMÔNIO CULTURAL:
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO,
EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR- NOVA IGUAÇU
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

GT 06. Patrimônio, História e E/I/migração

Maria Izilda Santos de Matos (PUC-SP)

Yvone Dias Avelino (PUC-SP)

Arlete Assumpção Monteiro (PUC-SP)

Caderno de Resumos

III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural:
Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio

Elis Regina Barbosa Angelo (org)
Editora Cravo. Porto, Portugal
ISBN 978-989-9037-12-0

156

A GLORIFICAÇÃO DAS BELLAS-ARTES NA AMAZÔNIA – A ARTE ITALIANA DE DOMENICO DE ANGELIS EM MANAUS, AMAZONAS

Bruno Miranda Braga

A comunicação apresenta aspectos e análise de duas das obras artísticas atribuídas ao italiano Domenico de Angelis presentes na cidade de Manaus. A primeira se trata do plafond intitulado A glorificação das belas artes na Amazônia (1897 aprox.), grandiosa pintura que adorna o teto do Salão Nobre do Teatro Amazonas, a segunda é o Monumento a Abertura dos Portos (1899-1900). Ambas obras representam o momento em que a cidade gozava de prosperidade financeira, advinda pelos negócios da borracha que possibilitou a contratação do artista que estava em Belém como integrante da comissão da reforma da Catedral da cidade. Além da monumentalidade das obras, a riqueza dos detalhes e dos materiais, apresentaremos os simbolismos e as visões de mundo acerca da Amazônia, uma vez que o artista estrangeiro, traz consigo uma versão, um projeto fundado numa idealização e tipificação do lugar que trabalha. Nesse sentido, a comunicação apresentará a composição das obras e seus simbolismos, a relação artista-arte-sociedade, e as representações da Amazônia. Assim, aceitamos que Domenico De Angelis e sua equipe de artistas, como todo artista, procuraram ultrapassar “os sistemas de classificação, aos quais uma sociedade confirma suas representações provisórias do mundo. A arte não reproduz a realidade exterior, mas a transforma, exprimindo o que nela está reprimido ou latente”. (AVELINO, 2012. p. 250). Domenico De Angelis foi um pintor "multiartista" ligado ao movimento purista italiano, o mesmo conheceu e viveu na Amazônia fin du siècle sendo em parte patrocinado pela Amazônia. Nesse sentido, mostramos a relação artista-natureza amazônica, e como a decoração atribuída a De Angelis proporciona uma experiência de Amazônia nos primórdios do século XX.

A PAULICÉIA MEDICALIZADA: A PRESENÇA E A AUSÊNCIA LUSITANA ENTRE OS MÉDICOS NO HOSPITAL SÃO JOAQUIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA NA BELLE ÉPOQUE

Marcia Valdivia (Universidade Ibirapuera)

Instituição datada do final do século XVIII, nas sociedades ocidentais, o hospital como é entendido hoje, teve um papel bastante significativo especialmente no século XIX, período do apogeu dos discursos científicos e da racionalidade que passaram a moldar o quadro das representações sobre a saúde em oposição a doença e a morte que precisavam ser combatidas e evitadas. Vários foram os símbolos que retratam a instituição hospitalar, entre eles estão a figura do médico e os discursos da medicina. Para alguns autores como Ivan Illich, Jurandir Costa Freire, Roberto Machado Michel Foucault entre outros, o hospital é analisado como uma instituição que tem objetivos controladores e normatizadores, onde se estabelece uma íntima relação entre a administração médica sobre o corpo humano inserido nas sociedades de controle pelo Estado. Os governos que em diálogo com os discursos médicos passaram a legitimar outras falas da hegemonia assim controlaram as escolas, os quartéis, os bordéis, as fábricas, os cemitérios, e os próprios hospitais entre outros estabelecimentos. A história do Hospital São Joaquim da Sociedade Portuguesa de Beneficência inserida no contexto do século XIX trouxe aspectos de solidariedade entre as dificuldades enfrentadas por imigrantes portugueses na cidade de São Paulo entre os meados do século XIX e início do XX. Apesar da quase ausência dos médicos portugueses em relação aos italianos e brasileiros no corpo de funcionários do Hospital São Joaquim é importante dizer que as origens da medicina brasileira esteve nas faculdades lusas entre elas a Faculdade de Coimbra. O texto aqui apresentado traz contribuições para a historiografia da cidade de São Paulo e da saúde no espaço urbano. Faz também conexões com a imigração portuguesa na Paulicéia que necessitou dos cuidados médicos e por isso foi apresentada como medicalizada.

HOSPITAL MATARAZZO: RESSIGNIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO TOMBADO

Thaís Teixeira Dias Brambilla (Estado de São Paulo)

A presente comunicação pretende explorar a trajetória do hospital Matarazzo, um dos representantes do associativismo italiano na cidade de São Paulo. Sendo considerado um importante representante da presença italiana, e também por seu papel relevante na assistência médica caritativa. O hospital teve seu pedido de tombamento realizado em 1986 pelo CONDEPHAAT, órgão estadual responsável pelo processo. Passando por diversos problemas financeiros em 1993 o hospital encerrou suas atividades, seus prédios foram leiloados e comprados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI). O antigo hospital ficou abandonado até 1998 quando foi ocupado pelo movimento Fórum dos Cortiços. Logo foi desocupado e permaneceu sem uso até o ano de 2011 quando foi comprado pelo grupo de francês Allard. O complexo que compunha o antigo hospital está localizado em um terreno de aproximadamente 27.000 m² em uma região nobre a capital paulista. E atualmente passa por reformas para em breve se tornar um complexo luxuoso com shopping, hotel, centro cultural, escritórios

IMIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O LICEU ACADÊMICO SÃO PAULO

Zeila de Brito Fabri Demartini (CERU USP)

A comunicação focaliza alguns aspectos das implicações da existência de imigrantes na metrópole de São Paulo para o sistema educacional que foi se constituindo nas primeiras décadas do século XX. A história do Liceu Acadêmico São Paulo é um exemplo de como o sistema educacional paulista foi sendo ampliado para atender a demandas decorrentes do grande crescimento populacional, da expansão do mercado de trabalho urbano e às necessidades dos vários grupos de imigrantes para sua inserção no mercado de trabalho. O desenvolvimento desta escola foi marcado por crescente ascensão, tendo incorporado todos os níveis de ensino ao longo dos anos, chegando inclusive a oferecer cursos superiores (Faculdade Carlos Pasquale). O Liceu insere-se no contexto do ensino particular na cidade de São Paulo, que no período considerado teve grande ampliação com a criação não só de escolas étnicas por parte dos próprios grupos de imigrantes, como também pela criação de escolas voltadas para a formação de profissionais, em bairros de forte imigração, que pudessem se inserir no mercado em expansão. Escolas particulares como o Liceu, que foi criado por iniciativa de um grupo de amigos, trazia as marcas de um empreendedorismo no campo educacional, voltado para o atendimento da população quanto às demandas por ensino profissionalizante, de oferta muito restrita por parte do Estado. A análise de experiências como a aqui abordada permite a explicitação e revisão de aspectos importantes da história da educação paulista que merecem ser considerados. Coloca também em discussão a ausência de políticas de preservação da memória do campo educacional e das práticas e saberes neles veiculados pelos educadores e educandos envolvidos.

IMIGRAÇÃO EUROPEIA E A INTRODUÇÃO DE NOVAS DEVOÇÕES E ICONOGRAFIAS NO BRASIL DA BELLE ÉPOQUE

Cristiana Antunes Cavaterra (Cavaterra Studio d'Arte e Restauro)

Nos anos que compreendem o final do Império e a Primeira República, trinta e oito ordens e congregações ingressam em larga escala no Brasil, suprimindo a carência do clero nacional e contribuindo para a europeização e romanização do clero e da Igreja e, provocando grandes mudanças não só nas questões ligadas à instituição religiosa, mas também na arquitetura e decoro dos templos. Novas igrejas e capelas serão construídas nas capitais e cidades do interior dos estados brasileiros e as antigas construções dos períodos coloniais e imperiais serão “reformadas”, ampliadas e modernizadas ao gosto atual, europeizante. Idealizadas por padres europeus e realizadas pelas mãos de arquitetos, mestres de obras, pintores e escultores também europeus, sobretudo italianos e sintetizadas na arquitetura e decoração eclética, atenderá ao gosto da população em formação que, no início deste processo, não se identificam com a cultura local. Objeto deste estudo é a introdução das novas devoções e iconografias levada aos altares e lares brasileiros, introduzidas pelos pioneiros na industrialização da arte sacra no Brasil tais como o Estabelecimentos de Escultura e Entalhe de Marino Del Favero (São Paulo, SP – imigrante italiano), Henrique Germano Rüdiger (Porto Alegre, RS – imigrante alemão (?)), Tarquínio Zambelli e família (Caxias do Sul, RS – imigrantes italianos), além das obras importadas pela Casa Sucena, sediada no Rio de Janeiro, que comercializava imagens sacras da fábrica francesa Maison RAFFL et Cie, e da portuguesa Casa Estrella, principalmente através das informações contidas nas propagandas em periódicos e catálogos ilustrados e distribuídos pelos citados empresários de origem europeia.

LITERATURA DE CORDEL NA CIDADE DE SÃO PAULO: O INSTITUTO MEMÓRIA BRASIL

Yvone Dias Avelino (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

São Paulo é a capital mais nordestina do Brasil e, portanto, a literatura de cordel tem a sua grande influência através desses migrantes. A sua historicidade faz parte de uma relação ativa no cotidiano paulistano. É uma manifestação que se faz presente e que se alinha aos interesses literários do País. A literatura de cordel está cada dia mais se modernizando, em especial na cidade de São Paulo. Mesmo sem fugir de suas formas tradicionais, de suas raízes, mas com inovações nos seus temas, saindo de modestas feiras no Brás para novos espaços, como bibliotecas, casas de cultura, na mídia paulistana e nas universidades. Os poetas cordelianos deixaram de pendurar seus folhetos em cordões nas feiras, para os deixarem em exposição nos lugares onde realmente devem estar: casas de cultura, escolas, bibliotecas e livrarias. Para isso, nesta modesta comunicação, pretendemos levantar alguns poetas e suas obras, sobretudo, a de Assis Ângelo, que ficou cego, jornalista e poeta paraibano, criador do Instituto Memória Brasil, que guarda um acervo importante sobre cultura popular nacional.

MEMÓRIAS JUDAICAS NA BAIXADA FLUMINENSE: A SINAGOGA TIFERET ISRAEL DE NILÓPOLIS

Elis Regina Barbosa Angelo (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

A Sinagoga Israelita Tiferet Israel, edificada na região central de Nilópolis, baixada fluminense, pode ser considerada um dos marcos relevantes da história dos judeus na região. Teve seu tombamento instituído pelo Decreto Municipal Nº 2.440, de 19 de agosto de 1999, sob o processo administrativo: 4.192/99. A partir dessa referência, esse estudo busca compreender essa memória fluida e o interesse da comunidade e da prefeitura em iniciar seu processo de recuperação, haja vista seu estado de deterioração interna e externa que culminou na necessidade de se pensar ações coletivas de usos e reconhecimento coletivo. Assim, por meio da História Oral e documental, busca-se trazer à luz da discussão, documentos e relatos que possam servir de subsídios teóricos na compreensão e manutenção das marcas e expressões dos judeus na cidade. Em meados dos anos de 1914, há indícios da chegada dos judeus ao Rio de Janeiro, tendo na baixada fluminense, em algumas cidades, a formação de núcleos da comunidade. Especificamente em Nilópolis, a partir de contratos cartoriais, segundo dados, relatos e referências, esses grupos formados ao redor da Sinagoga acabaram se agrupando como célula judaica. (LONDON, 1999, p. 40). Os judeus se organizaram a partir de um cenário expressivo de referências de seus costumes e tradições, que incluía além da Sinagoga, “a escola de ensino complementar judaica, a biblioteca, o clube, os açougues e outras vendas de produtos kosher, o shochetim (um tipo de profissional encarregado de abater os animais para consumo das famílias de acordo com o ritual judaico), além das lojas e dos artesões.” (RAPOSO, 2014, p.04). A relevância dessa proposta alcança êxito na relação entre instituições públicas, privadas e comunidade, pois, de forma interativa e participativa, fomenta a construção de ações que possam mudar o escopo do lugar.

NOS CORPOS E NAS CIDADES, SENTIMENTOS E SENSAÇÕES: OBSERVAÇÕES DE CAMPO

Maria Ines Rauter Mancuso (Universidade Federal de São Carlos)

A proposta para este estudo é refletir sobre as possibilidades que a obra de Durkheim traz para se pensar na relação indivíduo e sociedade e, nessa relação, sobre a construção social dos sentimentos e sua relação com o corpo. Essa construção social tem seu correlato e apoio na percepção da cidade. Essas reflexões, e sua utilidade para a pesquisa, aconteceram ao se estudar como a cidade é representada na memória de velhos moradores, em cidades na região central do Estado de São Paulo, em 1997. Foram entrevistadas 28 pessoas, entre homens e mulheres, com idade variando de 65 anos a 100 anos. Entrevistaram-se, assim, pessoas, que, em sua maioria, viveram a rápida urbanização do Estado, em especial associada à ferrovia. Essas pessoas haviam nascido em um ambiente mais rural e estavam envelhecendo ou já haviam envelhecido em um ambiente urbano. Nas narrativas evidencia-se, além das emoções das perdas em um corpo que se fragiliza, que as cidades, elas mesmas, se individualizam pelas sensações que produziram nesses mesmos corpos, sensações essas que entram pelos cinco sentidos.

OS DESAFIOS DA INSERÇÃO COMERCIAL ACORIANA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - DAS VACARIAS AOS AÇOUGUES

Daniel Evangelho Gonçalves (fab)

O arquipélago dos Açores apresenta vocação migratória desde a sua colonização. O baixo desenvolvimento das ilhas concedia características rurais e, muitas vezes, subdesenvolvidas ao ofício dos ilhéus. Aqueles que partiram, carregavam consigo não só o amor às ilhas, mas a experiência em lidar com a terra, com o gado ou com a pesca, dependendo de sua ilha de origem. Os açorianos que migraram para o Rio de Janeiro eram, em sua maioria, oriundos da ilha terceira, cuja principal atividade econômica era a criação de gado leiteiro. Ao chegar em solo carioca, procuraram reproduzir aquilo que sabiam fazer de melhor para garantir sua subsistência. Por isso, estabeleceram diversas vacarias nas regiões norte e central da cidade entre as décadas de 1920 e 1940, entregando leite, produzido em seus quintais, de porta em porta, no coração da cidade maravilhosa. Contudo, este comércio passou por transformações e perseguições durante o governo Vargas até ter sua atividade reduzida ou até mesmo extinta. Este artigo procura estudar este grupo de imigrantes que teve sua inserção social por meio do comércio de leite e as mudanças sanitárias e legislativas que os levaram a transitar para o domínio do comércio de carnes nos açougues da cidade, sem deixar de contemplar a importância e as contribuições deste grupo para a dinâmica da cidade, a partir da contraposição de fontes tradicionais com o resgate da memória da comunidade aqui estabelecida, utilizando as metodologias da história oral.

PATRIMÔNIO CULTURAL: AS TRANÇADEIRAS DA PALHA DA CARNAÚBA, ILHA GRANDE DE SANTA ISABEL, PIAUÍ/BRASIL

Arlete Assumpcao Monteiro (PUC / SP)

A 6 km de Parnaíba - a segunda maior cidade do Estado do Piauí - no famoso Delta do Rio Parnaíba, o único das Américas em mar aberto, localiza-se a Ilha Grande de Santa Isabel, a maior das ilhas existentes no delta do rio, que se abre em cinco braços, no encontro das águas com o Oceano Atlântico, envolvendo 73 ilhas fluviais. O Porto dos Tatus é o local de embarque e desembarque aos passeios pelo Delta. O presente estudo priorizou o trabalho das trançadeiras, mulheres que trabalham com a palha da carnaúba: desfiam, colorem e trançam a palha, transformando-as em cestos, fruteiras, suportes e bolsas, atrações da Ilha Grande. A pesquisa foi realizada in loco através de entrevistas informais e agendadas com as tecedeiras, com antigos moradores e estudiosos da região e fotografias tiradas no decorrer do estudo. A continuidade da pesquisa se deu em São Paulo, através de longas conversa com professores da Universidade Federal do Piauí, que se encontravam em São Paulo, realizando estudos de doutorado e ou pós-doutoramento. Pretende-se com a esta apresentação da pesquisa realizada, dar visibilidade ao trabalho das trançadeiras que desgastam suas mãos ao torcer a palha e mostrar a luta da comunidade para preservar o saber construído através das gerações, verdadeiro patrimônio cultural brasileiro.

PATRIMÔNIO, DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA: ESCRITURAS DOS E/IMIGRANTES

Maria Izilda Santos de Matos (PUC/SP)

Os denominados “escritos ordinários”, abarcam uma variedade de textos, incluindo a escritura dos populares, que produziram seus próprios registros, entretanto, estes documentos se encontram pouco preservados em arquivos, sendo conservados através dos tempos e guardados secretamente nos sótãos e baús visando preservar a memória familiar ou de um grupo. Nos finais do século XIX e inícios do XX, as mobilidades crescentes exigiam dos sujeitos históricos envolvidos o exercício de leitura/escritura, envolvendo um amplo espectro textual como indicações de viagem e das condições nos países de destino, orientações sobre os trâmites burocráticos (passaporte e autorizações), entre vários outros escritos destacam-se as cartas dos e/imigrantes. Entre a escritura dos populares, as cartas se apresentam com grande potencial para a investigação, no caso das cartas de e/imigrantes não só retrataram o processo de deslocamento, como são produtos deste, constituindo-se num verdadeiro “tesouro documental” da memória dos e/imigrantes. Identificando esses epistolários como patrimônio documental, a proposta analisa todo o potencial de investigação advindo desta documentação, observando as questões sobre a preservação destes documentos em acervos públicos e privados, particularmente, em arquivos brasileiros e europeus.

PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E IMIGRAÇÃO A PARTIR DOS CEMITÉRIOS DE NOVA BASSANO/RS

Ana Carolina Lorenzet Galvan (Universidade de Passo Fundo)

Os cemitérios são lugares encarregados de preservar as memórias de uma sociedade. Por meio da cultura material funerária, tanto a memória quanto a história encontram aportes para alcançar o indivíduo e a comunidade, e a partir desses lugares, as identificações podem ser construídas. Foi o que percebemos quando nos deparamos com a movimentação comunitária para revitalizar o Cemitério Polonês de Nova Bassano, o qual atualmente consta na rota turística do município. Nesse sentido, nosso trabalho se ocupa do estudo dos cemitérios de Nova Bassano levando em consideração a movimentação descrita em relação a um cemitério, enquanto os outros, ainda que inseridos no contexto imigrante, não encontrem o mesmo suporte comunitário. Percebendo uma lacuna historiográfica no que tange ao estudo dos cemitérios interioranos do Rio Grande do Sul, temos como objetivo contextualizar e compreender as manifestações culturais e identitárias no espaço cemiterial, bem como relacionar o movimento migratório do século XIX com a recente manifestação de importância consagrada ao Cemitério Polonês. Tendo em vista tais manifestações, cabe ao historiador a investigação acerca dos documentos, monumentos e patrimônios que auxiliam na construção da identidade, memória e história de uma sociedade, as quais podem ser constituídas e constituintes em relação ao espaço cemiterial.

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E URBANIZAÇÃO. UM ESTUDO SOBRE A CIDADE DE MOCOCA/SP, FINAL DO SÉCULO XIX E PRINCÍPIO DO XX

Marina Rosetti Barretto Ribeiro (CERU USP)

Este estudo apresenta a análise de dois mapas do início do século XX, do município de Mococa, cidade do interior do Estado de São Paulo. Tal análise demonstra a intensa movimentação de gado no entorno da área urbana da cidade; um dos mapas registra cercas e valos existentes que circundavam a cidade incluindo o cemitério contíguo à Matriz. A análise dos mapas possibilita inferir que a economia do comércio de gado convivia com a ascensão da agricultura cafeeira com representações de fazendas, estação de trem, a estrada velha de Franca e construções antigas que permanecem até hoje na cidade como o bebedouro próximo ao Ribeirão do Meio e o pouso de tropa que mais tarde abrigou imigrantes que chegavam como mão de obra para o trabalho para a agricultura que se desenvolvia. Pode-se dizer que a instalação e formação do município deveu-se aos pecuaristas mineiros que buscaram a região como outra opção econômica em decorrência do esgotamento da mineração nas terras de Minas Gerais; seus descendentes fixaram-se nas terras altas de Mococa, causando grande impacto na arquitetura da cidade. A análise dos mapas demonstrou que não foi uma estratégia do governo que trouxe o desenvolvimento à região e sim os recursos propiciados pelo trabalho dos fazendeiros de café. Para aprofundar a pesquisa utilizou-se fontes orais através de depoimentos dos descendentes dos imigrantes, fontes impressas existentes nos acervos do jornal “A Mococa”, na Casa da Cultura Rogério Cardoso de Mococa, na biblioteca da Casa de Portugal de São Paulo, no Jornal O Estado de São Paulo (online) e no acervo particular da Fazenda Nova (Mococa -SP).

“SURVETINHO, SURVETON, SURVETINHO DE LIMÓM, QUEM NÃO TEM DEZ TOSTÃO, NÃO TOM A SORVETE NÃO, IAIÁ” O IMIGRANTE ITALIANO NA MEMÓRIA PAULISTANA (1890-1930)

Andrea Borelli

O pregão anunciava a passagem do vendedor e de seu produto pelas ruas de uma cidade que estava em expansão e que se tornava um centro industrial, comercial e de poder. Este espaço é marcado pela presença dos imigrantes italianos que são parte das memórias dos paulistanos: dos operários a industriais, dos comerciantes a ambulantes. Sua presença é marcante no comércio varejista, criando a figura do carcamano, o comerciante que roubava no peso dos produtos. No ramo de serviços, os italianos formavam um grupo representativo. Eram barbeiros, lixeiros, sapateiros, e não se pode deixar de citar sua importância no mercado industrial. A língua se mesclou ao português e criou um ritmo próprio que marca a fala dos paulistanos até hoje e os hábitos alimentares, como, as massas, a pizza, a salsicha, a linguiça passaram a integrar a dieta paulista. Nestas memórias sobre a cidade, os italianos compunham a sonoridade e o movimento das ladeiras e largos com seus pregões e seus produtos, com os bondes, os carros. O objetivo deste trabalho é explorar estas memórias marcadas pelo olhar sobre o imigrante e seus espaços na cidade.

07 A 11 DE JUNHO DE 2021
ciipc2020.rj.anpuh.org

III CONGRESSO INTERNACIONAL
E INTERDISCIPLINAR EM
PATRIMÔNIO CULTURAL:
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO,
EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR- NOVA IGUAÇU
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

GT 07. Patrimônio, Memória e Ciências

Alda Heizer (Jardim Botânico/Fiocruz)

Carla Coelho (Fiocruz)

Luciana Heymann (Fiocruz)

Caderno de Resumos

III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural:
Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio

Elis Regina Barbosa Angelo (org)
Editora Cravo. Porto, Portugal
ISBN 978-989-9037-12-0

171

A CIÊNCIA DEFESA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: FORTIFICAÇÕES BRASILEIRAS E A HISTÓRIA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

Luiza Nascimento de Oliveira da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

A ideia da presente comunicação é compreender o processo pelo qual artefatos de defesa constituem patrimônio cultural e podem auxiliar no estudo das identidades política, cultural e territorial do antigo Império português e do Brasil atual. Entende-se por artefatos de defesa, as edificações existentes (fortes e fortalezas), as plantas de fortificação e os tratados de arquitetura militar. Assim, a relação entre a comunicação política e a percepção do patrimônio de defesa precisa ser pensada à luz da arte e ciência da arquitetura militar desenvolvida pelos portugueses entre os séculos XVII e XIX. Nesse sentido, propomos o estudo das edificações militares em termos de uma ciência ou prática científica que possui matrizes intelectuais historicamente construídas e que forjaram por isso identidades políticas, culturais e territoriais de Portugal e do Brasil. Trata-se de um estudo em seu início e cujas bases teóricas e metodológicas ainda precisam de certa consolidação. Por ora, importa relacionar a história da ciência de defesa e a história das defesas construídas no Brasil dos séculos XVIII e XIX, com vistas a compreender processos identitários, via produção de memória patrimonial. Então, o exame do patrimônio militar do Brasil, este enquanto parte do Império português na época de sua configuração, merece ser realizado através do estudo das técnicas empregadas em diferentes fortes e fortalezas e da percepção do quanto tais elementos impuseram uma identidade territorial específica, além de identidades políticas e culturais. Para isso, é necessário perscrutar a documentação política em termos da aplicação do saber em análise.

AS COLEÇÕES E OS ACERVOS MUSEOLÓGICOS DA UFOP: ENTRE O CAMPO CIENTÍFICO E A PERCEPÇÃO DAS POTENCIALIDADES

Edson Fialho de Rezende (Universidade Federal de Ouro Preto)
Leandro Benedini Brusadin (Universidade Federal de Ouro Preto)

O artigo ora proposto tem como finalidade realizar a caracterização de algumas coleções e acervos museológicos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). O foco dessa análise se encontra na gestão dos objetos e sua relação com a função da universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão. Para tanto, se torna primordial identificar nas coleções e acervos as suas potencialidades de trocas e fruição do conhecimento científico perante o estudante, o técnico, o professor-pesquisador e o público em geral. As particularidades que as diferenciam de outras tipologias museológicas, provocam lugares controversos na relação universidade – sociedade e, conseqüentemente, colocam em risco as missões, valores e atribuições dos próprios objetos musealizados no ambiente universitário. As atividades acadêmicas, nas respectivas áreas do conhecimento, associadas às práticas museais podem garantir condições mais favoráveis e equilibradas diante das políticas de gestão institucional. Dessa maneira, a partir deste levantamento, objetiva-se refletir sobre o nosso argumento da contínua necessidade de revelar as potencialidades e as fragilidades, nos âmbitos técnicos e científicos, das coleções e acervos museológicos da UFOP. Considera-se que é possível viabilizar políticas específicas mais eficientes para o desempenho da instituição universitária diante do seu compromisso com a ciência e com o seu patrimônio.

IGREJA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS: SIGNIFICADOS E VALORES CULTURAIS

Rodolfo Lo Bianco

O presente resumo é fruto da pesquisa realizada em âmbito do mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde na Fundação Oswaldo Cruz e procura apresentar a Igreja Nossa Senhora dos Remédios (INSR), localizada no Núcleo Histórico Rodrigues Caldas (NHRC), bairro Colônia, zona oeste do Rio de Janeiro, a partir de seus significados e valores culturais atribuídos a essa edificação. A INSR é tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC) individualmente em 1970 e em conjunto com o NHRC desde 1990. Concebida em 1862, pelo arquiteto do Império Theodoro Marx, a edificação católica está inserida em três contextos históricos na outrora chamada Bacia de Jacarepaguá. Em um primeiro momento, no período escravocrata dos engenhos de açúcar, comuns na região do século XVII, ao XIX. No início do século XX, com as Colônias-asilares. E, por fim, a partir de meados dos anos 90, o território passa para a administração municipal ficando a secretaria municipal de saúde como responsável pela gestão do NHRC. Objetivo geral foi identificar os valores atribuídos à INSR. A partir dos valores, pretendeu-se compreender seu significado cultural para diversos atores sociais, os quais estabeleceram relações com a edificação, sendo fiéis ou não. A partir da análise, dessa relação da edificação e seus fiéis com o contexto, foram percebidos os significados e valores de uso, de troca e mediação atribuídos à igreja da Colônia. As etnografias e as entrevistas permitiram observar como a atribuição de valores, a partir das relações estabelecidas entre os sujeitos com os objetos, mostrou-se fundamental para compreender o significado da igreja naquele contexto cultural. Em suma, foi possível perceber que a participação da comunidade de fiéis foi mais eficaz, na preservação da edificação católica, do que a participação da instituição estadual de preservação e do que a da instituição que faz a gestão dos bens culturais de todo o NHRC.

MUSEU DE ANATOMIA PATOLÓGICA CARLOS TOKARNIA: UM PASSO EM DIREÇÃO À REVITALIZAÇÃO E À SUSTENTABILIDADE

Marilene de Farias Brito Queiroz (DESP/IV)

Vivian de Assunção Nogueira Carvalho (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Lohanne Cristine Araujo Muniz (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Jade Manhães de Souza Bastos (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Bárbara Procópio da Silva Lobo (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Bruna Alencar de Freitas (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Raquel Rangel Teles Nunes (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

O Museu de Anatomia Patológica Carlos Tokarnia (MAPCT), está vinculado ao Departamento de Epidemiologia e Saúde Pública, Instituto de Veterinária - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (DESP/IV/UFRRJ) reúne um rico acervo de valor científico, cujas coleções são organizadas de forma pedagógica, e são compostas de enfermidades de diversas espécies de animais domésticos, e em menor escala de animais silvestres. As peças são categorizadas nos diferentes sistemas, de acordo com as patologias de natureza traumática, infecciosa, viral, bacteriana, parasitária, metabólica, tóxica, neoplásica, fúngica, congênita e zoonótica. O acervo se iniciou em 1939 e representa a história de trabalho de várias gerações de eméritos patologistas, cujas trajetórias têm reconhecimento nacional e internacional. O MAPCT tem perfil didático multidisciplinar, vocação para crescimento contínuo e potencial para cumprir papel de inclusão social. Consta da nossa metodologia a ampliação da infraestrutura, identificação, catalogação, reformulação e modernização dos métodos de conservação, registro e fotodocumentação das peças, além de posterior virtualização do acervo. Essa revitalização tem como objetivos permitir a participação da sociedade, e que o acervo caminhe em direção à divulgação da sua história, à garantia da memória das informações, bem como à sustentabilidade, com respeito à saúde dos seus usuários e ao meio ambiente.

O HORTUS ORGANENSIS: A CONSERVAÇÃO DA FLORA, INTERDISCIPLINARIDADE, ENSINO E EXTENSÃO NA SERRA DOS ÓRGÃOS (PARNASO)

Ana Beatriz de Menezes Ribeiro (PPGBOT-Museu Nacional)

Menezes-Ribeiro (2019) observou uma demanda dos agricultores no entorno do Parque Nacional da Serra dos Órgãos-PARNASO, pelo cultivo de espécies da flora do PARNASO. Com intenção de preservar e cultivar para diversos usos, as espécies protegidas pelo parque nacional que interessavam muito aos antigos agricultores ecológicos, os fizeram perguntar, com interesse atento, em reuniões ambientais do parque: quando poderiam afinal ter um viveiros e uma licença para pegar sementes? Assim, atendendo às necessidades de sua gente local, e da pesquisa etnobotânica, do ensino e extensão acadêmicos, para o bem-estar das cidades, das pessoas e economia familiar nas localidades do PARNASO, ofereço esta proposta de um projeto. Uma ideia para gestão e educação ambiental, relacionada a um patrimônio natural que foi ali criado há 80 anos atrás. Uma proposta de estudos para um projeto radicalmente interdisciplinar, entre a UFRJ/ LINE-Museu Nacional e o ICMBio/PARNASO, entre outras parcerias que virão, para um horto-escola da Serra dos Órgãos: o “Hortus Organensis”. Inspirado nos passeios de turismo científico em parques nacionais, o Hortus organensis será um espaço de plantio e educação interdisciplinar das ciências relacionadas à conservação e reprodução da flora de Mata Atlântica desse parque nacional e seu entorno, com características singulares, micro-ecossistemas em sucessão altitudinal, entre a serra e o mar dos fundos da baía da Guanabara. O sonho do antropólogo Edgard Roquette Pinto (1933) junto ao colega Laurence Vail Coleman para a preservação da natureza na região, a partir dos manguezais de Magé- Guapimirim e os alto montanos entre Teresópolis e Petrópolis, na linda Serra dos Órgãos.

PATRIMÔNIO CULTURAL, CULTURA MATERIAL, DISTENSÕES

Jefferson Pereira Nepomuceno (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Procuramos produzir um panorama do campo do patrimônio cultural, dentro de uma malha social tensional, seja por uma busca de maior entendimento da cultura material nesse escopo, seja pela disputa narrativa existente. Para tanto, procuramos visualizar a pertinência de abordagem cognitiva e antropológica, diante da multiplicidade de abordagens. Possibilidade que narra alguns sentidos do bem físico, material. Entre documentos patrimoniais, verificamos alguns apontamentos. Um caminho semântico de busca pela multiplicidade, ao mesmo tempo, unidade de sentido, sempre que possível, a fim de ser contemplada a diversidade cultural existente em cada sociedade. Mas fazer desta multiplicidade uma certa coesão para que o sentido seja múltiplo, não esvaziado a cada caso, demanda manter parâmetros e diretrizes gerais; pertinências na flexibilização do caminho do material/imaterial, para um amálgama dos dois; e, sobretudo, a abertura da captação das vozes das comunidades detentoras de suas culturas, tanto na formulação acadêmica quanto em escopo legislativo. A sociedade em seus múltiplos agentes legitima o bem cultural – e aqui, dizemos sociedade entendendo a fala do produtor deste bem, dito detentor do saber, a academia com seu arcabouço científico (à qual somamos as premissas dos órgãos internacionais dentro do campo patrimonial cultural), e, por último, o efeito legislativo nacional e internacional –, mas atentamos à necessidade de entendimento que nenhum dos três: academia, produtor, legislatura, captura a narrativa, antes a torna múltipla. Ao procurarmos o debate entre esses três principais agentes percebemos que existem ainda pontos de relevância a serem contemplados. Patrimônio deve ser a posse da não posse. Assim, a narrativa dessa não posse virá do pertencimento cognitivo do sujeito, para construção de um câmbio de sensibilidades e pertenças. O entendimento de posse de coisa tem mais efeito na presunção da posse narrativa, antes do sujeito, pelo sujeito.

PATRIMÔNIO NAS CIÊNCIAS – AÇÕES INOVADORAS PARA O PÚBLICO

Gabriela da Rosa Corrêa (Universidade do Vale do Rio dos Sinos)
Márcia Regina Bertotto (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

O Museu de História Geológica do Rio Grande do Sul - MHGEO é um museu universitário de Geociências, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, localizado em São Leopoldo/RS. Foi inaugurado no dia 31 de julho de 2006, após uma longa trajetória que iniciou na década de 1980 pelos professores do curso de Geologia. O Museu foi pensado como recurso interdisciplinar facilitador nas atividades desenvolvidas pela UNISINOS com a comunidade externa, principalmente de escolas do ensino fundamental e médio, além de ser elemento de atração para a comunidade interna universitária. A pesquisa, em andamento, foi iniciada em novembro de 2020 para a realização da dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGMUSPA/UFRGS). Analisa a trajetória histórica desempenhada pelo MHGEO, dando ênfase na sua dimensão educativa. Identifica as estratégias de difusão do conhecimento, realizadas até o momento pelo Museu, e suas interfaces com os debates recentes sobre inovação e educação. O MHGEO, em sua trajetória, apresenta predisposição para criação de ações de jogabilidade e interatividade como recurso mediador das relações entre visitantes e os objetos expostos em sua sede. A investigação intenta incorporar a inovação num espaço museal, mais imediatamente no momento pandêmico em que estamos vivendo, quando, ao estarem os museus fechados, se torna necessário explorar alternativas online, para comunicar e dar novos sentidos ao acervo musealizado para os frequentadores. A partir de pesquisa bibliográfica, levantamento de fontes primárias e pesquisa de público do MHGEO, este estudo de caso utilizará referenciais da Educação, Inovação, Patrimônio Cultural e Comunicação.

07 A 11 DE JUNHO DE 2021
ciipc2020.rj.anpuh.org

III CONGRESSO INTERNACIONAL
E INTERDISCIPLINAR EM
PATRIMÔNIO CULTURAL:
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO,
EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR- NOVA IGUAÇU
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

GT 08. Patrimônio, Cultura e Relações Etnico-Raciais

Otair Fernandes (PPGPACS/UFRRJ)

Elaine Rocha (UWI/ Barbados)

Teresa Mendonça (UFRRJ)

Caderno de Resumos

III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural:
Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio

Elis Regina Barbosa Angelo (org)
Editora Cravo. Porto, Portugal
ISBN 978-989-9037-12-0

179

A IDENTIDADE DE JOVENS E ADULTOS SEGUIDORES DO GRUPO CULTURAL BATIDAS E RIMAS LOCALIZADO EM QUEIMADOS/RJ: A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E SOCIEDADE NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO

Sarah Martins Cassiano

Durante décadas, a Baixada Fluminense suscitou ideias associadas a marginalidade e ao abandono do poder público. Felizmente, percepções como essas são reconstruídas ao longo tempo por meio de um processo dinâmico e inacabado. Vislumbrar a periferia não como local destituído, mas como detentor de identidades e culturas de valor rompe com a ideia de que apenas um restrito grupo as possuem. Os participantes ativos e os que comungam o grupo cultural Batidas e Rimas, originário do Município de Queimados/RJ partem da música, do hip hop que culmina em uma cultura, e consequentemente identidade específicos, uma forma de ver o mundo que é compartilhada e fomentada por meio de um posicionamento crítico e reflexivo. Diante do exposto, o presente trabalho procura conhecer a história do grupo cultural e os princípios do hip hop que norteiam suas práticas, assim como compreender de qual perspectiva de cultura e identidade se fala aqui, partindo do princípio de que ambas dialogam com a sociedade e geram repercussões em distintos campos sociais, como o político e o econômico. O grupo cultural Batidas e Rimas é o ponto de partida para a compreensão de uma identidade compartilhada, geradora de práticas sociais que objetivam a ruptura de uma lógica excludente.

APONTAMENTOS SOBRE AS POLÍTICAS CULTURAIS VOLTADAS PARA A PRÁTICA E EXPRESSÃO DA CAPOEIRA NO RIO DE JANEIRO (2008-2021)

Caio Bruno dos Santos Carvalho

Esse artigo tem como objetivo traçar a trajetória das políticas culturais voltadas para a manifestação cultural da capoeira e de seus Mestres. O registro do modo da roda de capoeira e o ofício dos Mestres foi tutelado como patrimônio imaterial no ano de 2008 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Esse processo de institucionalização da prática da capoeira, separou a manifestação da roda da dos mestres. Já em 2014 a roda de capoeira foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio da Humanidade. O reconhecimento da capoeira demonstra um avanço do Estado Brasileiro na promoção de maior diversidade do patrimônio cultural, inserindo as diferentes matrizes culturais formadoras de nossa sociedade e promovendo a diversidade social e cultural. Constata-se que em um primeiro momento dentro das políticas culturais, promovidas pelo Estado, a capoeira contou com políticas específicas. No entanto, as políticas são descontínuas e não abarcam na mesma proporção as duas modalidades relacionadas a prática e expressão da capoeira. Pretende-se caracterizar as duas modalidades de modo a estabelecer seus vínculos e determinar sua correlação. Partindo de um levantamento das políticas culturais recentes (2008-2021), voltadas para a categoria promovidas na cidade do Rio de Janeiro, será comparada a distribuição dos recursos e ações contempladas para cada uma das modalidades. Para tanto, será realizada uma revisão bibliográfica e coletados novos dados sobre as iniciativas culturais recentes, sobretudo durante a pandemia. Finalmente, será analisada se é possível afirmar que o viés cultural da capoeira, em comparação com o esportivo, mantém um conceito negativo que se reflete na ausência de políticas públicas voltadas especificamente para as rodas de capoeira, sobretudo para as rodas de rua.

BIBLIOTECAS VIVAS DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRO: DISCUSSÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Wagner dos Santos Chagas

O artigo apresenta as reflexões teóricas e metodológicas sobre memória das religiões de matriz afro durante o estágio pós-doutoral realizado no PPGMSBC/Unilasalle, entre os anos de 2018 e 2020. O objetivo principal foi desenvolver os contornos conceituais de Biblioteca Viva, bem como os seus procedimentos metodológicos para a sua produção. A discussão teórica e metodológica é inspirada nas ideias de pesquisadores como Maurice Halbwachs, Édouard Glissant, Amadou Hampaté Bâ, Mogobe Ramose, Renato Nogueira, Beatriz Nascimento, Luiz Rufino numa perspectiva epistemológica pluriversal. As Bibliotecas Vivas das Religiões de Matriz Afro são formadas pela memória dos iniciados das comunidades-terreiro. As Sessões de Biblioteca Viva são encontros de iniciados das religiões de matriz afro para falar sobre memórias produzidas a partir das suas experiências em comunidades-terreiro para um público formado por pesquisadores, estudantes de todas as idades e pessoas de outro pertencimento religioso. Durante as sessões, as narrativas memoriais podem ser transformadas em narrativas escritas utilizando a procedimento metodológico de transcrição.

ENCRUZILHADA DE ESTÓRIAS | REGISTRO DAS FESTIVIDADES RELIGIOSAS

Thayná Cambará Beraldo (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Corumbá/Ladário possuem um conjunto de atividades culturais bastante variadas e efervescentes. Durante todo o ano ocorrem eventos culturais que movimentam diversos setores da sociedade como do turismo, da economia, das religiões etc. O calendário comporta celebrações que se mesclam em suas realizações. Essa percepção nos permitiu estender essa análise para outras celebrações da cidade. Dessa resultante temos como um dos seus elementos a crença em seres sobrenaturais que podem ser representados tanto por hagiografias e imagens de santos católicos, como de africanos ou americanos. É notória a forte participação nessas festas e celebrações, de detentores das religiões afro-brasileiras, mas falta visibilidade a esses atores e estudos aprofundados sobre as diferentes celebrações comuns nos municípios de Corumbá e Ladário/MS. Para tal, estamos realizando entrevistas e cobrindo os atos religiosos dos afro-brasileiros no período de um ano, mais especificamente das festas de São Sebastião e Nossa Senhora dos Navegantes que ocorrem, respectivamente, nos dias 20/01 e 02/02. Devido ao sincretismo religioso, para os afro-brasileiros São Sebastião é Oxóssi, já Yemanjá é associada a algumas santas católicas, como Nossa Senhora dos Navegantes. Em Corumbá e Ladário a festa é ressignificada. A deusa do mar é adaptada ao rio Paraguai. É válido ressaltar que essa demonstração da fé, implica diretamente nos hábitos dessas comunidades, onde a prática religiosa é vista também como demonstração cultural, já que reflete as crenças permeadas dentro das relações familiares e sociais. Em virtude do cenário pandêmico em todo o mundo, o projeto está criando alternativas de divulgação e interação com o público pelas plataformas digitais, se utilizando das redes sociais – Facebook e Instagram, além do canal no YouTube como ponto de partida para distribuição desse trabalho, afim de garantir melhor visibilidade e alcance na divulgação do projeto.

ENREDOS E ANDANÇAS AFROPERSPECTIVAS: DAS VOZES AOS ESCRITOS NOS FOLHETOS DE LITERATURA DE CORDEL

Luiza Helena Dias Braga (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Este trabalho pretende situar-se primeiramente como um estudo no campo teórico da metodologia da história propondo-se a avaliar a importância da articulação das fontes textuais e orais que circunscrevem todo o processo de produção, desenvolvimento e divulgação dos folhetos de literatura de cordel, evidenciando que os folhetos de literatura em cordel também devem ser fundamentados no campo de Patrimônio ao entendermos que o folheto de cordel integra a identidade brasileira quando nos referimos às suas heranças e tradições e de conterem a materialização das narrativas orais e produção de perspectivas futuras nos leitores e ouvintes, tendo em vista que a prática de contar, produzir e divulgar histórias orais e muitas vezes materializadas na escrita cria uma perspectiva de narrativa histórica que carrega elementos que estão intimamente relacionados ao ponto de vista dos grupos sociais que os produzem, desta maneira, este trabalho ainda considera a possibilidade de integrar-se de forma incisiva às heranças e tradições africanas, afro-brasileiras e de povos originários da terra também denominados indígenas quando também situa em sua fundamentação teórica e avaliação de fontes relacionadas à produção cordelística e a interdisciplinaridade com a filosofia africana e indígena que correspondem academicamente ao sentido afroperspectivista.

LÍNGUA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: O CASO DO PAPIAMENTU, LÍNGUA CRIOLA AFRO-CARIBENHA

Marco Aurelio Schaumloeffel (University of the West Indies)

O Papiamentu é uma língua crioula afro-caribenha falada em Aruba, Bonaire e Curaçao (ilhas ABC). Apesar desta língua ter se formado há cerca de 350 anos e ser falada pela vasta maioria da população das ilhas ABC, ela só se tornou língua oficial em 2003 em Aruba e em 2007 em Curaçao, enquanto que em Bonaire, um município ultramarino especial do Reino dos Países Baixos, ele é apenas reconhecido como língua local sem status de língua oficial. Entre as línguas classificadas como crioulas no campo da Linguística, o Papiamentu se destaca por ser uma das poucas com status de língua oficial. Esta apresentação tem como objetivo analisar historicamente como se deu a formação do Papiamentu e como este idioma afro-caribenho de influência crioulo-portuguesa se tornou patrimônio cultural e símbolo de identitário nacional e regional, tendo como pano de fundo o sistema colonial holandês e sistemas educacionais que já usam parcialmente o Papiamentu, mas que ainda usam amplamente o holandês e, algumas vezes, até mesmo o inglês como línguas de instrução. Além disso, também serão examinados os principais fatores que transformaram e transformam o Papiamentu em um veículo de manifestações históricas, artísticas, identitárias, de emancipação e de independência cultural dentro do contexto afro-caribenho no qual se encontra inserido.

MEMÓRIA E AS MULHERES DESCENDENTES DA DIÁSPORA AFRICANA: O USO DOS TURBANTES, RITUALÍSTICA E RESISTÊNCIA

Viviane Lima da Conceição (Centro Fed. de Educ. Tec. Celso Suckow da Fonseca)

Este trabalho tem o intuito de iniciar uma reflexão sobre a relação das mulheres negras brasileiras com o uso dos Turbantes, também conhecidos como Ojá, torço, pano de cabeça. Além disso, tem como um dos seus objetivos trazer à tona as simbologias e ritualísticas deste pedaço de tecido que se torna uma indumentária repleta de significados. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Outro objetivo é perceber alguns dos processos de identificação de memória cultural e os processos de construção de identidade social a partir desta indumentária. Para as mulheres da diáspora, enturbantar-se é antes de tudo um ato político, este pedaço de tecido carrega consigo as representações de ancestralidade, identidade e cultura. Atualmente, sendo ainda símbolo de resistência, autoestima e pertencimento, além de um posicionamento político de aceitação da cultura, servindo como elo entre os países da diáspora Africana. Pretende-se contribuir para o rompimento das construções sociais que perpassam a subjetividade dessas mulheres e colaborar para a transformação de pensamentos e práticas sociais.

MEMÓRIA E FRATRIMÔNIO: A TERREIRIZAÇÃO DA VIDA POR MEIO DE UMA EDUCAÇÃO DE AXÉ

Lidiane da Costa Monteiro (Prefeitura Municipal de Duque de Caxias)

A partir dos conceitos de Memória e Fratrimônio o escrito busca uma percepção educativa, que se constitui na via dos saberes das religiões afro-diaspóricas com possibilidade de expansão. Reconhecendo a existência de uma memória forjada a partir de um profundo silêncio, - que Mbembe entende como culpa e recusa ao enfrentamento da própria participação nos traumas sociais -, que o fio da memória é trançado nas questões raciais. Num processo em que o ato de memorar lapida sujeitos, na tensão entre a dor, a inferiorização e brechas de potência, e, constrói em trânsito a alcunha de dominadores e dominados. Uma memória que necessita ser reestruturada em novos sentidos constitutivos. Deste ponto, nossos olhares se debruçam para os terreiros, os tambores e a cinestesia das danças, e no mundo dos invisíveis, para estruturar nova percepção do mundo e da memória, como no “Pensar Nagô” de Muniz Sodré. Uma memória aproximada à compreensão do ubuntu, a despertar uma liberdade corpórea e, onde o coletivo seja capaz de potencializar o singular. Como Dan, o Vodoun Jeje, e o Oubouros – a serpente se nutre do próprio rabo – e retroalimenta-se, enquanto comunidade de terreiro. Defendemos que os saberes herdados das culturas da diáspora negra necessitam de real direito à memória, numa relação espiralada com a história e a vida social. Por isso, evocamos o fratrimônio, para se pensar relações afetivas potencializadoras, a partir das heranças negras e diaspóricas, indígenas e de periferia, através do compartilhamento; ao invés do tradicional conceito de Patrimônio, centrado no patriarcalismo branco, cuja relação linear com o tempo, a memória e seu registro mostra-se opressor. Por isso, reestruturar e reescrever memórias, em âmbito coletivo ou individual, se configura um instrumento de poder, de giro decolonial e se forja um instrumento educacional eficaz, em diversos contextos sociais. Onde os terreiros apresentam uma gramática própria, capaz de contribuir para uma terrerização da vida.

MEMÓRIAS DA PAISAGEM: DO JARDIM SUSPENSO DO VALONGO PARA O NOVO OLHAR DA PEQUENA ÁFRICA

Matheus Ribeiro Cunha

Indagar e questionar a própria história é uma oportunidade que nos possibilita fazer uma análise mais profunda das significações que foram dadas a essência dos objetos, sujeitos e ações ao longo do tempo. É a partir da perspectiva hegemônica e colonizadora, e considerando a política de embranquecimento, que será possível conseguirmos ter um panorama da construção da identidade brasileira, possibilitando, a partir de um olhar decolonial, ter indagações sobre as verdadeiras marcas omissas. E o caminho de ruptura do pensamento hegemônico dessa construção social, nos permite fazer uma análise mais crítica na estruturação das cidades, sobretudo nas políticas de salvaguarda dos patrimônios. E desta forma o local do estudo de caso se insere nesse contexto de omissão de valores culturais. O objeto para esta reflexão é o Jardim Suspenso do Valongo e seu entorno denominado Pequena África, lugar de grande valor histórico e cultural, localizado na região portuária do Rio de Janeiro, que durante séculos foi palco de diversas transformações urbanas. No entanto, podemos considerar que a cada camada de “nova cidade” construída, um pouco mais de sua memória é apagada. Este trabalho nasce de um processo de produção da defesa de trabalho final do curso de especialização em Gestão e Restauro Arquitetônico, e essa reflexão vem fomentar o debate do esvaziamento da memória negra das cidades, a partir da análise da construção do Jardim Suspenso do Valongo no período “bota fora” de Pereira Passos, através do entendimento do racismo estrutural e institucional que atravessam as dinâmicas urbanas e salvaguarda dos bens que se relacionam com a identidade africana e afro-brasileira.

MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO ALTERPATRIMÔNIO: ENTRE O PATRIMÔNIO IMATERIAL E A MEMÓRIA MATERIAL NA AMÉRICA LATINA

Marcos da Silva Rocha (Universidade Federal do Ceará)
Jesica Wendy Beltran Chasqui (Universidade Federal do Ceará)

Este artigo discute temas sensíveis ao debate patrimonial ao tocar as identidades construídas a partir dos diálogos com o outro, isto é, debatemos acerca de alteridades. Este trabalho propõe uma reflexão em torno do que chamamos de alterpatrimônio, um patrimônio construído no diálogo com o outro, ou seja, uma perspectiva patrimonial que surge de uma tensão identitária, um movimento que é, em certa medida, dialético. O alterpatrimônio se apresenta a partir do jogo de tensões patrimoniais, entre o instituído e o popular; o oficial e o extraoficial; o real e o abstrato; representações da maioria contra as das minorias; visibilidades e invisibilidades. A metodologia utilizada vai da análise bibliográfica e documental a exercícios empíricos em torno de exemplos que endossam a discussão e fortalecem a metáfora analítica com a teatralidade das cenas (festas) e cenários (monumentos). Há ao longo do texto uma proposta de leitura alterpatrimonial a partir de uma análise multidimensional que enfoca características distintas, no entanto, nesta discussão abordamos, sobretudo, o viés ético-racial da leitura alterpatrimonial de bens e manifestações. A ideia central de uma postura alterpatrimonial é a renovação do binômio conservação-preservação a partir do trato destes bens patrimoniais alteridentitários como objetos de estudo, reflexão e projeção de uma perspectiva de futuro antirracista e democrática.

O MAPA DOS BAOBÁS DE BRASÍLIA: IDENTIDADE NEGRA NA CAPITAL DO BRASIL

André Lúcio Bento (SEEDF)

O presente trabalho tem o objetivo de socializar os dados preliminares do projeto de catalogação dos baobás em Brasília, plantados em áreas públicas e em propriedades particulares. De representatividade no campo cultural, identitário e religioso, os baobás (embondeiros, imbondeiros, mincondós, calabaceiras, etc) são símbolos dos povos tradicionais africanos. Disseminados pelo mundo, inicialmente, em razão da diáspora africana, os baobás marcam o território de alguns estados brasileiros com exemplares já centenários, especialmente em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Ceará. A catalogação dos baobás e o possível tombamento dessas árvores como patrimônio cultural de Brasília, capital do país com a maior população negra fora da África, significam o reconhecimento da herança negra na formação da sociedade brasileira e da população afrodescendente da população brasiliense. Além disso, o tombamento dos baobás de Brasília na condição de patrimônio cultural pode favorecer discussões acerca da educação antirracista e do ensino de história e cultura afro-brasileira, conforme as Leis 10.639/03 e 11.645/08.

O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO E INVISIBILIDADE DO BAIRRO QUILOMBO URBANO LIBERDADE ENQUANTO PATRIMÔNIO CULTURAL AFROBRASILEIRO EM SÃO LUÍS – MA

Mariana Queen Cardoso da Silva

O Quilombo urbano Liberdade, localiza-se na cidade de São Luis, no Estado do Maranhão. É constituído pelos bairros Liberdade, Camboa e Fé em Deus. Esses bairros são formados por pessoas predominantemente negras, tendo como seus primeiros fundadores, oriundos de quilombos rurais dos municípios de Pinheiro, São Bento, Viana, Itapecuru dentre outros. O Bairro compreende um vasto patrimônio cultural afro de caráter religioso e Lúdico, destaque para o culto religioso do Tambor de Mina do Maranhão, e manifestações lúdicas como o Bumba meu Boi sotaque de zabumba e sotaque da baixada, Tambor de Crioula, Cacuriá e outras. Assim, objetiva-se refletir acerca da violência, e a marginalização do quilombo urbano Liberdade no processo social e racial que segrega e invisibiliza a comunidade enquanto um patrimônio afro cultural. Salienta-se que o presente trabalho é parte de nossa pesquisa de mestrado ainda em construção no curso de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal de São Luís MA. Para tanto, adotamos a pesquisa bibliográfica, pesquisa virtual em mídias locais, além da nossa vivencia no locus desta pesquisa. Conclui-se inicialmente que apesar de toda a riqueza cultural, o quilombo Urbano liberdade é constantemente ameaçado pelos processos de marginalização, segregação e invisibilidade face ao Poder Público local e pela sociedade ludovicense. Estes estígmata estígmata de violência. Evidencia a necessidade de implementação de uma política pública cultural ao Quilombo Urbano Liberdade.

O PROJETO NACIONAL DO BRASIL E OS POVOS AFRO-BRASILEIROS: MEMÓRIA COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA NA COMUNIDADE DOS ARTUROS (MG)

Beatriz dos Santos Chaves (FAPERJ)

O presente artigo teórico tem o objetivo de tecer reflexões sobre os processos que viabilizaram a consolidação de identidades nacionais, como a brasileira, e quais as implicações destes processos de manutenção entre povos afro-brasileiros. Para tanto, abordaremos aqui alguns direcionamentos conceituais sobre nação pensados por intelectuais das ciências humanas. Após isto, aprofundaremos esta discussão trazendo esta questão para o projeto de nação articulado pensado para o Brasil. Assim, trataremos o caso da Comunidade dos Arturos, Contagem (MG) que, assim como outras comunidades negras, desenvolveram suas redes de sentidos e de identidades por meio de memórias compartilhadas entre seus pares e dedicação em, ainda nos dias atuais, manter práticas e saberes de seus antepassados negros. Ou seja, a manutenção de suas memórias constituem uma importante estratégia de sobrevivência cultural negra, apesar da homogeneidade cultural proposta pela identidade nacional. Este artigo foi produzido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS) como instrumento de conclusão da disciplina Memória, Cultura e Sociedade no Brasil (PPGP0017), ministrada pelos professores Dr^a Mônica Martins e Dr^o Thiago Reis. O texto integra pesquisa de dissertação que dedica-se a pensar o registro de Patrimônio Cultural de Minas Gerais (IEPHA) recebido pela Comunidade, e os modos que os cantos entoados na Festa de Nossa do Rosário são descritos ao longo destes documentos.

O TARDIO RECONHECIMENTO DO TERREIRO DO EGITO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO ESTADO E OUTRAS PROVIDÊNCIAS: DÍVIDA PÚBLICA OU COMPENSAÇÃO?

Ariana Romão dos Reis (TecNews)

O trabalho analisa notícias dos portais da Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e do Jornal Pequeno que tratam do reconhecimento do Terreiro do Egito como patrimônio cultural imaterial do estado do Maranhão e de serviços públicos disponibilizados à Comunidade do Cajueiro após o acontecimento mais traumático sofrido pela comunidade: a execução de reintegração de posse em favor da TUP Porto São Luís, antiga WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais, e a consequente expulsão de moradores de mais de 20 propriedades para a construção de um porto privado chinês. O Terreiro do Egito, lugar historicamente considerado sagrado por muitos praticantes do Tambor de Mina, religião afro-brasileira popular no Maranhão, está localizado na área que corresponde à Comunidade do Cajueiro. Sua origem remonta ao séc. XIX e foi um importante local de realização de rituais e festas pelos líderes religiosos através de gerações, até meados da década de 1970, quando se tornou inativo. O Terreiro do Egito iniciou muitos líderes que, mais tarde, estabeleceram seus próprios terreiros na cidade de São Luís. A demanda pelo reconhecimento do Terreiro do Egito como patrimônio cultural pelo Estado tomou força com as ameaças que os moradores da comunidade sofreram, porém tal reconhecimento só ocorreu legalmente após a supracitada reintegração de posse. Os serviços públicos historicamente precários prestados à porção sudoeste da Ilha, onde se situa o Cajueiro, são de obrigação do Estado e têm sido usados como espécie de compensação pelos setores público e privado para amenizar os efeitos e a repercussão do ato truculento. Ao todo são analisadas 2 notícias do portal do SEDIHPOP e 4 notícias do Jornal Pequeno, jornal maranhense de grande repercussão na capital São Luís e que completa 70 anos em maio de 2021.

PATRIMONIALIZAÇÃO, HEGEMONIA E JUSTIÇA: SOBRE SENTIDOS E USOS DO MARACATU DO BAQUE SOLTO

Guedes Ferreira de Lima (Universidade Federal de Goiás)

Este trabalho discute a dimensão político-epistêmica do reconhecimento da diferença, e faz isso por meio da análise do processo de patrimonialização do Maracatu de Baque Solto. Tal expressão cultural, de matriz fundamentalmente indígena, e de natureza religiosa e performática, é originária da Mata Norte pernambucana e foi inscrita como Patrimônio Imaterial pelo Iphan em 2014. Esta discussão enfatizará as disputas que buscaram fixar os sentidos tanto do que havia de ser reconhecido, quanto do que haveriam de ser os efeitos produzidos por sua elevação ao status de patrimônio. E, a partir disso, percebe-se que há uma relação direta entre tais significados e as agendas dos agentes que disputam o formato e o foco de tais políticas. Mais precisamente, entendemos que na medida que o Maracatu de Baque Solto não está assetando sob nenhum tipo de essência, é no plano da política e da linguagem que seus significados são constituídos. Mais ainda, estes nunca estão desassociadas de questões substanciais relacionadas às agendas tantos de seus detentores, quanto do Mercado, do Estado e dos demais atores sociais envolvidos com a sua patrimonialização. Neste sentido, serão observados como alguns agentes do campo patrimonial manejaram os sentidos da patrimonialização de forma a produzir uma política que contemplasse usos e significados específicos do Maracatu de Baque Solto (ligados a uma lógica econômica da espetacularização e do turismo); e como o desejo dos seus detentores associou ao reconhecimento uma certa noção de justiça que implica o alcance de outros direitos (para além da visibilidade). Na medida que a questão, então, reside nos deslocamentos epistêmicos que redefinem o que vem a ser patrimonializar e reconhecer, este trabalho evidencia que mais do que meramente reivindicar políticas patrimoniais, há de se disputar os sentidos da patrimonialização de forma a que esta não se reduza a um expediente de legitimação da lógica hegemônica que permeia os usos da cultura.

PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO EM LAGUNA – SC: DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E PODER PÚBLICO

Juliana Regazoli (Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina)

Esta comunicação tem por objetivo refletir sobre a atuação da sociedade civil na relação com o poder público nas reivindicações para o fomento de políticas de patrimônio afro-brasileiro, a partir do Fórum Setorial de Cultura Afro-brasileira, ligado ao Conselho Municipal de Políticas Culturais de Laguna – SC. Esta construção colaborativa se deu a partir de 2017, com o I Fórum Setorial de Cultura Afro-brasileira que reuniu agentes culturais, movimentos sociais e representantes das comunidades de religiões de matriz africana, para a construção de um documento com as demandas do segmento que foi entregue à Fundação Lagunense de Cultura em 2018. Entre as reivindicações apresentadas, o fomento e preservação do patrimônio negro/afro-brasileiro ganhou destaque por se tratar de uma cidade histórica que ainda narra sua história oficial a partir da ótica do colonizador, em detrimento das memórias e da participação dos africanos e seus descendentes na constituição da cidade. Em 2019, na 17ª Semana Nacional de Museus, na mesa “Visibilidade e Presença Negra no Museu”, como Conselheira da Setorial de Cultura Afro-brasileira apresentei as “Perspectivas sobre a Memória Negra em Laguna”, que culminou na proposição de um edital para a construção de um acervo expográfico no Museu Histórico Anita Garibaldi sobre a presença negra neste território. Reconhecendo que a constituição das políticas de patrimônio e de memória são um campo de disputa e relações de poder, a partir de uma perspectiva negra decolonial para a implementação das Políticas de Patrimônio Cultural na intersecção com o segmento da Cultura Afro-brasileira, considero fundamental o fortalecimento do diálogo entre os agentes do poder público e da sociedade civil, orientados pelos Planos Nacionais de Cultura e Educação, visando efetivar em âmbito municipal as políticas propostas nos documentos nacionais para o patrimônio, a cultura e as relações étnico-raciais afro-brasileiras.

PATRIMÔNIO E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: RECONHECIMENTO E LUTA CONTRA O RACISMO

Otair Fernandes de Oliveira (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

A transformação das referências culturais dos afro-brasileiros em patrimônio nacional é recente e resulta do processo de democratização do estado e da sociedade, decorrente da luta por direitos e pela cidadania em nosso país. A partir de meados da década de 1980, se evidencia um movimento crescente de casos de solicitação ao IPHAN, de processos visando à proteção e salvaguarda de bens culturais vinculados a população negra. O reconhecimento dessas referências culturais possui sentido, significado e importância singular para os seus sujeitos detentores, que ao longo da política pública de patrimônio foram invisibilizados, ocultados, marginalizados historicamente sob a lógica do racismo estrutural que preside as relações institucionais desde a formação da nação brasileira. Nesta, a constituição de políticas públicas visando a preservação de uma cultura ou parte dela é uma operação política e, portanto, ideológica, onde o processo de escolha e eleição de bens culturais privilegiou determinados grupos e etnias “representativos da identidade nacional” a partir dos valores civilizatórios dos colonizadores europeus, definidos pelo Estado e que envolveu agentes (técnicos e gestores), intelectuais (universidades) e instrumentos jurídicos específicos na delimitação de um conjunto de bens no espaço público. Diante este contexto histórico, o que significa reconhecer como patrimônio uma cultura fruto da diáspora africana e da escravidão negra, dinâmica, de (r)esistência, cuja trajetória é marcada pela luta contra o racismo e por perdas e prejuízos históricos? Mais ainda, como reconhecer como patrimônio uma cultura que se renova, preserva, inventa e reinventa, a partir da tradição como fonte de saber e identidade? Essas, dentre outras questões, motivam o presente estudo, que se propõe analisar o processo de reconhecimento das referências culturais afro-brasileiras como patrimônio cultural na perspectiva do combate ao racismo, isto é, das políticas de ação afirmativa.

PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE TRAFICANTES DE JESUS

Luís Cláudio de Oliveira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Paulo Henrique Menezes da Silva (GEPCAFRO)

O objetivo neste artigo é refletir sobre formas adotadas por Terreiros na região da Baixada Fluminense-RJ para se contraporem às práticas consideradas como racismo religioso ou intolerância religiosa, especialmente à violência das quadrilhas de criminosos aludidos como traficantes de Jesus. Com base na cobertura jornalística e em entrevistas, apresentam-se algumas características dos crimes cometidos contra o patrimônio material e imaterial resguardados nos terreiros, com ênfase nas agressões perpetradas por bandos armados. Evidencia-se como a atual mobilização dos Terreiros para a defesa contra as agressões tem ressonância nos anos 1980-90, quando foi estabelecida uma aliança política inédita entre Terreiros e movimento negro. É apresentado o caso de um Terreiro em Guapimirim, o Ilé Àṣẹ̀ Èbùn Şango Fún Mi, onde funciona a sede da Sociedade da Mulher Guerreira, que realiza projetos sociais epistemologicamente afrocentrados, tornando-se referência para essa luta.

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO SAMBA: DO LARGO DA PRAINHA À PEDRA DO SAL - RIO DE JANEIRO/RJ

Helena Vianna de Carvalho Rodrigues

A revitalização de áreas centrais das grandes cidades muitas vezes traz efeitos colaterais de súbita valorização imobiliária e redefinição do zoneamento, expulsando suas populações originais e descaracterizando seus locais de convivência. Este artigo apresenta um projeto que trilha o caminho inverso: respeitando a história de um bairro portuário e a vida de seus habitantes nos locais atuais, busca valorizar as edificações e espaços ligados à origem do samba, para revitalizar, sem destruir, uma pequena área central do Rio de Janeiro. O trabalho expõe pesquisa realizada em sítio de relevante importância para a história nacional, ainda que constantemente ignorado pelo Estado. Aponta a necessidade de resgatar e reparar uma parte da dívida que a sociedade brasileira tem para com os descendentes de escravizados e sua ancestralidade. A mesma que ajudou a forjar a cultura nacional, embalada pelo samba e tudo o que ele traz consigo, começando pelo local de origem desta expressão cultural. O trabalho se desenvolve através de estudo histórico, cultural, morfológico, social e arquitetônico da área, incluindo o mapeamento dos dados necessários para fundamentar os diagnósticos e as propostas. Os resultados obtidos representam a base para a realização de planejamento e projeto de intervenção urbana, em pequena escala, bem como requalificação arquitetônica nas áreas e edificações em foco.

PRESERVAÇÃO, PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE: O CASO DO INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

Tania Maria da Silva A. de Almeida (Inst. Hist. da Câm. Mun. de Duque de Caxias)

O Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias foi fundado em 1973. Desde então, tem se destacado na guarda de acervo relacionado a Duque de Caxias e Baixada Fluminense. Entre os mais de 70.000 itens documentais, estão fontes de estudos obrigatórias para muitos pesquisadores, sendo um referencial significativo para a história, cultura e memórias da região. A partir de 2001, teve início a proposta de desenvolver projeto de preservação, a fim de que fosse realizado um trabalho sistemático e integrado de conservação e processamento técnico do acervo, visando os processos de higienização e a catalogação mais precisa das fontes, também objetivando atender as demandas de pesquisas. Essas ações configuraram-se como ponto de partida para a instituição integrar-se como fonte de estudo para temáticas relacionadas ao patrimônio, cultura, identidade e memória locais e regionais. Além disso, buscou-se marcar a importância dos itens documentais e do próprio espaço como elementos importantes na (re)construção das memórias, realizando-se também atividades relacionadas à história oral, como forma de preservar a questão patrimonial. Com a criação da Associação dos Amigos do Instituto Histórico, objetivou-se incentivar maior participação dos setores organizados da sociedade e, conseqüentemente, promover maior divulgação do órgão. Entidade sem fins lucrativos, a Associação reforça no seu estatuto, o estabelecimento de intercâmbio com outras associações e entidades afins e o incentivo à integração cultural com a comunidade. Em parceria com a ASAMIH, o Instituto Histórico da CMDC publica, desde 2002, a Revista Pilares da História, instrumento de divulgação da história e cultura de Duque de Caxias e da região da Baixada Fluminense. Um questionamento que tem se colocado, nestes tempos atuais, é como dar continuidade da premissa principal daquele projeto de 2001: preservar o acervo documental e recuperar a memória cultural, para melhor divulgar a história regional.

PRETINHOS DO MANGUE, CURRAL DO PIÇA E AS CURUÇAENSES: DISCURSOS DE RESISTÊNCIA NO CARNAVAL AMAZÔNICO DE RUA DO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ / PA

Maria Roseli Sousa Santos (Universidade do Estado do Pará)
Felipe Augusto Lima de Lima

Este artigo traz resultado da pesquisa do Projeto de Iniciação Científica - UEPA, em sua fase avançada e tem como objeto de pesquisa o carnaval de rua amazônico curuçaense com foco em três blocos populares: “Pretinhos do mangue”, “Curral do Piça” e “As curuçaenses” que trazem seu conteúdo e enredo centrado em discurso pautado em crítica ambiental e social. Os Pretinhos do Mangue centram-se na questão extrativista do município de Curuçá como preservação do meio ambiente na época do defeso; os brincantes do bloco Curral do Piça chamam a atenção para o lixo e seu descarte incorreto, da poluição pelas garrafas pets, pneus e vários outros tipos de objetos. Representam um amalgama de manifestações culturais e crítica á luta pelo respeito e dignidade da diversidade das identidades locais. Traçados metodológicos intencionam conhecer o conteúdo dos discursos dessas manifestações culturais e seus impactos e realizar a cartografia dessas resistências, seus processos de organização, mobilização e suas implicações históricas e sociais. Recorremos à pesquisa teórica e etnográfica, e em função do período pandêmico – COVID 19, produção de dados em formulário em plataforma digital online.

PROCESSO DESIGUAL DAS POLÍTICAS DE PATRIMONIALIZAÇÃO NO BRASIL: BENS DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Ana Carolina Ramos (Colégio Objetivo)

Quando buscamos abordar as políticas patrimoniais no Brasil é necessário fazer uma reflexão sobre o percurso dessas no processo de valorização patrimonial até o presente momento. Ao analisar as políticas voltadas para o reconhecimento de patrimônios afro-brasileiros percebemos uma lacuna conceitual e metodológica para enquadrar os bens materiais e imateriais. Essa dificuldade teórica e metodológica nos permite constatar as desigualdades quantitativas na preservação de bens afro-brasileiros. A Constituição de 1988 foi um importante momento para alargar o conceito de bens culturais e naturais que deveriam ser preservados, contudo na prática verifica-se cada vez mais a valorização de lugares, edifícios etc., com um valor rentável para o mercado imobiliário ou turístico. De fato, a preservação de bens pode ser altamente requisitada pelo mercado – quando existe um interesse econômico por detrás da valorização– ou indesejado quando essa preservação se coloca do lado oposto ao dos interesses do mercado. Quando analisamos as políticas patrimoniais do Brasil até a década de 1980, percebemos que o pensamento colonial culminou com a falta de valorização de bens ligados a outros grupos que não fossem o da elite europeia. O apagamento da memória de referenciais indígenas, afro-brasileiros, imigrantes etc., está ligado diretamente a uma valorização da monumentalidade e de referenciais europeus. Ao tratar da valorização de bens ligados a cultura afro-brasileira temos que refletir sobre o papel do pensamento colonial que orientou as políticas públicas brasileiras no processo de valorização patrimonial e, como esse pensamento implica na dificuldade de patrimonializar qualquer referencial que não se enquadre na tipologia que ainda guarda referenciais da cultura europeia. O presente trabalho busca fazer uma reflexão acerca da preservação de patrimônios afro-brasileiros, no sentido de mostrar as contradições que ainda persistem nas políticas patrimoniais no Brasil.

SACI PERERE – REPRESENTAÇÕES E MANIPULAÇÕES DE SIGNIFICADOS DE UM MÍTO AFRO-BRASILEIRO

Elaine Pereira Rocha (University of the West Indies)

Este ensaio propõe uma releitura do trabalho de Monteiro Lobato, “O Saci-Pererê: Resultado de um Inquérito”, publicado em 1918, que constitui o primeiro trabalho de peso sobre o mito do Saci, aliado a uma análise das transformações de sentido da imagem e do simbolismo da figura do Saci, de demônio a espírito brincalhão, de figura de assombração a símbolo de resistência. Publicado 30 anos após a abolição, o inquérito lançado pelo escritor através das páginas do jornal O Estado de São Paulo provocou respostas permeadas com memórias do período escravista, contadas por pessoas de origens diversas, ainda que não pelos negros. O próprio Monteiro Lobato afirma que a lenda do Saci Pererê, ainda que muitos atribuam sua origem a um mito indígena, se construiu sobre eventos da escravidão refletindo sua crueldade, na figura de um menino que vaga pelos caminhos pulando numa perna só. Adotado pela mídia principalmente a partir de inícios dos anos 1970, quando o programa infantil “Sítio do Pica Pau Amarelo” popularizou a obra de Monteiro Lobato, o Saci foi transformado em companheiro de brincadeiras, ganhou história em quadrinhos e outras mídias. Nesta análise, interrogo se a popularização do mito minimizou o papel da memória da escravidão e da resistência, comparando-o a outras representações de figuras Negras brasileiras, como São Benedito, a escrava Anastácia e Chica da Silva, cuja popularidade também cresceu durante o século XX, passo a passo com a resistência ao racismo no Brasil.

TERREIRO BATE FOLHA: A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO NEGRO DO CANDOMBLÉ NA BAHIA

Carla Maria Ferreira Nogueira (Universidade Federal da Bahia)

Discutir a salvaguarda do patrimônio na perspectiva interna, de compreensão da vida da comunidade de terreiro, faz parte de um recorte vinculado à pesquisa de doutorado que pensa as relações entre material e imaterial no processo de preservação do legado negroafricano no candomblé Congo-Angola do Terreiro Bate Folha. O contexto simbólico e religioso do candomblé nos mostra importantes caminhos de proteção, cuidado e manutenção de manifestações culturais negras que ampliam o debate em torno das políticas de patrimônio no Brasil, trazendo possibilidades de propostas integradoras de desenvolvimento de práticas disruptivas aos modelos vigentes de pensamento. Deste modo, a experiência de pesquisa no Bate Folha e a vivência enquanto filha da Casa, auxiliam a pensar nos desafios de superação da gestão de políticas pautadas na uniformidade institucional em detrimento da heterogeneidade nacional. Por meio da metodologia participativa de proposição interdisciplinar valoriza a memória, o pertencimento e as contribuições do terreiro, enquanto patrimônio cultural brasileiro, como espaço social e de política de identidade, sobretudo, nas potencialidades demarcadas na consolidação da cosmologia do sistema religioso afro-brasileiro.

VALORIZAÇÃO ÉTNICA, HISTÓRICA E TURÍSTICA NO TERRITÓRIO INTERIORANO

Fabricio Rodrigo de Almeida Souza (UNI PROMINAS)

Uma análise sobre a importância do patrimônio indígena, das tribos do Puris, no território da Vila da Fumaça em Resende RJ com a perspectiva de propor um desenvolvimento turístico sustentável e pedagógico, trabalhando também a autoestima da população fixa e instruindo turistas, excursionistas e visitantes para intensificar o respeito ao índio e descendentes. Uma análise sobre a importância do patrimônio indígena, da tribos do Puris, no território da Vila da Fumaça em Resende RJ com a perspectiva de propor um desenvolvimento turístico sustentável e pedagógico, trabalhando também a autoestima da população fixa e instruindo turistas, excursionistas e visitantes para intensificar o respeito ao índio e descendentes. Uma análise sobre a importância do patrimônio indígena, da tribos do Puris, no território da Vila da Fumaça em Resende RJ com a perspectiva de propor um desenvolvimento turístico sustentável e pedagógico, trabalhando também a autoestima da população fixa e instruindo turistas, excursionistas e visitantes para intensificar o respeito ao índio e descendentes.

07 A 11 DE JUNHO DE 2021
ciipc2020.rj.anpuh.org

III CONGRESSO INTERNACIONAL
E INTERDISCIPLINAR EM
PATRIMÔNIO CULTURAL:
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO,
EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR- NOVA IGUAÇU
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

GT 09. Patrimônio e Gastronomia

Dolores Martin Rodrigues Comer (LEER /USP)
Miriam de Oliveira Santos (PPGCS/UFRRJ)

Caderno de Resumos

III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural:
Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio

Elis Regina Barbosa Angelo (org)
Editora Cravo, Porto, Portugal
ISBN 978-989-9037-12-0

205

A COZINHA DE HERANÇA ITALIANA: CULTURA, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Silvana Azevedo de Almeida (Universidade de São Paulo)

A cozinha é um instrumento de identidade cultural e, na nossa relação cotidiana com o alimento, as nossas escolhas e predileções refletem o lugar que ocupamos na sociedade. Ou seja, a cozinha tem um papel social-emocional muito importante na vida dos imigrantes e foi fundamental para a construção da identidade do imigrante italiano mundo afora. Os sabores e os hábitos alimentares da Itália começaram a chegar em São Paulo de forma mais representativa a partir do final do século XIX, quando os italianos desembarcaram em massa no porto de Santos. Eles trouxeram um repertório cultural particular e ingredientes até então desconhecidos pela maior parte da população brasileira. Diante de uma sociedade tão diversa, os imigrantes viram na culinária uma maneira de preservação da própria identidade. Assim como a língua, a cozinha evidencia uma identificação cultural e a comida, muitas vezes, carrega o sentimento de pertencimento de uma comunidade, revela o valor social, sinaliza a origem e os laços afetivos de quem a consome e traz imbricadas memórias e costumes. A proposta da comunicação “A cozinha de herança italiana: cultura, memória e identidade” parte de testemunhos de uma pequena amostra de imigrantes italianos que deixaram o país de origem por amor, melhores oportunidades e/ou pelo sonho de dias felizes. Em comum, eles revelaram a dificuldade de sobrevivência em localidades diferentes da pátria-mãe e do papel da culinária enquanto testemunha do passado, meio de preservação da própria história de vida, língua e costumes. Este trabalho também pretende apresentar resultados de uma pesquisa de doutorado em andamento, cujo objetivo é identificar o papel dos imigrantes italianos no processo de formação do cardápio e do gosto dos brasileiros à mesa, refletindo a italianidade presente culinária brasileira, sobretudo na cozinha paulistana.

A COZINHA ÉTNICA EM SÃO PAULO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE

Dolores Martin Rodriguez Corner (PUC-SP)

Com a presença expressiva de diversos grupos emigratórios vindos em várias levas para a cidade de São Paulo, fato que enriqueceu o seu Patrimônio cultural e a transformou em uma das capitais mundiais da gastronomia, pela variedade de sabores apresentada em seus restaurantes. Tendo eles se agrupado em bairros, estes se transformaram em territórios de sua cultura numa exposição da dança, dos costumes e especialmente de sua cozinha. O bairro da Liberdade congrega os asiáticos, japoneses e chineses, incluindo as lanternas vermelhas nas ruas, quitandas e armazéns de produtos alimentícios e lojas de artefatos diversos. Aos fins de semana uma feira tradicional se forma em sua praça e ruas atraindo a muitos. O antigo bairro do Bexiga escolhido pelos italianos, possui milhares de cantinas e em suas igrejas as festas tradicionais com danças e a cozinha italiana, já fazem parte do calendário turístico. Em seus restaurantes é possível provar de uma variedade de cozinhas étnicas, regionais, nacionais e estrangeiras, sem a necessidade de viajar.

A RELAÇÃO DA GASTRONOMIA COM O TURISMO: UMA DÉCADA DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE BACHARELADOS E LICENCIADOS EM TURISMO DA UFRRJ

Cristiane Mesquita da Silva Gorgonio (UFRJ)

O resgate das influências históricas corrobora para elucidar identidades e aspectos culturais da sociedade, e os hábitos alimentares, gostos e preferências se relacionam diretamente com as escolhas alimentares dos turistas. A gastronomia se conecta a fatores do passado e do presente, a cultura, religião, ambiente, sensorialidade, entre outros, e caracteriza o local e sua população. Embora ainda não seja considerada um segmento turístico, constitui-se fundamental ao crescimento divulgação de sabores e saberes locais. Estes e outros aspectos devem ser estudados e discutidos de forma a colaborar positivamente com o turismo e a valorização da gastronomia. Este estudo propôs analisar os trabalhos de conclusão de curso (TCC) elaborados pelos alunos de licenciatura e bacharelado em turismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro entre 2010 e 2020, disponíveis na plataforma TED (Turismo e educação). Foram selecionados cerca de 16 trabalhos relacionados a gastronomia e que apresentavam festivais gastronômicos, preparações culinárias e bebidas típicas, ingredientes, aspectos históricos e culturais. Estes trabalhos, aplicaram como metodologia o levantamento documental e/ou estudo exploratório descritivo e 3 aplicaram ainda questionários ao público-alvo. Dentre os assuntos abordados, de forma não excludente, observou-se que todos incluíram aspectos culturais e históricos, 2 versaram sobre a identidade gastronômica das regiões brasileiras, 4 trataram sobre a gastronomia em municípios da região central do Rio de Janeiro, 9 sobre a gastronomia em cidades distantes das regiões centrais do Rio de Janeiro, 12 apresentaram pratos típicos regionais ou locais e 1 bebidas, e 6 apresentaram festivais gastronômicos. É ampla as oportunidades de estudos relacionados a gastronomia e o turismo. Sugere-se que mais estudos de campo sejam realizados para que se permita conhecer as fraquezas e as oportunidades relacionadas a gastronomia a fim de que haja fortalecimento deste segmento.

CASA DE FARINHA RIBEIRINHA: ANALISANDO O POTENCIAL CULTURAL DA MANDIOCA A PARTIR DO TURISMO E DA HOSPITALIDADE

Luana Budel (Faculdade Método de São Paulo)

Valéria Ferraz Severini (Universidade Anhembi Morumbi)

O sistema culinário da mandioca está atrelado a uma vasta e rica cultura que remete às origens e tradições nacionais. Apesar da existência de um registro sobre o “Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro”, a complexidade da casa de farinha ribeirinha não consta oficialmente nos inscritos dos Livros de Registro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A falta de uma política de proteção e preservação para a cultura ribeirinha da mandioca coloca em risco a continuidade da tradição das farinheiras que têm neste conhecimento sua fonte de subsistência, fator de identidade e autoestima. O presente artigo tem como objetivo destacar a importância dos saberes e práticas alimentares das casas de farinha ribeirinhas e alertar para a necessidade do seu registro como patrimônio imaterial cultural brasileiro, salvaguardando e fomentando tal tradição no contexto da hospitalidade no turismo de base comunitária. Nesse sentido explora como o turismo de base comunitária pode reforçar o processo econômico e socioeducativo dessa cultura, a partir da atuação das mulheres anfitriãs da comunidade ribeirinha de Mangabeira (Pará) no acolhimento de turistas durante a hospedagem e o processo de produção do tradicional “beiju de massa com castanha”. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, desenvolvida a partir de um estudo de caso centrado nessa comunidade, e utilização de visitas “in loco”, observação participante e entrevistas abertas. Teoricamente, a pesquisa se fundamenta em estudos de caráter multidisciplinar relacionados ao patrimônio cultural, turismo, dívida e hospitalidade. Os resultados iniciais indicam uma mudança significativa no comportamento das mulheres da comunidade que passam a se sentir “empoderadas” e orgulhosas do seu trabalho, além da aceitação e reconhecimento do trabalho do instituto no âmbito do turismo de base comunitária na comunidade.

COMIDA, FRONTEIRAS E PERTENÇAS: O BOLO DE ARROZ

Regiane Caldeira (Universidade do Estado de Mato Grosso)
Maria Inês Rauter Mancuso (Universidade do Estado de Mato Grosso)

Este texto tem, como objetivo, demonstrar que o bolo de arroz é um quitute de múltiplas pertencas, isto é, que é encontrado sob o atributo de “típico” em vários lugares. Busca-se também discutir a possibilidade da condição de típico, o que, de alguma forma explicita algo que as pessoas encontram nele que as permitam reconhecer como de seu pertencimento afetivo. Busca-se ainda apresentar a produção do bolo de arroz em Mato Grosso que é realizada tradicional e basicamente por mulheres. O bolo de arroz que foi reconhecido oficialmente, em 2017, como patrimônio de Cuiabá e de outros locais do Mato Grosso, está presente, sob essa denominação, em outros países. Por essa razão pode ser classificado como um quitute de múltiplas pertencas e representações. As diferenças entre as produções se pautam nas maneiras pelas quais os indivíduos se apropriaram dos recursos disponíveis (materiais e imateriais) e os transformaram em comida. Nessas diferenças pode-se encontrar as fontes da tipicidade. No Japão, China, Tailândia, Filipinas, Korea, Vietnã, Portugal, Itália, Bolívia, Brasil, o bolo de arroz é produzido e consumido em dias ordinários e não ordinários. Esses foram escolhidos como exemplos, dada a disponibilidade de informações na internet, em especial blogs identificados pela busca no Google imagens, utilizando as palavras: “bolo de arroz” e “rice cake”. Desses países, porém, apenas Bolívia e Brasil tem a mandioca como componente básico da massa. A comida ao mesmo tempo que constrói pertencimentos, estabelece fronteiras. Ainda que, os ingredientes sejam similares, quando não os mesmos, as formas de fazer, os significados, os sujeitos que preparam e comem conferem saberes e sabores únicos a esta comida, como no caso do bolo de arroz.

DESARRAIGO DE SI: RECONSTRUINDO MEMÓRIAS ENTRE COLOMBIANOS REFUGIADOS NO SUL DO BRASIL POR MEIO DA COMENSALIDADE

Diana Patricia Bolaños Erazo (Universidade Federal de Santa Maria)

Maria Catarina Chitolina Zanini (Universidade Federal de Santa Maria)

Na presente proposta objetivamos, partindo das vozes de Dario e sua família, uma família de refugiados colombianos moradores de Santa Maria, RS, analisar as estratégias usadas para reconstruir e negociar as lembranças e memórias do país de origem, tendo como eixo central o vínculo entre o interlocutor principal e as lembranças e ensinamentos culinários transmitidos pela sua mãe, e concretizados na reprodução doméstica da cozinha “tradicional” colombiana em Santa Maria, RS. O argumento principal perpassa não apenas as sociabilidades que a comensalidade produz e possibilita, mas, também, o fato de cozinhar comida étnica como uma forma de atualizar a identidade nacional colombiana, criando novas memórias para os alimentos servidos à mesa, uma vez que, muitas vezes, eles estão vinculados à dor do exílio. Para criar tais estratégias, os migrantes e refugiados se apoiam nas redes sociais criadas por meio da mobilidade, na qual circulam afetos, lembranças, silêncios e esquecimentos.

FOI ESSA LAMA QUE ENGOLIU A MINHA COMIDA: UM ESTUDO DE CASO DA CULTURA ALIMENTAR DA VILA DE REGÊNCIA AUGUSTA-LINHARES (ES)

Camila Claudete Toledo Zanetti (Universidade Vila Velha)

No âmbito do neoextrativismo apreendido dentro de uma cadeia de produção global do minério de ferro no Brasil, esta comunicação centra-se sobre o impacto do rompimento e extravasamento da barragem de Fundão em Mariana (M.G.). Traz-se os desdobramentos dos impactos deste desastre-crime, sobre a cultura alimentar da comunidade de pescadores tradicionais da vila de Regência Augusta, situada na foz do Rio Doce em Linhares (E.S.), em decorrência da proibição da pesca em seu território. Este artigo procura compreender as transformações ocorridas na cultura alimentar, e no patrimônio cultural imaterial dos saberes e fazeres desta culinária, partir das escolhas e posicionamentos dos moradores da Vila. É utilizada a perspectiva do dinamismo das práticas sociais, na busca da compreensão das ressignificações, reinvenções e mesmo alterações do modo de vida tradicional para trazer à tona elementos adjacentes ao desastre. Ao abordar o caso destes pescadores, aplicamos o paradigma da resiliência e adaptação para avaliar a resposta do grupo no pós-desastre. Foi feito levantamento documental e de registros históricos desta comunidade, bem como observação de campo e entrevistas com os sujeitos de pesquisa. Partindo de um cenário de resistência histórica em função das pressões do desenvolvimento e da expansão urbana, e da forma como estas pressões confrangeram estes atores, que tinham a pesca não só como uma das principais atividades econômicas, mas também como agente organizadora de diversas dimensões da vida social e de territorialidade, norteando hábitos alimentares, festividades, e contribuindo para a formação de identidade coletiva. A alimentação de igual forma, é permeada por aspectos simbólicos, relacionados com as experiências que os indivíduos incorporam no decorrer da sua existência, e a partir destas se formam gostos e singularidades de uma cozinha, como elemento constitutivo do imaginário social e parte de seu patrimônio cultural e imaterial.

O BOLO DE ROLO: A RESSIGNIFICAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO IMATERIAL NA ECONOMIA PERNAMBUCANA

Sandra Simone Moraes de Araújo (UPE)

Tradição e modernidade são categorias centrais na composição deste trabalho, cujo objetivo é refletir sobre a ressignificação do bolo de rolo no contexto cultural pernambucano. Essa iguaria se tornou um patrimônio imaterial do Estado de Pernambuco, a partir da publicação da Lei Estadual 13.436/2008, e se encontra presente nos cardápios dos importantes cafés e restaurantes das cidades ou à venda em feiras livres, bodegas etc. É um produto que movimenta a economia local, principalmente no setor de eventos e turismo. Esse bolo se constitui por uma massa de pão de ló, organizada em finas camadas assemelhando-se a um rocambole, e recheada com doce de goiaba. No entanto, atualmente, a sua forma original vem sendo modificada, não só no que diz respeito ao sabor do recheio, mas também na maneira de apresentação. Pensar sobre a relação entre as mudanças e as permanências de uma receita tradicional é refletir sobre a ressignificação do seu uso nas relações culturais contemporâneas e evidenciar o entrecruzamento da tradição com a modernidade. Ao pesquisar sobre o bolo rolo na atividade econômica pernambucana, compreende-se que este produto, embora venha sofrendo modificações, continua presente no cotidiano das coisas do povo e expressa a tradição dos saberes populares transmitidos de geração em geração.

O DOCE PÉ DE MOLEQUE DE PIRANGUINHO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS: ENTRE OS SABERES DA MEMÓRIA E AS PRÁTICAS SOCIAIS

Lucas Inácio Rodrigues (Prefeitura Municipal de Maria da Fé/MG)

O estudo se constitui sobre a relação presente entre os saberes/fazeres da memória e as práticas culturais no processo produtivo da confecção e venda do doce pé de moleque no município de Piranguinho/MG, suas influências na construção da identidade local, na sociabilidade e nos processos de geração de renda. A justificativa desta pesquisa se dá por meio da aprovação da Lei nº 18.057 de 2009, em âmbito estadual, que declara Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Minas Gerais o processo artesanal de fabricação do doce denominado Pé de Moleque produzido no município em questão. Por meio das ações de salvaguarda do bem registrado a “Festa do Maior Pé de Moleque do Mundo” é um dos principais atrativos do local, influenciando na visibilidade regional que o município detém. Objetiva-se, por meio das análises da lei e pelas ações dos gestores públicos e empreendedores locais, compreender as influências que a oficialização exerce sobre o processo de desenvolvimento local. Do ponto de vista metodológico, foi realizada uma pesquisa de campo por meio de entrevistas, visitas de observação, registro fotográfico, levantamento de documentos oficiais e públicos, leis e jornais. Espera-se, além do entendimento sobre o processo de fabricação do doce, a importância na identidade local e na questão da geração de renda, organizar informações que possam auxiliar o rumo dos produtores locais e do poder público.

OLHA O MATE! A TRADIÇÃO CARIOCA COMO PATRIMÔNIO

Jacqueline Lobo de Mesquita (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Patrícia Serrão

Declarados Patrimônio Cultural Carioca desde 2012, os vendedores ambulantes que vendem Mate, Limonada e Biscoito de Polvilho nas praias cariocas, destacam-se nas areias pelos galões que carregam nas costas. O decreto nº 35179 de 02 de março de 2012, tornou a atividade como patrimônio, mas não os produtos que são reconhecidos pelos cariocas como “a cara do rio”. Talvez o que a prefeitura tenha querido tombado seja a experiência de beber mate e comer biscoito de polvilho na areia da praia, contemplando o mar. O biscoito Globo e o mate de galão com direito à “chorinho” são bastante tradicionais, mas no Brasil ainda há uma relutância em patrimonializar a gastronomia. No município do Rio de Janeiro os bens tombados incluem bares e restaurantes tradicionais à torcidas e times de futebol, passando por músicas e procissões, mas não contempla especificamente nenhum bem gastronômico. O objetivo desse artigo é discutir os limites e possibilidades da patrimonialização e as dificuldades que ocorrem quando os patrimônios culturais são gastronômicos. A metodologia utilizada será a revisão bibliográfica, iconográfica e documental, complementada por entrevistas.

PASTEIS DE BELÉM: TRADIÇÃO E PATRIMÔNIO EM PORTUGAL. INOVAÇÃO E MODERNIDADE NO BRASIL

Miriam de Oliveira Santos (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Inicialmente, a ideia de patrimônio estava ligada a transmissão de linguagens e saberes, crenças e tradições, que passavam de geração em geração. Com o tempo o conceito de patrimônio alargou-se e passou a englobar bens materiais e imateriais, de interesse coletivo. Nas últimas décadas as questões patrimoniais têm ganho destaque, especialmente as relacionadas ao patrimônio cultural, não qual se enquadra a gastronomia, sobretudo por sua ligação com o turismo cultural. O objetivo dessa comunicação é comparar a maneira como são divulgados e vendidos os pasteis de nata no Brasil e em Portugal. Em Portugal o pastel de nata pode ser encontrado em todo o país, mas a receita original é um segredo exclusivo da Fábrica dos Pastéis de Belém, em Lisboa, onde tradicionalmente, são comidos quentes, polvilhados de canela e açúcar em pó, seguindo uma receita já secular. O Pastel de Belém foi eleito em 2011 uma das 7 Maravilhas da Gastronomia de Portugal. Se em Portugal o doce é sempre o mesmo: uma casquinha de massa folhada recheada com creme, no Brasil nem doce ele precisa ser. Encontramos pastéis de nata de bacalhau, de chocolate, de banana, de maçã e muitos outros sabores. A metodologia utilizada nesse trabalho foi a revisão bibliográfica e documental e como principais resultados podemos apontar que, ao contrário do que acredita o senso comum, as tradições culturais transformam-se constantemente. Não são estáticas nem imutáveis e mesmo quando se mantêm através do tempo, seus significados costumam ser constantemente reelaborados. Acreditamos, que a cultura é um elemento reapropriado e que não pode ser pensado como uma totalidade teórica. Perder de vista o caráter processual da cultura é negar as transformações da sociedade

POR UMA LEITURA TERRITORIAL DO PATRIMÔNIO: ESTUDO DE CASO DAS TRADIÇÕES DOCEIRAS DE PELOTAS (RS)

Luciana de Castro Neves Costa (Universidade Federal de Pelotas)

A patrimonialização de referentes culturais alimentares parte de um movimento estimulado pela homogeneização de hábitos alimentares, e pela gradual dissociação entre local de produção e de consumo, que levou a valorizar, por outro lado, a vinculação entre cultura alimentar e território. A noção de patrimônio alimentar envolve, além dos alimentos, artefatos, espaços, práticas, representações e conhecimentos, resultado da ação continuada de grupos e comunidades. Tal compreensão nos convida a lançar um olhar sistêmico ao patrimônio, que articula não apenas questões identitárias, mas ainda ecológicas, políticas, econômicas, religiosas, de gênero, e que, ao mesmo tempo, indicam os desafios de sua salvaguarda. No Brasil, o primeiro registro de patrimônio imaterial constitui-se no ofício das paneleiras de Goiabeiras (ES), em 2002, inaugurando o instrumento e abrindo caminhos para a patrimonialização de outros bens relacionados com a alimentação, como o ofício das baianas de acarajé (BA), os sistemas agrícolas tradicionais do Rio Negro (AM) e das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (SP), as práticas associadas à produção de cajuína (PI), o modo artesanal de fazer queijo de Minas, nas regiões do Serro, das Serras da Canastra e do Salitre (MG) e, recentemente, as tradições doceiras de Pelotas e antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu/RS). A cidade teve uma importante parte de sua história vinculada aos elementos opostos porém interdependentes sal e açúcar, à produção de charque (carne bovina desidratada e salgada) e de doces, que, por sua vez, dialogam estreitamente com a configuração paisagística local, articulando o urbano e o rural por meio das tradições doceiras (doces de bandeja e doces coloniais). Na presente discussão, propõe-se a analisar de que forma as tradições doceiras de Pelotas articulam a leitura da cidade, bem como os desafios de implementação de políticas de salvaguarda de tais práticas.

PROJETO “ACAÇÁ – SABORES E ENCANTOS”: GASTRONOMIA COMO TEMA GERADOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Eliana Ferreira Costa Paixão (Fundação Casa)

Esse ensaio tem por objetivo refletir as propostas do Projeto “Açaçá Sabores e Encantos” cujas atividades foram desenvolvidas na zona leste/SP e multiplicadas em outros espaços periféricos. Para coleta de dados, foram analisados os seguintes registros: atividades enviadas para Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (SMC); relatos, entrevistas e avaliações presenciais e multimídias. O Projeto nasce da vivência dos saberes e fazeres, aqui elevados à conhecimento e a tecnologia desenvolvidos no Ilé Ìyá Ódò Àse Aláàfin Òyó, fundado há trinta anos, no bairro Vila Ré - São Paulo/SP; propôs o desenvolvimento de ações afirmativas e formativas em forma de workshop, integrando gastronomia, circularidade, oralidade, musicalidade e corporeidade, em prol de fortalecer a visibilidade social, o diálogo inter-religioso, difundir a diversidade e pluralidade brasileira, culminando no estabelecimento de relações sociais pacíficas. As atividades iniciaram-se em 2017, ampliadas em 2018 quando foi contemplado na 2ª edição do Fomento Cultura à Periferia da SMC. Priorizamos a reflexão da oficina gastronômica do Açaçá: alimento a base de milho de canjica branca, leite, açúcar e coco, envolto em folha de banana sob a forma triangular, cujas dobras definem o formato e acrescenta ludicidade a oficina. Paralelo à confecção do alimento, acrescentamos sua denominação e influência no universo sagrado, relacionando a importância de alimentar o sagrado (oferendas) e alimentar à comunidade (partilha). Como proposta central deste estudo, pretendemos levar ao conhecimento público os desdobramentos e resultados qualitativos e quantitativos, possibilitando nossa projeção no território e no circuito artístico, consequentemente nosso amadurecimento, assim como promoveu, aos atendidos, reconhecimento e pertencimento à diversidade cultural afro-brasileira.

TRADIÇÕES ALIMENTARES E FESTIVAIS GASTRONÔMICOS MINEIROS

Monica Dias Batista (Universidade Anhembi Morumbi)

A gastronomia tem sido considerada um dos principais motivos que levam turistas a conhecer determinadas regiões por meio dos seus festivais gastronômicos. Por apresentarem produtos típicos, tais festividades contribuem diretamente para a conexão do visitante às tradições culinárias locais, notada pelo número crescente de eventos em Minas Gerais. Por meio de um levantamento realizado, foram identificados 20 festivais gastronômicos do estado e suas respectivas iguarias comercializadas. Observou-se que possuem como tema principal a iguaria que simboliza a cidade e, conseqüentemente, traços característicos da região, de seu povo e sua cultura, como no Festival da Quitanda de Congonhas e na Festa do Queijo do Serro, eventos que reiteram a gastronomia, memória e identidade mineiras. O presente artigo tem como objetivo compreender como as tradições alimentares dão origem aos festivais gastronômicos em Minas Gerais. Observa-se que cada festival possui uma identidade constituída por meio da caracterização de um ingrediente ou produto local e, ao ratificá-lo como ícone cultural, contribui para a longevidade desse trabalho. Além disso, a visibilidade proporcionada pelo festival corrobora a patrimonialização dos ofícios, como o Ofício das Quitandeiras de Minas Gerais, em Congonhas, e o Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, no Serro.

**“SE O BAIÃO É BOM SOZINHO, QUE DIRÁ BAIÃO DE DOIS”:
ANÁLISE SOBRE A COMIDA NA FEIRA DE TRADIÇÕES
NORDESTINA -RJ**

Juliana Borges de Souza (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)
Renata Claudino Fernandes da Silva

O objetivo deste trabalho é discutir as relações entre a comida , produção de identidade e memória a partir da feira de Tradições Nordestina localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro no bairro de São Cristóvão. Também desejamos problematizar o fato de que, no Brasil, a patrimonialização dos bens culturais ainda está predominantemente ligada à cultura das classes dominantes apesar das transformações ocorridas à partir da constituição de 1988 que em seu artigo 216, prevê o reconhecimento dos bens culturais imateriais como patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade. Em dezembro de 2008, a Prefeitura do município do Rio de Janeiro declarou o Centro Municipal Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, nome oficial do espaço, Patrimônio Cultural dos Habitantes da Cidade do Rio de Janeiro, a fim de preservar o espaço e as características nordestinas ali representadas. Em 2010, uma lei federal tornou a Feira de São Cristóvão Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Contudo em relação a alimentos e pratos específicos o reconhecimento como patrimônio cultural ainda é bastante raro. As metodologias utilizadas foram revisão bibliográfica, análise documental nos meios de comunicação midiáticos – jornais, revistas e no site oficial da feira.

07 A 11 DE JUNHO DE 2021
ciipc2020.rj.anpuh.org

III CONGRESSO INTERNACIONAL
E INTERDISCIPLINAR EM
PATRIMÔNIO CULTURAL:
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO,
EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR- NOVA IGUAÇU
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

GT 10. Patrimônio, Turismo e Museologia

Uhelinton Fonseca Viana (NUPAM)
Leandro Benedini Brusadin (UFOP)

Caderno de Resumos

III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural:
Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio

Elis Regina Barbosa Angelo (org)
Editora Cravo, Porto, Portugal
ISBN 978-989-9037-12-0

221

A PERCEPÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS SOBRE O TURISMO DE EXPERIÊNCIA NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

Jully Aparecida Campelo Fonseca (Universidade Federal do Maranhão)

O turismo de experiência tem como propósito oferecer ao turista experiências autênticas que envolvam o aprendizado de algo novo e a vivência desse aprendizado, como por exemplo vivenciar o dia a dia de uma comunidade, realizando atividades inerentes a essa comunidade, tais como pesca, atividades artesanais ou experimentando uma comida típica. Quanto mais benefícios forem agregados ao produto, mais prazerosa será a viagem e o turista irá sentir que valeu a pena investir em uma viagem cujos serviços se inserem em dimensões que lhe proporcionam experiências agradáveis, memoráveis. Tendo em vista a relação oferta e produto, o presente trabalho tem como objetivo analisar, a percepção dos prestadores de serviço no Centro Histórico de São Luís, e as estratégias adotadas. Nossa pesquisa está ancorada em conceitos de turismo, em uma visão geral da atividade, e da experiência segundo a ótica antropológica de Pine II e Gilmore (1999), que analisam o turismo de experiência a partir de 4 dimensões: entretenimento, educação, escapismo e estética. Nesse sentido, e com base em nosso propósito de análise, procuramos entender se a formatação dos produtos turísticos oferecidos nos três museus do Centro Histórico levam em conta as dimensões do conceito de experiência na sua estruturação, e se ela perpassa pelo planejamento turístico e de marketing. Nossa metodologia consiste em pesquisa bibliográfica, consoante a uma pesquisa de campo. Durante a pesquisa, foi realizada coleta de informações junto aos museus através de entrevistas pela plataforma Google Forms. O estudo pretende contribuir com novas reflexões, assim como aprimorar os produtos e serviços locais, inter-relacionando os elementos de criatividade, inovação, experiência e emoções. Os resultados demonstram que os museus localizados no Centro Histórico de São Luís atendem de forma parcial as dimensões do turismo de experiência.

AS CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO DO TURISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA-RJ

Waldete Gomes da Silva Alcantara (Faetec)

O presente artigo tem como objetivo geral apresentar as contribuições da inclusão da disciplina de Estudos Turísticos no Ensino Fundamental II para a valorização do patrimônio histórico-cultural do município de Saquarema-RJ. Esse estudo é uma síntese da dissertação de Mestrado intitulada – O Estudo do Turismo na Educação Básica: Contribuições para a valorização do patrimônio do município de Saquarema-RJ. Esse trabalho foi desenvolvido entre os anos de 2017 e 2018, para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e pesquisa de campo, que empregou como instrumento entrevistas semiestruturadas com gestores públicos, a coordenadora atual da disciplina de Estudos Turísticos; o presidente regional da ABBTUR/RJ - Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo do Estado do Rio de Janeiro, professores que atuam ou atuaram como regentes da disciplina de Estudos Turísticos no ensino fundamental II; alunos egressos e a aplicação de questionários a 130 alunos do 6º e dos 9º anos de três escolas públicas do município de Saquarema. Os dados obtidos foram analisados em uma abordagem quanti-qualitativa que possibilitou o entendimento dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento de programas de educação turística nos municípios brasileiros e a inclusão da disciplina de Estudos Turísticos na educação básica e se ela tem contribuído para que os estudantes do ensino fundamental II das escolas públicas do município de Saquarema tenham a compreensão da importância dos patrimônios locais.

ESTRIGAS: O NARRADOR DE UMA HISTÓRIA DA ARTE NO CEARÁ

Luiza Helena Amorim Coelho Cavalcante (Universidade Federal do Ceará)

Ao elencar, as possibilidades investigativas do Minimuseu Firmeza, tem-se uma miríade de elementos a serem considerados que auxiliam a compreensão de como uma narrativa sobre as artes no Ceará foi construída pelo artista cearense, Nilo de Brito Firmeza (Estrigas). Assim, esta investigação se propõe a analisar os trabalhos de memórias elaborados por ele. Estrigas contribuiu para os “mundos da arte”, de várias maneiras: com suas obras, ensinando técnicas, fazendo críticas, curadoria, entre outras funções. Em 1969, ele e a esposa e artista, Nice fundaram o Minimuseu Firmeza, em Fortaleza. A casa-museu mais do que um local de exposição, era ampla em funções e significados: ateliê coletivo, espaços de trocas de conhecimentos e fazeres artísticos, mas também lugar de memórias. Na década de 1950, assumiu o papel de ser um narrador das artes, ao perceber que não havia preocupação de outros sujeitos em preservar essa história. Ele entrevistou artistas e colecionou materiais como catálogos de exposição e jornais, fez de sua biblioteca referência para pesquisadores. Os trabalhos de memória empreendidos por ele resultaram em livros publicados. A partir da metodologia, do inventário analítico, procuramos identificar os processos envolvidos nesse gesto de colecionismo, bem como as singularidades dessa escrita. As memórias dele alcançaram principalmente o coletivo, pois, tais registros delineiam uma cartografia das artes, abrem caminho para questões coletivas, tornam conhecidas quem integrava esses mundos, o que faziam, que lugares frequentavam, como negociavam suas obras. Portanto, a pesquisa em andamento integra-se à História Social a partir da História das artes no Ceará, de como essas relações foram estabelecidas, de forma conflituosas ou de entendimento. A presente pesquisa de dissertação, está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória-GEPPM/UFC/CNPq e conta com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

MESQUITA: UM LUGAR AUSENTE DE MUSEUS

Marina Monteiro Nascimento (Museu de Ciências Carlos Ritter)

Este trabalho visa apresentar e analisar o caso da ausência de museus na cidade de Mesquita, no Rio de Janeiro. Apesar de dispormos de vários métodos e ferramentas de comunicação, informação e estudos sobre museus, que tem sido cada vez mais explorados durante o período de pandemia da COVID-19 com o crescimento, por exemplo, de exposições virtuais, ainda assim, existem cidades que por conta de um passado/presente com grande defasagem de investimentos públicos na área cultural, não promovem a criação de espaços para se pensar em patrimônio cultural. Dentre estes espaços, estão os museus, instituições de divulgação e preservação do patrimônio cultural por excelência. Entretanto, primeiramente é preciso entender a necessidade patrimonial de uma determinada população, pois somente a implementação de um museu na cidade não basta para que a valorização cultural aconteça. Considerando que o primeiro Museu do Brasil foi criado na cidade do Rio de Janeiro, ainda no século XIX por iniciativa de D. João VI, inaugurando a criação e posterior difusão dessas instituições por todo o território nacional, e também tendo sido sede da criação do primeiro Curso de Museologia no Brasil, desde a década de 1930, a ausência de instituições em muitas cidades cariocas ainda é um tema a ser explorado. Nesse sentido, o presente trabalho abrange questionamentos como: Por que esses lugares estão ainda carentes de tais instituições? Quais outras instituições ocupam esse vácuo cultural? E se há o desejo dessa população de ter um museu na sua cidade?

MHISCA – MUSEU HISTÓRICO E CULTURAL DO ALIMENTO: UM PROJETO DE MUSEALIZAÇÃO DO ALIMENTO

Liliane Faria Corrêa Pinto (Universidade Federal do Maranhão)
Caroline Cesari de Oliveira (Icomos)

O alimento é essencial para a vida, mas seu consumo é permeado por facetas culturais, sociais e históricas que envolvem diversos campos da história da alimentação. Como patrimônio, se relaciona à categoria dos saberes, já que o modo de fazer e os processos e conhecimentos decorrentes do cozinhar se constituem em bens que podem representar parte de uma cultura local. É o caso do queijo Minas, dos doces de Pelotas, do acarajé da Bahia, entre outros. Este último, foi alvo indireto do registro pelo IPHAN como produto final do “ofício das baianas do acarajé” (2005). Temos também o registro federal das panelas de goiabeiras (2002), cujo ofício é fazer panelas em barro para preparar pratos da cozinha tradicional capixaba. Observa-se também uma relevância atribuída à “comida de festa” que acompanha ritos religiosos, como o candomblé, os festejos das congadas, a festa do Divino de Pirenópolis, etc. Nesses casos, o alimento simbolicamente se inclui numa concepção maussiana de “reciprocidade” e “dádiva” e se torna uma parte relevante do processo de trocas simbólicas e trânsitos de saberes agenciados nessas celebrações. Entender e transformar esse conhecimento em exposições visuais virtuais é o objetivo do MHISCA, um projeto de extensão interdisciplinar e interprofissional da UFMA, de desenvolvimento de um equipamento museal que divulgará e informará as pesquisas e o conhecimento produzido sobre a complexidade da relação do homem com sua comida e seu patrimônio alimentar. Em processo de organização, o MHISCA se propõe a construir um “conhecimento novo” que vai associar a produção da universidade ao saberes não técnicos das comunidades. Nesse sentido, essa comunicação vai expor as ações realizadas nesse projeto de construção de um museu que possa expressar a complexidade da alimentação na cultura e como patrimônio cultural e produzirá novas leituras do cotidiano e do conhecimento acadêmico sobre esse tema.

MUSEOLOGIA E CONSIDERAÇÕES SOBRE “FRATRIMÔNIO” E CONCEPÇÕES AFRO-DIASPÓRICAS

Diogo Jorge de Melo (Universidade Federal do Pará)

O objetivo deste trabalho é discutir o conceito de “fratrimônio”, proposto por Mario Chagas, e discutir sua relevância para com a Museologia e suas práticas/ações em distintos contextos sociais. Principalmente a partir das culturas afro-diaspóricas, que serviram de base para nossos aportes teóricos. O conceito de “fratrimônio” é um desdobramento do conceito de “patrimônio”, termo que em nosso ponto de vista adentra em conflito com as suas amplitudes conceituais, estando fortemente marcado pelo prefixo “patri”. Aspecto que denota uma dominação machista/patriarcal e que entra em conflito e incomoda diversos contextos sociais atuantes com as rupturas com a ordem colonial, questões de gênero e relações étnico-raciais, como os movimentos negro e feministas. Com o exercício de “giro decolonial”, compreendemos que criticar o termo se constitui como um contraponto libertador das amarras coloniais e nos aproxima de diversas raízes epistêmicas, deixadas em segundo plano e a sua própria sorte, esquecimento e resistência. Segundo Mario Chagas, “fratrimônio” estaria ligado à uma proposição poética, pensada a partir da existência de uma herança que não é materna ou paterna e sim compartilhada entre contemporâneos, amigos, irmãos e membros de uma mesma comunidade. Justamente a partir desta ideia que trazemos novas percepções, abrangendo relações de conflitos, pensadas a partir de conceitos de fratricídio e parricídio, mas também instancias harmoniosas apresentadas principalmente a partir de contextos afro-diaspóricos. Trabalhando com conceitos como a “Pedagogia das Encruzilhadas”, “Museologia das Encruzilhadas” e concepções como a de “ubuntu”, que estabelece a ideia de “humanidade para com os outros”. Justaposto, compreendemos que “fratrimônio” se configura como uma forma de se pensar preservação cultural que exalta os laços afetivos que não correspondem a uma relação biológica de parentesco, mas uma interação entre sujeitos singulares em uma vivência para com semelhantes.

MUSEUS E REDES SOCIAIS: A PANDEMIA DE COVID-19 E AS ESTRATÉGIAS ADOTADAS POR MUSEUS DE SÃO LUÍS – MA

Maria Paula Torres Ribeiro (Universidade Federal do Maranhão)
Yandra Souza Santana da Rocha Santos

Com a suspensão das atividades presenciais de diversos espaços como estratégia de contenção ao vírus da Covid-19, os museus tiveram que se readaptar em sua comunicação com o público e elaborar novas formas de alcançar a população e se reciclar ao criar novos modos de interação pautados nas ferramentas que a tecnologia dispõe. Este trabalho tem como objetivo identificar e analisar as estratégias adotadas por museus da cidade de São Luís (MA) durante o isolamento social. O trabalho se desenvolve por meio de pesquisa bibliográfica e estudo de caso voltado para museus locais, trazendo exemplos como o Museu Palácio dos Leões e Museu de Artes Visuais. Por meio da pesquisa foi possível identificar os métodos, técnicas e ferramentas adotados pelos museus, bem como análise de técnicas aplicadas, como: a utilização de recursos textuais, visuais e audiovisuais através de mídias sociais a exemplo de instagram e youtube, possibilitando, portanto, a continuidade da interação público-museu mesmo em meio ao distanciamento social.

NARRATIVAS TURÍSTICAS COMO PRÁTICAS DE MEMÓRIA NA INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: LEMBRAR E ESQUECER DOS ESCRAVOS NEGROS NAS CIDADES BRASILEIRAS CAFEEIRAS DO SÉCULO XIX

Clarissa M. R. Gagliardi (Universidade de São Paulo)

O trabalho analisa as narrativas turísticas como práticas de memória e sua relevância no reconhecimento do papel dos negros escravizados na construção social de cidades históricas brasileiras e seus patrimônios. O estudo se concentra no chamado Vale Histórico, inserido na porção paulista do Vale do Paraíba, uma região marcada pela lavoura cafeeira e pela presença maciça de escravos africanos no século XIX. A partir da análise do teor das visitas oferecidas em algumas das fazendas cafeeiras mais alusivas à história do café, muitas das quais convertidas para lazer, observa-se como a instituição da escravidão, a presença e a individualidade dos escravos são minimizadas ou mesmo invisibilizadas nestes programas turísticos, não obstante a extensão, a produtividade e o contingente de negros escravizados tenham sido enormes nessa região. O trabalho é um recorte dos resultados da pesquisa intitulada Turismo, Patrimônio e Desenvolvimento Social no Vale Histórico Paulista, desenvolvida desde 2017 no âmbito do CETES – Centro de Estudos sobre Turismo e Desenvolvimento Social da Universidade de São Paulo, coordenada por mim e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

O CONCEITO DE PATRIMÔNIO, PERSPECTIVAS E CONTRADIÇÕES

Uhelinton Fonseca Viana (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

O presente artigo pretende trazer para a discussão diferentes abordagens sobre conceito de patrimônio e como estás reverberam na sociedade. Mesmo que de forma abrangente, o que pretendemos mostrar, a partir de diferentes percepções do patrimônio, o quanto o mesmo conceito é marcado por contradições. Neste âmbito, trazer os bens culturais como um campo de tensão, disputa, contradições e permeado pela luta de classes. Portanto, o patrimônio ora pode surgir um instrumento libertador, ora aparece pode servir como ferramenta de dominação. Esta reflexão contribuir para percebe os bens culturais, também chamados patrimônios culturais, em sua construção a partir do cotidiano e das memórias, mas também pela lógica do Estado e do capital. Neste sentido, esse o apresenta trabalho traz as considerações iniciais e a problematização do patrimônio cultural, em que sua ação política, social e de classe são elementos incontornáveis, que ecoam de maneira concreta na sociedade, seja pela seu caráter educacional ou pelo caminho do entretenimento.

O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DE JUIZ DE FORA E SUA RELAÇÃO COM O ACERVO DO MUSEU MARIANO PROCÓPIO: OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

William Cleber Domingues Silva (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Esse trabalho tem como objetivo principal analisar as características do acervo do Museu Mariano Procópio relacionando o mesmo com um possível projeto de desenvolvimento turístico local. Para isso, desenvolveu-se pesquisa documental e de campo com o intuito de se debater sobre esse assunto. Diante do desafio assumido pelo pesquisador, o trabalho inicia-se apresentando aos leitores o histórico bem como a caracterização do Museu Mariano Procópio. Em seguida faz-se uma breve discussão sobre o colecionismo de Alfredo Ferreira Lage que foi o responsável pela doação desta instituição à cidade de Juiz de Fora no ano de 1936. Finalizando a revisão teórica apresenta-se uma breve argumentação relacionando turismo e museus. Dando sequência no trabalho apresenta-se a metodologia utilizada na elaboração da pesquisa bem como os resultados atingidos. Posteriormente, fez-se discussão com o cruzamento de dados coletados durante a pesquisa de campo. Ao encerrar a análise os pesquisadores teceram suas considerações finais a respeito da investigação que deve servir de fonte de consulta para outras pesquisas que envolverem temática semelhante.

O OLHAR DOS VINCULADOS AO PROJETO: ESPAÇO INTEGRADO DO TURISMO

Leonardo Santos Rodrigues (Universidade Federal do Maranhão)

O trabalho objetiva apresentar as atividades realizadas pela equipe do Projeto Espaço Integrado do Turismo que tem como objetivo contribuir para a função social do Bacharel em Turismo, de modo a permitir-lhe a confrontação com a realidade local garantindo assim uma experiência prática, alicerçando-o para o exercício pleno e eficaz da práxis turística. Trata-se de um espaço extensionista que permite ao corpo discente o envolvimento em áreas indispensáveis, notadamente o Planejamento e a Extensão. Dessa forma, o ESINT contribui para a dinamização das práticas extensionistas do Curso de Turismo, para a qualificação profissional dos acadêmicos, e consequentemente, para sua experiência com as diretrizes da atividade turística na cidade de São Luís. A metodologia utilizada consiste em técnicas como: visitas monitoradas às localidades, palestras, minicursos pintura, artesanato, fotografia, desenho artístico, mas que diante do momento pandêmico foi atualizado, passando para o formato online, disponibilizado por meio de videoconferências na ferramenta Google meet e ferramentas mais interativas como o caso da gamificação que nada mais é que conteúdo de estudo em formatos de jogos, de modo que permitam uma prática muito mais concisa e simples de aprendizado e ainda estimula a oratória e a concepção do trabalho em equipe. Esse novo formato visa a aproximação da comunidade mesmo quando a situação demanda o distanciamento, com o propósito de firmar um compromisso prático e didático. Enquanto aplicabilidade da ação cultural desenvolvida foi realizada a articulação institucional para a viabilização de palestras e cursos sobre Empreendedorismo, Cooperativismo, Arranjos Produtivos Locais, Gestão de Negócio, Ambientação de Pequenos Negócios. São feitas ainda inspeções em empreendimentos turísticos locais, mostras de vídeos e documentários relacionados ao Turismo, Cidadania, Meio Ambiente, além da participação do corpo docente nesse processo, e profissionais ligados à atividade.

O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU E SEUS IMPACTOS NA POPULAÇÃO PERIFÉRICA

Lilian Cristina Gomes Ribeiro

O artigo traz uma breve reflexão e abertura para futuros debates sobre o crescente enobrecimento e estímulo à centralização no município de Nova Iguaçu de que forma ocorreu e por qual motivo esse processo tem sido estimulado, e os impactos que têm sido vivenciados pela a sociedade local, que majoritariamente possui baixo poder aquisitivo considerando que Nova Iguaçu é uma cidade periférica, em relação ao Estado do Rio de Janeiro. A cidade de Nova Iguaçu, localizada na região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, dentro da sub-região Baixada Fluminense tem passado por um processo de enobrecimento e valorização do espaço urbano, poucos são os estudos acadêmicos voltados para esse tema, grande parte da sociedade local de Nova Iguaçu, carece de conhecimento em relação ao processo de “gentrificação” que o município tem passado algo muito problemático, sabendo que os impactos do mesmo, refletem diretamente na comunidade local. É necessário analisar a forma que ocorreu esse processo de valorização e interesse em estimular a moradia em bairros centrais de Nova Iguaçu.

O PROJETO DE GAMIFICAÇÃO NO ECOMUSEU DO OFF-ROAD

Solano de Souza Braga (UFDPAr)

O Ecomuseu do Off-Road no distrito de São Sebastião das Águas Claras, também conhecido por Macacos, é uma iniciativa popular para salvaguardar a tradição e os benefícios gerados pelas práticas off-road nas trilhas do município de Nova Lima (MG), como a caminhada, passeios a cavalo, motociclismo e mountain biking. A iniciativa, pioneira no país, envolve três grandes áreas: o esporte, a cultura e o turismo. O projeto de gamificação no Ecomuseu do Off-Road prevê a elaboração de um aplicativo para ampliar o acesso do usuário a informações históricas, geográficas e culturais sobre o território visitado e estimular a economia local, muito afetada devido a ameaça de rompimento de uma barragem de mineração. A partir do uso do aplicativo o turista ganha pontos ao visitar trilhas, atrativos turísticos, participar de atividades culturais e esportivas ou utilizar serviços dos empreendimentos locais parceiros. Com o acúmulo de pontos o usuário do aplicativo pode trocá-los por brindes do Ecomuseu do Off-Road ou descontos nos estabelecimentos locais. O projeto visa o desenvolvimento da região com vistas à recuperação econômica por meio do turismo, congregando as áreas para oferecer um produto turístico aliado à tecnologia. A implementação e utilização de elementos de jogo em modelos de negócios, processos, procedimentos e serviços promove um maior engajamento do usuário e garante o entretenimento, além de ganhos palpáveis. O objetivo da gamificação é incentivar no usuário do aplicativo práticas dos jogos virtuais como atingir metas, cumprir tarefas e superar desafios, ampliando suas experiências em relação ao território visitado, os produtos e serviços locais, bem como o conteúdo do Ecomuseu do Off-Road. Este projeto conta com o apoio da Prefeitura Municipal de Nova Lima, endossado pelo Conselho Municipal de Turismo, e está aprovado como projeto de extensão do Curso de Turismo da Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

O TURISMO CINEMATOGRAFICO EM ESPAÇOS MILITARES: O AUDIOVISUAL COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DOS AMBIENTES NATURAIS E HISTÓRICO-CULTURAIS MILITARES

Vitoria Nascimento Cezar (Universidade Federal Fluminense)

O turismo cinematográfico é um segmento emergente do turismo cultural nos dias de hoje e vem se tornando cada vez mais abrangente com a popularização das plataformas de streaming. No caso brasileiro, além dos filmes, a presença das novelas é muito influente, já que é uma vertente conhecida culturalmente em todo território nacional e seu consumo tem motivado cinéfilos e aficionados por novelas a buscarem pelos locais utilizados como locação de suas produções. Esta tendência pode ser determinante para a geração de um novo tipo de demanda formada por turistas, denominados de “setjetters”, interessados em conhecer estes lugares. A utilização dos espaços militares e seu patrimônio cultural para a locação de suas produções é uma grande aposta, visto que a história militar desses patrimônios se confunde com a fantasia apresentada nas telas e acaba se tornando realidade para muitos turistas. Neste contexto, podemos distinguir as produções “on location” - locações pré-existentes à produção e “off location” que são as locações criadas, em estúdio ou não, apenas para que aconteça a gravação. O objetivo deste artigo é analisar como o turismo cinematográfico impactou alguns espaços militares do Estado do Rio de Janeiro que foram palco de produções audiovisuais. Os procedimentos metodológicos utilizados para desenvolver o trabalho têm caráter descritivo e exploratório e se baseia na pesquisa bibliográfica para entender o segmento do turismo cinematográfico e sua inserção na realidade do patrimônio histórico-cultural militar. Junto a isso foi feito um levantamento destes espaços locados para permitir sua análise, tendo em vista a relação do audiovisual com a turistificação. Como resultados, obtivemos que o audiovisual pode ser um meio de promoção desses atrativos, já que por vezes, esses patrimônios são entregues como locações por conta de suas belezas cênicas, fazendo com que o atrativo possa ser visto para além da ótica cultural, mas também ambiental e paisagística.

O TURISMO COMO RELAÇÃO DE FORTALECIMENTO PARA O EMPREENDEDORISMO REGIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO

Danielle Dias Alves (Universidade Federal do Maranhão)

O turismo é um dos grandes setores da economia, isso porque ele abrange várias áreas e está em constante mudança, seja pelas transformações do mercado quanto pelas inovações dos produtos e serviços oferecidos. Nessa perspectiva, o empreendedorismo beneficia-se do panorama atual do mercado em prol do setor, tanto pelos cenários naturais, social, cultural e principalmente econômico que o setor turístico oferece, assim, muitos empreendedores começam a atuar nesse mercado pela diversificação da oferta turística. Desse modo, percebe-se que o crescimento da oferta no setor faz com que os potenciais empreendedores visualizem uma oportunidade de empreender e atuar no mercado. No entanto, é importante possuir o chamado know how, ou seja, os conhecimentos técnicos, metodologias e procedimentos que abrangem a atividade, afinal, compreende-se que para empreender exige-se estratégias e habilidades que somam ao processo empreendedor aliada ao conhecimento adquirido. Portanto, este trabalho relata a experiência dos alunos do curso de Turismo junto ao Espaço Integrado do Turismo da Universidade Federal do Maranhão como extensionistas, abordando a relação do Turismo e Empreendedorismo no curso de qualificação básico de empreendedorismo, especificamente o tópico, meu negócio pode ser turismo, ofertada a comunidade local, tendo como objetivo influenciá-los a partir de suas habilidades empreendedoras compreender e atuar no empreendedorismo turístico e conseqüentemente fortalecer o empreendedorismo regional por meio de produtos e serviços oferecido.

O TURISMO CULTURAL E OS POSSÍVEIS IMPACTOS NOS LUGARES DE MEMÓRIA: CASO DOS BAIROS PORTUÁRIOS TRADICIONAIS DO RIO DE JANEIRO

Sirley da Conceição Ferreira (CEDERJ)

As atividades de lazer, entretenimento, atividades culturais, uso residenciais, hoteleiras e de expansão do setor imobiliário tem se tornado característico das cidades contemporâneas, onde os espaços tem se tornado áreas funcionais destinados para variados fins econômicos, principalmente organização da atividade turística. O Turismo Cultural está pautado na experiência que o turista terá na localidade receptora. Em vista que a experiência é “moldada pelas características espaciais específicas do ambiente urbano”. Diante disso, os Bairros Tradicionais Saúde, Santo Cristo e Gamboa portuários Rio de Janeiro apresentam certa ambiência cultural como valores históricos, estéticos, arquitetônicos e de cultura viva, ao mesmo modo são lugares propícios na organização e produção do Turismo Cultural. Essa atividade utiliza como recursos o patrimônio cultural como elemento fundamentador na dinamização da atividade. Conforme apresentado no Programa Porto Maravilha, a produção do Turismo Cultural é uma das atividades econômicas dentro do conjunto de ações e medidas de exploração dos recursos patrimoniais presentes. Tendo em vista que o marketing urbano e turístico visa à construção de imagem para serem comercializados e atrair clientes e a patrimonialização dos lugares simbólicos da cidade sejam transformados em lugares de atração turística, o que impacta a própria localidade e gera certa massificação de visitação desses espaços muitas das vezes sensíveis e de memória coletiva. Em função disso, o objetivo geral é discutir os possíveis impactos do Turismo Cultural pode gradualmente gerar sobre os grupos sociais locais e tradicionais diante a intensificação e expansão das atividades econômicas. O presente estudo consistira de pesquisa bibliográfica (livros, artigos, dissertações, teses, fotos e demais documentos) como forma de alcançar os objetivos propostos, no intuito de refletir a relação do Turismo, Cidade e Comunidade Local no contexto do Patrimônio Cultural.

PATRIMÔNIO CULTURAL: MÚLTIPLOS CAMINHOS ATÉ A IGREJA DE IRAJÁ

Maria Celeste Ferreira (Seeduc/RJ)

O presente artigo tem como objetivo visualizar a igreja de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá como um patrimônio histórico, localizado na zona norte, também chamada de subúrbio carioca. Procura contextualizar o ato de preservação por meio do tombamento municipal de 1994. Essa ação da prefeitura carioca observou que a igreja por diferentes épocas em sua arquitetura, pelo valor de algumas obras sacras e por apresentar uma devoção específica sobre Maria, é uma das mais antigas da cidade, e exerceu o tombamento da igreja como um bem, aprovado pelo Conselho do Patrimônio Cultural. A igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá tem como data inicial de suas atividades eclesiais, como sede de uma extensa freguesia, em 30 de dezembro de 1644. Ela está localizada na Praça Nossa Senhora da Apresentação, nº 272, no bairro de Irajá, como consta nas informações do site da Arquidiocese do Rio de Janeiro. O termo patrimônio é uma construção social e dinâmica, na sociedade em que vivemos, bem como o termo “patrimônio histórico” pode ser datado. Algumas reflexões sobre o tema podem ampliar a compreensão desse patrimônio. A igreja além de seu valor de uso religioso, adquire valores coletivos que ampliam nossa percepção de propriedade de um bem coletivo. Observamos que a localização da igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, está em uma área de escassez de patrimônios em seu entorno. Chama a atenção para a presença das três abrangências de nível municipal, estadual e federal presentes ou não na região da baixada de Irajá, centralizada pela história da antiga matriz de freguesia, estando a igreja fora dos caminhos históricos e turísticos da cidade carioca. Para a concretização do Decreto nº 12654 de 28 de Janeiro de 1994, assinado pelo prefeito Cesar Maia, tendo em vista o que consta no processo n. 12/1.790/91. Atualmente o registro de tombamento está sob a responsabilidade do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade/IRPH.

PATRIMÔNIO SEM FRONTEIRAS: BOIS BRÉSIL, PROJETO DE EXPOSIÇÕES DE XILOGRAVURA BRASILEIRA NA FRANÇA

Sylvia Regina Bastos Nemer (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Recorrente nas pesquisas sobre patrimônio cultural, o tema da circulação transcultural será abordado no presente trabalho que tem como objeto de análise o projeto BOIS BRÉSIL, de exposições de xilogravura brasileira na França. Foram realizadas quatro exposições em cidades de médio e grande porte situadas no Noroeste francês. As exposições transcorreram entre julho de 2018 e fevereiro de 2021. Está prevista a continuidade do projeto em outras regiões da França, sendo a próxima etapa programada para Paris, ainda sem data marcada. O projeto é fruto de parcerias entre instituições culturais e universidades francesas nos locais de realização das exposições (Musée du Nouveau Monde de LA ROCHELLE, Bibliothèque Universitaire de RENNES, Musée des Beaux-Arts de BREST, Médiathèque François Mitterrand de POITIERS, Université de La Rochelle, Université de Rennes, Université de la Bretagne Occidentale, Université de Poitiers). Do lado brasileiro, o projeto tem apoio institucional da Embaixada do Brasil na França e da Fundação Casa de Rui Barbosa. Com base na experiência de desenvolvimento e realização do projeto, o presente trabalho discutirá: 1) a extensão do apoio de instituições francesas e brasileiras à realização do projeto; 2) os mecanismos de financiamento do projeto; 3) as atividades paralelas realizadas para o público em geral e para o público acadêmico; 4) o alcance da divulgação da cultura brasileira da xilogravura e artes associadas através: a) do público visitante às exposições; b) do público participante das atividades paralelas; c) do material de publicidade. Espera-se que a discussão possibilite a ampliar a reflexão em torno do tema proposto, essencial para a divulgação do patrimônio cultural brasileiro no exterior.

SUBÚRBIO CARIOCA: REFLEXÕES SOBRE A CATEGORIA PECULIAR DE RELEVÂNCIA HISTÓRIA E CULTURAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - DE 1635 AOS TEMPOS ATUAIS

Karolynne do Nascimento Duarte

Quando pensamos na identidade cultural do município do Rio de Janeiro e, por consequência, de sua população, os elementos que nos vêm à memória são o samba, o futebol, o carnaval, o funk, o charme, a capoeira, o Cristo Redentor, o Pão de Açúcar, os Arcos da Lapa, a Igreja da Penha, as escolas de samba carioca, o jongo, o choro, o próprio carioca, portanto, elementos que contemplam o território municipal como um todo. No entanto, ao avaliar as principais campanhas publicitárias ou roteiros turísticos divulgados percebe-se um reducionismo ao que localiza-se no polígono referente à zona Sul e Centro do município. Além disso, é perceptível que boa parte dos bens materiais patrimoniais, protegidos pelas diversas esferas de governo, encontram-se concentradas nesse mesmo polígono. Área onde também se concentra população com renda mensal superior a 10 salários mínimos e majoritariamente branca. Assim, é evidente que a cidade do Rio de Janeiro possui duas partes: a focada e a desfocada. Este artigo parte de questionamentos como: o monumento mais importante da cidade do Rio de Janeiro, o Cristo Redentor, é mais importante para quem? Qual a diferença entre o monumento do Cristo Redentor, marco arquitetônico e santuário católico, inaugurado em 1931, e a Basílica Santuário Nossa Senhora da Penha de França, também marco arquitetônico e santuário originado em 1635, e diretamente relacionada ao desenvolvimento urbano e a história do samba carioca? Diante dessas reflexões o proposto trabalho visa abordar a história de alguns dos patrimônios protegidos ou não localizados além dos limites Centro zona Sul, no intuito de discutir a perspectiva de valorização do subúrbio carioca através do viés do turismo cultural realizado de forma responsável e consciente. O subúrbio carioca é compreendido como sítio de relevância histórica e reconhecido por sua ambiência urbana de bens arquitetônicos, artísticos e culturais do Rio de Janeiro com forte potencialidade para o turismo cultural.

TURISMO CULTURAL E MUSEOLOGIA SOCIAL: REFLEXÕES E PONTOS DE CONTATO

Rute de Jesus Ferreira Silva (Universidade Federal do Piauí)

O presente artigo tem como base a pesquisa, ainda em andamento, que desenvolvemos no Programa de Pós Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí, que relaciona turismo cultural e museologia social. Pensar a relação entre museus e turismo, especialmente no âmbito dos ecomuseus e museus comunitários, é refletir sobre como a comunidade está ligada ao seu próprio patrimônio e de que maneira o desenvolvimento local pode ser potencializado a partir do turismo cultural. No caso do presente artigo, procuramos fazer essa reflexão através da perspectiva da museologia social, procurando pontos de contato entre museologia e turismo cultural, como a necessidade de interação com a comunidade, objetivos de desenvolvimento local e a busca por alternativas sustentáveis para suas respectivas ações, entre outros aspectos, como aqueles relacionados às políticas públicas e direitos humanos fundamentais. A partir da visão do ecomuseu como um instrumento de mudança para o desenvolvimento local, uma vez que ele se liga diretamente à comunidade e ao seu entorno, pressupõe-se que haja, além da participação e dos interesses comuns dessa mesma comunidade, possibilidades de intervenção e uso do patrimônio, entre eles o turismo cultural.

TURISMO CULTURAL EM ANGRA DOS REIS: UMA ANÁLISE DE IMPASSES E POSSIBILIDADES TURÍSTICAS DA VILA HISTÓRICA DE MAMBUCABA

Tatiana Rodrigues dos Santos

Este trabalho teve como proposta abordar uma reflexão sobre a história local e o processo de reconhecimento turístico da Vila Histórica de Mambucaba, localizada em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, bem como, tomar de seu patrimônio como mais uma ferramenta participante do segmento do Turismo Cultural da região. A pesquisa foi realizada por meio do diálogo com a população local; pesquisa em artigos científicos; acervo bibliográfico e por meio de consulta a documentos oficiais e normativos do Ministério do Turismo ou de natureza pública. A partir das informações levantadas, buscou-se refletir como o patrimônio cultural da Vila Histórica de Mambucaba poderia ser apropriado pelo Turismo. Concluiu-se, através da concepção dos moradores da Vila, entrevistados na pesquisa qualitativa que o nível de conscientização sobre a importância da memória do lugar bem como os impasses para a turistificação do local é significativo.

TURISMO EM ESPAÇOS MILITARES: UMA ANÁLISE DO POTENCIAL TURÍSTICO DO MUSEU OCEANOGRÁFICO ALMIRANTE PAULO MOREIRA EM ARRAIAL DO CABO (RJ)

José Ângelo Carneiro (SEEDUC/RJ)

Josefa Dilma De Farias Gomes Soriano (Universidade Federal Fluminense)

A construção da memória militar por suas próprias instituições no Brasil tem sido feita em um processo de reinvenção de sua imagem perante a sociedade e os museus militares têm direcionado uma atenção maior ao público, escolhendo e exibindo seu acervo e contando suas histórias, considerando o imaginário social do visitante. Esta nova realidade permite analisar o potencial turístico dos museus militares instalados em diferentes cidades brasileiras. Este artigo tem como objetivo entender de que forma estes museus estão se organizando e como podem se configurar em oferta nos lugares turísticos, utilizando-se como objeto da pesquisa o Museu Oceanográfico Almirante Paulo Moreira em Arraial do Cabo (RJ), localizado estrategicamente no Centro Histórico na Praia dos Anjos, lugar de intenso trânsito de moradores e visitantes. O referencial teórico-bibliográfico foi construído a partir do uso turístico dos museus militares, bem como de sua relação com o patrimônio cultural, os lugares de memória e a questão da identidade cabista e sua relação com o mar. É um estudo de caráter exploratório e descritivo pautado em pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa-ação, com a efetivação de contatos, participação em reuniões e interação com os visitantes e militares. Quanto aos instrumentos de pesquisa, foram utilizados entrevistas, questionários e a observação assimétrica. Já a interpretação e análise dos dados se deu mediante uma abordagem quali-quantitativa, com utilização dos métodos comparativo e experimental. Os resultados demonstraram que a nova configuração espacial do museu e a alteração de horários possibilitará uma maior interação com os visitantes, deixando assim de ocupar uma função secundária junto aos turistas, que o tinham como alternativa em dias de chuva ou enquanto esperavam o embarque na escuna no Porto do Forno.

UMA NOITE NO MUSEU DO DOCE DA UFPel

Rafael Teixeira Chaves (Universidade Federal de Pelotas)

O objeto deste resumo são as três edições da Noite no Museu do Doce, realizadas em 2018. O Museu do Doce da UFPel, localizado no centro histórico da cidade de Pelotas – RS, buscou com o evento denominado Noite no Museu formas de proporcionar a aproximação e a apropriação do Museu e de seu acervo pela comunidade, para, desta forma, desempenhar o papel social inerente aos museus,. O objeto deste artigo são as três edições da Noite no Museu do Doce, realizadas em 2018. O Museu do Doce da UFPel, localizado no centro histórico da cidade de Pelotas – RS, buscou com o evento denominado Noite no Museu formas de proporcionar a aproximação e a apropriação do Museu e de seu acervo pela comunidade, para, desta forma, desempenhar o papel social inerente aos museus,. Foram três edições, sendo que a primeira, ainda em caráter experimental foi menor, envolveu um número poucos organizadores e público. As edições seguintes tiveram maior escopo, envolveram profissionais diversos, os espaços do museu e sua localização central foram usados como vitrine para artistas locais, e desta forma o retorno do público .

07 A 11 DE JUNHO DE 2021
ciipc2020.rj.anpuh.org

III CONGRESSO INTERNACIONAL
E INTERDISCIPLINAR EM
PATRIMÔNIO CULTURAL:
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO,
EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR- NOVA IGUAÇU
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

GT 11. Patrimônio, corporalidade e emoções

Euler David de Siqueira (PPGPDS/UFRRJ)
Álvaro Banducci Júnior (PPGAS/UFMS)

Caderno de Resumos

III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural:
Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio

Elis Regina Barbosa Angelo (org)
Editora Cravo. Porto, Portugal
ISBN 978-989-9037-12-0

245

A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS ATRAVÉS DO CORPO: O SABER-FAZER DAS CACHAÇAS DE PARATY E SUAS TÉCNICAS CORPORAIS DE PRODUÇÃO

Nathália Caroline Dias (Universidade Federal de Juiz de Fora)

A partir da noção antropológica de cultura, a diversidade de saberes e práticas culturais passa a ser incorporada aos discursos do patrimônio pelos grupos locais ou étnicos no processo de construção e valorização de suas identidades. Com a criação da UNESCO, no contexto posterior a Segunda Guerra Mundial, as concepções sobre patrimônio passam por acentuadas transformações, englobando, progressivamente, outros valores, para além dos artísticos e históricos. Nesse sentido, a moderna noção Ocidental de patrimônio cultural reflete o reconhecimento de expressões da cultura material e imaterial de diferentes grupos sociais, expressões essas permeadas de valores simbólicos. Tendo como premissa que os saberes e as práticas culturais são transmitidos não somente pela oralidade e pela escrita, mas particularmente pelas técnicas do corpo, a proposta deste trabalho é analisar o processo de construção e valorização de uma suposta identidade local vinculada à produção da cachaça na cidade de Paraty (RJ). Nessa perspectiva, as cachaças produzidas na cidade são compreendidas como o resultado de um saber-fazer local acumulado e transmitido entre diferentes gerações, expressando a particularidade daquela cultura e sendo um elemento presente na memória coletiva de distintos grupos sociais. Sendo assim, esta pesquisa busca analisar os significados e valores simbólicos constantemente mantidos e negociados em torno do saber-fazer local da cachaça, destacando as maneiras pelas quais aqueles que trabalham em sua produção aprendem a servir-se de seus corpos, representando um conjunto de técnicas corporais transmitidas pela tradição cultural, como bem evidenciado pela clássica escola sociológica francesa. Para tanto, recorre-se aos dados coletados em trabalho de campo realizado em Paraty através de observação e entrevistas semiestruturadas com os produtores e trabalhadores que lidam diretamente com a cachaça na cidade.

ACESSIBILIDADE E SENSORIALIDADE NAS AMBIÊNCIAS MUSEAIS DE PETRÓPOLIS/RJ

Nathalia Coelho Sozzi de Moraes (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

A questão contemporânea do patrimônio cultural edificado considera não só as qualidades estéticas do bem como um fim em si mesmo, mas também tem relação com o cotidiano da vida no exercício da cultura e no desenvolvimento das comunidades. Nesse contexto, o bem possui dimensões sociais, ambientais e econômicas que devem ser considerados no âmbito do desenvolvimento sustentável. Ao abordar uma visão sistêmica à essa tríade, pode-se adicionar as dimensões espacial, cultural e tecnológica pois são significativos na avaliação do edifício por tratarem de questões relativas a entorno, herança cultural e tecnologias agregadas. A questão da acessibilidade tem papel fundamental dentro do conceito de sustentabilidade, pois contribui para uma maior e melhor utilização do edifício e influencia diretamente na qualidade de vida, promovendo universalização dos direitos humanos e exercício da cidadania. A acessibilidade aos espaços não está condicionada apenas às características físicas dos ambientes, mas como experiências sensoriais e afetivas, dando um sentido à dinâmica da percepção das pessoas e despertando sentimentos na sua relação com o espaço construído. Os principais museus de Petrópolis se apropriaram de antigos casarões para estabelecer sua narrativa e diálogo com a população, e como tal, procurou-se preservar ao máximo as formas e estruturas originais, adaptando as novas funcionalidades às edificações. No entanto, as condições de acessibilidade existentes não permitem o acesso universal à diversos locais tombados, envolvendo principalmente as ambiências museais. Compreender as potencialidades e fragilidades da ambiência do centro histórico de Petrópolis/RJ é um dos objetivos específicos da dissertação em andamento pelo UFRJ/ PROARQ/ MPPP, com a finalidade de elaborar estratégias para a melhoria da qualidade ambiental e da afetividade de PcDs no patrimônio cultural público, representando um impacto social enorme e o aumento da qualidade da experiência ambiental.

CORPO E EMOÇÃO COMO UMA TEIA DE SOCIABILIDADE ENTRE OS PRATICANTES DE UMBANDA EM JUIZ DE FORA – MG

Joanna Darc de Mello Croce (Universidade Federal de Juiz de Fora)

A Umbanda, religião considerada por diversos autores como genuinamente brasileira, traz em seu seio uma verdadeira encruzilhada de sentidos oriundos de outras vertentes religiosas, tais como o espiritismo kardecista, o candomblé baiano, as macumbas cariocas, o catimbó jurema, o catolicismo. Tais influências diversas, seja do cristianismo, do culto aos orixás ou da ancestralidade indígena, faz com que a religião Umbanda seja um campo fértil para as mais variadas manifestações da experiência do sagrado, abarcando públicos de origens outras além das tradicionalmente “umbandistas de berço”. Com o advento da chamada Nova Era pelas novas gerações, além da disseminação das religiões orientalistas pelo globo, a Umbanda tem ganhado, nos últimos anos, adeptos que encontram nela uma ligação direta com a chamada “Mãe Natureza”, através dos cultos aos orixás enquanto energias provenientes do meio natural. Linhas de Umbanda vem sendo formadas, nesse sentido, tais como a chamada “Umbanda Sagrada” ou “Umbanda Esotérica”, que abrem mais um caminho nessa encruzilhada. Dessa forma, trata-se de uma religião “afro-indo-católico-espírita-ocultista” que abarca um público “jovem e espiritualizado” em busca do sagrado, que ressignifica, através de suas vivências dentro do terreiro, sua relação com a natureza e a espiritualidade. A forma como esses jovens estabelecem essas relações, seja através da sua construção corporal, vestuário, modo de se portar, discursos e redes de sociabilidade, é o que vamos discutir nesse trabalho, realizado num terreiro de Umbanda na cidade de Juiz de Fora – MG, que possui uma característica forte: seu público é predominantemente constituído por jovens e estudantes, que trazem em seus discursos uma profunda busca pelo conhecimento e experiência do sagrado.

DE FEIRA LIVRE A FEIRA CENTRAL: MEMÓRIA E SIGNIFICADO DO TRADICIONAL MERCADO POPULAR DE CAMPO GRANDE-MS

Álvaro Banducci Júnior (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

A memória da Feira Central de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, regulamentada em 1925, confunde-se com a da formação da cidade. No início do século XX, a pequena vila foi incorporada ao trajeto da estrada de ferro Noroeste do Brasil, cuja implantação visava interligar o “sertão” aos centros econômicos e políticos do país, atraindo, desde então, levas de trabalhadores migrantes – italianos, espanhóis, nordestinos, japoneses, entre outros – para atuar no empreendimento ferroviário. Alguns desses trabalhadores, percebendo na presença dos trilhos um futuro promissor para a cidade, decidiram por se fixar no local. É o caso dos colonos de origem okinawana, cujo trabalho na lavoura, associado ao comércio de hortaliças no centro urbano, impulsionou o surgimento da feira. A instalação do mercado aberto popular condiz com o ideal de progresso e o anseio de modernidade que dominavam o espírito dos povoadores da vila. Prestes a completar 100 anos, a feira compõe o cotidiano do campo-grandense, sendo local de afeto, de tradição e referência de identidade dos moradores locais. Porém, em sua longa existência, a feira acumula um histórico de mobilidade na geografia da cidade e de mudanças importantes, seja de status ou de vocação no mercado local. De feira “livre”, tornou-se feira “central”, não sem antes sofrer alterações determinantes em sua configuração e significado como mercado popular. De local destinado ao abastecimento da cidade, tornou-se, num processo ainda em andamento, espaço de lazer e de turismo. Atualmente, a grande atração da feira é o “sobá”, prato típico da culinária okinawana que se incorporou ao hábito alimentar do campo-grandense, considerado patrimônio imaterial do município. O propósito deste estudo é analisar as mudanças históricas por que passou a feira central e refletir sobre os seus significados junto à comunidade, bem como as contradições que envolvem sua nova condição como espaço de memória e espaço turístico.

EDUCAR PELO OLHAR - UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL REALIZADA EM CAMPO GRANDE/MS

Douglas Alves da Silva (Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul)

O presente trabalho trata da apresentação de resultados e perspectivas relativas ao projeto “Educar pelo Olhar – Formação em Educação Patrimonial”. Este projeto foi contemplado com recursos da Lei Aldir Blanc, por meio de edital da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Campo Grande/MS (SECTUR), sendo executado no primeiro trimestre do ano de 2021. O objetivo do projeto foi promover uma formação na área de Educação Patrimonial voltada para a população campo-grandense e sul-mato-grossense, com módulos teóricos e metodológicos que se voltavam para a realidade da população mencionada. Partindo da perspectiva freireana de que a educação patrimonial é integrante de um processo de alfabetização cultural, buscamos instrumentalizar o ensino e salvaguarda da cultura da sociedade abordada. Este processo, via de regra, tem seu suporte em ações que corriqueiramente são executadas em vários níveis da escolarização convencional, nas escolas e nas universidades, assim como em outras instituições com ligação direta e/ou indireta com a cultura, às quais se somam também os projetos que costumam interligar estes dois tipos de instituições citadas. Nesta premissa, o projeto contou com a participação de uma equipe interdisciplinar que conduziu o processo de formação, com variadas temáticas que englobaram conceitos, experiências exitosas, metodologias, legislações e estruturação de projetos da área de patrimônio cultural.

MÁSCARAS DA PANDEMIA: QUANDO O HORROR FAZ AFLORAR O QUE TEMOS DE MELHOR NA LUTA

Maurício Cintrão França

Este Relato de Experiência narra a trajetória percorrida por um artista visual que vivenciou a importância da Arte Educação como instrumento de transformação pessoal e coletiva com crianças de uma escola de periferia de Campo Grande, MS. Um processo iniciado em oficinas de confecção de bichinhos do Pantanal em biscuit realizadas em sala de aula há cerca de um ano e meio e que continua a acontecer em pleno afastamento social. Busco demonstrar como floriu a ideia de levar ao Ensino Fundamental a discussão de temas como subalternidade, discriminação racial e ancestralidade à luz de estudos decoloniais. Em 2019, foram realizadas quatro oficinas de biscuit em sala de aula com crianças de 4 a 6 anos de idade. Constituiu-se um acervo de mais de 100 peças para uma exposição na escola. Um processo de troca e aprendizados que me levou a continuar as pesquisas, problematizando as experiências. A lembrança da invisibilidade de crianças afrodescendentes e indígenas em sala de aula, levou à produção de pequenas personagens como guerreiras, caciques e xamãs com características fenotípicas próprias. As peças cresceram ao longo dos estudos e viraram máscaras de papelão sugerindo guerreiros e guerreiras não-brancos. Produzidas a baixo custo e com materiais simples (caixas de pizza, arame, fita crepe, cola branca, papel de revistas, jornais e cadernos usados, além de tinta guache ou acrílica), as máscaras demonstraram várias possibilidades de criação. Foram confeccionadas mais de 250 peças em variados tamanhos. As máscaras estão presentes tanto em culturas tradicionais quanto em culturas de matriz africana, o que revela sua propriedade para alimentar a ressignificação da ancestralidade e o debate das origens honrosas e ricas dos povos que foram subalternizados no Brasil. Máscaras guerreiras para enfrentamento da colonialidade que ainda impera nas Escolas Públicas do país.

PARA ALÉM DA CIDADE MARAVILHOSA: NOVA IGUAÇU E O PATRIMÔNIO CULTURAL NOS POSTAIS DA BAIXADA

Euler David de Siqueira (UFRRJ)

Situada fora do imaginário e também do circuito e dos guias turísticos do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense é turiscentricamente situada na sombra da zona do significado (SCHUTZ, 1978; PARK, 1981). Durante décadas, representada como lugar abandonado, marcado por tragédias sociais como violência, pobreza extrema e absoluta falta de opções de lazer e de atividades culturais, a Baixada Fluminense, entretanto, esconde um rico e vasto patrimônio “cultural e natural”. Parte desse patrimônio pode ser encontrado representado em cartões-postais, o que significa desde já uma importante relação com a comunicação, o mito e imaginário. Essa pesquisa, de natureza qualitativa, adota um olhar próprio da sociologia compreensiva e da hermenêutica com vistas a investigar o imaginário presente em 7 cartões postais dos atrativos culturais da cidade de Nova Iguaçu. Alguns resultados preliminares assinalam a presença de um patrimônio artístico e histórico representado em cartões-postais capazes de permitir uma reflexão para além dos aspectos preconceituosos e estereotipados como tradicionalmente a Baixada é identificada.

PATRIMÔNIO NA PELE: NARRATIVAS DO EU, TATUAGENS E AFETOS

Lucas Gamonal Barra de Almeida (Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. de São Paulo)
Denise da Costa Oliveira Siqueira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Este trabalho tem como objetivo estudar as relações dos sujeitos com os patrimônios urbanos, notadamente a partir de representações expressas por tatuagens. A partir de um referencial teórico da antropologia das emoções, da sociologia do corpo e de estudos da comunicação, observamos as dimensões das corporalidades e das emoções em narrativas do eu, as quais, na análise proposta, são comunicadas por meio das marcas corporais na pele e dos relatos que as atravessam. Levando em conta que as cidades não são apenas o espaço do habitar, mas também onde os indivíduos constituem diferentes relações, vêm à tona os debates em torno da memória e dos afetos a ela relacionados. Recorrentemente, aponta-se para a dificuldade existente na preservação de bens públicos, sobretudo por haver distanciamento dos sujeitos em relação a esses elementos alegóricos. Entretanto, com base nos casos aqui em realce, contemplamos a existência do sentimento de pertença. As histórias oficiais de patrimônios dão vez a outras narrativas, marcadas pelos vínculos afetivos. Em termos metodológicos, adotamos uma perspectiva qualitativa, alicerçada pela revisão teórica e por uma análise crítica das narrativas. Observamos, com as tattoos, a elaboração de lembranças e protagonismos, os quais demarcam as relações que as pessoas criam com as cidades e forjam identidades. Para tal, analisamos dois casos, componentes de um acervo maior de entrevistas registradas em audiovisual e realizadas durante pesquisa de doutoramento. Por meio das tatuagens, as informantes articulam suas relações com as cidades de Juiz de Fora (MG), Petrópolis (RJ), Rio de Janeiro (RJ) e Santiago (Chile). Nosso problema de pesquisa gira em torno de como se efetua o encontro entre as biografias dos indivíduos, seus corpos e os monumentos citadinos. Resultados iniciais indicam que a história apontada como oficial cede espaço para histórias mínimas, histórias de vida. Narrativas que compõem os imaginários urbanos continuamente.

PATRIMÔNIO VIVO: TROCA DE SABERES - UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Wanessa Pereira Rodrigues (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)
Edivânia Freitas de Jesús (Secretaria de Estado de Educação de MS)

O presente trabalho é um relato de ações desenvolvidas em instituições públicas de ensino e uma instituição cultural situadas no município de Corumbá/MS, uma cidade fronteiriça que se apresenta como palco privilegiado para estudos e pesquisas. Os autores que balizaram nossa pesquisa e ações no campo do Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial foram Canclini (2019) e Florêncio (2016); (2019). A metodologia das oficinas foi desenvolvida e definida pelos membros da equipe. O objetivo principal do projeto foi propiciar o fortalecimento da identidade cultural individual e coletiva desses estudantes e estimular a apropriação e o uso, pela comunidade, do Patrimônio Cultural que ela detém. Esse relato contempla as experiências resultantes do Projeto Patrimônio Vivo: Troca de Saberes (financiado pelo Fundo de Investimentos Culturais - 2019 da Fundação de Cultura e Patrimônio Histórico de Corumbá), onde as oficinas foram divididas em duas partes: Na primeira compartilhamos conceitos chave com os alunos: Patrimônio Cultural, a preservação e salvaguarda, de quem é o Patrimônio, abordando o contexto histórico e social do surgimento desses bens patrimoniais; nesse momento inicial os alunos foram apontando para nossa equipe elementos que consideravam patrimônio; Na segunda parte foi dada a oportunidade para que os alunos definissem por meio de imagens os lugares, saberes, celebrações, formas de expressões, ou seja, elementos culturais presentes em sua comunidade, que fossem de uso coletivo e que não gostariam que deixasse de existir, dessa maneira eles construíram um Mapa Afetivo. Esse projeto contribuirá para a identificação, preservação e difusão do patrimônio cultural corumbaense.

TURISMO CULTURAL EM PARATY E SUAS RELAÇÕES COM IDENTIDADE, PATRIMÔNIO E EVENTOS

Monica Raquel Ribeiro Barreto

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa o calendário de eventos culturais em Paraty. Busco compreender o calendário de eventos da cidade, assim como investigar a produção de sentido e os significados socialmente produzidos pelos atores sociais que promovem o calendário de eventos de Paraty. Indago se os eventos culturais em Paraty respondem aos problemas de sazonalidade. O referencial teórico mobilizado em minha pesquisa compreende os conceitos de cultura, imaginário, patrimônio, identidade, eventos. A metodologia utilizada, de natureza qualitativa, recorre a técnicas de coleta de dados como as entrevistas semi-estruturadas, realizadas com os atores principais que promovem o calendário de eventos em Paraty. Através de dados coletados no trabalho de campo, e um quadro de Unidades Mínimas Ideológicas, conclui-se que o calendário de eventos além de ser uma estratégia que movimenta a economia do município, representa a valorização da identidade do paratiense, suas culturas e seus patrimônios. Para a realização de minha pesquisa busquei auxílio no referencial teórico próprio da antropologia, da sociologia e do turismo. A metodologia que emprego em meu trabalho é de natureza qualitativa. Lanço mão de uma abordagem compreensiva, também chamada de hermenêutico-interpretativista. Minha pesquisa também busca levantar questões, caracterizando-se como exploratória quanto aos objetivos. Além da pesquisa bibliográfica e documental também empreguei o trabalho de campo em antropologia e o uso de entrevistas semi-abertas. Realizou-se um trabalho de campo por quatro dias, no período da Festa do Divino, uma das festas que analiso nesse trabalho, entrevistas com os principais atores que promovem o calendário de eventos. Assisti palestra no Sesc com atores que são de instituições importantes no campo do patrimônio e da mídia.

UMA "PRINCESINHA DO CAFÉ" NO VALE DO PARAÍBA DO SUL: IMPRESSÕES SOBRE O PATRIMÔNIO OITOCENTISTA DE VASSOURAS

Thiago de Souza dos Reis (SEME Cabo Frio/UFRRJ/UVA/UNESA)
Magno Fonseca Borges (CEDERJ/UNIRIO (Polo Piraí))

Vassouras foi elevada à categoria de vila em 1833. Este foi um momento em que a cultura cafeeiro-escravista e a forja de um centro urbano pujante seguiam juntos como partes complementares de um projeto em vias de consolidação. Dirigir a transformação do território em espaço social esteve intimamente ligado aos interesses da máxima expansão da classe senhorial. Projeto teve seus contornos e conteúdos mais bem definidos no findar da década de 1840. Em 1848, com a primeira visita de D. Pedro II ao lugar, iniciou-se a era dos baronatos. Desde então, alargou-se muito a concessão de títulos nobiliárquicos. Entre os anos de 1850 e 1865, momento de apogeu da cultura cafeeiro-escravista, a vida social do lugar era pujante. Os grandes e megas senhores de terras e escravos erguiam as grandes e faustosas sedes de fazenda. No núcleo urbano, palacetes, teatros, prédios públicos foram construídos com projetos mais refinados e com contribuições de diversos arquitetos e artistas da época. O calçamento das ruas foi ampliado e as vias foram adornadas com fontes e bebedouros. O centro urbano foi tocado pela riqueza e passou a ser mais um palco para expressar o lugar social dos grandes senhores. A presente proposta de comunicação pretende compreender como a formação do núcleo urbano de Vassouras, transformado em cidade em 1857, expressa a assimetria das forças em jogo. Nesse sentido, as transformações urbanas serão importantes fontes para nossa reconstrução e análise. Além disso, atentaremos para outros espaços sensíveis da cidade que mantiveram relação com grupos subalternizados pela história local e com personagens oriundos de classes sociais muitas vezes desvalorizadas pelo discurso oficial sobre a História da cidade.

“ISSO AQUI NÃO É BAGUNÇA!” SOBRE DIFERENTES CONCEPÇÕES DE RITUAIS E CELEBRAÇÕES NO BANHO DE SÃO JOÃO EM CORUMBÁ E LADÁRIO (MS)

Luciana Scanoni Gomes (Centro de Trabalho Indigenista)

A festa de São João que ocorre nas cidades de Corumbá e Ladário, localizadas no Pantanal sul-mato-grossense, é registrada como Patrimônio Cultural de Mato Grosso do Sul. Sua particularidade reside na feição sagrada e de fé que manifesta, pois, para seus devotos, São João é um santo poderoso, capaz de operar milagres e atender pedidos que incluem conquistas amorosas e realizações profissionais. Por essas façanhas, é um santo que requer esbanjamento de alegria no dia da sua festa. Na madrugada de 23 para 24 de junho, os fiéis se dirigem ao rio Paraguai a fim de realizar o Banho de São João, um ritual cujo ápice consiste em aspergir água do rio Paraguai na imagem do Santo. O objetivo deste trabalho é demonstrar que neste ritual coexistem diferentes regras de conduta na mediação com o sagrado. Se de um lado, cumprir a promessa e renovar os votos com a divindade demanda uma comunicação pessoal e um ato circunspecto entre devoto e santo; de outro, a graça recebida é motivo de comemoração coletiva bem como de festa e celebração, o que, por sua vez, tem atraído cada vez mais turistas para participar dos festejos e intensificar o divertimento

07 A 11 DE JUNHO DE 2021
ciipc2020.rj.anpuh.org

III CONGRESSO INTERNACIONAL
E INTERDISCIPLINAR EM
PATRIMÔNIO CULTURAL:
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO,
EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR- NOVA IGUAÇU
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

GT 12. Patrimônio e Literatura

Silvia La Regina (UFSB)
Anne Greice La Regina (UFSB)

JORGE AMADO NO RIO DA PRATA: POETA E PROSADOR

Marina Siqueira Drey (Universidade Federal de Santa Catarina)

Quando indagado acerca dos tipos de gêneros da sua produção literária, em entrevista a *Cadernos de Literatura Brasileira* (Instituto Moreira Salles), Jorge Amado declarou: “Eu sou mesmo um romancista”. Ao lado da expressiva publicação de 23 romances, há, entretanto, outras obras, de outros gêneros, com menor visibilidade por parte do público. Exemplo disso é o *A Estrada do Mar* (1938), livro de poemas pouco conhecido até nos dias atuais. Além desse, também ilustram tal afirmativa *ABC de Castro Alves* (1941) e *Vida de Luiz Carlos Prestes, o cavaleiro da esperança* (1942), biografias que publicou entre os 29 e 30 anos de idade; período correspondente ao que a crítica convencionou denominar de sua “primeira fase”. Coincide com tal recorte – que tem o término com a publicação de *Gabriela, Cravo e Canela* (1958) – o intervalo em que Jorge Amado era reconhecido como militante do Partido Comunista Brasileiro, sendo desse contexto que emerge minha proposta de comunicação cujo objetivo é o de apresentar uma amostra da documentação de um acervo literário que contextualiza e descreve a produção intelectual do escritor nos anos de 1941-1942. Especificamente, proponho-me a compartilhar excertos de poemas e de prosa desse autor que, além de romancista, foi também poeta e biógrafo. O arquivo em questão denomina-se *Acervo Mala de Jorge Amado* e diz respeito a seu exílio nos vizinhos Uruguai e Argentina para a elaboração da biografia de Prestes. O material é objeto de minha tese de doutorado e está vinculado ao Núcleo de Literatura e Memória da Universidade Federal de Santa Catarina.

LOS RÍOS PROFUNDOS: UM OLHAR SOBRE A TRANSCULTURAÇÃO E O PATRIMÔNIO CULTURAL PERUANO

Shirlene dos Santos Silva (Capes)

Em “Los Ríos profundos”, romance indigenista do escritor e antropólogo peruano José María Arguedas destaca-se o universo social e cultural andino no qual se observa o processo de transculturação na formação da comunidade peruana. O autor também descreve elementos da arquitetura e da cultura que formam o patrimônio cultural do país. Veremos como a transculturação influenciou na construção da obra literária, assim como, a intencionalidade do escritor ao apresentar elementos que vieram a constituir o patrimônio cultural. Propomos com este trabalho entender a formação da comunidade andina, e analisar os conceitos desenvolvidos para compreender e preservar a identidade e a memória de um povo. Além disso, refletiremos sobre a importância do romance em pauta, para o estudo dos conceitos de transculturação e de indigenismo peruano. Ainda, verificamos que a contribuição social do estudo aponta para uma reflexão do processo formador da América Latina e a busca por sua identidade cultural. O estudo dispõe um caráter analítico a partir de uma abordagem crítica sociológica com interpretação de textos teóricos.

NARRATIVAS ORAIS DO RIO DO ENGENHO (ILHÉUS-BAHIA): LITERATURA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Gisane Souza Santana

O distrito rural do Rio do Engenho é um lugar de memória, de construção e atualização do passado. Distrito de Ilhéus desde o tempo colonial, quando o atual município foi Capitania de São Jorge dos Ilhéus – o Rio do Engenho é rico em cultura, história e tradições. Além do patrimônio material - Igreja de Sant’Ana, ruínas do engenho, o tacho de fazer o melaço da cana-de-açúcar -o distrito se destaca por sua riqueza imaterial: festa de padroeiro, gastronomia, artesanato, saberes e fazeres cotidianos da comunidade e as narrativas orais. As narrativas contadas pelos moradores fazem parte de uma herança cultural de tradições e costumes que estão guardadas na memória de alguns dos habitantes da região. Enquanto elementos significativos da identidade da memória coletiva de um grupo social, as narrativas formam uma rede de conhecimentos que fornecem sentidos de coesão e coerência à identidade social do grupo. Nessas narrativas, o cotidiano se transfigura em espaços imateriais, ou lugar social como paisagens visuais, sonoras e olfativas - uma cartografia de sons, ritmos e cores ,que povoam o imaginário constante do distrito rural. Este estudo objetiva analisar as narrativas orais do Rio do Engenho (Ilhéus/Bahia), que são produzidas no cotidiano da comunidade. Trata-se de um estudo desenvolvido interdisciplinarmente no espaço da Literatura Comparada onde são estabelecidas convergências conceituais da Teoria Literária e dos Estudos da Cultura. Parte-se de uma pesquisa bibliográfica, relacionando questões sobre literatura, memória e patrimônio. Por meio da pesquisa de campo, foram feitas a recolha dos relatos através do método da história oral. A pesquisa permitiu verificar que as narrativas orais podem ser entendidas como uma síntese de processos sociais e culturais, de um passado compartilhado pela comunidade; podem ser consideradas como representação das práticas cotidianas e das vivências coletivas.

O RELÓGIO, A CASA, A AVENIDA: MEMÓRIAS DE SÃO PAULO EM ÉRAMOS SEIS

Leonardo da Silva Claudiano (PUC - SP)

Ao nos debruçarmos sobre as plantas da cidade de São Paulo, das quatro primeiras décadas do século XX, encontramos, sem dificuldades, a Avenida Angélica. Eixo que liga a região central à Avenida Paulista, o registro cartográfico a representa ao longo do tempo, estática. Ao contrapormos os mapas, notamos o crescimento da cidade, observamos a mancha urbana a duplicar quarteirões em todas as direções. À esquerda e à direita da Angélica, uma espécie de desenvolvimento constante, seguro, sem conflitos. Em leitura conjunta com outros dados quantitativos, as informações se conectam e confirmam a ideia oficial: a província se faz metrópole. Ainda que alguns textos técnicos recorram às imagens literárias, a articulação entre números e gráficos nos remete à mera descrição dos espaços. Existem, entretanto, outras cidades em disputa, de ruas vivas, de temporalidades sobrepostas. No presente artigo, pretendemos buscar os aspectos narrativos da cidade, desvendar o movimento dialético pelo qual, diante de percursos determinados, de trajetos úteis ao sanitarismo, fluxo e vigilância, os habitantes ressignificam os lugares, tecem enredos que não se representam nas frias plantas geográficas; histórias que compõem uma memória urbana, ao mesmo tempo individual e coletiva. Como fonte, optamos pelo romance *Éramos seis*, de Maria José Dupré. O olhar em retrospecto da personagem Lola rememora uma São Paulo que parte de traçados concretos, mas que se realiza no imaginário das narrativas que formam e conformam as lembranças – que preservam uma imagem de cidade cuja base está nos mapas, mas que vai além deles. A casa e a Avenida Angélica tornam-se cena e cenário da saga de sua família: laços que se desfazem no tempo, diante do crescimento vertiginoso de São Paulo. Pelos vestígios, a autora nos reconstrói a cronologia urbana e familiar; tempos idos que teimosamente sobrevivem pelo palimpsesto citadino e pela narrativa de quem a (re)vive.

PRESERVAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL LITERÁRIO FEMININO NO SÉCULO XIX E XX NO BRASIL

Taís de Victa Rocha (Escritas do Corpo Feminino)

Por séculos, a produção cultural de uma cidade ou País esteve sob gestão estritamente masculina, cabendo somente aos homens a construção da expressividade cultural das cidades que habitavam. Isso pode ser percebido não somente na história da cidade do Rio de Janeiro, como também nas das outras cidades e províncias. Sob forte influência europeia, a construção dos espaços, galerias, cafés e bibliotecas durante a modernização imposta pela Coroa Portuguesa antes e depois da Independência Brasileira também levaram assinaturas e conservações de especialistas e artistas masculinos. A proposta da referida pesquisa é justamente contornar esse legado restrito na produção literária, no acervo material feminino e seus reflexos para o patrimônio cultural brasileiro. Destacando expressões e retratos que foram produzidos por mulheres escritoras ao longo da história brasileira, resgatando pioneiras, produtoras intelectuais e excelentes observadoras do contexto cultural e histórico nacional. Resgatar, propor formas e caminhos que visam a preservação de seus acervos, a importância dos mesmos para a história e cultura de suas regiões brasileiras e para o patrimônio cultural material literário feminino do Brasil do século XIX e XX.

07 A 11 DE JUNHO DE 2021
ciipc2020.rj.anpuh.org

III CONGRESSO INTERNACIONAL
E INTERDISCIPLINAR EM
PATRIMÔNIO CULTURAL:
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO,
EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR- NOVA IGUAÇU
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

GT 13. Patrimônio, Legislação e Direito

Conceição Aparecida Barbosa (UFMA)
Lurdes Varella (Universidade do Alentejo)

Caderno de Resumos

III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural:
Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio

Elis Regina Barbosa Angelo (org)
Editora Cravo. Porto, Portugal
ISBN 978-989-9037-12-0

264

A CHANCELA DA PAISAGEM CULTURAL SOB UMA PERSPECTIVA JURÍDICA: APLICABILIDADE E LIMITAÇÕES DA PORTARIA Nº127/2009 DO IPHAN

Luiz Felipe Lisboa Quirino (OAB)

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de forma inovadora delegou em seus artigos 215 a 216-A, uma seção específica a promoção, proteção e manutenção do patrimônio cultural brasileiro, destacando-o como o conjunto de manifestações de bens que apresentam natureza material ou imaterial. O texto constitucional em vigência estabelece que a proteção e promoção do patrimônio são tuteladas pelo estado e com a colaboração da comunidade, mediante o uso de instrumentos normativos, administrativos e colaborativos, como o tombamento, registro, inventários, vigilância, desapropriação e outros. Além destes instrumentos citados, há ainda a chancela da paisagem cultural, que protege uma porção específica do território cujo interesse de se preservar representa de forma significativa o processo de interação do homem com o espaço e conseqüentemente os modos e saberes ali propiciados. Apesar de sua eficácia para proteger determinados espaços, esta figura é pouco utilizada como mecanismo de proteção. O instrumento supramencionado é disciplinado e normatizado pela portaria Nº127/2009, exarada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que fez uma recente consulta pública sobre a modificação normativa do seu conteúdo regulador. Assim, o objetivo geral deste trabalho é apresentar a instrumentalidade jurídica da chancela da paisagem cultural como forma de proteção do patrimônio cultural, a luz da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e de recomendações de entidades estrangeiras e associativas. Já o objetivo específico do trabalho é delimitar a aplicabilidade do instrumento protetivo, bem como apresentar o seu uso a partir de experiências nacionais estrangeiras.

A DESIGUALDADE SOCIAL A PARTIR DE UMA LEGISLAÇÃO QUE EMBORA CONSIDERE A VIDA COMO UM VALOR MAIOR QUE A PROPRIEDADE, APROFUNDE ESSA DESIGUALDADE

Artur Antonio da Rocha (Universidade Federal do Maranhão)

Considerando a Constituição do Brasil de 1988, ter colocado a vida como valor mais importante que o patrimônio privado, é preciso identificar se essa valoração é subjetiva ou se, de fato, há uma preocupação legislativa em se proteger direitos dito civis constitucionais ou se continuamos a aprofundar a nossa abissal desigualdade social, mesmo a partir de uma legislação Constitucional e infra constitucional. Com efeito, mesmo com a modernização de instrumentos legislativos como o Código Civil de 2002, em substituição ao código individualista e patrimonialista de 1916, ainda possuímos um arcabouço legislativo ainda pendente de atualização, como o caso do Código Penal, em que, verificamos a proteção maior ao patrimônio do que a vida humana. Na verdade, é forçoso admitir que embora a proteção a vida humana seja fundamental, verificamos o patrimônio como um bem a ser protegido. Obviamente que alguns bens, considerados de interesse difuso, e de terceira geração (posição de 1979 do jurista Karel Vasak e depois revistos por Bobbio e Bonavides), tais como patrimônio histórico, artístico, imaterial, ambiental e cultural do Brasil. Contudo, estamos no mapa da fome e não assumimos uma reforma agrária consistente e tampouco fizemos políticas públicas de Estado que impeça o aprofundamento da desigualdade social. O objetivo do presente artigo é tentar identificar a visão holística do patrimônio em suas várias nuances para o ponto de vista do direito, e, como podemos lançar luzes sobre essa maior proteção ao patrimônio do que a própria vida. Por outra banda, também deveremos identificar as formas de administração do Patrimônio público e de que forma, a melhor forma de administração pode ajudar o povo, sendo que o poder do Estado, em tese, pertence a todo o povo e dele é emanado. E também desfazer a visão de que o Estado e Governo se confundem, pois isso é um engano, que leva a aventuras autoritárias. Tendo em vista nosso passado escravagista, iremos propor algumas reflexões.

BREVES REFLEXÕES SOBRE A SITUAÇÃO DOS FLIPERAMAS, LAN HOUSES E LUDERIAS DURANTE A PANDEMIA DO COVID19

Albano Francisco Schmidt (Centro Universitário Sociesc de Curitiba)

O presente artigo, de maneira exploratória, dado o fato de as decorrências da pandemia do Covid19 ainda não estarem distantes o suficiente para a realização de reflexões que não tenham caráter transitório, busca explorar o processo de espelhamento dos mundos analógicos e virtuais no campo dos jogos. Para tanto, num primeiro momento faz uma análise dos fenômenos da proliferação dos arcades, seguidos das lan-houses até chegar nas luderias contemporâneas e seus impactos no meio ambiente urbano e, em alguma medida, virtual. Na sequência, reflete sobre as novas formas de interação social, (in)possibilitadas pelo advento da pandemia. Constata a mudança de hábitos dos jogadores, migrando de um cenário de expansão das casas de jogos analógicos (ludérias), para o meio ambiente praticamente todo digital. Explora, ainda, os esforços da indústria de jogos de virtualizar suas propriedades intelectuais, processo que foi drasticamente acelerado pelas estritas regras de isolamento social e medo do contágio pelo vírus. A pesquisa arrimou-se sempre em dados econômicos, a fim de buscar entender os fenômenos de maneira interdisciplinar e multifocal.

CAPITAL FINANCEIRO ESPECULATIVO: UMA AMEAÇA AO PATRIMÔNIO CULTURAL DE COMUNIDADES DA REGIÃO DO MATOPIBA SOB MARCO LEGAL

Francisco das Chagas Sousa (Caixa Econômica Federal)

O patrimônio cultural dos povos do campo, indígenas e quilombolas na região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) revela a importância da cultura para a sociedade a partir do desenvolvimento sustentável da região, mas que está ameaçado pela atuação predatória do CFE capital financeiro especulativo, formado por pessoas físicas e jurídicas, através de plantação de commodities, em especial soja, que aliada à pecuária bovina devasta territórios dos biomas Cerrado e Amazônia Legal atingindo: a) o patrimônio cultural natural formado por paisagens naturais, rios, fauna e flora, inclusive reservas naturais de árvores frutíferas (Piqui, bacuri, castanheiras, babaçu, buriti e carnaúbas, entre outras); b) a população do campo, os indígenas e quilombolas que, ao terem seus meios de subsistência devastados, sofrem interferência no seu patrimônio cultural material e imaterial com perdas de terras, casas e dos hábitos culturais ligados àquela terra, quando são forçados, em parte ou toda a comunidade, a migrarem para as periferias das cidades ou espaços rurais. Esse cenário é possível graças ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil que permite a ocupação de grandes áreas nessas regiões a partir de legislação favorável aos sujeitos do CFE, criando um pseudo-direito que afronta a garantia constitucional de direitos ambientais e sociais (inclusive patrimonial cultural), criando obstáculos jurídicos aos povos afetados ao acesso à justiça. Dessa forma, há uma relação entre Patrimônio Cultural, Legislação e Direito na criticidade da prática vigente na região do MATOPIBA neste estágio da cultura capitalista, que gera ações de despossuir pessoas ou comunidades inteiras de seu patrimônio cultural em favor da concentração de riquezas aos sujeitos do CFE representados por particulares, empresas (fazendas) e bancos presentes em conglomerados societários de empreendimentos que dominam a “ordem” econômica e, a partir dessa, as “ordens” política, legislativa, jurídica e social.

DESTOMBAMENTO: UM ESTUDO SOBRE AS (IM)POSSIBILIDADES E FUNDAMENTOS DA AÇÃO ESTATAL

Eduardo Barbosa Fernandes (Universidade do Estado de Minas Gerais)
Jéssica Queiroz Pereira

O Decreto-Lei nº 25/1937 é o diploma legal que prevê as regras básicas aplicáveis ao tombamento. Considerando os seus fundamentos, necessária se faz a reflexão sobre as vantagens do tombamento para a sociedade e os motivos que levam à sua manutenção. Deve-se, ainda, ponderar se este ato simbólico não interfere na vida prática da população e em até que ponto manter esta identidade é essencial. Utilizando-se do método dialético, mediante o levantamento de dados e a pesquisa exploratória, objetiva-se analisar, por meio de vertente jurídico-dogmática, as possibilidades de destombamento dos bens em situações específicas, visto que as hipóteses de cancelamento do tombamento, também chamado pela doutrina de destombamento, não estão claramente explícitas no ordenamento brasileiro. Embora não haja, de forma explícita, um rol taxativo ou exemplificativo de hipóteses de destombamento, o Decreto-Lei nº 3.866/1941 admitiu o destombamento de um bem, se dessa forma atender a motivos de interesse público, podendo ser interposto recurso por qualquer legítimo interessado que seja cancelado o tombamento de bens pertencentes à União, aos Estados, aos Municípios ou as pessoas naturais ou jurídicas de direito privado. A partir deste decreto, a pesquisa discutirá quais as possibilidades e fundamentos para se requerer o destombamento de um bem, especialmente a ausência do interesse público na manutenção do tombamento, que embora inicialmente tenha existido, se perdera com o passar do tempo ou por algum outro motivo específico. Não se perca de vista também as hipóteses de negligente ausência de manutenção e preservação do bem por parte do Estado, ou fomento para tanto dado ao particular, que se traduz em demasiado ônus ao proprietário, que não mais suporta arcar com os gastos da preservação de maneira integral. O presente estudo/pesquisa encontra-se em andamento e será convertido em trabalho definitivo.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PARANAPIACABA: A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ/SP À LUZ DOS DISPOSITIVOS LEGAIS

Karina Vieira dos Santos

O processo de desenvolvimento das cidades está relacionado às alterações decorrentes das atividades econômicas, tecnológicas, políticas e sociais, suscitando o questionamento sobre a preservação urbanística. A expansão e transformação das cidades, impulsionadas pelo fenômeno da globalização, une a discussão de três campos: a preservação do patrimônio, o planejamento urbano e a preservação ambiental que, até então, não se comunicavam. Este novo contexto, mais diverso e complexo, demandou a introdução de novos instrumentos e dispositivos legais, contemplando abordagens do planejamento urbano. A partir do advento da Constituição Federal de 1988, observa-se uma produção de dispositivos normativos e legais voltados à preservação do patrimônio, principalmente na esfera municipal. Neste sentido, este trabalho tem por objetivo analisar a trajetória e a evolução das ações para preservação da Vila de Paranapiacaba - pertencente ao município de Santo André/SP - à luz da legislação municipal vigente. Para tanto será realizada uma análise documental, a partir do levantamento e consulta de documentos públicos de fonte primária, como documentos referentes à burocracia administrativa: atas de reunião do conselho municipal de preservação e outros dispositivos sobre a matéria. Por fim, pretende-se compreender de que forma a produção dos dispositivos legais tem viabilizam a gestão do patrimônio cultural da Vila de Paranapiacaba.

MOVIMENTOS DE LUTA PELOS DIREITOS AMEAÇAM PATRIMÔNIO CULTURAL

Conceição Aparecida Barbosa (Universidade Federal do Maranhão)

O presente trabalho objetiva refletir sobre a luta pelos direitos por meio de movimentos de ataque aos monumentos públicos. Diante de um sistema econômico diametralmente desigual e um sistema jurídico autorregulatório que concretiza tal desigualdade e impede a ação eficaz do cidadão contra injustiças do próprio sistema, impossibilita a autodeterminação dos povos e o acesso ao direito sobre o patrimônio comum à humanidade, movimentos considerados iconoclastia tornam-se a única forma de combate às injustiças sociais e protesto da sociedade civil. Desde pequenas intervenções à total destruição, mister se faz estudá-los, não só pela perspectiva de suas representações, mas pelo viés das causas que motivam sua execução. Por meio de revisão bibliográfica e dados midiáticos pretende-se refletir sobre tais movimentos na perspectiva do direito. A priori, observam-se como resultados, não só a falta de representatividade dos monumentos por serem símbolos de dominação e aniquilação de povos, quanto a insatisfação com o sistema econômico vigente.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E MÚLTIPLAS EXPERIÊNCIAS: ESTUDO COMPARADO PARA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS

Mariana Pinto Alves
Mateus Júnio da Cruz Costa

A pesquisa visa analisar, comparativamente, os fundamentos históricos e legais que subsidiaram a proteção do patrimônio cultural no Brasil, França e Argentina. Importante explicitar, sucintamente, a razão para escolha desses países. A escolha da França deve-se ao fato da sua influência no direito administrativo brasileiro e importância histórico-cultural para o Ocidente. Quanto à Argentina, deve-se ao fato de ser um país da América Latina, culturalmente similar com o Brasil e muito visitado por brasileiros. Destarte, questiona-se: quais foram os fatos e atos históricos para a formação da concepção a respeito da necessidade de preservação do patrimônio cultural nesses países? Até que ponto experiências existentes nesses países poderiam ser replicadas no contexto brasileiro a fim de aperfeiçoar a preservação do patrimônio cultural? A pesquisa utiliza-se da vertente jurídico-dogmática, através do estudo de materiais históricos e orienta-se pela técnica jurídico-comparativa, a partir da análise interpretativa dos estudos já existentes a respeito da temática. Para tanto, adentra-se na formação histórica da preservação do patrimônio cultural na Brasil, apresentando, para isso, os principais dispositivos legais que regulamentam esta preservação. Após apresentado o Brasil, realiza-se o mesmo com a França e a Argentina. Ao final é apresentada uma análise genérica sobre o PL 2.396/20. Conclui-se, previamente, as seguintes afirmações: no caso do Brasil, os entes federativos falham em zelar pela conservação do patrimônio cultural, porquanto trata-se de uma competência comum material (art. 23, II, CF/88); e, envolvendo todos os países objetos da pesquisa, dependendo da situação histórica à época, dá-se uma importância maior ou menor, por parte da população e governo, acerca da concepção de conservação do patrimônio cultural.

TOMBAMENTO TÁCITO POR ACESSÃO DE BENS RECENTES: O CANTEIRO CENTRAL DA AVENIDA AFONSO PENA, EM CAMPO GRANDE-MS

Maria Teresa de Mendonça Casadei (Universidade Católica Dom Bosco)

Juliana de Mendonça Casadei (Banco Interamericano de Desenvolvimento)

A presente pesquisa objetivou analisar o contexto jurídico da inserção de novos monumentos alusivos a bens de interesse cultural em âmbito de áreas tombadas e descobrir se houve o tombamento tácito do Relógio da Rua 14 de Julho, em Campo Grande-MS, por acessão de bens recentes ao canteiro central da Av. Afonso Pena, previamente protegido. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, e configura-se uma investigação qualitativa, por conseguinte descritiva e interpretativa, tendo como estudo de caso as sucessivas intervenções em âmbito do canteiro central da principal avenida da cidade. Pelos resultados obtidos foi possível verificar que o canteiro sofreu diversas modificações, anteriores ao seu tombamento, os quais descaracterizaram em parte a dinâmica sociocultural existente, passando de local de encontro e convívio para local de passagem. Ocorreram também intervenções posteriores ao seu tombamento, tais como a conflituosa acessão da estátua do poeta Manoel de Barros e o prolongamento da borda do canteiro central e a instalação de monumento alusivo ao antigo relógio existente no cruzamento com a Rua 14 de Julho, sob as bases do original, construído em 1933 e demolido em 1970. Considera-se que as duas recentes intervenções correlacionam-se com a preservação da memória afetiva da comunidade local, portanto, em consonância com o propósito protetivo. Portanto, conclui-se pela possibilidade do tombamento tácito por acessão de bens recentes, desde que autorizado pelo órgão competente, respeitando-se assim os critérios legais, conseqüentemente, o propósito do respectivo tombamento e as políticas de preservação do patrimônio cultural.

07 A 11 DE JUNHO DE 2021
ciipc2020.rj.anpuh.org

III CONGRESSO INTERNACIONAL
E INTERDISCIPLINAR EM
PATRIMÔNIO CULTURAL:
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO,
EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR- NOVA IGUAÇU
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

GT 14. Patrimonio documental y bibliográfico

Elvia Rosa Velasco Covarrubias (Universidad de Guadalajara)
Marina del Sagrario Mantilla Trolle (Universidad de Guadalajara)

BIBLIOTECA JOSÉ GUADALUPE ZUNO HERNÁNDEZ DE LA UNIVERSIDAD DE GUADALAJARA

Elvia Rosa Velasco Covarrubias (Universidad de Guadalajara)
Marina del Sagrario Mantilla Trolle (Universidad de Guadalajara)

José Guadalupe Zuno Hernández (1891-1980), nació en la Hacienda de San Agustín, actualmente municipio de la Barca, Jalisco. Muere en Guadalajara a la edad de 89 años. Don José Guadalupe Zuno Hernández, es una de las figuras trascendentales para la historia de Jalisco, destacó ampliamente en dos de sus variadas facetas: la de político y la de artista, entre 1920 y 1925 fue diputado federal, presidente municipal de Guadalajara y gobernador del Estado, aunque su contribución más reconocida y trascendente fue la de reestablecer la Universidad de Guadalajara pues lo que él logró, fue la creación de la Universidad Pública para Jalisco en el siglo XX. Parte de su legado se materializó a través de la donación de su casa a la Universidad de Guadalajara, ocurrida en 1974, la Universidad puso en servicio la casa a través de la biblioteca personal de Zuno, donada como parte del inmueble. La de Guadalupe Zuno es una biblioteca universitaria y pública, está al servicio de las universitarias y los universitarios, sean estudiantes, docentes o investigadores, también está abierta para el público general. El acervo de esta biblioteca asciende a 3,530 libros, con diversidad temática: el arte mexicano y universal; la historia regional, nacional y universal; literatura (narrativa, poesía, ensayo, teatro), contiene biografías, libros sobre política, sociología, religión, geografía, enciclopedias, pandectas y diccionarios. El acervo cuenta con la colección Cultura, de la legendaria editorial mexicana, editada por Agustín Loera y Chávez y Julio Torri, de la primera década del siglo XX. Destacan autores mexicanos, hispanoamericanos, rusos, franceses, polacos y rumanos. La biblioteca José Guadalupe Zuno Hernández forma parte de la Red de Bibliotecas de la Universidad de Guadalajara.

COLEÇÕES DE DOCUMENTO NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: ALGUNS APONTAMENTOS

Tiago Braga da Silva (Universidade Federal do Espírito Santo)

Trata-se de uma reflexão sobre o uso do termo coleção e sua aplicação na classificação dos conjuntos documentais custodiados pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), a partir de uma pesquisa bibliográfica e análise das descrições disponibilizadas no site institucional do APEES. Os acervos dos arquivos públicos estaduais são compostos por documentos de diferentes proveniências, em sua maioria, são constituídos de documentos produzidos no exercício das atividades do poder público. Outra parcela do patrimônio documental gerida por essas instituições são os conjuntos documentais oriundos de pessoas jurídicas ou físicas, chamados de arquivos privados. Além dos fundos documentais, os arquivos também conservam as coleções, que numa oposição ao fundo de arquivo, não são reunidos em função das atividades do seu produtor, mas por outros critérios e de forma intencional. A partir dos resultados constatados, podemos inferir que o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) possui inconsistências na classificação dos seus conjuntos documentais, especificamente aqueles pertencentes à categoria coleção, que em sua maioria, conforme constatado na pesquisa, possui características de fundo de arquivo. Não se trata apenas de uma escolha de nomenclatura, mas envolve, contudo, as escolhas metodológicas para o tratamento dos conjuntos documentais pertencentes a uma instituição arquivística cuja missão é, essencialmente, promover o acesso às fontes documentais para responder às diferentes demandas de informação da sociedade.

DA(R) VIDA PARA A HISTÓRIA: A TRAJETÓRIA SOCIAL DO DIÁRIO DE GETULIO VARGAS

Letícia Borges Nedel (UFSC)

O trabalho apresenta resultados de uma pesquisa que examina o envolvimento de familiares de Getulio Vargas na composição do personagem histórico e, a partir da transmissão e uso de seu espólio documental, de sua associação à memória histórica nacional, em especial ao período conhecido como Era Vargas. Orientada por uma perspectiva de análise processual dos arquivos e coleções, reconstitui a circulação social dos diários pessoais do estadista, desde o momento em que foram produzidos, entre 1930 e 1942, até as sucessivas narrativas produzidas pela filha e neta do ex-presidente, antes e depois da incorporação dos cadernos de notas, em 1995, ao arquivo pessoal que havia sido doado ao Centro de Pesquisas e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) em 1973. Presumindo que a lógica de acumulação dos arquivos pessoais não se esgota nas intenções e sentidos emprestados pelo titular, mas envolve uma diversidade de atores que dele se utilizam e sobre eles intervêm, examina-se o encadeamento entre suas configurações materiais e discursivas e os usos que instalam a “produção de si” pela escrita auto-referencial numa linha de continuidade com a ação política e a produção da memória histórica. Dessa forma, partindo das restrições jurídicas, políticas, morais e outras que incidem sobre os arquivos pessoais, o trabalho reflete sobre os valores atribuídos aos registros auto-referenciais, os caminhos que levam à sua patrimonialização e finalmente, os interesses e recursos investidos na produção dos legados e memórias que as coleções e documentos de arquivo materializam. Com tal abordagem pretende-se oferecer referenciais teórico-metodológicos úteis a pesquisas que problematizem a inserção pública de acervos privados, bem como as relações público-privado implicadas em diferentes modalidades de registro.

O ARQUIVO NA CASA DO LIVRO: O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA COLEÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Luciane Simões Medeiros (Fundação Biblioteca Nacional)

O presente artigo pretende analisar o processo de patrimonialização da coleção Biblioteca Nacional, acervo custodiado na Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional. Originalmente concebido como arquivo histórico, o acervo compreende cerca de 4.000 itens documentais entre relatórios, atas, correspondências, inventários, documentos administrativos produzidos entre o século XVIII e o XX que, em diferentes contextos, foram considerados dignos de preservação. Seu processo de patrimonialização foi marcado pela transição do arquivo corrente para arquivo histórico e então para coleção, movimento marcado pelo processo de construção do saber biblioteconômico na instituição. O corte proposto para a análise é o período entre 1911 e 1990, período em que a Seção de Manuscritos passa a receber a documentação dita histórica. A fundamentação teórica está ancorada nas reflexões de Cook, Ketelaar, Le Goff e Canclini. O artigo está estruturado em duas partes: apresentação do acervo, da instituição custodiadora, das práticas e correntes de pensamento que influíram em sua conformação; e análise do processo de patrimonialização, sua origem e reconhecimento social como patrimônio de caráter nacional. A conclusão aponta reflexões em torno das particularidades deste artefato cultural: um monumento/documento sobre o qual nos dedicamos a analisar o contexto de criação e patrimonialização.

O INVENTÁRIO DE MARCAS D'ÁGUA DA COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

Marina Furtado Gonçalves (Universidade Federal de Minas Gerais)

O acervo arquivístico de uma sociedade, amparada pela memória coletiva documentada textualmente, representa boa parte do patrimônio cultural existente. Por meio dos estudos de documentos manuscritos é possível refletir sobre o desenvolvimento do pensamento, estruturas, relações das sociedades humanas, ou seja, a construção do discurso histórico se estabelece com a presença do arquivo. O suporte mais comum para tais documentos é o papel que até o início do século XIX era fabricado a partir de trapos de tecido. Durante o processo de produção era possível imprimir marcas d'água no papel, formadas a partir de uma figura moldada em latão entrelaçada nos fios do molde do fólio de papel, e que poderiam identificar o fabricante, garantindo autenticidade. No intuito de identificar a proveniência dos papéis utilizados para a redação da documentação da Coleção Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro selecionamos 697 documentos a partir de amostragem aleatória. Após a identificação da presença das marcas d'água em 602 papéis (86,37 % do total da amostra), essas foram fotografadas, traçadas sobre papel vegetal e classificadas de acordo com o padrão International standard for the registration of papers with or without watermarks. Ao compararmos as marcas inventariadas com os bancos de dados e demais referências identificamos a proveniência de 562 papéis (93,36% dos documentos com marcas d'água). A grande maioria dos papéis é de proveniência italiana (344 papéis), seguida por papéis possivelmente italianos (122 papéis), holandeses (73 papéis), franceses (21 papéis) e ingleses (1 papel). Constituiu-se assim um inventário inédito com 861 marcas d'água, contramarcas, marcas múltiplas e marcas de canto, aliando a documentação visual das marcas e os metadados propostos pelo padrão utilizado, sistematizando a informação e estabelecendo um instrumento de pesquisa, contribuindo para o estudo da história do papel e criando subsídios para pesquisas futuras sobre o tema.

07 A 11 DE JUNHO DE 2021
ciipc2020.rj.anpuh.org

III CONGRESSO INTERNACIONAL
E INTERDISCIPLINAR EM
PATRIMÔNIO CULTURAL:
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO,
EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR- NOVA IGUAÇU
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

GT 15. Patrimônio Arqueológico

Luis Gómez Gastélum (Universidad de Guadalajara)
Lluís Mundet i Cerdan (Universidade de Girona)

Caderno de Resumos

III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural:
Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio

Elis Regina Barbosa Angelo (org)
Editora Cravo, Porto, Portugal
ISBN 978-989-9037-12-0

280

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO A PARTIR DAS CARTAS INTERNACIONAIS E DA LEGISLAÇÃO NACIONAL: ÊNFASE NO PROCESSO EDUCACIONAL

Luiz Claudio Gonçalves Junior (Centro Universitário de Volta Redonda)

A arqueologia é uma ciência social que estuda as culturas e os modos de vida das sociedades a partir dos seus vestígios materiais, os quais fazem parte do patrimônio cultural de diferentes povos. Esses vestígios, bens e outros indícios de vida e de seres humanos precisam ser preservados para que se identifique o liame entre a história da humanidade e sua relação com o meio ambiente. Os vestígios, obtidos a partir de atividade arqueológica, podem ser muitos como construções, sítios delimitados, depósitos estratificados em diversas camadas do solo, subsolo ou submersos, artefatos no meio rural ou urbano, dentre outros. Todo esse patrimônio arqueológico contribuiu, sobremaneira, para a formação do colecionismo europeu entre os séculos XV e XVI, junto à nobreza e aos clérigos que gostavam de relíquias antigas. O interesse por esse patrimônio arqueológico não se restringia sobre a sua ancianidade, mas sobre aspectos que envolviam a sua origem, integridade, raridade e informações históricas sobre o artefato ou sítio encontrado. Os métodos para iniciar uma escavação também foram aperfeiçoados. No início, exigia-se apenas a famosa pá e a força física. Hoje, diante do avanço tecnológico é possível definir e trabalhar com o uso de fotografias aéreas e de satélite com alto poder de resolução para identificar sítios arqueológicos; a utilização de drones para áreas de difícil acesso; a ciberarqueologia para os casos de manuseio de scanners à laser; o trabalho em ambientes virtuais com sítios arqueológicos em ambientes 3D, o armazenamento de peças a partir de métodos de datação por tipologia e estratigrafia, etc.. O objetivo dessa pesquisa é estudar a legislação envolvendo o direito comparado e a legislação nacional sobre a preservação do patrimônio arqueológico. Justifica-se, pois a educação patrimonial é o principal instrumento para que a legislação possa ter mais efetividade.

AS LÁGRIMAS DO ESQUECIMENTO: ARQUEOLOGIA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA DAS LÁPIDES FUNERÁRIAS DOS CEMITÉRIOS HISTÓRICOS DO SÉCULO XIX-XX EM MANAUS

Tatiana de Lima Pedrosa Santos (SEC-AM)

Este artigo tem como objetivo, tratar sobre o potencial da produção de conhecimento científico, nos cemitérios históricos do século XIX-XX, em Manaus, ao procurar um enquadramento no universo através das representações das lápides funerárias. O artigo trata ainda de dados preliminares de um projeto de pesquisa acadêmico-científico realizado nos cemitérios históricos do século XIX-XX em Manaus e na margem direita do Rio Negro. Ao encontrar um arcabouço teórico orientado nos estudos funerários, e transversalmente, nas pesquisas em arqueologia histórica, o presente trabalho procurará ampliar os conhecimentos interdisciplinares no entrecruzamento das fontes documentais, com as fontes artefactuais. Estes cemitérios, e suas lápides, que se constituem em sítios arqueológicos históricos, devem ser estudados enquanto representações do passado. O artigo tem como perspectiva, não só fomentar o conhecimento científico, através de uma busca na compreensão dos aspectos funerários, rituais, como também estruturais dos jazigos. No que tangência os seus aspectos simbólicos de distinção social e diferenças perceptíveis na decoração tumular e na própria localização do sepultamento.

DA IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA UMA COMUNIDADE: O CASO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA DE RETUMBA

Arthur Franklin Ferreira Lopes (Universidade Estadual da Paraíba)

Reconhecida é a indispensabilidade da Educação Patrimonial na formação da cultura histórica dos povos. Um exemplo ilustrativo deste fato observou-se no processo de salvamento arqueológico na localidade onde alegadamente encontrava-se a Pedra de Retumba, município de Pedra Lavrada, Paraíba. Nesta campanha, a equipe do LABAP-UEPB foi, antes mesmo da concepção do trabalho de campo, incondicionalmente auxiliada pela comunidade local, cujos anseios por encontrar o desaparecido monumento bem denotam o nível de identificação com seu Patrimônio. Neste sentido, este trabalho traz as considerações sobre o referido processo de salvamento da famigerada Itacoatiara nomeada em alusão a seu descobridor primeiro (pois que outros o seguiram, após os desaparecimentos sazonais do painel de gravuras), não para apresentar-lhe as questões técnico-metodológicas simplesmente, mas a fim de ressaltar a participação de toda uma comunidade no redescobrimento do monumento arqueológico. Para tanto, foram utilizados os conceitos de Patrimônio Histórico-cultural, de Educação Patrimonial e memória, sob o ponto de vista de múltiplos autores que trabalham estas temáticas, dialogando com aqueles para que fosse realizado retrato mais efetivo da importância intrínseca ao descobrimento de um monumento qual a Pedra de Retumba na formação de uma identidade “lavradense”, própria daquela prestativa e airosa comunidade.

EL INSTITUTO JALISCIENSE DE ANTROPOLOGÍA E HISTORIA: UNA EXPERIENCIA LOCAL EN LA GESTIÓN DEL PATRIMONIO ARQUEOLÓGICO MEXICANO

Luis Gómez Gastélum (Universidad de Guadalajara)
Cristina Ramírez Munguía (Universidad de Guadalajara)

El Instituto Jalisciense de Antropología e Historia (IJAH; 1959-2014) fue la experiencia más longeva de una iniciativa del gobierno federal mexicano que, durante el sexenio del Presidente Adolfo López Mateos (1958-1964), creó una serie de dependencias estatales dedicadas a coadyuvar con el instituto nacional de la especialidad en la protección y administración del patrimonio arqueológico. En esta ponencia se analizarán las características legales y académicas que tuvo el Instituto Jalisciense de Antropología e Historia a lo largo de sus 55 años de existencia, así como el perfil de sus colaboradores, sus modos de trabajar y los resultados que obtuvo a través de las distintas etapas de su vida en el ámbito cultural jalisciense y nacional, todo lo cual dio lugar a una experiencia local en la gestión del patrimonio arqueológico. Por último, se efectuará la comparación con la esfera nacional mexicana para establecer similitudes y diferencias entre ambos modos de administrar la cultura material del pasado prehispánico de Jalisco.

O FORTE DE SANTA TECLA: ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO

Paloma Falcão Amaya

Esta apresentação busca expor a história do Forte de Santa Tecla, relacionando questões sobre arqueologia e patrimônio. É importante assinalar que o Forte de Santa Tecla se constitui como um relevante patrimônio para a cidade de Bagé no Rio Grande do Sul. Seus vestígios materiais não se encontram mais no espaço no qual foi construído, mas sua presença ainda é marcada na paisagem. Em função disso, a comunidade local tem se esforçado para preservar esse espaço como um significativo elemento da sua memória regional. Este estudo também se enquadra em um conjunto de estudos arqueológicos sobre sítios militares. A cidade de Bagé é um polo territorial que tem representatividade histórica, uma vez que foi palco de diversos acontecimentos marcantes na história da formação do Brasil e do Rio Grande do Sul. Com este trabalho, buscamos entender a construção desse assentamento defensivo, sendo não apenas um reflexo dos contextos de disputas imperiais e como uma mera construção de combate, mas como sendo um patrimônio cultural material. Considerando a importância histórica da região, os pesquisadores locais, junto às instituições culturais do município, encaminharam ao IPHAN um projeto de revitalização do Parque do Forte de Santa Tecla, com a finalidade de resgatar, preservar e valorizar o sítio arqueológico do Forte de Santa Tecla. O projeto de revitalização do Parque do Forte de Santa Tecla busca qualificar este patrimônio como atrativo turístico, para que possa ser visto por moradores locais e visitantes.

PAISAGEM URBANA E O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PATRIMONIALIZADO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Jeanne Cristina Menezes Crespo (IPHAN-RJ)

O objetivo da presente comunicação é apresentar considerações iniciais sobre a constituição das paisagens contemporâneas que configuram a Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, a partir da problematização dos distintos contextos de patrimonialização dos remanescentes arqueológicos já identificados na área. Tais contextos se farão acompanhados pela identificação dos respectivos estados de preservação de tais bens; assim como, da avaliação das suas condições de extroversão/musealização no espaço vivido da capital carioca. Ainda, buscaremos identificar as percepções e atribuições de sentidos dadas por diferentes segmentos sociais e institucionais ao patrimônio arqueológico, com o foco na identificação de alguns conflitos narrativos envolvidos na patrimonialização de tais remanescentes. Nossa ideia com tal estudo, parte do pressuposto da potencialidade de tais relações divergentes como contribuintes para a legitimação, tanto das interpretações discursivas sobre o passado, quanto para a gestão dos bens arqueológicos no contexto contemporâneo.

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO SUL DE SANTA CATARINA: AÇÕES PARA VALORIZAÇÃO DO LEGADO CULTURAL PRÉ- COLONIAL

Geovan Martins Guimaraes (Universidade do Sul de Santa Catarina)

O litoral Sul de Santa Catarina se caracteriza como uma importante paisagem cultural, uma vez que possui um significativo e diversificado patrimônio arqueológico pré-colonial, pesquisado durante décadas por investigadores de várias partes do Brasil e do mundo. A região começou a ser ocupada por grupos pescadores-coletores há mais de sete mil anos. Estes grupos ficaram conhecidos como os construtores de sambaquis, um tipo sítio arqueológico com características funerária e ritualística, tendo como principal elemento construtivo os moluscos. Foram erigidos ao longo de muitos anos, são grandes montes que chegaram a ultrapassar os 50 metros de altura. Apesar da sua monumentalidade e do potencial informativo acerca da ocupação pré-colonial brasileira, esses espaços foram e ainda são constantemente depredados. Esta realidade pode ser alterada, ações de sensibilização demonstram efetividade na proteção dos patrimônios arqueológicos. Este trabalho pretende discutir ações educativas que visem a valorização do patrimônio cultural no litoral sul-catarinense, bem como apresentar o potencial para criação de um circuito de visitação turística. Serão descritas as experiências com visitas monitoradas aos sambaquis da região Sul de Santa Catarina e o seu impacto na valorização e preservação deste patrimônio arqueológico. A visita monitorada é uma atividade processual e permanentemente desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia - Grupep, da Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul, que atende público-participante proveniente de diversas instituições de ensino. Os participantes acompanhados de um monitor, visitam sambaquis da região, esse processo tem demonstrado eficiência na compreensão e preservação do patrimônio arqueológico regional e, ampliando o interesse na visitação destes sítios arqueológicos.

07 A 11 DE JUNHO DE 2021
ciipc2020.rj.anpuh.org

III CONGRESSO INTERNACIONAL
E INTERDISCIPLINAR EM
PATRIMÔNIO CULTURAL:
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO,
EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR- NOVA IGUAÇU
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

GT 16. Patrimônio Arquitetônico e urbanístico

Jessica Marcelli (Universidad Tonalá)
Julio Sampaio (UFRRJ)

Caderno de Resumos

III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural:
Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio

Elis Regina Barbosa Angelo (org)
Editora Cravo, Porto, Portugal
ISBN 978-989-9037-12-0

288

"MIS VIAGES A CEMENTERIO" POR MARIANA ENRIQUEZ

Renata Bastos da Silva (IPPUR/UFRJ)

Trata-se do relato da jornalista argentina Mariana Enriquez sobre sua trajetória turística sobre as visitas que realizou entre o final do século XX e as primeiras décadas do século XXI, em alguns cemitérios no mundo e na própria Argentina. Pensamos que neste contexto presente no qual muitos entes queridos de famílias (de variadas formações), no Brasil e no mundo, foram acometidos pela COVID 19, é propício para revelarmos como são os espaços arquitetônicos e os rituais que fazem parte dos mesmos, de despedida de nossos mortos. Em nosso contexto a morte, muito bem descrita por José Saramago em seu livro *As Intermitências da Morte* (2005): "Não há nada no mundo mais nu que um esqueleto", escreve José Saramago diante da representação tradicional da morte. Esqueletos que Mariana destaca em sua visita aos Panteón de Belén e Panteón de Mezquitán no México, sendo que os cemitérios, segundo a autora, são chamados de Panteón; Mariana se encontra com a tradição mexicana do Día de Muertos, Por outro lado, ela se desloca da trajetório de um turista comum é procura as tumbas das pessoas comuns em Cuba, no próprio México, Argentina, como já indicamos, Itália, Peru, EUA, Austrália e Alemanha. Vamos destacar os cemitérios que visitou em Cuba, México e Peru, por conta de serem países que estudamos através dos escritos, entre outros, de José Carlos Mariátegui. Assim, pretendemos abordar o Patrimônio que estes cemitérios legam à humanidade através de um singular olhar desta jornalista cujo o tema gótico é marcante em suas obras. Nossa metodologia está calcada nos estudos de nossa profa Márcia Chuva em especial seu livro *CHUVA, Márcia. Os arquitetos da memória*. RJ: UFRJ, 2009.

A BELEZA DO SAGRADO CATÓLICO FLUMINENSE: ARTE E DEVOÇÃO NA IMAGINÁRIA COLONIAL DUQUECAXIENSE

Elaine Tavares de Gusmão

A partir da ocupação colonial, adentrando a Baía de Guanabara e seguindo pelos rios que nela desaguavam – Meriti, Sarapuí, Iguassu, Estrela, Pilar –, em suas margens, os sesmeiros portugueses ergueram igrejas, fazendas, engenhos e povoados, e com o crescimento da população, houve a necessidade de criar freguesias, nas quais havia a Igreja Matriz e suas capelas filiais. Na relação Coroa e Igreja Católica, nota-se a possibilidade de maior controle sobre a região, a população e seus meios de produção. O território do atual município de Duque de Caxias abrangia as Freguesias de Nossa Senhora do Pilar do Aguassu, Morabahi e Iguaré, e parte das Freguesias de Santo Antônio de Jacutinga, de São João Batista do Trairaponga e de Nossa Senhora da Piedade de Anhum-mirim (Inhomirim). A partir da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, iremos destacar os principais aspectos das construções, arquitetura e imaginária de um cenário do patrimônio sacro colonial que deixou vestígios na memória e cultura do município de Duque de Caxias. Consideramos a necessidade de se preservar o Patrimônio da Igreja Católica, em sua rica tradição cultural de herança devocional e artística, afirmamos que a preservação e reconhecimento desse patrimônio devem ser estimulados para que as futuras gerações tenham consciência de suas origens e identidades. Ressaltamos que as obras de arte são agregadas de valores, como a memória, que reflete e documenta um tempo; e a cultura, que expressa a síntese do desenvolvimento de um povo. Partindo da premissa de que a utilização de símbolos, figuras, imagens e ícones vêm servindo de forma de comunicação e linguagem, desde a origem do homem e até nos dias atuais, investigaremos de que forma a imaginária duquecaxiense se constitui como patrimônio cultural significativo, integrando memórias que são essenciais para o entendimento da nossa própria história, proporcionando condições de reconhecimento e pertencimento para a população duquecaxiense.

A PRAÇA XV ALÉM DAS BARCAS: EXPLORANDO NOVAS TERRITORIALIDADES

Isabella Shor Pereira (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Este trabalho tem como objetivo explorar conceitualmente e topologicamente um espaço entendido como residual no Centro do RJ, anexo à Estação das Barcas e seu entorno imediato na Praça XV. Como demonstrado no artigo, este espaço pode ser entendido como um território-margem resultante das frequentes modificações espaciais derivadas de sucessivas camadas de projetos urbanos, tendo como foco as obras mais recentes para as Olimpíadas de 2016 e seu legado para a cidade. Entendendo a importância do contexto no qual se insere - onde seu valor patrimonial é essencial para a história da cidade - e do exemplar da arquitetura eclética que é o edifício onde funciona a estação das barcas da Praça XV, é possível debruçar-se sobre o conceito de "margem" (que atinge praticamente toda cidade litorânea a partir do fenômeno de expansão) para propor considerações e possíveis diretrizes projetuais. A partir dessas diretrizes e reconhecendo as problemáticas das últimas alterações do espaço urbano e outras heranças provenientes de grandes modificações do passado, este trabalho intenta: sugerir, a partir das diretrizes traçadas, possibilidades de superação da barreira da "margem", anexando um espaço ocioso (ligado ao front marítimo) sem composição com a malha atual e novas territorialidades. Desta maneira, propõe-se novas dinâmicas e usos para os usuários transitórios e permanentes, para além da relação privilegiada entre o solo urbano e a Baía de Guanabara, colocando o patrimônio em destaque para e renovação de uma identidade urbana.

AS CASAS DA ECOLOGIA: ANÁLISE DAS TIPOLOGIAS DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS NO BAIRRO ECOLOGIA DO CAMPUS DA UFRRJ

Andressa Pazianelli Leite (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)
Roberta Soncini SantAnna Cruz (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)
Matheus de Freitas Minervino (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)
Ana Luisa Ramos de Castro (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

O campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em Seropédica/RJ foi construído entre (1939 – 1947) a fim de abrigar o Centro Nacional de Estudos e Pesquisas Agronômicas (CNEPA) e a Universidade Rural, ambas instituições ligadas ao Ministério da Agricultura durante o Governo de Getúlio Vargas. O projeto original dirigido pelo arquiteto Ângelo Murgel era composto por diversos pavilhões, institutos, oficinas e construções rurais, além de edificações residenciais para seus alunos, professores, funcionários e dirigentes. Todas as edificações seguiam a linguagem neocolonial e foram planejadas em harmonia com o parque paisagístico elaborado pelo paisagista Reynaldo Dierberger. A partir dos dados levantados, estima-se que o campus teria mais de 500 residências classificadas em tipologias específicas conforme o cargo destinado ao seu residente: Especiais, Catedrático, Funcionário, Trabalhador e Alojamentos. Para cada tipo de casa, foram encontradas diferentes variações de projetos, resultando em aproximadamente 30 projetos distintos. Essas residências estão distribuídas no campus de duas formas: ou se localizam em núcleos nas proximidades de cada Instituto/ Setor, obedecendo a hierarquia funcional das tipologias, ou estão no bairro residencial denominado “Bairro Ecologia”. O presente trabalho pretende focar na análise das residências do Bairro Ecologia com o objetivo de compreender a setorização do Bairro, identificar as tipologias adotadas e analisar as alterações do projeto original. Para tanto, foram realizados levantamentos documentais, iconográficos e fotográficos, identificadas as principais características de cada tipo e mapeadas as ocorrências de cada tipologia, assim como usos e alterações do projeto original.

CHALÉS EM OURO PRETO: AS INFLUÊNCIAS SOBRE A SUA PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUITETÔNICA (1880-1950)

Bruna Carneiro Leão Simões (Universidade Federal de Ouro Preto)

A tipologia eclética dos chalés da cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, foi preferencialmente preservada em relação as demais edificações de mesmo estilo durante o período de criação das primeiras políticas de proteção ao patrimônio nacional, nas décadas iniciais do século XX. A presente comunicação faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, cujo objetivo principal é a compreensão entre os contextos histórico, social, econômico e político e a preservação dos chalés, considerando as transformações da arquitetura eclética em Ouro Preto no período em estudo. A tipologia dos chalés foi uma exceção diante das mudanças desencadeadas pelas intervenções modernistas de proteção ao patrimônio conduzidas por alguns intelectuais da época. Tendo como fontes documentais como registros de tombamento, cartografias, decretos de âmbito municipal, estadual e nacional, acervos iconográficos, revistas e jornais do período em questão, além de pesquisas e estudos realizados por outros autores sobre temáticas semelhantes, elegeu-se duas possíveis influências que mantiveram a arquitetura dos chalés. A primeira considera a atuação das decisões e ações das políticas patrimoniais do órgão público responsável, o IPHAN e a segunda opção pondera sobre a interferência dos proprietários dos chalés sobre essas políticas. Espera-se que esta pesquisa contribua para os estudos sobre os chalés mineiros e sobre a arquitetura eclética como um todo, temas pouco trabalhados por arquitetos e áreas afins. Além de colaborar com os assuntos relacionados à história patrimonial do período modernista brasileiro.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PRESERVAÇÃO PATRIMÔNIO EDIFICADO: A DIMENSÃO DE CONFLITO ENTRE A NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AS DIFICULDADES NO RECONHECIMENTO DOS VALORES DA ARQUITETURA MODERNA

Aianne Bilitário Cerqueira

Nas últimas décadas, o debate em torno do patrimônio edificado, tanto na perspectiva teórica quanto prática, se deslocou do eixo estético-histórico para o antropológico-cultural. Considerando a perspectiva de que o processo de patrimonialização de um edifício é uma construção cultural e social, que se dá a partir de valores atribuídos pelos grupos que se relacionam com esses edifícios, a finalidade da preservação deixa de ser somente a manutenção dos bens materiais em um sentido estrito, por si mesma, e passa a contemplar a manutenção dos valores neles representados. Assim, torna-se necessário a introdução dos grupos sociais que atribuem esses valores nas discussões acerca da preservação. O conjunto de valores de um bem pode ser identificado pelo especialista, o profissional de conservação, mas precisa ser reconhecido por uma comunidade e é isso que lhe atribui significância, que o torna digno de ser preservado. Mas o que acontece quando a sociedade ainda não reconheceu ou identificou potenciais valores patrimoniais de determinados edifícios, e estes correm riscos de descaracterização ou destruição? A dimensão de conflito entre a necessidade de ampliação da participação social nos processos de preservação do patrimônio e a dificuldade de acesso ao universo de valores e significados de edificações modernas é a proposta de discussão deste trabalho. Para tanto, têm-se como objeto de reflexão os edifícios modernos construídos na década de 1970 no Centro Administrativo da Bahia, em Salvador. Os aspectos políticos, históricos e estéticos desses edifícios podem ser compreendidos como barreiras comunicacionais que dificultam a fruição plena dos mesmos como Patrimônio Cultural pela sociedade soteropolitana. Diante do que foi colocado, reflete-se ainda sobre de que maneira a educação patrimonial pode influir nesse conflito, proporcionando aberturas para o reconhecimento de valores e significados que justifiquem a preservação dos edifícios mencionados.

ENTRE A PRAIA E O COSTÃO: REFLEXÕES SOBRE O MUSEU ARQUEOLÓGICO AO AR LIVRE DO COSTÃO DO SANTINHO

Maria Vitoria Vieira Capote Gonzaga (University of Rome Sapienza)

Florianópolis é uma ilha no sul do Brasil, onde durante a pré-história, os antigos habitantes deixaram suas marcas em seu litoral. Hoje, a cidade abriga alguns dos maiores empreendimentos turísticos, parte de seu processo de urbanização, onde a arqueologia e o capital privado acabaram por coexistir. É neste contexto que nasce o Museu Arqueológico ao ar livre no Costão do Santinho, estudo de caso deste ensaio, que se propõe a analisar o processo de criação do museu e sua relação com os órgãos públicos vinculados ao projeto, e também da resultante museografia do museu a céu aberto, permitindo refletir sobre algumas praticas que podem emergir em casos semelhantes ao deste estudo, que venham a surgir no contexto brasileiro. É importante repensar como esses modelos poderiam ser mais bem aproveitados para contribuir na salvaguarda, proteção, comunicação e no enriquecimento do patrimônio cultural. A interpretação desses bens culturais, apesar da dificuldade de serem relacioná-los com as tradições modernas, é ao mesmo tempo uma grande oportunidade para questionar a pré-história num contexto mais geral que inclui os vários grupos, uma vez que ainda está ligada à memória e ao local.

ESTUDO DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES E CONSTRUÍDOS DO MUSEU INTERNACIONAL DE ARTE NAIF DO BRASIL E DA PRAÇA SÃO JUDAS TADEU - COSME VELHO/RJ

Clarissa de Paula Senna (HMA)

O artigo trata do estudo de requalificação dos espaços livres e edificados da antiga sede do Museu Internacional de Arte Naif do Brasil, estendidos para a edificação vizinha (nº 539), e da praça São Judas Tadeu, localizados no bairro de Cosme Velho/RJ. Remanescentes do estilo eclético, os bens edificados encontram-se, atualmente, em desuso devido, dentre várias questões, à legislação de uso e ocupação do solo, que permite para ambos apenas o uso residencial unifamiliar - situação desconexa com a contemporaneidade, dada a manutenção onerosa que representa para tal contexto. Por outro lado, a praça São Judas Tadeu, enquanto equipamento urbano de maior valor atribuído no local, apresenta a funcionalidade sobrecarregada a ponto de desvalorizá-la. Os espaços representam potenciais perdidos que poderiam, de forma conjunta, agregar valor ao bairro; e suas problemáticas ressaltam a importância de um olhar atento voltado para as especificidades locais, aliado a uma visão articulada do bairro com a cidade e seus mecanismos de gestão. O artigo visa ao desenvolvimento de estudos para proposta de requalificação dos espaços, através de reflexões críticas e diretrizes acerca da configuração da paisagem, e suas relações formais e funcionais, com o intuito de suscitar intervenções que conjuguem, de forma consciente, o novo com a preexistência urbana. O trabalho inicia-se pelo embasamento teórico, provendo ferramentas de análise para as etapas seguintes, que abordam as inter-relações dos estudos de caso sob as escalas do bairro e da cidade. A metodologia baseou-se em vistorias no local, pesquisas e questionários on-line, e análises em documentos e registros. Como resultado, é apresentada a proposta de intervenção, de forma a evidenciar-se que a cidade, em sua complexidade, é um espaço de múltiplas interações, significados e bagagens; que deve ser analisada de forma crítica, interdisciplinar e específica; e em prol de intervenções conscientes, integradas e respeitadas à preexistência.

ETNOCONSERVAÇÃO URBANA: DIRETRIZES PARA A GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL CARIOCA

Alda de Azevedo Ferreira (ICOMOS Brasil)

Em 2012, o sítio da Cidade do Rio de Janeiro recebeu o título de Patrimônio da Humanidade, na categoria de Paisagem Cultural, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Contudo, em análise ao Plano de Gestão da Conservação do Sítio Carioca, observou-se a ênfase dada aos planos de preservação de partes isoladas do sítio, em detrimento à perspectiva sistêmica do todo. Desta forma, em pesquisa de pós-doutorado do CNPq, de 2019-2020, desenvolveu-se, através de estágio do Laboratório de Arquitetura, Subjetividade e Cultura (LASC/UFRJ), um estudo com o objetivo de delimitar uma abordagem conservacionista para a Paisagem Cultural Carioca, a partir da visão sistêmica e baseado nas percepções subjetivas e intersubjetivas dos grupos de interesse. Funda-se, portanto, no modelo de gestão da conservação baseada em valores, definido a partir da experiência de James Semple Kerr (2013), que admite que o principal objetivo da prática de conservação é manter os valores do patrimônio, bem como, os significados que lhes são atribuídos. Sendo assim, foi desenvolvida a abordagem da "etnoconservação urbana", baseada na compreensão dos impactos sociais ao meio físico e ecossistemas, bem como das relações socioculturais de apropriação das comunidades que vivenciam o espaço protegido, a fim de proporcionar o uso sustentável e a conservação da identidade do lugar. O diferencial da proposta é apoiado na compreensão das ambiências urbanas, a fim de apreender a significância cultural atribuída ao sítio pelos grupos de interesse. Desta forma, a relevância da proposta está em colaborar para políticas patrimoniais comprometidas em reter o significado cultural do sítio, gerar benefícios econômicos, culturais, ambientais e sociais para a cidade, e integrar o Plano de Gestão da Conservação, com vistas à preservação do Valor Universal Excepcional.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO: O PLANO DE GESTÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA – 2016

Isabela Duarte Dutra (Universidade Federal de Pernambuco)

A gestão voltada para o patrimônio cultural urbano, no caso deste trabalho mais especificamente os sítios históricos, enfrenta diversos desafios dentro dos quais podemos destacar a compatibilização entre o preexistente, fragmentos do passado, e as necessidades do mundo contemporâneo, novos usos, tecnologias e experimentos. Neste cenário é imprescindível a formulação e aplicação de um sistema da gestão da salvaguarda do patrimônio cultural, possibilitando a criação e aplicação de instrumentos de gestão adequados ao local. Após uma breve discussão sobre a gestão da salvaguarda, permeando temáticas e acontecimentos no âmbito brasileiro, foram levantados a importância e o compromisso dos órgãos gestores do patrimônio para a salvaguarda do sítio histórico. Para fomentar a discussão no campo da gestão do patrimônio cultural, este trabalho apresenta o Plano de Gestão do Sítio Histórico de Olinda, elaborado pela prefeitura da cidade pernambucana e publicado em 2016. Foi realizada a análise desse instrumento de gestão, direcionado para um polígono urbano histórico reconhecido como bem patrimonial a ser valorado a nível municipal (Prefeitura de Olinda), nacional (IPHAN) e internacional (UNESCO), trazendo o seu processo de elaboração, seu conteúdo e suas propostas.

HABITAÇÃO EM CENTROS HISTÓRICOS: A PERMANÊNCIA DO LOTE URBANO COLONIAL VERSUS USOS CONTEMPORÂNEOS NA RUA DO VIDÉO, BARBALHA

Giovanna Garcêz Freire (Centro Universitário Paraíso)

Este artigo aborda a relação da habitação em edificações antigas na Rua do Vidéo, em Barbalha, Ceará, com os demais usos e mudanças advindas ao longo da história da cidade. O principal objetivo é apresentar como acontece o habitar contemporâneo no Centro Histórico desse município tendo como recorte uma das suas ruas mais importantes. Analisar um breve panorama sobre o estado da arte da evolução do lote urbano no Brasil é um dos objetivos específicos e somam-se ainda verificar a legislação referente ao uso e ocupação do solo urbano, gabarito e verificar as condições de conservação dos imóveis na referida rua. Garantir a permanência da habitação em centros históricos é uma prática antiga: incentivar essa manutenção pode, inclusive, ser uma estratégia de intervenção para que bairros antigos sejam conservados e há diversos exemplos brasileiros e estrangeiros bem-sucedidos. Barbalha, entre as nove cidades da Região do Cariri da qual faz parte, apresenta o maior centro histórico além de diversos atrativos que a tornam polo cultural e turístico. Portando, estudar seu núcleo original é necessário para possíveis contribuições à permanência do seu legado.

KILOMÈTRE 47: UM PAINEL E SEUS MÚLTIPLOS DESÍGNIOS

Helio Luiz Herbst Junior (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)
Renan da Silva Santana (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)
Ada Luísa de Oliveira Pires (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

A presente proposta de comunicação tem como objeto de estudo o painel de azulejaria Kilomètre 47. A obra, concebida em 1943 pela artista portuguesa Maria Helena Vieira da Silva (1908-1992), foi encomendada para integrar o refeitório do Centro Nacional de Estudos e Pesquisas Agronômicas (CNEPA). Na atualidade, o espaço é ocupado pela Sala de Estudos do campus-sede da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A investigação, desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisas em Expressão, Representação e Análise da Forma em Arquitetura e Urbanismo (GERAR/UFRRJ), pretende estimular o interesse pela análise dos processos de integração entre arte e arquitetura, tendo como premissas as enunciações do desenho, entendido como portador de intenções do projeto arquitetônico. Cumpre ressaltar que, em tal chave de leitura, o desenho é tomado como elemento prospectivo e propositivo, capaz de apreender o lugar para transformá-lo. A comunicação se estrutura em duas partes. A primeira discorre sobre o painel, examinado a partir de sua encomenda, fatura e inserção no campus universitário. Neste bloco são, portanto, investigados paralelos entre o painel e a concepção neocolonial do núcleo embrionário da Universidade Rural. A segunda parte tem como foco o conteúdo pictórico do painel, visto a partir da interlocução com a edificação que abrigou, por cerca de três décadas, o antigo refeitório do Universidade. Todas as considerações aqui lançadas se apoiam em projeções ortogonais da sala e do painel, em escala reduzida, e em reproduções em escala natural de oito azulejos, especialmente elaboradas para tal finalidade. As análises são complementadas com pranchas do projeto e registros fotográficos, obtidos em acervos arquivísticos e publicações de época. Por fim são discutidas questões acerca da importância da documentação para a conservação do patrimônio da UFRRJ, cujo significado é tão pouco conhecido pela comunidade acadêmica e moradores da região.

O ENTORNO DA ACRÓPOLE DE ATENAS: UM OLHAR PARA O PROJETO PAISAGÍSTICO DE DIMITRIS PIKIONIS

Thais Piffano Oliveira (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

O arquiteto Dimitris Pikionis (1887-1968) contribuiu desde os anos 1950 com uma produção arquitetônica moderna que foi capaz de dialogar com a herança histórica grega, suas práticas tradicionais de construção, paisagem e cultura. Este artigo é parte do estudo sobre as obras de Dimitris Pikionis e os métodos utilizados pelo arquiteto nas intervenções e projetos arquitetônicos realizados em sítios históricos. Temos por objetivo contribuir para a pesquisa sobre este arquiteto ainda pouco investigado no Brasil com a análise de sua obra de intervenção paisagística no sítio histórico da Acrópole de Atenas, abrangendo também o Monte Filopappou. Pikionis recebeu o reconhecimento da crítica internacional nos anos 1980, principalmente a partir das publicações dos teóricos Alexander Tzonis, Liane Lefaivre e Kenneth Frampton. Apesar de sua obra ter sido destacada como fruto de sensibilidade e intuição ao enfatizar aspectos do lugar, apresentamos o estudo com base em publicações mais recentes que revisitam os projetos de Pikionis e identificam a aplicação do método de Constantinos Doxiadis (1913-1975), um arranjo geométrico claro e preciso que sistematiza áreas livres, determina vistas centrais e toda distribuição do espaço.

PATRIMÔNIO RELIGIOSO DA SÃO PAULO DO SÉCULO XVIII

Edgar da Silva Gomes (NEHSC/PUCSP)

O objetivo desta comunicação é apresentar algumas reflexões sobre a São Paulo do Século XIII e seu Patrimônio Religioso disperso ainda hoje no centro velho e centro expandido da capital paulista que agrega um importante conjunto arquitetônico de igrejas centenárias de valor inestimável para seus habitantes e turistas que caminham apressadamente por esta metrópole, muitas vezes sem perceber a importância para a história da cidade de algumas destas construções, ou mesmo sem saber seu valor político para os habitantes do Século XVIII onde o catolicismo cumpria seu papel de braço administrativo do império português. No ano de 1745 no reinado de D. João V e do papado de Bento XIV, a cidade se tornou sede de bispado. Era ocasião para demonstração de poder e de festa, finalmente a outrora insignificante vila de São Paulo de Piratininga tinha realizado “seus sonhos”: era uma cidade e abrigava uma autoridade eclesiástica. Naqueles tempos isso era muito importante, na Europa medieval não foi diferente! Segundo Le Goff, “A cidade respeita a Igreja e com frequência se coloca a seu serviço” (Le Goff, 1997, p. 95). A cidade mal conseguia recursos para se administrar. Porém a igreja exercia fascínio e temor pelo seu poder, e o pedido de um prelado para São Paulo foi para coibir a decadência moral do clero e da vida cristã, havia também o problema da grande extensão de terra para cada bispado administrar. O público, o religioso e o privado, viviam entrelaçados no período colonial. Na Igreja, o rigor era extremo; o religioso foi motivo de obediência, temor e veneração por parte da população. As regras impostas pela igreja eram rígidas. As pastorais dos bispos tratavam até mesmo da vida particular de cada cidadão das dioceses. Se as regras não fossem cumpridas, poderiam dar motivos a excomunhão. Vamos ver como a vida cotidiana seguia ao toque dos sinos!

PLANOS DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA PARA EDIFÍCIOS HISTÓRICOS: UMA PROPOSTA PARA A IGREJA DA PENHA, RIO DE JANEIRO

Carla dos Santos Feltmann (Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão
do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde - Casa de Oswaldo Cruz)

Carla Maria Teixeira Coelho (Fundação Oswaldo Cruz)

A Igreja da Penha é patrimônio cultural tombado pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade/IRPH, órgão da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro; marco da paisagem da Zona Norte da cidade, vista desde o aeroporto internacional Tom Jobim; símbolo do bairro da Penha; considerada por muitos como um dos berços do samba; palco da festa religiosa mais antiga da cidade e de outros tantos eventos religiosos e culturais de grande importância para a comunidade católica e local em geral. Apesar de sua importância para o bairro e para a cidade, encontra-se em estado de conservação ruim. O presente trabalho apresenta os resultados da pesquisa de mestrado em andamento que busca reunir subsídios para o desenvolvimento de um plano de conservação preventiva que possa orientar as ações de funcionários e voluntários da Igreja, com o intuito de melhor instruí-los a respeito de manutenção do edifício visando a sua preservação em longo prazo. A metodologia utilizada conta com revisão bibliográfica na área da conservação preventiva, pesquisa histórica, arquivística, bibliográfica e de fontes orais, além de análises *in loco*, mapeamento de atores que exercem influência sobre o bem e sua conservação e entrevistas semiestruturadas.

PRESERVAÇÃO DA CASA GRANDE - A PERMANÊNCIA DO SABER FAZER DO PAU-A-PIQUE EM RIBEIRÃO GRANDE – SP

Silvia Ferreira Santos Wolff (Universidade Presbiteriana Mackenzie)

José Antonio Chinelato Zagato (Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo)

Relato de experiência de preservação da Casa Grande, em Ribeirão Grande, município de 5 mil habitantes e limitados recursos no sudoeste do Estado de São Paulo, por meio de um conjunto de ações articulada entre a Prefeitura, corpo técnico do Condephaat e a comunidade local. A Casa Grande é uma rara remanescente das estruturas edificadas ao longo do antigo Caminho das Tropas, estrada usada no século XVIII, entre outros fins, para trazer tropas de muares do Rio Grande do Sul para mercados em Sorocaba (SP), sobretudo com destino às zonas de mineração. A Casa Grande, plasticamente singela, é belo e raro exemplar da tradicional técnica de barro e gaiola entramada de madeira — chamada pau-a-pique, taipa, taipa de mão ou sopapo em diferentes localidades do Brasil — cuja preservação se deu em Ribeirão Grande graças à transmissão do saber-fazer dessa técnica por gerações. Em 2016, um pedido de tombamento feito ao Condephaat foi instruído pelo corpo técnico, e o processo oficial de seu reconhecimento como patrimônio cultural do Estado foi iniciado. Desde então, foram empreendidos permanentes trabalhos entre técnicos, comunidade e gestores locais, para sua recuperação, já que a Casa Grande apresentava sinais de degradação devido a longo período de tempo sem uso. Os esforços têm visado não apenas ao reconhecimento da construção como patrimônio material, mas especialmente pela manutenção e valorização dos saberes e ações coletivas por sua preservação, ilustrado pelas várias atividades participativa, das quais a mais recente foi o início de seu “embarramento” com “mestres” da taipa locais. O artigo tem como objetivo contribuir para a construção de políticas de preservação do patrimônio cultural a partir de uma experiência de grande potência de referência, pois envolveu baixos custos orçamentários, mas intensa articulação institucional e participação social, para a efetivação da garantia do direito à Cultura e a memória nesta região carente do Estado de São Paulo.

REINVENÇÃO DA PINTURA DE QUADRATURA: O CASO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA EM BELÉM DO PARÁ POR ANTÔNIO JOSÉ LANDI

Elna Maria Andersen Trindade (Universidade Federal do Pará)
Mateus Carvalho Nunes (Universidade de Lisboa)

O presente trabalho pretende analisar as pinturas de quadratura feitas pelo arquiteto bolonhês Antônio José Landi (1713-1791) na Igreja de São João Batista, em Belém do Pará. Introdutoriamente, o artigo busca perpassar um contexto histórico da formação do arquiteto na Academia Clementina de Bolonha, na Itália, até os trâmites políticos do Tratado de Madri e da contratação de Landi como desenhador em uma das expedições de demarcação do território português na Amazônia Colonial, que chega ao Brasil em 1753. A pintura de quadratura (o estudo da “arquitetura em perspectiva”, sobretudo) era elemento nevrálgico no projeto pedagógico da Academia Clementina, formando exímios arquitetos, cenógrafos, pintores e desenhadores de arquitetura que perpetuavam e reoperavam tradições artísticas bolonhesas. O texto fornece um panorama artístico e histórico da Igreja de São João Batista, em Belém do Pará, tendo suas obras iniciadas em 1769. Os desenhos da igreja assinados por Landi chegaram aos nossos dias através da publicação na Viagem Filosófica do naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). O artigo, além de apresentar o horizonte da pintura de quadratura na Itália, em Portugal e no Brasil Colonial, foca, mormente, na análise dos exemplares presentes no interior da igreja, identificando tradições e imagens que constituem uma gema singular na produção arquitetônica do período colonial do Brasil.

TERESINA, CIDADE E MEMÓRIA: LEVANTAMENTO E ANÁLISE DA DESCARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO DA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Amanda Cavalcante Moreira (Universidade Federal do Piauí)

Esta pesquisa trata da preservação do patrimônio histórico arquitetônico da cidade de Teresina nas últimas décadas, tendo como norte a percepção das transformações sofridas por este da década de 1980 até a contemporaneidade. Para tanto, levanta e analisa as descaracterizações e possíveis demolições dos prédios da região central da cidade, a partir de comparativo entre registros fotográficos antigos obtidos em fontes variadas, como arquivos públicos e privados, acervos digitais, livros e jornais e imagens atuais, obtidas a partir de mapeamento geral do Centro histórico da cidade. Busca, assim, compreender e caracterizar essas descaracterizações, com foco em duas categoriais de análise – as edificações de uso original residencial e as edificações de uso público, especialmente as institucionais, oficiais ou de lazer. A fim de embasar as análises, busca ainda sustentação teórica em autores consolidados como, Beatriz Mugayar Kühl, Ulpiano Bezerra de Meneses, Maria Cecília Londres Fonseca e Vera Millet. Resulta na evidência do avançado processo de descaracterização que se encontram os exemplares do patrimônio arquitetônico da cidade de Teresina, além da percepção de que as edificações residenciais são as mais afetadas pelas demolições e descaracterizações. Contribui, desse modo, para ampliar o conhecimento do patrimônio arquitetônico da cidade de Teresina e sua documentação, além de embasar possíveis políticas para a manutenção de suas características.

VIA LIGHT E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU: DESDOBRAMENTOS SOBRE O PASSADO E O FUTURO

Luiz Cláudio Brites Lobato (Universidade Estácio de Sá)

Esta investigação procura compreender os desdobramentos ocorridos, a partir de intervenções na paisagem, resultantes da construção da avenida denominada Via Light, no município de Nova Iguaçu, especialmente, no que tange ao patrimônio cultural. A construção da via foi um marco na paisagem de diversos municípios da região, todavia esta pesquisa tem como recorte a área que atingiu o município de Nova Iguaçu. Nesse sentido, a pergunta de pesquisa principal desta investigação se define pela seguinte questão: qual foi o impacto da Via Light na dinâmica do patrimônio cultural edificado de Nova Iguaçu? Assim, o objetivo da presente pesquisa consiste em discutir, por meio do par dialético, desenvolvimento econômico e conservação patrimonial, as transformações do território de Nova Iguaçu, a partir da construção da Via Light, enfatizando os desdobramentos para o patrimônio cultural do município. Como metodologia optou-se pela pesquisa bibliográfica, documental e de campo sobre o contexto histórico municipal, buscando marcos que repercutiram direta e indiretamente na dinâmica do patrimônio cultural local. Após realizou-se uma análise tendo como base o método dialético que culminou com a discussão sobre os impactos e as potencialidades da Via Light como instrumento indutor de valorização do patrimônio remanescente, potencializado por atividades como o turismo cultural – valorização da paisagem urbana, lazer e entretenimento, e, comércio. Como resultado, percebe-se que após a construção e consolidação, a via se transformou na principal rota de mobilidade urbana, atraindo inúmeras empresas, nos mais diversos setores da economia para a área analisada, bem como novos equipamentos urbanos foram ali construídos como hotéis, centros comerciais e de entretenimento, o que influenciou na conformação paisagística da região, bem como na ressignificação do patrimônio material neste eixo metropolitano.

07 A 11 DE JUNHO DE 2021
ciipc2020.rj.anpuh.org

III CONGRESSO INTERNACIONAL
E INTERDISCIPLINAR EM
PATRIMÔNIO CULTURAL:
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO,
EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR- NOVA IGUAÇU
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

GT 17. Patrimônio Imaterial: Tradições, Folclore

Luz María Pérez Castellanos (Universidad de Guadalajara)
María Esperanza Rock Núñez (OTEC Cultura y Territorio)

Caderno de Resumos

III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural:
Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio

Elis Regina Barbosa Angelo (org)
Editora Cravo, Porto, Portugal
ISBN 978-989-9037-12-0

308

BAIXADA FLUMINENSE, ARTE URBANA E IDENTIDADE CULTURAL: REVITALIZARTE EM MESQUITA/RJ VISIBILIDADE À RIQUEZA INVISÍVEL

Isabela de Fatima Fogaça (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Luiz Kleber Rodrigues Farias (Prefeitura Mun de Mesquita)

Registros sobre o grafite remontam a década de 1960, em guetos americanos, como forma de marcar territórios associada aos movimentos do Hip-hop e Rap, bem como ao movimento de Contracultura, revolta de Paris, de maio de 1968, em que muros das cidades se transformavam em disseminadores de manifestações artísticas, sociais e culturais poético-políticas. Forma de expressão cultural e artística, na contemporaneidade, o grafite tem se firmado como arte que valoriza artistas e identidade locais, folclore e representa resistência político cultural, especialmente de culturas marginalizadas. A região Baixada Fluminense é campo de movimentos em favor de uma população que busca, em seu cotidiano, resistir às dificuldades que a desigualdade territorial e social traz para sua vida, o que impacta na autoestima dessa comunidade. Assim, projetos de arte urbana que revitalizam áreas esquecidas de suas cidades e que trazem temáticas que valorizem sua cultura, sua natureza e suas manifestações artísticas e culturais têm grande potencial de estimular elevação de sua autoestima. Nesse sentido, esta pesquisa visa apresentar a experiência do projeto Revitalizarte, criado em 2017, no município de Mesquita/RJ, e que tem como objetivo despertar, por meio murais grafitados, o sentimento de pertencimento dos munícipes, promover embelezamento de vias com pinturas de artistas sobre lugares e grupos sociais da Baixada Fluminense e do Brasil, e discutir sobre a potencialidade da multiplicação deste, para a valorização da identidade local, junto a outras comunidades da Baixada Fluminense. Como metodologia, optou-se pela pesquisa bibliográfica, documental, entrevista com alguns artistas que participaram do projeto, bem como junto à população para compreender sua percepção sobre o projeto desenvolvido. Como resultados, percebe-se que os murais têm temáticas que destacam elementos identitários da população e, que por isso, levam ao despertar-se para suas riquezas locais, estimulando a autoestima.

CREACIÓN ARTÍSTICA, REPRESENTACIONES Y MEMORIA DEL TRABAJO INDUSTRIAL EN ASTURIAS

Rubén Vega García (Universidad de Oviedo)

El cambio de una sociedad industrial con una clase obrera numerosa y organizada a un escenario de desindustrialización ha generado en Asturias un profundo trauma colectivo. La creación cultural y artística no podía permanecer ajena a ello y ha producido en las últimas décadas un considerable bagaje de obras que giran en torno a la memoria y a la resignificación del pasado industrial. A partir de los testimonios de más de medio centenar de artistas entrevistados en el marco de un proyecto de investigación se procura extraer las líneas principales que se advierten en esas representaciones, que en gran medida forman parte de un eslabón intermedio en la cadena de transmisión entre la sociedad industrial y la posindustrial. Se trata de presentar resultados de un proyecto de investigación basado en la recogida de testimonios orales de creadores culturales de diversas disciplinas cuya obra atiende a la huella de la minería y la industria rememorando y resignificando ese pasado en un contexto de desindustrialización. Las entrevistas realizadas componen un retrato coral de la presencia del pasado industrial en la obra de escritores, cineastas, músicos, artistas plásticos y visuales... que buscan inspiración en sus raíces y otorgan significados al patrimonio material e inmaterial del que son y se sienten herederos. Las miradas de los creadores nos ayudan a ver –y a vernos- con otros ojos. Lejos de ser un lastre, los legados de la desindustrialización pueden ser convertidos en un activo.

CULTURA Y TERRITORIO: ACTIVISMO POR LA MEMORIA, ARTES, OFICIOS Y SABERES

María Esperanza Rock Núñez (OTEC Cultura y Territorio)
Andrés Torres González

En esta ponencia daremos a conocer una investigación acción que permite dialogar con las artes y los oficios desde la profundidad de la trascendencia que tiene mantener un saber vivo en un contexto de globalización y brutal des-arraigo a los saberes locales desde la educación de éstas. Esta es una iniciativa que surge como producto de muchas investigaciones de patrimonio cultural inmaterial realizadas en el territorio chileno, desde las cuales se detecta la necesidad de valorar saberes locales tradicionales de manera urgente en un contexto político y cultural neoliberal chileno, por lo que Cultura y Territorio es una instancia que promueve el traspaso de las artes, oficios y saberes a otras generaciones, dando tiempo, espacio y sensibilidad territorial a quienes seguirán con dicha sabiduría. La ponencia mostrará parte del proceso de materialización de esta institución, la que dispone el trabajo académico al servicio público y de los saberes que se han visto menoscabados por el sistema político y económico vigente en Chile.

EL ARCHIVO DE FUENTES ORALES PARA LA HISTORIA SOCIAL DE ASTURIAS (AFOHSA), UNIVERSIDAD DE OVIEDO/MUSÉU DEL PUEBLU D'ASTURIES

Irene Díaz Martínez (Universidad de Oviedo)

Aunque la cita de testimonios orales en investigaciones académicas hace ya años que forma parte de los corpus documentales que manejan los científicos sociales y su utilidad y riqueza está fuera de duda, resulta menor, al menos en España, el grado de desarrollo de los archivos o centros de documentación oral que deberían ser garantes de su conservación y puesta en valor. A menudo, los fondos orales y el proceso de conservación y difusión de los mismos ocupan un lugar secundario dentro de archivos “convencionales”, sean estos de titularidad pública o privada. La “particularidad” de las fuentes orales de un lado, así como el hecho de que, a menudo, su recogida forma parte de iniciativas o investigaciones particulares complejiza el proceso de sistematización y puesta a disposición de la comunidad investigadora de ese material de enorme riqueza. El Archivo de Fuentes Orales para la Historia Social de Asturias (AFOHSA) representa un ejemplo de esfuerzo por crear y consolidar un centro de documentación oral que, al mismo tiempo que genera sus propios fondos, recoge y organiza los creados por otros investigadores. Mi ponencia, por tanto, hará un recorrido por la peculiar trayectoria de creación y consolidación de un Archivo oral compartiendo y trasladando al resto de ponentes y participantes los retos y desafíos que enfrentan/enfrentamos las documentalistas/archiveras de cara a la conservación y difusión de estos fondos orales. Al mismo tiempo, y dada mi condición de historiadora que no sólo organiza sino que maneja en sus investigaciones testimonios orales, haré un recorrido por las distintas series que dan forma al Archivo señalando su potencial utilidad e interés para el conocimiento del pasado reciente.

EXPOGRAFIA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: ANÁLISE SEMIÓTICA DA EXPOSIÇÃO "FESTA BRASILEIRA: FANTASIA FEITA À MÃO"

Karoline Santana Guimarães (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

O presente trabalho tem como interesse a pesquisa sobre formas de organização curatoriais contemporâneas, tendo a expografia e sua relação com a educação patrimonial como objeto de análise. Usando a semiótica francesa como ferramenta teórico-metodológica para fomentar o estudo, o trabalho propõe analisar a narrativa expositiva de “Festa Brasileira: Fantasia feita à mão”, ocorrida no Centro Sebrae de Referência do Artesanato Brasileiro (CRAB). Com nove salas expositivas, contando com aparatos tecnológicos voltados para o áudio visual e para a experiência perceptiva e sensório-motora, a curadoria se utiliza de ferramentas atuais de forma pedagógica, empregando assim na montagem um caráter imersivo à experiência do visitante. Através das estruturas expositivas, vimos a partir do seu percurso narrativo, abordar a organização das peças dispostas na apresentação, visando na configuração do seu entorno a facilitação dos bens culturais exibidos aos visitantes, bens nos quais são concretizados a valorização da cultura e da memória coletiva nacional. Importante para a mediação entre o público e as tradições, fazeres, saberes e os componentes da identidade cultural do país, a educação patrimonial é uma atividade pedagógica que proporciona o enriquecimento do indivíduo e da sociedade, sendo uma via para a afirmação da cidadania, e um mecanismo de inserção social que contribui para a apropriação dos valores patrimoniais e para a conservação e preservação de bens culturais, tornando-se um sistema de troca e de enriquecimento mútuo, tanto individual quanto coletivo. A análise das práticas organizacionais e pedagógicas relacionadas à exposição proposta, focada na arte regional brasileira, ocorrerá por meio da semiótica, que nos possibilitará refletir sobre modelos metodológicos para o estudo da difusão e mediação dos sentidos presentes nas camadas expográficas como suporte e texto de práticas pedagógicas.

LA MEMORIA SALVA VIDAS: ACTIVANDO EL DERECHO A LA MEMORIA Y EDUCACIÓN ANTE DESASTRES. FUNDACION PROYECTA MEMORIA

Camila Constanza Wirsching Fuentes

Marianela del Pilar Camaño Saavedra (Universidad de Concepción Chile)

Tras el terremoto y tsunami del 27 de febrero del 2010 en Chile, Proyecto Memoria surge con el propósito de rescatar y utilizar la memoria urbana y social, como herramientas de educación para transformar comunidades vulnerables en resilientes, con el lema “La Memoria Salva Vidas”. Antes del 27F la sociedad chilena sufría de amnesia sísmica, asimilando la identidad de desastres como un trauma fomentando el olvido, como memoria incomoda. Somos un país de desastres y debemos ser uno de los más preparados y en ello la cultura es fundamental en el proceso de reparación, reconstrucción y preparación. Durante 10 años nuestra ONG ha trabajado con comunidades expuestas a riesgos o que han vivido eventos pasados como aluviones, incendios, tsunamis, terremotos y erupciones volcánicas y los ayudamos a (re) conocer su territorio mediante prácticas de rutas patrimoniales, intervenciones artísticas, sonoras, archivos fotográficos, talleres de memoria, memoriales, museos, radio teatro, reciclaje de escombros simbólicos, entre otros, con una metodología de acción participativa que involucra a gobiernos locales, juntas de vecinos, asociaciones ciudadanas y universidades con más de 70 proyectos de alto impacto y bajo costo. Como resultados hemos confirmado que la memoria salva vidas, y que es fundamental registrar y archivar la historia desde las distintas aristas de la comunidad. Aprendimos del rol fundamental que posee la mujer en el proceso de reconstrucción post desastre, y la deuda que tenemos en visibilizarlo en el presente. La importancia del saber ancestral de los territorios, como saber local único y el valor de su transmisión oral y la relevancia de la participación de la comunidad en el reconocimiento de los valores simbólicos del desastre en el proceso de memorialización para las actuales y futuras generaciones.

O CARIMBÓ E A SUA REPRESENTAÇÃO IMAGÉTICA PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

Pierre de Aguiar Azevedo (UFPA)

O conceito de patrimônio imaterial considera a dimensão simbólica das relações humanas por meio das expressões culturais, em celebrações, ofícios, modos de fazer, edificações e lugares, tornando-se uma referência para pessoas, grupos e sociedades. Este vínculo criado entre indivíduos que passam a se reconhecer como detentores de um bem cultural, diante da patrimonialização de uma manifestação cultural, propõe uma série de questões que levam em conta a forma como estes se relacionam entre si, perante a sociedade e frente às instituições públicas responsáveis pela gestão do patrimônio nas diversas esferas do poder público. Portanto, este trabalho, que é parte da pesquisa de mestrado em ciências do patrimônio cultural em andamento, analisa a manifestação cultural do Carimbó paraense, registrada como patrimônio cultural imaterial brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, observando como as imagens criadas por meio do uso de recursos tecnológicos imagéticos (fotografia, vídeo e produção audiovisual) servem como subsídios para a reivindicação de direitos num diálogo com as políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial brasileiro. Para isso, são consideradas narrativas e discursos de alguns integrantes das comunidades carimbozeiras dispostas pelo território do estado do Pará, com o intuito de identificar o significado por eles atribuído ao termo “patrimônio”, bem como o seu valor enquanto referência cultural. Ainda, o quê, para os carimbozeiros, é considerado ou não patrimônio, pondo em evidência os acordos e conflitos existentes entre as perspectivas comunitárias do Carimbó e as normativas institucionais. O cerne desta discussão reside numa das questões centrais dos debates nas ciências do patrimônio quando se atenta ao ponto de vista dos detentores do bem patrimonial, que busca identificar para quê ou para quem o patrimônio interessa.

OS CARREGADORES DO PAU DA BANDEIRA E O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE BARBALHA/CE

Thaís Pereira da Silva

O trabalho tem como objetivo compreender como os carregadores do Pau da Bandeira percebem os impactos causados pelo registro da Festa de Santo Antônio de Barbalha/CE como patrimônio cultural brasileiro. A festa que acontece todos os anos no interior do estado do Ceará, e tem como principal característica o corte e o cortejo de um grande tronco pelas ruas da cidade para celebrar e homenagear o padroeiro, santo Antônio, e para a realização deste ritual de sacrifício é necessário o protagonismo dos denominados “carregadores do pau”. Estabelece como metodologia a pesquisa bibliográfica e descritiva, e de cunho qualitativo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois carregadores, e posteriormente analisadas com base na análise de conteúdo. Os resultados demonstram que algumas recomendações e mecanismos de proteção foram percebidas pelos entrevistados, como, por exemplo, a segurança policial em relação à festa. Outro aspecto percebido foi a visibilidade e a repercussão que o registro provocou na comunidade, e como consequência contribuiu com a disseminação da festa em âmbito nacional.

PLAN LOTA; HACIA UN SITIO DE PATRIMONIO MUNDIAL, CHILE

Hilda Irene Basoalto Mosquera (Ministerio de las Culturas, las Artes y el Patrimonio)

La ponencia reflexiona sobre la importancia de la colaboración entre instituciones estatales y comunidad en temas relacionados con la recuperación y puesta en valor del patrimonio cultural. Ejemplo en la región del Biobío, Chile, es el Convenio de Colaboración Plan Lota: Hacia un Sitio de Patrimonio Mundial, suscrito en 2019 entre el Ministerio de las Culturas, las Artes y el Patrimonio, Ministerio de Obras Públicas, Ministerio de Vivienda y Urbanismo, SUBDERE, CORFO, Municipio de Lota, Gobierno Regional del Biobío, y que cuenta con la activa participación comunitaria. Al alero del convenio se realiza un trabajo multisectorial con el fin de ejecutar acciones que permitan el desarrollo de un plan que asegure la sostenibilidad en el tiempo del “Conjunto Minero de Lota”, Lota, Chile, promoviendo el desarrollo integral de la comuna a través de su patrimonio y avanzar hacia una incorporación sostenible del Sitio, al listado de Sitios de Patrimonio Mundial. Es necesario señalar que el conjunto sigue aún asociado a la cultura minera forjada por la crudeza del trabajo extractivo, condición que generó en los habitantes el contraste de vivir con la esperanza de un mundo justo. Este anhelo fue apoyado en valores como la solidaridad, luchas sindicales y sentido comunitario. Esta identidad constituida en sus orígenes por chilenos y extranjeros, cimentó su inmenso patrimonio cultural, quedando plasmado en descendientes, formas de vida y expresiones que hasta el día de hoy son palpables. El sentido de identidad de los habitantes hizo surgir, tras el cierre minero en 1997, la necesidad de rescatar su patrimonio, logrando en 2019 una alianza entre comunidad e instituciones estatales. Desde esa fecha se ha desarrollado un trabajo participativo, cuyos resultados han sido llevar a cabo propuestas y líneas estratégicas, generando diversas acciones que permitirán ir en rescate no solo del patrimonio material sino también del patrimonio inmaterial que tanto enorgullece a los lotinos.

“AMAZONAS CONTROLADAS DE NUEVA GALICIA”

Vanina María Teglia (Universidad de Buenos Aires/ ILH-CONICET)

En este trabajo, desde un abordaje crítico literario, pero sirviéndome también de los análisis de la antropología y los Estudios de género abocados a la historia de las mujeres, procuro conocer las distintas agencias e identidades femeninas relegadas en el patriarcalismo por el racionalismo cristiano e imperial dominante. Para esto, me centro en el análisis de la escritura sobre las amazonas de Nueva Galicia y sobre las mujeres que son “señoras sobre sí”, específicamente referidas en el capítulo 33 del libro VI, “De las mujeres que en las Indias viven en repúblicas, e son señores sobre sí, a imitación de las Amazonas” del Libro de los Depósitos de la Historia general y natural (c. 1526-1548) de Fernández de Oviedo. Abordaré, por un lado, las estrategias discursivas de gubernamentalidad sobre las mujeres, el sometimiento discursivo sobre sus cuerpos y, por el otro, las expresiones de las mujeres y de la autoría femenina, que han sido excluidas del canon del conocimiento en la tendencia imperial del archivo de Indias. Me centraré, particularmente, en las tachaduras y reescrituras del manuscrito que no fueron recogidas por la decimonónica edición –luego siempre replicada– de Amador de los Ríos.

07 A 11 DE JUNHO DE 2021
ciipc2020.rj.anpuh.org

III CONGRESSO INTERNACIONAL
E INTERDISCIPLINAR EM
PATRIMÔNIO CULTURAL:
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO,
EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR- NOVA IGUAÇU
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

GT 18. Patrimônio, Artes e Música

Claudia Alejandra Benítez Palacios
Valéria Guimarães (UFF)

ARTE SACRA AFROBRASILEIRA EM PROCESSOS CRIMINAIS DO ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO

Arthur Gomes Valle (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Entre 1890 e 1942, período de vigência do primeiro Código Penal republicano, as religiões afrobrasileiras foram frequentemente interpretadas e reprimidas como “crimes contra a saúde pública.” Era usual, então, que locais de culto afrobrasileiros fossem invadidos por agentes da polícia que interrompiam cerimônias, prendiam religiosos e confiscavam objetos sacros. Levados para delegacias, alguns desses objetos foram preservados, passando a constituir as mais antigas coleções de arte sacra afrobrasileira que existem hoje Brasil. O caso talvez mais conhecido é o da coleção que pertencia à Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e que foi a primeira inscrição, em 1938, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do SPHAN. Em 2020, essa coleção ganhou grande visibilidade quando líderes religiosos e parcela da sociedade civil conseguiram que ela fosse cedida para o Museu da República, onde se espera que venha a ser tratada com o respeito que merece. Algumas das batidas policiais em locais de culto redundavam em processos criminais, uma coleção dos quais se encontra no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Consultando os laudos que compõem tais processos, encontramos listagens, descrições e fotografias de objetos sacros apreendidos pela polícia. Os laudos também revelam tentativas de interpretação feitas por peritos policiais que buscavam entender os significados e as funções das peças: neles, estudiosos como Fernando Ortiz ou Arthur Ramos eram por vezes citados para legitimar as considerações - invariavelmente racistas - dos peritos sobre os objetos que analisavam. Nesta comunicação, discutiremos alguns dos processos criminais do Arquivo Nacional que podem nos ajudar a compreender melhor a arte sacra afrobrasileira produzida nas primeiras décadas da República, bem como sua problemática recepção. Lidos a contrapelo, esses processos podem também nos ajudar a reconhecer plenamente a arte sacra afrobrasileira como parte do patrimônio cultural nacional.

CANCIONEIRO FEMININO DO PARÁ: CONSERVAÇÃO E DIFUSÃO DE CANÇÕES DE AUTORIA FEMININA, DA “BELLE ÉPOQUE” ATÉ A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Dione Colares de Souza (Universidade Federal do Pará)

Leonardo José Araujo Coelho de Souza (Universidade Federal do Pará)

Este trabalho está voltado à pesquisa de fontes documentais primárias e secundárias sobre mulheres no espaço das artes musicais da Amazônia paraense, recuperando suas identidades, práticas, memórias, vivências, saberes e produções artísticas. O “Cancioneiro Feminino do Pará” é resultado do projeto de pesquisa institucional em andamento vinculado a Escola de Música da Universidade Federal do Pará. Constituiu-se no trabalho inaugural para a criação do intitulado “Acervo Musa-Mulheres na Música da Amazônia”, voltado à editoração, revisão crítica, registro fonográfico e difusão de canções manuscritas de autoria feminina no Pará até a metade do século XX, nunca antes editadas. O percurso metodológico adotado para a construção do “Cancioneiro Feminino no Pará” divide-se nas seguintes etapas: a primeira referente à pesquisa documental, como ponto de partida para seleção do “corpus” da pesquisa, o que inclui partituras, programas de concertos no Teatro da Paz (Belém-Pará), críticas musicais em periódicos regionais e fotos; a segunda etapa consiste na pesquisa bibliográfica para aporte teórico a partir da perspectiva dos estudos históricos, culturais e de gênero. A terceira etapa que consiste na descrição e estudo musical do material coletado, editoração, revisão crítico-musical e registro fonográfico; e por fim, a quarta etapa que consiste na discussão e divulgação de resultados. Em se considerando todo o contexto documental pesquisado, levantou-se o quantitativo de 59 canções manuscritas e editadas, de 16 autoras nascidas até 1920 e que nasceram ou viveram em Belém do Pará. As canções reunidas neste primeiro cancioneiro estão em fase de editoração, revisão musical e gravação. Portanto, este patrimônio cultural possibilita a compreensão sociocultural da região e os resultados preliminares apontam para a compreensão dessas produções de autoria feminina a partir das práticas de consumo de bens culturais, das relações sociais e estruturas institucionais da época.

MEMÓRIA DO CONGADO MINEIRO EM JUIZ DE FORA: 12 ANOS DO GRUPO "INGOMA" PELA MÍDIA LOCAL

Carla Baldutti Rodrigues (Universidade Federal de Juiz de Fora)

A pesquisa conta a história do grupo musical "Ingoma" que completou 12 anos de apresentações e de oficinas de percussão, em Juiz de Fora, no ano de 2020. Para isso, foram observadas as publicações da mídia local feita pelos portais "Tribuna de Minas", "Acessa.com" e "G1 Zona da Mata". Além disso, através da metodologia de História Oral os integrantes do grupo relembram sua trajetória complementando em detalhes suas versões. Na revisão bibliográfica foi considerado o estudo etnomusicológico que demonstra a influência da escravidão e da tradição do Congado mineiro no grupo local. A hipótese é a de que um grupo musical fortemente influenciado pela cultura regional mantém e resgata uma tradição. Minas Gerais foi um dos estados no Brasil marcados pela escravidão. E o registro cultural dos povos bantos ali presentes se mantém atualmente nas manifestações artísticas. Com isso, a pesquisa se justifica pela valorização da cultura local, do patrimônio imaterial e de sua memória. O objetivo do artigo ao contar a trajetória do grupo da cidade é destacar a tradição e a história por trás do grupo musical atualmente em atividade na cidade de Juiz de Fora.

O ACERVO DO MULTIARTISTA VALDIR AGOSTINHO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO COMO HORIZONTE DE EXPECTATIVA

Luciano Py de Oliveira (Universidade Federal de Santa Catarina)

Valdir Agostinho é um artista cuja produção situa-se tanto na área das artes visuais como da música, cujo acervo conta com obras de arte dele e de outros artistas. O acervo fica situado em sua propriedade, uma propriedade repleta de árvores e bambuzais, na qual o artista também reside. Agostinho iniciou sua carreira em meados da década de 1970, por meio das pandorgas, também conhecidas como pipas, que, ao vencer diversos festivais, deixaram de ser apenas brinquedos para ganhar o estado de obra de arte. Seguiu produzindo desenhos e pinturas, quando passa a trabalhar com matéria prima reciclada, como jornais e embalagens, para a produção de figurinos e fantasias de carnaval. Nos anos 1990, investe na carreira de músico e compositor, produzindo o álbum *A hora do Mané* (1999), com aporte de verba pública advinda de um edital de incentivo à cultura. Em 2019, apresenta-se em show num dos teatros da capital catarinense, contando com convidados que participaram do evento, intitulado “A vida é uma festa”. Esta comunicação tem o objetivo de levantar e discutir as possibilidades de institucionalização do acervo do multiartista catarinense, o qual conta com obras de arte dele e de outros artistas, além de jornais, livros e revistas sobre sua trajetória artística. Com base nas entrevistas realizadas por meio da metodologia da história oral, durante pesquisa de doutorado (2015-2020), foi possível perceber o desejo do artista de preservar sua obra e memória. O sujeito percebe-se como relevante para a sociedade, especialmente a local, uma vez que sua obra tem com temática a cultura popular de origem luso-açoriana. O temor de que, no futuro, possa se perder tanto as obras do acervo quanto a propriedade em que vive (muito valorizada por situar-se num bairro onde o turismo tornou-se uma das principais atividades econômicas), move o artista a buscar parcerias com o objetivo de criar algum tipo de instituição, como uma associação ou um instituto, que salvguarde o acervo e a propriedade.

PATRIMÔNIO CULTURAL E SUAS MÚSICAS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES

Andréia Veber (Universidade Estadual de Maringá)

Este texto apresenta um recorte da tese intitulada “Educação musical em contexto de internacionalização: representações sociais de professores sobre patrimônio cultural e culturas populares”. Trata-se de um estudo binacional, realizado com dois grupos de 20 professores cada, que atuam com o ensino de música na escola em dois contextos: um no Brasil e outro no Chile. Serão apresentados os resultados das análises acerca do estudo das representações sociais desses professores sobre patrimônio cultural e suas músicas. Os caminhos teórico-metodológicos seguiram a Teoria das Representações Sociais (Moscovici e colaboradores) e Teoria do Núcleo Central (Abric), considerando as discussões em torno das políticas e conceitos contemporâneos de patrimônio cultural advindos do campo da Educação Patrimonial, compreendendo patrimônio enquanto vínculo, valor e significado construídos e perpassados em tempos e espaços diversos. Os resultados das análises foram obtidos pela triangulação dos dados considerando entrevistas e o Teste de Associação Livre de Palavras. Os resultados apontaram que a centralidade das representações sociais dos dois grupos sobre patrimônio cultural e suas músicas está na ideia de patrimônio cultural enquanto “identidades”, considerando passado, presente e futuro. O passado, na ideia de ancestralidade. O presente, nos processos de seleção e valorização do patrimônio que é recebido como herança, e agregado ao que está sendo produzido. O futuro, na ideia de transmissão como forma de perpetuar um legado representativo das identidades que compõem o patrimônio cultural. Porém, ao tratar especificamente de música, a ideia de patrimônio cultural aparece com maior ênfase associada ao repertório representativo das manifestações artísticas de culturas populares e folclore. Ou seja, a ideia de que qualquer música pode ser considerada um patrimônio cultural envolve a necessidade de criação de espaços formativos voltados para a relação patrimônio cultural e suas músicas.

REDESENHANDO A MEMÓRIA LOCAL: VIAJANTES EXPEDICIONÁRIOS - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM PONTA GROSSA/PR

Fábio Martins (SEED PR)

O presente trabalho tem como proposta apresentar o resultado de práticas em arte-educação desenvolvidas por meio do projeto Redesenhando a Memória Local no qual estabeleceu-se o diálogo com bens culturais que configuram parte do patrimônio material localizado na cidade de Ponta Grossa/PR. A edição 2018 do projeto foi desenvolvida na disciplina de Arte durante o segundo semestre em dois colégios estaduais localizados em bairros periféricos do município - Colégio Estadual Maestro Bento Mossurunga e Colégio Estadual Sirley Jagas - com alunos do 7º ano do ensino fundamental ao 2º ano do ensino médio. O recorte espacial escolhido nessa edição do projeto deteve-se ao perímetro urbano central do município, de modo que as investigações foram direcionadas tendo em vista pesquisas e discussões in loco em referência aos seguintes bens culturais: patrimônio ferroviário: Estação Saudade; patrimônio edificado: Mansão Vila Hilda, Catedral Sant'Ana; museus: Museu dos Campos Gerais e Casa da Memória Paraná; além do Monumento aos Tropeiros. Ressalta-se a colaboração - parceria entre estado-município na execução do projeto: Secretaria do Estado da Educação/PR, comunidade local, monitores e guias do projeto Conhecendo PG e dos bens culturais visitados. As ações educativas pautaram-se em diálogos metodológicos interdisciplinares com aportes teóricos presentes nas disciplinas de arte, história e geografia, tais como o conceito de paisagem, de lugar e da memória. Além do mais, as pesquisas e expedições desenvolvidas resultaram na criação - execução de uma pintura mural em grande escala que contempla uma série de fragmentos - imagens criadas por alunos por meio de desenhos em referência aos bens culturais investigados.